



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

Bruno Cerqueira Gama

**Insistências entre o vulnerável e o
vencedor no governo do vivo: Ensaios
na Política Pública de Assistência
Social.**

Niterói,
Setembro de 2017.

Bruno Cerqueira Gama

**Insistências entre o vulnerável e o vencedor
no governo do vivo: Ensaios na Política Pública
de Assistência Social.**

Texto apresentado ao Núcleo
de pós-graduação em psicologia
da Universidade Federal
Fluminense, como requisito
parcial para obtenção do título
de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Eilizabeth Abbês Baêta Neves.

Niterói,
Setembro de 2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

G184 Gama, Bruno Cerqueira.

Insistências entre o vulnerável e o vencedor no governo do vivo:
Ensaio na Política Pública de Assistência Social / Bruno Cerqueira
Gama. – 2017.

324 f.

Orientadora: Claudia Elizabeth Abbês Baêta Neves.

Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Psicologia, 2017.

Bibliografia: f. 307-324.

1. Psicologia. 2. Assistência Social. 3. Narrativa. 4. Biopolítica.
5. Experiência. 6. Caráter público. I. Neves, Claudia Elizabeth Abbês
Baêta. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Psicologia.
III. Título.

BRUNO CERQUEIRA GAMA

**Insistências entre o vulnerável e o vencedor no
governo do vivo: Ensaio na Política Pública de
Assistência Social.**

Tese apresentada para o núcleo de pós-graduação em Psicologia da
Universidade Federal Fluminense.

Data da aprovação: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr.^a Claudia Elizabeth Abbês Baêta Neves –UFF (orientadora)

Prof. Dr. José Maurício Mangueira Viana – UFS

Prof^a. Dr.^a Roberta Carvalho Romagnoli - PUC-MG

Prof. Dra. Ana Lucia Coelho Heckert –UFES

Prof. Dr. Marcelo Ferreira de Santana - UFF

Prof^a. Dr.^a Silvana Mendes Lima - UFF

*Para todas as vidas que tive contato ao longo desta pesquisa, em especial, às insistentes que
forçavam o pensamento e convocavam o escrever quando o corpo esmorecia.*

Agradecimentos

À minha família e as questões que me lançam. Em meio à nossa loucura, vocês me forçam a constante reinvenção. Em especial, mainha, berço de amor e compreensão infinitos, sempre presente e de uma candura ainda muitas vezes mutiladora e a Jakson, irmão e parceiro em todas as horas mesmo diante dos nossos afastamentos gestados em ritmos outros. Nada menos que amor.

À Claudia. De longe o maior acerto desse trabalho. Difícil versar sobre a importância desse encontro regado a risos, fumaça, rigor, almoços e tênis. Pra sempre grato pela força de sua delicadeza e pela aposta obstinada na beleza rigorosa do diamante entre as dores e delícias do viver. Sempre uma raridade estar contigo.

Aos professores com quem tive o prazer de encontrar e que me espantaram com a beleza deste ofício. As aulas de Liliana, Maurício, Manoel e Marcelo num começo de graduação ainda tateante; Tereza e Kleber já num mestrado de que me orgulho e no qual apostávamos muito. Já no Rio, as figuras fundamentais de Claudia Abbês, Luís Antônio Batista, Marcelo Santana, Heliana Conde, Eduardo Passos e alguns outros que trouxeram inúmeros problemas para o pensamento. Sem dúvida, sem vocês esse trabalho não tomaria tais contornos.

Às professoras presentes no processo de qualificação. Ana Heckert, Roberta Romagnoli e Silvana Mendes pela leitura atenta e rigorosa cujos apontamentos me fazem repensar constantemente este escrito e o meu trabalho. Li, reli e ouvi muitas vezes suas ponderações (e músicas sugeridas). Com elas espero ter encontrado alguns caminhos neste texto que digam da beleza do nosso encontro.

À Maurício Manguiera. A contaminação pela violência e beleza do pensamento se fez com muita responsabilidade tua. Todo o percurso que nos reencontra nesse texto é trespassado pela tua presença. Impossível imaginar um doutorado onde você não pudesse me interpelar. Espero estar à altura.

À Marcelo Santana, que merece um agradecimento à parte pelas suas aulas densas e acolhedoras e as variadas indicações durante o processo de qualificação. A malinagem meio (des)envergonhada na Cantareira e os abraços foram um luxo que eu gosto de ter. Suma não.

Ao grupo de quinta. Alessandra, Luana, Mariah, Ana, Fernanda e Lara. Disparada a melhor rotina nos anos de Rio, onde ensaiamos (des)entendimentos de maneira bastante afetuosa. É um privilégio me formar junto com vocês e poder compor a usinagem de um espaço tão cuidadoso e impiedoso. Contem comigo.

Ao curto período de convivência com Miguel, Éverson, Andrea e Monalisa. Última leva de orientandos da Cláudia com que compartilhei discussões respeitadas e por isso mesmo rigorosas com os trabalhos uns dos outros.

Aos amigos de outros tempos, que já ultrapassam cronologias e espaços. Por mais distantes que estejam, se fazem presentes através das nuances do tempo que reforçam nossos inestimáveis laços. Sempre tomados por distâncias e permanências, em bons e maus momentos, vocês são minha morada ao me lembrar tudo que me é caro. Eder, Erika, Rosane, Karol, Elton, Carolzinha são alguns desses raros exemplares. Outros destes, merecem nesse quadriênio um agradecimento a parte:

Maicon e Evelyn. Tenho que me render a Adla: “Maicon é o melhor de todos”; um amigo trazendo outro e multiplicando amores; a delicadeza de Evelyn é um verdadeiro e novo presente. Obrigado por todas as acolhidas e conversas infinitas.

Kleber, grande amigo e um dos principais responsáveis pela reconstrução de mim nesse retorno a Aracaju; um amigo desses com quem a gente inventa modos de estar junto e anseia pelos próximos encontros. Tem sido um privilégio.

Tiago Régis. Por tudo que nos passa em meio a afagos e embates dignos daqueles que se querem muito. A passagem de 2016–17 é para mim o episódio mais recente e emblemático de nossa bonita história. Conte comigo. Sempre

Daniel Marimbondo, grata surpresa que o Rio me deu e quem sempre me ensina lições encarnadas de generosidade e delicadeza.

Joãozinho, amigo-irmão que mesmo quando remamos em direções muito diferentes, habitamos silenciosamente o mesmo barco e com possibilidade de nos confortarmos silenciosamente em jovens tardes de domingo.

Luciane Rocha; uma das principais tensionadoras nesses sete anos que esta pesquisa foi se gestando. Sempre me forçando a pensar e a construir lugares nessa política. Espero que nossos embates se façam sentir nesse escrito. Para além e mais importante que isso, uma amizade genuína que tanto aprecio e que me lembra sempre que a vida pode mais.

Adla, pela convivência e insistência no lançamento de um novo edital. Antropóloga de mão cheia e parteira de risos sem fim, discussões calorosas, bolos de cenoura e tortas húngaras. Foi tudo lindo. A casa é sempre sua.

Alessandra, pela paciência, escuta e cuidados mútuos nos momentos difíceis.

Everson Rach, no seu característico morde e assopra, a vida se torna um pouco mais divertida junto à “empáfia gaúcha” que lhe é peculiar; um querido.

A todas as moradias na temporada carioca: 1) Tiago, Dani, Jorge – família tijucana numa cidade ainda a se descobrir, com contas tão intermináveis quanto a nossa cumplicidade e bem-querer; 2) Sandra e Michelle por inventarem comigo um pouco de Aracaju em plena Lapa com cafés e copos já brindados regando nossas madrugadas de escrita na “praça” do apartamento; 3) Duda, Lorrane e Leoni na última moradia, já em Niterói, com belos toques germânicos. Uma acolhida breve, mas intensa.

Aos vários encontros nesse Rio de Janeiro que ressoam carinhosamente na lembrança. Mesmo sendo como eu, quase todos retirantes, é de vocês a responsabilidade por possibilitar que a estadia nessa cidade seja muitas vezes uma maravilha. Me arriscando a esquecer alguém, cito alguns dos infames: Bia, Laís, Taynah, Moyses, Jorge, Edson, Gabriel, PeehFe, Ju, Babi, Livia, Iacã, Cris, Tarso, Rosa, Sady, Elis, Julia, Veridiana, Flavinha, Danichi, Alice...

Aos queridos de Aracaju, velhos e novos, que tornam o retorno pra cidade mais fácil e (re)constroem outras suavidades. Difícil não arriscar alguns nomes: Wedmo, Rafaela, Drica, Andrea, Ilda, Katarina, Nataly, Larissa, Matheus, Sandra, Helmir, Alexander, Aline, James, João Heleno, Renata...

À Jaqueline Paixão. Pela companhia e estímulo nos anos prévios e no começo do doutorado. A vida nos levou pra outros caminhos. Sempre torço pra que esteja bem.

Aos envolvidos diretamente nas traduções do resumo em tempo exíguo: Helmir, Wedmo, Fernanda e Renata.

Aos colegas que trabalham na Assistência de Aracaju. Em especial aos do CRAS Coqueiral e as equipes do CREAS Viver Legal por confabular junto ao longo desses sete anos. Vilma, Fernanda, Luciane, Ana, Lidiane e Gabi pelas provocações constantes e vontade de fazer mais num CREAS já “desfeito”. A Soraya e Meyre, que muito me cuidam nesse “novo” CREAS. Neste último ano, as trocas, a

compreensão e estímulo de todos os colegas do Viver Legal foram fundamentais para produzir um mínimo de tranquilidade neste escrito.

À CAPES e a prefeitura de Aracaju que possibilitaram a tranquilidade financeira necessária à realização dessa pesquisa. Em especial, a SEMFAS, por garantir a minha licença para estudos quando eu mesmo não acreditava mais nela.

À Thaís, por respeito a nossa história não se pode negar a beleza que inventamos juntos e as tuas intensas contribuições em meio à alucinação que compartilhamos ao longo desse processo. Hoje tomo impulso na lição Nietzscheana de que é preciso proteger-se da força dos fracos. Foi bonito foi.

Àqueles e àquelas que não aparecem nominalmente aqui – os esquecimentos são muitos – mas que marcaram fortemente essa escrita e o viver seja no Rio de Janeiro, Aracaju ou Niterói.

*Você diz:
Nossa causa vai mal.
A escuridão aumenta. As forças diminuem.
Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo
Estamos em situação pior que no início.
Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.
Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.
Mas nós cometemos erros, não há como negar.
Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem
Estão em desordem. O inimigo
Distorceu muitas de nossas palavras
Até ficarem irreconhecíveis.
Daquilo que dissemos, o que é agora falso:
Tudo ou alguma coisa?
Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora
Da corrente viva? Ficaremos para trás
Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?
Precisamos ter sorte?
Isso você pergunta. Não espere
Nenhuma resposta senão a sua.
Aos que Hesitam - Brecht*

*Aquilo que não cedeu
Foi abatido
O que foi abatido
Não cedeu.
A boca do que preveniu
Está cheia de terra.
A aventura sangrenta
Começa.
O túmulo do amigo da paz
É pisoteado por batalhões.
Então a luta foi em vão?
Quando é abatido o que não lutou só
O inimigo
Ainda não venceu.
Na morte de um combatente da paz - Brecht*

RESUMO

Esta pesquisa se faz na habitação da política pública de assistência social. A partir da experiência de trabalho do pesquisador nesta política entre 2011 e 2017, problematiza-se sua função e o modo como a psicologia se torna um saber componível desse campo de atuação através da reflexão conceitual sobre o governo da vida pautado numa lógica neoliberal. Para tanto, povoado de lembranças e esquecimentos que permearam este fazer, o presente trabalho elabora uma problematização histórica da atual formatação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e investe numa aposta metodológica pela construção de narrativas que provoquem tensionamentos que emanam quando a vida é tornada vulnerável a partir das verdades e saberes que teimam em lhe apequenar. Entre vulneráveis e vencedores, intenta-se levantar questionamentos éticos sobre que vida desejamos viver e o que estamos a fazer nós mesmos. Começando e “terminando” pelo meio, este escrito, ao se tecer nesta encruzilhada ética, aposta na invenção do caráter público como fundamental na atuação profissional no SUAS.

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; Narrativas; Biopolítica; Experiência; Caráter público.

ABSTRACT

This research was developed inside of the public policy of social assistance. Based on researcher's work experience in this policy between 2011 and 2017, it is intended to problematize its function and the way psychology becomes a composable knowledge of this field of activity through the conceptual reflection on the control of life based on a neoliberal logic. Therefore, inundated of memories and forgetfulness that permeate the process, this work elaborates a historical problematization of the present formatting of the Sistema Único de Assistência Social (SUAS) and invests in a methodological bet by the construction of narratives that provoke tensions that spread when life is made vulnerable from the truths and knowledge that insist on diminishing it. Among vulnerable and winners, seeks to raise ethical questions about what life we want to live and what we are doing about ourselves. Starting and “finishing” in the middle, this writer, by standing at this ethical crossroads, bets on the creation of the public character as fundamental in the professional performance in SUAS.

Keywords: Psychology; Social Assistance; Narratives; Biopolitics; Experience; Public character.

RESUMEN

Esta investigación se construye en el campo de la política pública de asistencia social. A partir de la experiencia de trabajo del investigador en esta política entre los años 2011 y 2017, fue problematizada la función de la misma y el modo como la psicología se convierte en un saber que compone ese campo de actuación, por medio de una reflexión conceptual acerca del gobierno de la vida, sostenido en una lógica neoliberal. Para ello, poblado de recuerdos y olvidos que permearon este hacer, el presente trabajo elabora una problematización histórica de la actual forma del Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e invierte en una apuesta metodológica por la construcción de narraciones que provoquen tensiones que emanan cuando la vida es convertida en vulnerable a partir de las verdades y saberes que insisten en disminuirlas. Entre vulnerables y vencedores, se intenta plantear cuestionamientos éticos sobre cual vida deseamos vivir y que estamos haciendo de nosotros mismos. Empezando y “terminando” por el medio, este escrito, mientras al tejer en esta encrucijada ética, apuesta a invención del carácter público como fundamental en la actuación profesional en el SUAS.

Palabras-clave: Psicología; Asistencia Social; Narraciones; Experiencia; Carácter público.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS' – Caixas de Aposentadorias e Pensões

CF – Constituição Federal

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CENAM – Centro de Atendimento ao Menor

CENTRO POP – Centro de Referência Especializada para População em situação de rua

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CFP – Conselho Federal de Psicologia

C-H-A – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRAS' – Conselhos Regionais de Assistentes Sociais

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselhos Regionais de Serviço Social

CREPOP – Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

DEM – Partido Democratas

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DRU – Desvinculação de Receitas da União

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EI – Empreendedor Individual

FHC – Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente

FSE – Fundo Social de Emergência

GESST – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho

GPS – Guia da Previdência Social

GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social

IAPS – Institutos de Aposentadorias e Pensões

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MAS – Ministério da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEI – Micro Empreendedor Individual

MP – Ministério Público

MS – Ministério da Saúde

MSEMA – Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

NEPSAS – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Seguridade Social

NEPPOS – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

ONG – Organização Não governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDU – Plano de Desenvolvimento do Usuário

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PIA – Plano Individual de Atendimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão do Jovem

PSB – Proteção Social Básica

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSE – Proteção Social Especial

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SE – Sergipe

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMASC – Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

SEMFAS – Secretaria Municipal da Família e Assistência Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SICON - Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SINTRA – Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Município de Aracaju (SINTRA)

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCU – Tribunal de Contas da União

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

USF – Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

<i>Prólogo</i>	20
<i>1. Inventando o problema</i>	30
<i>1.1 - Sobre o Neoliberalismo</i>	52
<i>2. Festa estranha</i>	59
<i>2.1 - Papel do CRAS</i>	67
<i>2.2 - Inventando Pausas Tensas</i>	84
<i>3. As Loas do SUAS e seus vencedores</i>	91
<i>3.1 - Guinada à esquerda das Políticas de Assistência</i>	100
<i>3.2 - O Voluntariado psicológico e seus Conselhos</i>	104
<i>3.2.1 - Dos prescritos pelo Conselho</i>	105
<i>4. Pensando “o” Poder para além e aquém do Estado</i>	122
<i>5. Aposta ética entre embaraços na/ da pesquisa</i>	134
<i>6. Engasgos do Bolsa-Família</i>	145
<i>7. Notas para uma possível genealogia do trato com a pobreza</i>	174
<i>8. Meu nome é tOrTo.</i>	205
<i>9. Solidariedade Mineira</i>	241
<i>10. Duas Marias</i>	264
<i>Regando uma planta ou para não dizer que não falei das Flores</i>	292
<i>Referências Bibliográficas</i>	307

Prólogo

Em maio de 2011 Aracaju enfrentara uma das suas piores chuvas em décadas. Segundo a Defesa Civil de Sergipe, a chuva causou prejuízos em diversos pontos da cidade, obrigando a suspensão das aulas em várias escolas e a emissão – via Defesa Civil – de um alerta para que as pessoas não saíssem de suas casas. Alguns córregos transbordaram e dezenas de ruas e avenidas ficaram completamente alagadas e intransitáveis, o que repercutiu no deslocamento de milhares de pessoas. Nos bairros periféricos Coqueiral e Santa Maria, famílias foram desalojadas pelo avanço da água em suas residências¹.

Ilhados, vários cidadãos se viram obrigados a diminuir o ritmo de suas vidas pela intensificação de um acontecimento que literalmente distendeu o tempo na cidade. Carros naufragavam em avenidas arteriais numa urbe abaixo do nível do mar que experimentava a dissolução de inúmeras de suas utilidades. Aos olhares apressados, Aracaju teve que parar.

Aos mais atentos era óbvio que não. Muitos dos resistentes do frenesi rítmico enfrentavam as intempéries no/do acontecimento-chuva no espaço público. Em vários pontos da cidade, apesar das inúmeras ressalvas das autoridades, corpos se arriscavam nos ônibus a fim de realizarem a manutenção dos seus pertences e/ou compromissos que as águas insistiam em diluir.

Eventos pluviais intensos costumam desencadear impactos socioambientais que expõem a vulnerabilidade de áreas urbanas e, em meio a isto, o Estado mínimo mostrava sua justeza e regulamentação nos limites da cidade. Nas bordas, aclives e declives do loteamento Coqueiral, órgãos da administração municipal num raro momento de efetiva prática intersetorial colocavam em prática um plano

1) Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), em 24 horas, o acumulado total de chuva registrado em Aracaju foi de 198,8 milímetros (72,9% do normal para maio). A chuva teve início ainda durante a madrugada e o maior acumulado ocorreu entre 09h e 11h da manhã – 73,8 mm. Só neste dia, o Corpo de Bombeiros recebeu 524 chamados por ocorrências relacionadas a este acontecimento. (FRANÇA, Rafael Rodrigues da; RIBEIRO, Alyson Fernando Alves, 2011.)

emergencial para minimizar o risco eminente de desabamento de barracos em áreas irregulares. O empreendimento conjugava esforços de profissionais da política pública de assistência social e da defesa civil na tentativa de convencer os moradores a abandonarem suas ilegais moradias e, com o auxílio da maquinaria Estatal tão ausente num sem número de momentos, terem suas vidas e seus pertences remanejados para um galpão a aproximadamente 3 km de distância. Aos que – a despeito das reiteradas e apressadas análises sobre a sua falta de estrutura familiar e comprovada vulnerabilidade – se insurgiam contra a ação imposta, um plano fora previamente traçado. Aos irredutíveis era solicitado que assinassem um termo de responsabilidade de que foram devidamente notificados dos riscos e da alternativa proposta pela administração municipal, sendo sua renúncia ao cuidado proposto entendida como de exclusiva responsabilidade do indivíduo.

A forte chuva exaltava ânimos. Junto a emergência das águas, histórias de descrédito com o poder municipal surgiam e as ações humanistas rapidamente encontravam seus visgos em meio ao lamaçal que se formava. Narrativas sobre antigas experiências em galpões pululavam entre os barracos. As informações de convencimento para a evasão dos lares que se compunham por um cálculo emaranhado de uma série de dispositivos como topografia, índices pluviométricos, risco, vulnerabilidade, família, publicidade da administração municipal, cuidado e alguns fáceis jargões humanistas, eram enfrentadas por um sem número de experiências compartilhadas que iam ganhando forma e força entre as vidas que insistiam em permanecer nos seus lugares. Contracondutas² se afirmavam ante as soluções já dadas em meio à chuva. Questões aparentemente banais como a segurança dos pertences pessoais, onde ficariam lotados os cavalos dos carroceiros, a privacidade, as garantias de não ter sua casa demolida etc. versavam sobre desejos outros que não cabiam na empreitada municipal.

2) No sentido de luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros. Segundo Foucault (2008a), há uma vantagem no uso da palavra “contraconduta” que consiste em que ela torna possível analisar os componentes na maneira como alguém age efetivamente no campo muito geral das relações de poder. Para uma definição precisa deste conceito na obra Foucaultiana ver o curso de 1978, “Segurança, Território e População”, Foucault (2008a, p. 266)

Na atuação direta, profissionais encapuzados e muitas vezes com botas improvisadas se espalhavam entre barracos à deriva e, mais ainda, entre como enfrentar junto àqueles moradores uma ação tão desrespeitosa. Se dividiam rapidamente entre os entusiastas que se orgulhavam de conseguir “retirar mais uma família daquela situação deplorável” e os que se envergonhavam daquele pérfido plano que camuflava, pelo nome do cuidado, a ausência de um planejamento a médio e longo prazo, posto que apesar da chuva torrencial neste dia, é amplamente sabido que os meses de abril a julho são os mais chuvosos na capital sergipana³. A instalação daquelas famílias no espaço não acontecia da noite pro dia, vários deles tinham fragmentos de suas histórias registrados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro, ou por outros equipamentos públicos. Sua “irregularidade” era permitida durante a maior parte do tempo, mas com o chuva a vulnerabilidade se transmutava em risco eminente. Em meio a tais questões, cabia aos profissionais atuantes o registro entre famílias convencidas a abandonar seus lares e migrar para o galpão ou entre termos de responsabilidade preenchidos por aqueles chefes de família irredutíveis às terroristas informações transmitidas por assistentes e educadores sociais, psicólogos e membros da defesa civil.

De casa em casa, era possível perceber que gradualmente a segurança possível do galpão ante o terror da chuva era surrada pela arquitetura do barraco. A fragilidade de tábuas e compensados de madeira com teto de zinco que por vezes desafiava leis da física, no acontecimento-chuva evocava outras forças e entre seus arranjos se contaminava com histórias que não se deixavam diluir concomitantemente à emergência de uma série de rótulos – irresponsáveis, malucos, pais omissos, etc. Rótulos que apaziguavam as tensões, possibilidades de negociações outras e serviam como justificativa profissional para a não anuência daqueles corpos ao governo da vida tornada vulnerável.

Entre a fácil divisão entre orgulhosos e envergonhados profissionais, a chuva caía sobre todos e estratégias se teciam nas ressonâncias do acontecimento que tensionava e diluía a ação municipal. Sem proteção ou disciplina suficiente que os

3) FRANÇA, Rafael Rodrigues da; RIBEIRO, Alyson Fernando Alves, 2011.

garantissem, alguns (des)envergonhados termos de responsabilidade eram submetidos à materialidade da chuva. O termo, mesmo quando assinado, na pouca porosidade de uma estratégia manca não sobrevivia aos pingos d'água travestidos em “desatenção” de alguns profissionais. Desmanchados na água, os papéis se tornavam farelos borrados de tinta nos fazeres de profissionais atentos menos para as informações e muito mais para a experiência que ali se esboçava. Experiência que versava sobre uma força que, como toda força que se afirma impiedosa, vaza o conceito de vulnerável.

A chuva marcou o fazer dos profissionais do CRAS. Naquele dia, os recentes servidores municipais se viam numa situação para a qual nunca foram treinados. Suas formações eram interpeladas numa emergência que auxiliava a entender como o Estado lidava com algumas vidas sob sua responsabilidade. Na chuva, em meio a chuva, enquanto eram comunicados pelas estratégias se montando peripasso ao acontecimento, adentravam ao almoxarifado do CRAS a procura de galochas compatíveis com o seu tamanho. Todas elas tinham a numeração mínima de 40 (padrão brasileiro), muito acima dos 34, 35 que calçavam a maioria das profissionais do CRAS. As capas amarelas, empoeiradas eram abertas e batidas para espalhar um pouco a poeira acumulada. Enquanto faziam isso, tentavam obter notícias sobre seus parentes e suas casas, também sob efeito das chuvas, mas em outros bairros da cidade. Simultaneamente a preparação para a ação que ia se desenhando, se preocupavam também como e quando voltariam para suas casas.

A maioria dos profissionais daquele turno tinha chegado ao equipamento no mês de janeiro. Em quatro meses teciam vínculos naquela localidade, se apropriavam do trabalho na política pública de assistência e começavam a esboçar invenções junto aquelas vidas consideradas vulneráveis, mais expostas a riscos, com vínculos a serem fortalecidos.

Era para isso que estavam ali – assistentes sociais, psicólogos e educadores – se encontravam num antigo prédio alugado para manejar vidas e, com as técnicas aprendidas em suas formações, fortalecê-las.

A relação que vinham estabelecendo com os moradores deveria ser útil naquele momento. A administração municipal apelava para a consciência dos moradores em meio à chuva. Era preciso proteger aquelas vidas, tirá-las da situação em que se encontravam.

Ao longo dos meses anteriores víamos o aumento da quantidade de barracos. A prefeitura era constantemente informada desse fenômeno e pensávamos juntos modos de intervir naquela situação que considerassem o já tradicional *déficit* habitacional brasileiro. Aterrando um resquício do mangue, famílias que apostavam na possibilidade de “ganhar uma futura casa” ou simplesmente não tinham melhores opções para onde ir, se fixavam a beira do lamaçal. A história de vidas, o referenciamento daquelas famílias, o fortalecimento de seus vínculos e o esforço preventivo eram objetos daquela equipe. Riscos, vulnerabilidades, resiliências, trabalho infantil, serviços de convivência emergiam no cotidiano do serviço e modulavam estratégias de modificação das condições que submetiam aqueles corpos a tamanha miséria. Os psicólogos, quando comumente o esforço de conscientização via transmissão de informações prescritivas não se fazia eficaz, eram convocados a entender e intervir junto a sujeitos autônomos, com interesses próprios, livres e individualizados. Intervenção que comumente imputava àqueles corpos a responsabilidade pelos seus destinos a partir de escolhas aparentemente racionalizáveis em termos de custo-benefício. Assustava como facilmente a condição social de cada indivíduo podia ser julgada como nada mais do que os efeitos de suas escolhas e investimentos. Como cada adulto podia ser entendido com responsável por cuidar de si mesmo e daqueles sob sua responsabilidade.

Neste sentido o termo de compromisso imposto aos tornados vulneráveis é bastante significativo; assiná-lo consistia também numa tentativa de isentar a administração municipal de possíveis efeitos do acontecimento-chuva e reforçava todo e qualquer possível rótulo que pudesse individualmente responsabilizar aqueles desconfiados corpos. A estratégia de individualização da problemática abrandava as

singularidades e permitia dispor os indivíduos em variadas curvas de normalidade traçadas junto aos dados já obtidos e catalogados no CRAS.

A vida que se afirmava e se tentava cuidar em meio ao acontecimento-chuva exigia concessões e submissões à uma estratégia manca que apostava numa racionalidade cuja proposta de intervenção, a um só golpe, vulnerabilizava o viver e desmontava um território existencial pensando-o como facilmente permutável. Pouco importava a história que os levava até ali, ou até mesmo os relatos de remanejamentos anteriores e seus desdobramentos. Diante da emergência da chuva, a intervenção dos comprometidos profissionais apelava para um processo de conscientização do perigo eminente articulado com a promessa de “oportunidades” vindouras de cuidado.

Para tanto, em acordo com Foucault (2008a) é necessário ao governo da vida uma pluralidade de fins específicos que possa dispor das coisas e utilizar táticas muito mais do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas, agindo de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada.

Frente às insistências em permanecer abrigados em seus barracos apelava-se para os pais o rigor da legislação que deveria proteger suas crias ou ainda idosos e deficientes sob sua incumbência. Apelo que vinha acompanhado pelos discursos que visavam (re)instauram o seu lugar de responsabilidade e, no limite, assinava-se o termo como modo de firmar um contrato entre indivíduos – de um lado, o indivíduo, de outro, o Estado. No entanto, entre estes indivíduos muita coisa se passa antes de que possamos isolá-los enquanto entidades substantivadas. É nesse meio que a presente pesquisa se passa.

Para adquirir consistência nesse entre, a perspectiva metodológica aqui adotada aposta em duas estratégias distintas, mas que se hibridizam na confecção desse escrito. A primeira realiza uma pesquisa bibliográfica das produções relacionadas à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e um esforço genealógico⁴ da

4) Um trabalho de perspectiva genealógica localiza-se justamente no ponto em que é preciso fazer aparecer – ao desmanchar as essências, que supostamente estariam por trás das coisas – as marcas, as rugas, os desgastes, as deformações, as ruínas e as curvas que compõem histórias menores, que produzem os corpos – sejam eles humanos ou não –, tornando visível aquilo que passa como bruma sorradeira. Para um aprofundamento do conceito, consultar Foucault (2007c), p. 15–37.

inserção do profissional de psicologia nesta. Além disso, ainda nesta estratégia, também buscamos produções bibliográficas referentes ao modelo de governamentalidade neoliberal e as políticas sociais correlatas.

Na segunda estratégia, a partir de experimentações⁵ em equipamentos e/ou territórios referendados por esta política no município, em acordo com os itinerários do pesquisador-trabalhador, intentamos ativar o que Neves (2002) nomeia como “uma vontade de interferir”⁶ que potencializa combates afirmativos e inventivos de outros modos de viver, sentir, coexistir e pensar. Metamorfozes estas que se aliam à expansão dos índices de liberdade, aos vetores da diferença que podem indicar a produção de uma outra estética da existência; de uma vida como obra de arte. Esta questão produz-se em meio ao mapeamento e acompanhamento das combinações problematizadoras (sempre provisórias e fugazes) que nos atravessam em suas ressonâncias e exasperações no contato com as afetações intercessoras no/do campo. (Neves, 2002)

Contato este que não intenta revelar a verdade sobre o pesquisado, mas que possibilita nos lançarmos no espaço do desconhecido sobre o mesmo e, através do tracejo de linhas afetivas na produção desta experiência, habitar os limites intensivos dos regimes de visibilidade-dizibilidade característicos do fazer profissional do psicólogo nas políticas de assistência social. Habitação que se faz aqui através da composição de narrativas entremeadas por histórias singulares e fontes crônicas e/ou notícias que se constituam como intercessores no/do processo de pesquisa. Narrativas que não simplesmente traduzem as lutas ou sistemas de dominação, mas,

5) Por experimentação entende-se aquilo que desprende o sujeito de si mesmo e que empreende um processo de des-subjetivação. Em sua função ela não nos permite um roteiro prévio, o que não quer dizer que não haja um campo problemático prévio, uma provocação que nos movimentará. Todavia, o campo se constrói efetivamente no seu percurso ao longo do processo, a partir das análises que forem sendo feitas.

6) Cabe frisar que esta vontade de interferir não diz respeito às “manifestações pequeno-burguesas de boa vontade”, mas sim, na cartografia de um plano ético-estético-político de experimentação no limite de nós mesmos que se faz em meio aos combates que a vida impõe. Interferências como potências virtualizantes que reagem o campo problemático pela exasperação de problemas. (Neves, 2002)

na esteira de Foucault (2005b, p. 10) “[...] *aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*”

É exatamente aqui que o interesse pela questão da produção de narrativas adquire uma importância ético-política crucial ao afirmar modos de viver alheios às prescrições das normas e leis. Narrativas que apostam que ao dissimular-se entre lembranças e esquecimentos, seja possível promover artes de narrar que vazem certos riscos nos quais as lutas e invenções cotidianas possam se fazer ver. Em acordo com Monteiro (2015) para tal, se faz necessário inventar outras formas de narrar que tornem possível experienciar histórias minoritárias em escritas que persigam a tentativa de, tal qual essas vidas, desfazer-se frente às naturalizações pedagogizantes da vida, que a inscrevem em roteiros passíveis de governo. Escrita que se propõe não a ilustrar fazeres, propor caminhos, mas que, tal como essas vidas, insistam em habitar o meio. Esforço que começa e termina no meio, abrindo fissuras que possam rearranjar a viver, escapando de certo ditames e se fazendo outra coisa. Com as vidas vulnerabilizadas e nosso encontro com elas, recolhemos fiapos e os utilizamos barbaramente em sua potência de engendramento do público. Caráter Público aqui entendido como aquilo que produz desvios nos constrangimentos do instituído e inclui a usinagem da diferença do/no território.

Na confluência dessas duas estratégias, o escrito que ora se apresenta se divide em dez partes. A primeira apresenta as questões de fundo, o solo a partir das quais o texto ganha seus primeiros contornos. No encontro de Foucault com o trinômio conhecimentos, habilidades e atitudes, a política pública ganha alguns desenhos que passamos a seguir. Na segunda parte, apresentamos nosso percurso dentro dessa política no município de Aracaju-SE. Entendemos ser fundamental versar sobre o mesmo, posto que é partir das questões experienciadas nesse campo que as nuances da pesquisa vão ganhando formas e forças. É na entrada na rede socioassistencial do município num CRAS, a passagem pra um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o afastamento e o posterior retorno que a pesquisa produz seu ritmo. Já a terceira parte, tributária direta desse percurso, empreende um resgate histórico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) contado a partir de documentos oficiais de fácil acesso. É em relação a história que aí se propaga que

vemos se construir inúmeros dos balizadores da atual formatação da política pública de assistência social. Esses tripé inicial monta a nossa proposta de apresentar a política pública de assistência em sua versão monumental. Seus embates históricos e possíveis apaziguamentos se montam nessa tríade.

Já do quarto bloco em diante, entendemos que a pesquisa ganha outras matizes. Até então o percurso feito, mesmo que possivelmente cansativo, nos parecia necessário. Não só por um didatismo, a fim de que o texto não se figurasse para iniciados no campo das políticas públicas, ou até mesmo para os já familiarizados com as discussões acerca de uma política de escrita, mas justamente por ser nesse terreiro que a incorporação de ferramentas se impõe e nos obriga a formular outras ferramentas conceituais, bem como adentrar em outros ritmos.

No quarto bloco especificamente, abordamos as contribuições Foucaultianas para a formulação de uma analítica das relações de poder que não remeta necessariamente a figura do Estado como centro a partir do qual o poder emana. Seu questionamento e entendimento como uma peripécia da governamentalidade neoliberal faz as discussões em torno da produção de política pública operarem noutro registro.

O Quinto Bloco, apresenta a nossa efetiva aposta ética no desenrolar da pesquisa. Os embates com o escrever, suas idas e vindas e como pensar o escrever é também pensar como o pensamento se produz...

Os blocos subsequentes se esforçam para dar carne a essa aposta. Com maior ou menor brilho, ensaiam narrativas que não intentam exemplificar o solo já trabalhado, mas sim interpelá-lo. Problematizando inclusive sua história oficial e rachando os apaziguamentos e prescritos entre vulneráveis e vencedores. Entre as narrativas, nos parece que dispor de elementos para uma possível genealogia com a pobreza se fazia oportuna como modo de potencializar as questões que se desenhavam em torno delas – é desse entendimento que sétimo bloco emerge.

Montadas artesanalmente num misto de lembranças e esquecimentos, os textos passam a mesclar situações vivenciadas nos espaços aos quais nos vinculamos, sejam elas diretamente atreladas ao exercício profissional nestes locais, ou ainda pequenos

cacos do que ouvimos e do que a permanência obstinada nesses espaços pôde promover de entendimentos de situações possíveis.

Penso que qualquer um que já teve contato com o SUAS possa se relacionar com as narrativas como completamente plausíveis e próximas de seus cotidianos laborais, com seus encaminhamentos propostos, legislações atinentes e absurdos cabíveis...

Daqui em diante, este escrito assume definitivamente a precariedade como combustível de sua força e a capacidade de confabular como motor de seu exercício. Confabular precariedades como modo de ensaiar insistências em meio às políticas públicas de Assistência Social nos parece fundamental para continuarmos a nos perguntar por que ainda lutamos por políticas públicas.

Pergunta corajosa que merece, sem dúvida, ser sempre reativada seja em tempos “Temerosos” ou em pretensões de centro-esquerda. Se, no primeiro caso, a militância pode e deve se aguerrir, no segundo cabe cuidado para não arrefecer ou ainda, por temor de um inimigo maior, conciliar discrepâncias e perversões a partir de medos vindos de um outro lugar.

Se, por um lado a pergunta é corajosa, por outro imaginamos que qualquer possível resposta definitiva não vai muito além de uma mera experiência alucinante. Mais do que respostas, talvez só possamos, não por covardia, mas sim por prudência, afirmar apostas. Situadas, precárias e arriscadas, passíveis a todo instante de verificação e tateio, de errâncias no próprio exercício de afirmar-se na composição do jogar. É gravitando em torno disso, que saindo dos blocos e no esforço precário de “fechar” este escrito que se tece o *“Regando uma planta ou para não dizer que não falei das flores”*. Texto que reitera a força de uma aposta que nasce necessariamente caduca, mas que pode ensejar a beleza do inusitado nos enleios com tudo que teima em nos apequenar, a nos retirar potência e força política diante do governo do vivo.

Sim, no limite, em sua aparente simplicidade, a questão deve se sustentar desassossegando-se na sua complexidade imanente – em nome do cuidado, o que estamos a fazer de nossas vidas?

1

Inventando o problema

País rico é país sem pobreza.

Esta era a logomarca da gestão do governo federal no primeiro mandato da presidenta Dilma Roussef (2011-2014). Mais do que um slogan, o enunciado reiterava uma promessa de campanha de governar tendo como uma das prioridades a erradicação da miséria e o combate a pobreza extrema no Brasil. Sucessora do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), o novo slogan substituía o bordão que permaneceu ao longo dos dois mandatos do seu antecessor – “Brasil: Um País de todos”. Governos que demarcavam um compromisso com uma agenda política considerada contrária aos anseios do grande capital econômico e refratária aos esforços dos governos anteriores entendidos como de forte caráter neoliberal.

Numa leitura apressada, temos no novo slogan uma contradição que equipara a produção de riqueza com uma relativa equalização na distribuição da renda ao reduzir os efeitos da pobreza à medida que gera riquezas. Contradição posto que não há, no atual sistema de produção capitalista, como aumentar as riquezas sem expropriar, sem explorar determinada quantidade maciça de corpos. Teria a atual

gestão petista encontrado uma síntese que resolvesse o impasse entre geração de riqueza e aumento da exploração, ou seja, o empobrecimento populacional?

Segundo Lavinias (2010), a partir da década de 2000, mudanças significativas ocorreram tanto na política macroeconômica quanto na política social. Pela ótica da primeira, observa-se, já no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2007), um padrão de crescimento econômico mais estável, robusto e sustentado. Isso se dá após décadas em que prevaleceu uma política fiscal restritiva e um desempenho modesto do financiamento ao consumo e à atividade econômica em razão de elevadas taxas de juros e estagnação da renda, gerando um crescimento medíocre.

No primeiro governo Lula multiplicaram-se o número de postos formais de trabalho criados⁷, em meio a um aumento dos rendimentos médios do trabalho ocasionados por uma política de recuperação do valor real do salário mínimo. Política esta que foi uma das principais responsáveis pela redução da pobreza antes e após transferências fiscais e garantiu uma recuperação real também do valor dos benefícios contributivos⁸. Com a queda do desemprego de forma constante, promoveu-se ainda o aumento do crédito, cuja proporção em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) passa de 22,8% em 2003 para 42,6% em 2009. Várias modalidades de crédito para segmentos mais pobres da população se multiplicaram nos anos recentes, voltadas em especial para o financiamento de bens de consumo duráveis para esse segmento. A existência de garantias (renda mínima) por parte dos tomadores de empréstimo favoreceu a expansão do volume e das modalidades de acesso ao mercado de crédito formal entre grupos antes marcados pela exclusão financeira. (Lavinias, 2010)

7) Entre os anos de 2003 e 2013, foram criados 20 milhões de postos de trabalho formais. Vale ressaltar que 84% destes empregos se situavam na faixa de até 2 salários mínimos. (Lavinias, 2015a)

8) Uma das inovações mais importantes da era Lula foi a criação da regra de reajuste do salário mínimo. Esta indexava o salário à taxa de inflação do ano anterior, somada à taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Isso permitiu que o piso salarial registrasse um crescimento real notável, de praticamente 80% entre 2001 e 2015. Vale destacar que essa revalorização favorece não só os trabalhadores, mas também 2/3 dos aposentados e pensionistas brasileiros e mais de 3 milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo responsável por cerca de 75% da queda da desigualdade social do período, ao passo que estima-se que o Bolsa Família tenha contribuído com 15%. (Lavinias 2013, 2015)

Já pela ótica da política social, o governo federal ampliou a cobertura dos programas de renda não contributiva com bastante afinco – elevando em 2009 para pouco mais de 1% do PIB o gasto com assistência social, que em 2000 representava 0,45% do PIB. Além do já famoso programa Bolsa família (PBF)⁹, uma série de outros esforços são consagrados a esta nobre empreitada, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)¹⁰ e toda a discussão, fundamentação, manutenção, consecução e consolidação do SUAS.

Nessa problematização entre, de um lado, a contradição manifesta pela incompatibilidade entre enriquecimento de uma nação e redução da pobreza num sistema de produção capitalista e, de outro, uma série de práticas desencadeadas por uma variedade de políticas públicas alguns ruídos se estabelecem. Estaria, o governo produzindo políticas que serviriam de anteparo à produção de misérias fomentadas no próprio seio do sistema de produção capitalista?

A discussão engendrada por essa pesquisa circula então em torno da problemática do controle social no contemporâneo, tomando a política pública de Assistência Social como um dispositivo que atualiza variadas práticas de uma governamentalidade neoliberal e a Proteção Social, executada em equipamentos públicos como o CRAS, como uma tecnologia, por excelência, da vigilância e regulamentação da vida pautada prioritariamente sob a lógica da empresa.

9) Criado em 2003, o programa de transferência direta de renda tinha como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e se baseava na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento familiar, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

10) O Pronatec tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. Dentro desse programa, as escolas do sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac) e das redes públicas ofertam cursos de formação inicial e continuada para capacitar os favorecidos do seguro desemprego que sejam reincidentes nesse benefício. Esta ação se aplica também ao público beneficiado pelos programas de inclusão produtiva, como o Bolsa Família.

Ao que nos parece, sub-repticiamente preconiza-se aos profissionais desta seara, em especial aos psicólogos – esses técnicos da “dimensão subjetiva” –, todo um esforço de escuta e articulação do desejo do outro com uma economia política que permita aos sujeitos sua concordância com uma lógica concorrencial de mercado que alucina um mundo onde, por exemplo, a questão do desemprego é vista em grande parte pelo prisma da falta de qualificação profissional e a pobreza é naturalizada.

Ainda assim, é importante destacar que a nossa problemática não visa uma demonização desta política pública, desmerecendo a importância real e prática para os seus beneficiários¹¹. A problematização proposta se direciona para a exposição dos efeitos violentos e perversos de tais políticas que incidem sobre a vida – tanto de usuários quanto das equipes técnicas – e como os psicólogos, que compõem obrigatoriamente a equipe de referência nesses equipamentos públicos, se posicionam.

Em acordo com Guattari e Rolnik (2008), aqueles cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro, estão numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Isso porque ocupam uma posição na qual devem decidir se vão fazer o jogo da reprodução de modelos de subjetividades dominantes ou, ao contrário, se vão trabalhar para o funcionamento de processos de singularização, ou seja, para movimentos disruptores no campo da produção do desejo. Para movimentos de protesto – conscientes ou não – contra o modo de produção hegemônico da subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ver, outras sensibilidades, outras percepções, etc. (Guattari; Rolnik, 2008).

Não obstante, em acordo com Neves (2002, p.107): “[...] Mas, se é um fato que o desejo, como coextensivo ao social, se enleia com o capital, é também um fato, por outro lado, que o capital não recobre toda a incontrolável potência desejante conectada à vida, com o viver em suas variações.” Sendo assim, nosso esforço se traduz na tarefa micropolítica de atenção às

11) Segundo Carvalho (2013), de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), há ainda cerca de 600 mil famílias na extrema pobreza em todo o país. Antes do lançamento do Bolsa Família, em 2003, havia 8,5 milhões de famílias nessa situação.

tentativas de disciplinarização e controle das fluências do desejo pelos dispositivos de saber e poder atuantes no SUAS, bem como suas possíveis rupturas que produzem temporalidades e espaços propícios a invenções políticas inéditas. Como o poder da norma é incapaz de a tudo dominar, sempre podemos nos deparar com insistências outras que promovem quebras e solicitam a potência de agir ao problematizar a natureza das relações de poder e abrir processos de produção de subjetividade imprevisíveis.

Um ano após a mudança do slogan, em vinte e sete de Agosto de dois mil e doze, na cidade de Aracaju-SE, um efusivo palestrante esbraveja seguramente acerca da postura do Vencedor para aproximadamente cento e cinquenta adolescentes. Conduta esta que dentre vários tónus indica que o queixo deve andar paralelo ao chão enquanto o corpo se movimenta com pisadas cuja firmeza se traveste de elegância. Em plena era do “C-H-A” (mantra que segundo o orador singulariza o nosso tempo cuja ênfase está no pacote pré-fabricado de “Conhecimentos, Habilidades e Atitudes”) vende-se uma modulação do vencedor cujo destaque se faz por essa tríade que acentua na atualidade a já batida iniciativa do indivíduo isolado e sua criatividade obediente.

“Não adianta ser o revolucionário com suas ideias doidas!”,
professava o elegante palestrante.

Garotos em buscas de fórmulas para vencer, para dominarem os cacoetes de uma trajetória de sucesso que deveria ser previamente planejada. Na era do C-H-A, alerta o orador, é muito importante saber diferenciar atitude de ousadia para se fazer

vencedor. A atividade que se inscreve na pisada firme, com peito estufado e versa sobre uma fé cega na “hora certa”; num manejo, num preparo da vida atento, alerta e pré-disposto para as oportunidades que possivelmente hão de surgir quando se prepara como convém. Trata-se de um jogo entre o querer do sujeito e o mundo. A gestação do vencedor obedece aqui não somente a uma tecnologia de disciplina-normalização¹², mas sim a de uma ação sobre o ambiente que tende a “[...] *modificar a distribuição das cartas do jogo, não a mentalidade dos jogadores*” (FOUCAULT, 2008b, p. 356). Trata-se de poder olhar no espelho e, a despeito dos óbices externos, se enxergar um vindouro vencedor.

Esse aglomerado rasteiro de receitas para os adolescentes partícipes serviu de abertura para um projeto de orientação profissional para adolescentes do quarto distrito¹³ que frequentavam o programa “Pró-Jovem Adolescente” na capital sergipana. O projeto, confeccionado por psicólogos, assistentes e educadores sociais que atuam em níveis preventivos com populações em situação de vulnerabilidade social, se desenvolveu em várias etapas que abrangeram ações como palestras e visitas a locais de trabalho governamentais e não governamentais com vistas a

12) Foucault (1997) afirmou dois grandes diagramas de poder que incidem na vida ainda presentes em nossa atualidade. O primeiro deles caracteriza as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, que visam o corpo enquanto uma máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. O segundo polo caracteriza toda uma série de intervenções e controles reguladores centrados no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-la variar. Com esses dois polos há, portanto, uma explosão de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. Em suma, tais polos fazem a demarcação entre o normal e o anormal tendo como base, primeiramente, a colocação de um modelo considerado ótimo que é construído em função de certo resultado, e logo após, consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo a definição de normal ou anormal pautada precisamente na capacidade ou não de se conformar a essa norma. (Foucault, 1997)

13) De acordo com o Plano Decenal de Assistência Social do Município (2012-2020), Aracaju é dividida em cinco distritos. O 1º compreende os bairros Aeroporto, Atalaia, Coroa do Meio, Mosqueiro, Farolândia, Inácio Barbosa, Luzia, São Conrado, Santa Maria e Zona de Expansão. O 2º corresponde aos bairros Jabotiana, Grageru, Pereira Lobo, Salgado Filho, Jardins, 13 de Julho, São José, Ponto Novo e Suiça. O 3º engloba os bairros Cirurgia, Getúlio Vargas, José Conrado de Araújo, Siqueira Campos, Novo Paraíso, América, Centro. Já o 4º referencia os bairros 18 do Forte, Cidade Nova, Santo Antônio, Palestina, Porto D'anta, Industrial. Por fim, o 5º distrito abarca os bairros Bugio, Jardim Centenário, Santos Dumont, Lamarão, Capucho, Olaria e Soledade.

motivar o público-alvo para a confecção de um projeto de vida no campo profissional através da oferta de noções sobre o mundo do trabalho possibilitando assim o acesso a ferramentas que auxiliem na identificação das vocações profissionais.

Direito à saúde, moradia, educação, segurança alimentar, segurança, saneamento básico, etc. – é em relação a capacidade de resposta dos indivíduos frente as ameaças de usufruto a esses indicadores, como também em relação à vaga ideia de “privação e fragilidade dos vínculos”, que a vulnerabilidade social é formulada. Nesse campo – o das vulnerabilidades sociais – se estabelece uma série de práticas normativas proto-científicas que devem guiar os fazeres de técnicos engajados. Psicólogos, Assistentes e Educadores Sociais que atuam no SUAS devem, em conjunto com os usuários e de forma pró-ativa, inserir-se em situações-problema e intervir com o objetivo de minimizar e/ou gerir tais índices de vulnerabilidade.

O palestrante, com seu receituário genérico, parecia atingir não só aos jovens, mas também aos profissionais ali presentes. Tivera sido indicado por um dos assistentes sociais de um CRAS daquele distrito que já o vira versar sobre a era do C-H-A e se sentira motivado a continuar sua busca por um lugar mais confortável ao sol. A oratória que manejava o trinômio Conhecimentos/Habilidades/Atitudes dispunha seus elementos com o objetivo da correta participação no jogo concorrencial de busca por emprego. Jogo que perversamente se esquiva do fato de que não há lugar para todos no mercado de trabalho e se concentra na luta individual sem necessariamente questionar os enquadres normativos em meio a perversa desigualdade social que atravessa os corpos. Jogo que preza mais pelo aumento da renda monetária para os seus vencedores e se preocupa pouco com possíveis (e desejáveis?) impactos redistributivos do seu exercício. O Mantra do C-H-A visa posicionar melhor os jogadores envolvidos em meio às possíveis falhas do mercado concorrencial, ao passo que os esforços na redistribuição da renda almejavam um acesso incondicional a bens e serviços públicos na quantidade e qualidade demandados pelo corpo social. A redistribuição intenta forjar uma sociedade assentada nos princípios da igualdade e reciprocidade, valores que, diga-se

de passagem, estão presentes no desenho do sistema de proteção brasileiro introduzido com a Constituição de 1988.

Como já adiantara o palestrante:

“Não adianta ser o revolucionário com suas ideias doidas!”

O mantra do C-H-A se alinha com as tradicionais teorias da competitividade econômica posto que a determinação da renda, em situação de concorrência perfeita, é entendida como fruto do esforço de indivíduos que navegam num mar de oportunidades econômicas que premiam a produtividade e a poupança. Segundo Lavinias (2010 p. 5): *“A pobreza inicial não tem porque estar sujeita a armadilhas: somente os que não fazem o esforço necessário permanecem nos seus estados de origem. Da mesma maneira, os que alcançaram afluência têm de trabalhar para mantê-la; a inércia por si só não perpetua a riqueza.”*

Para os adolescentes dos programas sociais, cursos profissionalizantes eram ofertados em acordo com a demanda de mão de obra do mercado interno da nossa capital. Pedreiros, Carpinteiros, Eletricistas, Mecânicos Automotivos, etc. eram os cursos que apresentavam um maior número de vagas. O aviltante mercado da construção civil brasileiro parecia ser a principal porta de entrada para o mercado de trabalho para estes jovens, já que na época Aracaju importava mão de obra nesta área. Boa parte dos cursos envolvia algum tipo de trabalho manual pesado, algo que historicamente no Brasil sempre foi visto como de menor valor e mal remunerado¹⁴.

Cursos que não necessariamente iam ao encontro dos interesses desses mesmos jovens. Muitas vezes eles se queixavam de não conseguirem alcançar o alfabetismo

14) Desenvolveremos melhor este ponto ao longo do trabalho, mas esta afirmação se ancora no importante estudo de LOBO (2008) que apresenta fortes indícios da distinção entre trabalho manual e intelectual e sua subsequente valoração como tributárias da lógica de trabalho escravo que se estendeu pela maior parte da nossa história.

digital, posto que os cursos na área de informática eram destinados e disputados por aqueles que tinham um maior nível de escolaridade, geralmente a partir do 7º ano (antiga 6ª série do Ensino Fundamental). Habilidades outras, como o interesse por artes de uma forma geral, além de escassos cursos disponíveis, também exigiam um maior nível de escolaridade.

Este critério inclusive era muitas vezes utilizado na orientação aos adolescentes porque servia para demonstrar a necessidade de continuidade dos estudos. Aparecia nestes momentos, a normatividade de um futuro que deveria ser planejado prospectivamente, encadeando o nível de escolarização com a ampliação de possibilidades de inserção no mercado profissional. Como funcionava a maquinaria escolar, o que de fato habitava a rotina dos espaços formais de educação raramente entrava em questão já que o principal aqui era ter um certificado de conclusão de determinada série; um papel, a “senha” que permitisse sair de um espaço e entrar noutro nos resquícios de uma lógica disciplinar adaptada aos mecanismos de segurança. Adapta-se a velha técnica disciplinar de controle sobre os movimentos do corpo dentro de um espaço fechado às exigências das técnicas securitárias que atuam na produção de subjetividade, na produção de territórios existenciais “ao ar livre”, num processo modulatório que se encarna em estilos de vida “vencedores”.

Já no que dizia respeito aos profissionais da cada vez mais rara e ameaçada categoria de servidores públicos efetivos, o palestrante alcançava àqueles que investiam o seu tempo fora do seu atual vínculo com o estudo para outros concursos – geralmente os de nível federal –, motivando-os a perseverar nos estudos, a acreditar que a hora certa há de chegar para aqueles que se preparam corretamente.

Sem exceção, a todos se vendia a ilusão de que é possível vencer.

Talvez, para entendermos a densidade de tais questões, precisemos substituir a lógica da contradição pela lógica Foucaultiana da estratégia. Esta última se preocupa em estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos que permanecem díspares. Qual a conexão entre aumento da riqueza e redução da pobreza pautada sobre o fortalecimento das políticas sociais?

Segundo Foucault (2008b) é relativamente comum entendermos as políticas sociais como tendo como objetivo principal uma relativa repartição do acesso de cada um aos bens de consumo, ou seja, como contrapeso a processos econômicos selvagens que, por si mesmos, vão induzir a efeitos de desigualdade, efeitos destruidores da sociedade. Para tanto, tais políticas, pautadas geralmente numa lógica de transferência de renda, promoveriam de maneira proporcional ao crescimento econômico, uma série de esforços ativos, intensos e generosos de compensação aos efeitos econômicos do modo de produção capitalista. Sendo assim, temos uma lógica que pensa a política social como uma compensação à produção e acumulação de riquezas.

Todavia, o que o pensador francês expõe de maneira brilhante em seu curso de 1979, “Nascimento da Biopolítica” é que no neoliberalismo (Foucault, 2008b, p. 198): “[...] *só há uma política social verdadeira e fundamental: o crescimento econômico.*” Sendo assim, não se trata de uma compensação de uma série de efeitos de desigualdades, mas sim, de fazer das políticas sociais um conjunto de práticas que possa gerar crescimento econômico. É este último que deve permitir que todos os indivíduos alcancem um nível de renda mínimo que lhes possibilite os seguros individuais, o acesso à propriedade privada, à capitalização individual ou familiar, com as quais poderão absorver os riscos iminentes no mercado capitalista.

Se se pode falar de transferência de renda é justamente para garantir aos corpos que se situam num nível de subconsumo a possibilidade de servirem como efeito e instrumento de uma economia de mercado. Portanto, a intervenção do Estado se dá no sentido de criar ou garantir a manutenção de estruturas necessárias ao clima favorável de negócios. Por exemplo, a política social deverá ter como instrumento a capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais, que terá por

instrumento o seguro individual e mútuo. Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada indivíduo um espaço econômico dentro do qual pode assumir e enfrentar os riscos tal qual uma empresa que deve elaborar suas táticas de empreendedorismo frente às intempéries de um mercado concorrencial¹⁵.

Neste sentido, Lavinias (2015a) aponta que o século XXI institucionaliza a articulação entre política econômica e política social na América Latina a partir da implementação das sociedades de consumo de massa. Falando particularmente do Brasil – atualmente reconhecido por ter incorporado de forma incontestada dezenas de milhões de indivíduos ao mercado de consumo –, dado o seu legado histórico, realizou-se um feito extraordinário¹⁶, mesmo que para isso não tenha necessariamente equalizado oportunidades e diminuído as profundas desigualdades características de nossa história.

Para Lavinias, o saldo mais positivo dessa estratégia social desenvolvimentista, que promoveu em curto prazo um ciclo de crescimento liderado pela expansão do mercado interno, foi o de praticamente “[...] *universalizar o acesso a determinados bens de consumo duráveis ao longo da curva de distribuição de renda, contribuindo, portanto, para o aquecimento da demanda doméstica e fazendo do consumo das famílias o motor do crescimento econômico recente.*” (2015a, p. 3)

15) Como exemplo podemos citar o caso da saúde. Segundo Lavinias (2015a), estima-se que, em 2013, 45 milhões de brasileiros eram detentores de um plano de saúde privado, ou seja, cerca de 1/4 da população. Percentual esse que, entre 2003 e 2013 teve uma progressão de 41%, aumento este atribuído a elevação da renda média que caracteriza a fase recente de retomada do crescimento econômico pós 2003. Quadro que ganha tonalidades ainda mais dramáticas quando se sabe que 62% dos leitos hospitalares são privados e 2/3 dos equipamentos disponíveis para diagnóstico e tratamentos de saúde encontram-se igualmente em hospitais e clínicas privadas.

16) Ainda para esta autora, vários fatores teriam contribuído para esta expansão. Em destaque, ela aponta a forte elevação dos preços internacionais das *commodities* que provocou sobrevalorização do câmbio; a intensificação do processo de globalização, com o papel acentuado da China, que inundou o mercado internacional com bens salariais e bens duráveis a preços altamente competitivos e em queda; e o surgimento de uma coalisão de centro-esquerda à frente do executivo federal, comprometida com a promoção da inclusão social através de uma nova articulação entre política econômica e política social.

Se se trata de governar a pobreza tendo como mecanismo de validação o crescimento econômico, pode-se entender que as práticas de enfrentamento da pobreza, dentro de um modelo econômico neoliberal capitalista se limitarão a combater não esta ou aquela causa da pobreza, mas os seus efeitos. Combate que se dá prioritariamente sob a forma de benefícios àqueles corpos que se encontram abaixo de certo nível do qual se considera que as pessoas não têm uma renda decente capaz de lhes proporcionar um consumo suficiente, dificultando assim a fruição econômica¹⁷. Benefícios estes de uma razão governamental que trabalha incessantemente para que o mercado (alçado à condição de princípio de verificabilidade da prática governamental) possa ter sua “natureza” concorrencial assegurada via a manutenção de cada um numa posição de desigualdade diferencial com todos os outros e, engendrando, por desdobramento, todo um modo de subjetivação espreado pelo corpo social que deve assistir somente e momentaneamente os que se encontram abaixo do seu limiar de se constituírem enquanto “empresas”. (FOUCAULT, 2008b)

Gilles Deleuze, ao versar sobre as “sociedades de controle”, antevia, em meio a uma série de dispositivos de controle que se dão ao ar livre, a empresa como “[...] *uma alma, um gás*” (Deleuze, 1992, p. 221). Para ele, a forma-empresa “[...] *se esforça mais profundamente em impor uma modulação para cada salário, num estado de perpétua metaestabilidade, que passa por desafios, concursos e colóquios extremamente cômicos*” (Deleuze, 1992, p. 221). A empresa postula a formação permanente, o controle contínuo como parte de seus constantes processos de modulação. Nas sociedades de controle, onde a forma-empresa torna-se emblemática “[...] *nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal.*” (Deleuze, 1992, p. 221-22). A esta nova configuração correspondem não os antigos procedimentos de confinamento, mas

17) Neste sentido Lavinas (2015a) aponta uma estatística aberrante que caracteriza modelo de gasto social Brasileiro: 60% dele é feito via transferências monetárias, ao passo que a provisão de serviços sob a responsabilidade de execução das políticas de Estado segue minoritária e aquém do estabelecido em lei. Modelo este, portanto, que privilegia possíveis soluções individualizadas para as “falhas do mercado”.

sim o controle contínuo e a comunicação instantânea, modulando as formas de produção de sanções, educação, saúde, etc. O homem-empresa das sociedades de controle é ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo modulado por um capital que se dirige para a “[...] compra de produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado.” (Deleuze, 1992, p. 223-24). Este último encontra no serviço de vendas o seu axioma e modula permanentemente os mais plásticos mecanismos de controle a céu aberto para a produção de indivíduos como empresas. O homem-empresa não é o homem confinado do regime disciplinar, mas sim o homem (potencialmente) endividado.

Neste sentido, Lavinias (2015a) afirma que a classe C (Renda familiar *per capita* de até R\$ 1.184,00/mês em 2015) - equivalente a metade da população brasileira - é detentora de 58% dos empréstimos. Essa classe destina 65% de sua renda ao pagamento de serviços e 35% à compra de produtos, quando esse percentual era inverso dez anos antes. Dentre os serviços predominam de longe os essenciais, como saúde e educação. Sendo assim, a renda da maioria da população brasileira é tomada por níveis crescentes de endividamento¹⁸, por tributos indiretos massacrantes e pela aquisição dos direitos de cidadania (saúde, educação, segurança, transporte, etc.) no mercado privado.

Em relação aos tributos, cabe destacar dois dados absurdamente gritantes do nosso sistema tributário: 1) mais de 50% do gasto público social retorna ao Estado na forma de impostos ou contribuições para financiar a receita da seguridade social e; 2) Famílias com renda familiar mensal de até dois salários-mínimos, tem 53,9% de seus rendimentos absorvidos por impostos, o que esconde um grau de pobreza e

18) Segundo Lavinias (2013), nos primeiros meses de 2015, o endividamento das famílias brasileiras comprometia 48% de sua renda, contra 22% no início de 2006. Ressalta ainda que isso não seria um grande problema se, em meio a recessão econômica, o governo não resolvesse modificar a regra de acesso ao seguro-desemprego, cortar e reduzir pensões por morte, e se o sistema tributário não ficasse, pela sua estrutura regressiva que incide fortemente sobre o consumo, com pouco mais de metade da renda bruta das famílias que vivem com menos de dois salários mínimos mensais.

destituição certamente mais agudo que o tradicionalmente medido pelas linhas de pobreza já que sua renda efetivamente disponível é inferior à carga que pagam. Dado que corrobora o entendimento de que nosso sistema de tributação reforça a concentração de riqueza e a desigualdade ao incidir intensamente sobre o consumo e a produção ao invés de taxar a renda, o patrimônio e os lucros. O grupo de renda que menos sofre com essa tributação indireta é aquele cuja renda mensal ultrapassa 30 salários mínimos. Com essa tributação regressiva se penaliza toda a população com menor acesso a renda dada sua altíssima propensão a consumir bens e serviços que muitas vezes deveriam ser providos gratuitamente pelo Estado com qualidade e na quantidade necessária para toda a população. (Lavinias, 2013)

Ao invés da ampliação na oferta de bens públicos que equalizariam oportunidades e bem-estar, o que se experimenta é a mercantilização de todas as dimensões da vida sob a supremacia dos seguros privados e créditos para todo tipo de infortúnios. Nesse modo de governo da vida pautado sob a lógica neoliberal, a inclusão financeira se torna o novo mantra, reconfigurando o lugar social de cada indivíduo a partir da multiplicação dos empréstimos pessoais como um dos principais eixos da dinâmica de securitização.

A finança, na verdade, é, na atualidade, consubstancial a todo tipo de produção de bens e provisão de serviços. Como bem assinala Lazzarato (2012), ela se apropria, através de múltiplos e sofisticados mecanismos de endividamento, da esfera do bem estar social levando à privatização de seus serviços e transformando a política social num setor antes voltado para a acumulação e o lucro das empresas privadas, notadamente financeiras, do que para sanar inequidades e tornar as sociedades mais igualitárias. (LAVINAS, 2015a, p. 19)

Esse amplo processo de endividamento ganha contornos não só financeiros, mas também morais e se configura como uma técnica securitária ao passo que deve permitir programar o tempo e os comportamentos do homem-empresa, posto que as obrigações da dívida permitem prever, calcular, medir e estabelecer equivalências entre os comportamentos atuais e futuros.

Nessa moratória ilimitada se produz uma série de práticas de modulações subjetivas a partir do desdobramento do modelo investimento-custo-lucro para um modelo de existência. Produção de si enquanto uma correlação do sujeito para consigo mesmo na modalidade de um empresário de si mesmo. Relação esta na qual o sujeito toma a si mesmo como o seu capital, seu produtor, sua fonte de renda. E aqui, todo e qualquer investimento educacional, ou ainda, sócio-educacional¹⁹, pode ser visto sob o prisma de uma economia política que se constitui em meio a uma série de esforços que tendem a calcular, a esquadrihar a vida em dispositivos dos mais variados nomes – disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo, projetos de vida, etc. –, confeccionados a partir de modos de subjetivação afins das práticas governamentais de nossa atualidade.

Em acordo com Lazzarato (2011), para que isso ocorra, é preciso pôr em funcionamento, simultaneamente, as ancestrais técnicas disciplinares e as mais recentes técnicas de segurança. As primeiras – vigilância, sanção, exame, exclusão – são reestruturadas e adaptadas às novas funções que requerem as segundas – incitação, mobilização à empregabilidade através da modulação e da individualização e diferenciação das políticas sociais. A ativação destas tecnologias disciplinares e de segurança suscita simultaneamente uma inflação de atos jurídicos e de atos legais, bem como a proliferação de normas e regulamentos provenientes do Estado e das instituições de regulação do mercado de emprego. O mercado e a concorrência são, portanto, o resultado de uma construção que necessita de uma multiplicidade de intervenções, especialmente do Estado, para existir e funcionar. Para poder “deixar andar”, é preciso intervir não sobre o mercado, mas pelo mercado. Intervir simultaneamente e o máximo possível sobre as condições econômicas e sobre as

19) Segundo Souza (2012), diante do estudo dos documentos da política pública de assistência social, a proposta de atividades socioeducativas surgem como modos de fazer (e solucionar) em todos os espaços da política pública de assistência social. Há uma exigência de que as ações propostas pelos operadores do SUAS sejam sempre socioeducativas, estejam elas colocadas para coletivos dos quais participassem crianças, adolescentes, adultos ou idosos. Todavia, tanto no *Plano Nacional de Assistência Social* quanto na *Norma Operacional Básica do Suas*, ambos de 2005, o conceito do que é socioeducativo não é explicado em qualquer momento e são apontados em associação com outros conceitos não menos complexos e difíceis de compreender como os de socialização, fortalecimento de vínculos, autonomia, protagonismo, sociocultural, reprodução social da vida individual e familiar, desenvolver capacidades e talentos para a convivência social, etc.

condições não diretamente econômicas de funcionamento do mercado e da concorrência.

É este campo problemático que serve de disparador das questões deste escrito que se pretende tese. Ao longo da inserção do pesquisador como psicólogo na política pública de assistência social, espaço institucional extremamente novo para esta categoria profissional, várias situações foram provocando gagueiras, estranhamentos e delineando paradas e/ou possíveis bifurcações nos processos de trabalho. É neste contexto, a partir de uma aposta ético-política que também precisou ser inventada, que esse texto se desdobra.

Salientamos aqui que o entendemos pela categoria “aposta” é de fundamental importância ao que nos propomos, posto que a afirmamos fundamentalmente como imanente com e no contexto no qual emerge. Dessa feita apostar se constitui como um exercício fluído, que necessita refletir sobre si mesmo no seu próprio desenrolar. Um bom apostador precisa saber ler não só as regras do jogo no qual se faz jogador, como também estar atento às nuances não necessariamente regradas que se produzem em meio à partilha do jogar. Trata-se da ativação de uma sintonia fina no seu próprio exercício, de um modo de invenção sensível ao caráter problemático dos encontros que implica uma dedicada espreita²⁰ ao que emerge no seu desenrolar e que ultrapassa os balizadores arbitrários da especificidade deste ou daquele jogo.

Vulneráveis ou não, a palestra expõe um modo de habitar o nosso presente, de fazermos de nós mesmos partícipes de um modo de subjetivação capitalístico que nos produz como sujeitos e instrumentos de uma lógica concorrencial de mercado no qual comumente se mensura a liberdade pela amplitude das nossas possíveis escolhas de consumo. Aos jovens e aos profissionais, ambos ansiosos por oportunidades que ampliem sua liberdade de consumo/escolha para além de suas vulnerabilidades (sociais ou não), cabe preparo, motivação, planejamento, etc. Em suma, cabe toda uma modulação da produção desejante em limites “possíveis” e

20) A título de aprofundamento, ver a bela formulação apresentada por Orlandi (2014), desenvolvida em densidade a partir da página 04.

articuláveis à moldura do sistema de produção capitalista atual que nos produz contornos nos quais se pode e deve investir para alcançar um futuro promissor. As ações humanas, ao gravitar sob os regimes de investimentos econômicos que mesclam conhecimentos, habilidades e atitudes, promovem variações da vida sob o mesmo tema - o da empresa.

Em acordo com Maciel Júnior (2005), nossas escolhas possibilitam cada vez menos questionamentos e hesitações que apontariam para a existência de produção subjetiva singular, posto que se dão entre possíveis já determinados, nos quais o futuro aparece sob a forma de um projeto que venha garantir a melhoria ou continuidade de uma maneira de ser estabelecida dentro dos limites impostos pelas diversas instâncias encarregadas de ordenar, normatizar e produzir comportamentos e subjetividades pré-moduladas em meio as quais nos produzimos.

Nessa lógica, parece haver muito pouco tempo ou espaço de exploração de potências outras fora daquilo que se configura como aventuras criativas a serem consumidas, de preferência, também como investimentos em humanidade capitalizável. Segundo Lazzarato (2011, p.31-32):

[...] a capitalização é uma das técnicas que devem contribuir para transformar o trabalhador em “capital humano”, aquele que garante por si só a formação, o crescimento, a acumulação, a melhora e a valorização de “si” enquanto “capital” por meio da gestão de todas as suas relações, suas escolhas, suas condutas segundo a lógica da relação custos/investimentos e segundo a lei da oferta e da procura. A capitalização deve contribuir para fazer dele “uma espécie de empresa permanente e múltipla”. O que agora é exigido dos indivíduos não é a garantia da produtividade do trabalho, mas a rentabilidade de um capital (de seu próprio capital, de um capital inseparável de sua própria pessoa). O indivíduo deve considerar a si mesmo como um fragmento de capital, uma fração molecular deste. O trabalhador não é mais um simples fator de produção, o indivíduo não é, estritamente falando, uma força de trabalho, mas um capital-competência, uma **“máquina de competências”, que vai de par com um “estilo de vida, um modo de vida”, uma escolha moral, uma “forma de relação do indivíduo consigo mesmo, com o tempo, com o seu entorno, com o futuro, com o grupo, com a família”**. (grifo nosso)

Nestes tempos, é preciso C-H-A. O C-H-A da persistência para um futuro falaciosamente “brilhante” que se gesta decantando potencialidades governáveis.

Atitude que não é abuso, mas dócil e útil; Habilidade que seja técnica, precisa e com obsolescência programada e Conhecimento que não produza problematização, mas soluções criativas que ampliem a empregabilidade. Este é o mantra do empresário que tem como substrato dos seus negócios algo muito próximo, talvez a fonte mais próxima que possa existir – o si mesmo. É no cálculo sistemático e empresarial de si mesmo que se fabrica o vencedor a partir de uma multiplicidade de investimentos (na formação, na aparência, na mobilidade, na afetividade, na cultura, etc.) que se deve fazer para otimizar as suas performances.

Produz-se assim, uma sociedade empresarial que tem como efeito e instrumento uma modulação homem-empresa que trata de conceder a cada um – dentro do espaço concorrencial – uma localização econômica onde se pode e deve assumir e enfrentar os riscos da política econômica do modo de produção capitalista de forma privatizada e intimista. Com a lógica do capital humano, leva-se a individualização ao máximo, posto que o sujeito passa a mobilizar continuamente todos os seus recursos e passa a investi-los em todas as suas atividades. Ao tornar o humano capitalizável se promove uma identificação entre individualização e exploração, já que o “empresário de si mesmo” é igualmente, patrão e escravo de si mesmo, capitalista e proletário, sujeito de enunciação e sujeito do enunciado.

Como um bom exemplo disso podemos destacar a flexibilização do seguro social através da criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI)²¹, ou ainda Empreendedor Individual (EI). Figura que nos últimos anos vem sendo associada a noções de desenvolvimento, prosperidade e cidadania em meio a um processo de transferência para o indivíduo da responsabilidade estatal e/ou

21) Criado pela Lei Federal Complementar nº 128/2008, o MEI é a figura jurídica que formaliza vínculos com a seguridade social pertencente a uma nova e mais baixa faixa de tributação do Brasil (5% contra 20% sobre o salário mínimo vigente), isenta de tributos federais, como Imposto de Renda (IR), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em 2017, o valor máximo de tributação é de R\$ 52,85 mensais (valor que corresponde a 5% do salário mínimo – R\$ 46,85 – mais R\$ 5,00 de ISS destinados aos Municípios e mais R\$ 1,00 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) destinados aos Estados. Com o *status* de pequeno empresário, o MEI pode contratar até um funcionário pagando salário mínimo ou piso da categoria com menor carga tributária.

macroeconômica de acesso ao trabalho. “Ter uma boa empregabilidade” vem gradativamente deixando de ser sentença usada para referir mercados ou profissões e passa a aludir aos próprios indivíduos. Aqui, ser empregável é adaptar os comportamentos e o próprio estilo de vida ao mercado.

Com o MEI, trabalhadores autônomos que atuam em variadas atividades - cerca de 500 ocupações, dentre elas, ambulantes, cabeleireiro, manicure, esteticista, costureira, artesão, borracheiro, sapateiro, mecânico, etc. - podem formalizar seus negócios e, com isso, obter benefícios como cobertura previdenciária, concessão de crédito a juros módicos e apoio técnico de órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Para além das garantias de cidadania ao se formalizarem, com o benefício de acesso ao crédito, o estímulo ao empreendedorismo vai ao encontro do interesse comercial de instituições financeiras que através da venda de produtos – como financiamentos e empréstimos – passa a atingir um novo e promissor público estimado em cerca de 10,8 milhões de trabalhadores que não contavam com proteção previdenciária segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2009. Com essa justificativa, o governo federal aprovou o subsídio ao “crédito barato” (com taxas a partir de 8% ao ano) não apenas através de agências financeiras estatais como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, mas também de bancos particulares como o Santander e o Bradesco. Sendo assim, ao passo que a garantia de acesso ao crédito torna-se fator de distinção social e cidadania, por outra via, o governo também presta a assistência aos bancos, promovendo assim um estado de bem-estar para as instituições financeiras. (Salgado, 2012)

Através dessa ampliação e fortalecimento da formalização, o Estado Brasileiro diminui a informalidade ao incluir trabalhadores antes desprotegidos, eleva a densidade contributiva, garante uma moldura na qual a economia pode continuar a se desenvolver e ainda promove uma progressiva inserção de trabalhadores nos valores e práticas do mundo empresarial. O MEI é a figura que simboliza a demonstração de possível vitória do sujeito que vem de baixo, mas que com o

correto investimento em seu capital humano supera as dificuldades da vida. O MEI é sempre convocado a participar do mercado concorrencial através de suas estratégias empresariais, e aquele que nem ousa arriscar-se nessa lógica é considerado o perdedor. Permanece pobre, portanto, quem despreza sua capacidade empresarial e não consegue enxergar as inúmeras oportunidades de negócios. Em acordo com Salgado (2012, p. 136. Grifo nosso):

Assim, as subjetividades empreendedoras ganham, nas caracterizações dos EIs, interpretações sempre positivas (energia, flexibilidade, autonomia), deixando ao campo do não-dito, por exemplo, as dificuldades de ser seu próprio chefe, de fazer seus próprios horários e de não ter auxílio alheio na tomada de decisões. **E assim se constrói a imagem de um indivíduo naturalmente satisfeito com e adequado às novas demandas do mercado de trabalho, um indivíduo cujo “espírito empreendedor” acompanha o novo espírito do capitalismo.**

Na conjunção entre os esforços individuais dessa figura e uma política de governo que intenta legalizar e conferir seguridade aos trabalhadores informais, o Estado encontra uma alternativa viável não só para o desemprego, mas também para a miséria que aflige parte de sua população. Acreditando no poder dessa figura, o SEBRAE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), lançou em 2012 a cartilha “*O empreendedor individual e o Programa Bolsa Família – Uma Oportunidade para Crescer.*” Destinada aos beneficiários do programa social, o material se esforça em demonstrar como através do MEI, essas pessoas podem encontrar uma oportunidade única de crescimento e inclusão produtiva, saindo por fim da condição de dependentes do governo e tornando-se empresários. (Salgado, 2012)

A cartilha se esforça ainda para deixar claro que a formalização não implica necessariamente na perda do PBF, já que o principal critério do programa permanece o mesmo²². Afirma ainda que muitos beneficiários já possuem uma ocupação que gera renda, mas que ainda assim não é suficiente para o sustento

22) Como os valores são atualizados anualmente, em 2017, a renda mensal por pessoa para concessão do benefício não pode ultrapassar R\$ 170,00 nas famílias com crianças, adolescentes e gestantes até 17 anos.

mínimo da família e, por isso a manutenção do benefício se faz necessária. O que a cartilha não explica é como a formalização como MEI para o beneficiário do bolsa família se efetiva na prática, já que além da comprovação da situação de pobreza ou extrema pobreza para ter acesso ao benefício, a entrada no mercado formal implica o pagamento de mais um imposto em uma renda já extremamente baixa...

Ainda assim, a cartilha alerta para as seguranças alcançadas com a entrada no MEI (aposentadoria, auxílio-doença, pensão para os dependentes, salário maternidade, etc.) e a prioridade na retomada do benefício para os empreendedores que abram mão do PBF e que por algum motivo passem a necessitá-lo de novo. (Spínola, 2012)

Ao passo que o próprio MDS aponta que deixar de precisar do bolsa família é progredir econômica e socialmente, também nos dá a antever a proliferação de discursos que enfatizam a possibilidade de qualquer um se tornar empreendedor. Propaga-se assim, mesmo que indiretamente, a ideia de que aqueles que permanecem sem trabalho ou renda o fazem porque querem, já que trabalhadores desempregados e informais seriam desajustados de uma norma que preconiza a disposição a riscos financeiros, psicológicos e sociais inerentes à atividade empresarial reguladora da vida. Visando o crescimento, lucro e sucesso e resgatando as noções de individualidade e flexibilidade em conjunto com o conceito de empregabilidade, a norma empresarial preconiza cada vez mais a necessidade de indivíduos proativos, criativos e empreendedores²³. Em acordo com Lazzarato (2011, p. 57), o Estado trabalha para:

[...] a generalização do governo da empresa sobre o conjunto das relações sociais, e o próprio Estado assume, solicita e organiza a generalização dos comportamentos de tipo “capital humano” em todos os domínios da sociedade. O estado, como muitas vezes na história do liberalismo, longe de ser uma força externa e hostil ao *homo oeconomicus* e a suas leis, é a instituição que inicia, experimenta, implementa e difunde as novas modalidades de governo das condutas.

23) Vale lembrar que essas são características também extremamente valorizadas na principal tecnologia do SUAS - seus trabalhadores. Constatação um tanto curiosa no caso de Aracaju, já que, num primeiro momento, a estabilidade empregatícia alcançada com o concurso público para servidor efetivo vai de encontro à lógica empreendedora que postula a disposição a correr riscos como fundamental ao desenvolvimento dessas mesmas características.

O Neoliberalismo não é uma luta da empresa e dos interesses privados contra o poder público, mas uma mudança no modo de governo das condutas que implica em uma redistribuição das funções entre público e privado. Contrariamente àquilo que a ideologia liberal nos faz crer, o dispositivo legal e a administração estatal estão longe de desempenhar um papel minoritário ou subordinado na implementação dessa mudança.

O bom vencedor, modulado na moldura econômica assegurada pelo Estado, com o seu misto de C-H-A, assume os perigos da atividade econômica com o menor grau possível de vulnerabilidade, manejando os ativos necessários para sua proteção e bem-estar de forma individualizada. Em acordo com Salgado (2012, p. 138), para além do mercado formal, um novo jogo de deveres e responsabilidades tanto do Estado quanto do indivíduo se forma: “[...] cabendo ao governo diminuir burocracias, minimizar custos de formalização, estimular o “crédito amigo” e oferecer formação técnico-empresarial; aos sujeitos, empreender formalmente, pagando seus impostos e, de preferência, gerando os empregos que a sociedade, conjuntamente, foi incapaz de fazer.”

Como uma grande resposta aos problemas sociais, essa cultura empreendedora em franca institucionalização no Brasil, naturaliza o empreendedorismo como próprio da espécie humana, fabricando uma panaceia para a construção de sustentabilidade e justiça social num processo que funde cidadania e consumo. Nesta seara, a grande questão passa a ser como estimular essa natureza enquanto fenômeno local e cultural, já que o ambiente pode funcionar como motor ou freio à subjetividade empreendedora. Sepultada a possibilidade de discutir caminhos alternativos ao capitalismo, trata-se então de capilarizar até o nível mais ínfimo os valores empresariais submetidos à dinâmica concorrencial.

Assim, conhecimentos, habilidades e atitudes se modulam enquanto um arsenal de condutas que podem e devem ser desenvolvidos em relação às possibilidades flutuantes de consumo de autonomia, cidadania, escolha, autenticidade e liberdade vistos cada vez mais individualizados e apartados de um contexto político mais amplo. Produz-se assim, uma ética do sujeito emergente que modula sua existência em função das “oportunidades” que o seu meio dispõe.

Meio que, devido a sua imanência nas flutuações do mercado, se apresenta como incerto, produzindo corpos com angústias e ansiedades familiares à incerteza, jogados à sorte de projetos de vida majoritariamente curtos, intermitentes e desencaixados cuja gestão escapa a responsabilidade de instituições mais sólidas (como o Estado, por exemplo) e recai sobre os seus próprios ombros. Segundo Salgado (2012, p. 142. Grifo nosso):

A tarefa, como se percebe, é tornar todo e qualquer indivíduo um agente capaz de fazer a economia florescer através de práticas empreendedoras. **Afinal, de que adiantaria uma sociedade democrática, com estabilidade econômica e liberdade de mercado sem corpos e mentes empreendedoras? O livre mercado capitalista apenas se realizaria plenamente gerando “sustentabilidade e justiça social” como sugere Dolabela, com os esforços de “espíritos empreendedores”.** Mas, como terra de gente abençoada por natureza, o povo brasileiro é aparentemente abundante em tal recurso.

O Vencedor, aquele que participa ativamente do jogo concorrencial, que desenvolve o trinômio do C-H-A como convém às normativas do momento, é capaz de fazer prosperar não só sua vida, mas a de todos ao seu redor. Sendo assim, ao promover uma sinonímia entre desenvolvimento social e empreendedorismo, admite-se a necessidade do fomento da cultura empresarial entre a nossa população como um caminho fundamental de combate ao desemprego e a pobreza num governo da população alicerçado em propostas neoliberais.

Antes de avançarmos, entendemos que se faz necessário conceituar melhor o que estamos conceituando de Neoliberalismo. Seguiremos aqui, junto as análises que já vínhamos apresentando, as proposições do geógrafo David Harvey em seu livro “O Neoliberalismo: história e implicações”.

1.1 - Sobre o Neoliberalismo

Em acordo com Harvey (2014, p.12):

O Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livres comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.

Nessa lógica, os Estados gravitam em torno de uma razão governamental que deve intervir somente para que os mecanismos concorrenciais do mercado econômico possam ter o papel de um regulador geral da própria sociedade, submetendo-a a dinâmica concorrencial que afeta amplamente nossa compreensão de mundo. Ao enfatizar as relações contratuais de mercado²⁴, o neoliberalismo se propõe como uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana e possível de substituir todas as crenças éticas anteriores.

Para tanto, Harvey (2014) nos alerta que as figuras fundadoras do pensamento neoliberal se apoiaram fortemente nos ideais políticos da dignidade humana, do livre empreendimento e da propriedade privada, considerando-os valores centrais da civilização atrelados à possibilidade dos indivíduos, enquanto sujeitos políticos

24) Para os neoliberais, introduzir o mercado como princípio regulador significa fazer da concorrência o princípio regulador da sociedade. Esta entendida não como o resultado de um jogo natural dos desejos, dos instintos, dos comportamentos, mas sim devendo ser instituído e continuamente alimentado e sustentado entre desigualdades. Para os neoliberais, só a desigualdade é capaz de produzir uma dinâmica que os faz entrar em rivalidades, estimulando os desejos, os instintos e os cérebros dos indivíduos, e que assim maximiza as suas potencialidades e o seu poder de agir. (Lazzarato, 2011)

livres, tomarem decisões soberanas. E aqui, a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais se torna emblemática da construção de práticas de consumismo diferenciado e de liberdades individuais.

O geógrafo inglês aponta ainda que a consolidação desse modelo – cujo método é a economia, mas o objetivo é transformar o espírito²⁵ – se dá com a gradual dissolução de todas as formas de solidariedade social em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. Para tanto, estabelece como arcabouço legal as obrigações contratuais negociadas livremente entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado²⁶. A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, expressão e escolha têm de ser protegidos, mesmo que, para tanto, o Estado tenha que se utilizar da violência para preservá-los. (Harvey, 2014)

Ao passo que afirma constantemente as liberdades individuais, no entanto, os teóricos neoliberais nutrem uma desconfiança com relação à democracia, já que o regime da maioria é visto como uma potencial ameaça aos direitos e liberdades constitucionais. Ao contrário das decisões democráticas e parlamentares, o neoliberalismo tende a pensar o governo da vida empreendido prioritariamente por especialistas atrelados aos poderes executivos e o poder judiciário se torna o recurso constante de resolução para toda e qualquer querela da competição. Vale ressaltar

25) Livre utilização da frase "*a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito*", que segundo David Harvey (2014), foi proferida Margaret Thatcher, então eleita a primeira ministra britânica em maio de 1979, ano de consolidação do neoliberalismo nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Seu governo foi marcado por uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado social-democrata que se consolidara no país a partir de 1945. Era um expurgo a todas as influências Keynesianas que dominaram as políticas econômicas pós-segunda guerra mundial. Vale lembrar que por mais de uma vez, o golpista Michel Temer já anunciou que pretende ser o equivalente à primeira ministra britânica em solo tupiniquim, ou seja, promover duras reformas com o intuito de “modernizar” o país.

26) Como exemplo poderíamos citar o exposto na reforma trabalhista de 2017, que preconiza, dentre outros absurdos, a possibilidade de acordos entre patrões e empregados se sobreporem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Cabe destacar que a mesma reforma se dá após o golpe de estado de 2016 e se fundamenta pelo seu possível efeito de ampliação do emprego com a flexibilização de uma legislação considerada “engessada” demais frente às demandas atuais do mercado de trabalho.

que esse recurso aos aparatos jurídicos tradicionalmente escamoteia os vínculos entre as concepções de justiça e direitos e os processos sociais que lhe são inerentes. O apelo cego às esferas jurídicas, aparentemente neutras, oculta esse vínculo e nos (re)lança em abstrações universais que hegemonicamente apresentam os direitos sociais e políticos circunscritos as interações do livre mercado. (Harvey, 2014)

Sendo assim, pretendemos ao longo deste escrito lançar algumas pistas que permitam considerar como a definição/delimitação/manutenção das políticas públicas de assistência social, intimamente relacionadas à garantia de direitos, se relacionam com as práticas governamentais neoliberais. Relação esta pautada pela premissa de que o Estado deve intervir o mínimo nas relações de mercado e, ao mesmo tempo, assumir a responsabilidade por assistir às consequências da falta de trabalho para a maioria da população.

Instaura-se assim, uma situação permanente de vulnerabilidade social a qual o SUAS deve dar conta. Dar conta de uma ordem política fundada sobre o reconhecimento dos direitos ao trabalho e uma ordem econômica que obedece às leis do mercado, revelando assim a trágica inferioridade da condição civil daqueles que se encontram mais afastados dos meios de produção.

Para estes, como os jovens do 4º distrito que precisam aprender a desenvolver como convém seu C-H-A, sua inferioridade é frequentemente entendida como fracasso, como falta de vigor competitivo ou por deficiências no exercício de aprimoramento do seu capital humano. Aos “excluídos”, para além das deficiências das políticas de Estado, entende-se que faltou dedicação à educação, a aquisição da ética de trabalho, a submissão à disciplina e à flexibilidade, etc.

Na retórica neoliberal, o desemprego é sempre visto como prioritariamente voluntário, já que surge quando o preço de reserva do trabalho (abaixo do qual se prefere não trabalhar) é considerado alto. Logo, a redução do desemprego passaria também por uma reforma dos benefícios previdenciários, já que estes são fundamentais no estabelecimento do preço de reserva. Dessa feita, a busca pelo pleno emprego na retórica neoliberal flerta a todo momento com a redução não só

das remunerações, mas também das proteções sociais²⁷. A estabilidade no emprego se torna uma coisa do passado e as proteções sociais (pensões, assistência à saúde e proteções contra acidentes), que foram antes responsabilidade dos empregadores e do Estado, são substituídas por sistemas de responsabilidade pessoais fornecidos como produtos pelos mercados. A segurança individual se torna assim uma questão de escolha individual vinculada à capacidade de pagamento por produtos inseridos em mercados financeiros arriscados. Este é um bom exemplo da individualização dos riscos como justificativa para o fomento de política de Estado que garante a moldura econômica. Segundo Harvey (2014, p. 76. Grifo nosso):

Esse princípio é aplicado aos domínios do bem-estar social, da educação, da assistência à saúde e até aos regimes previdenciários (a seguridade social foi privatizada no Chile e na Eslováquia, e há propostas nesse sentido nos Estados Unidos). O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (**como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação**), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo).

É nesse sentido que questionamos como as políticas de assistência em nossa sociedade, para conter os “problemas sociais” inventados pela lógica do sistema produtivo, se pautam pela criação de mecanismos tutelares e de contenção daquilo que se pode chamar de “anormalidades” sociais. Segundo Lazzarato (2011), não se pode entender a proteção social como uma simples proteção contra os riscos sociais (desemprego, acidente, velhice, etc.), mas também como uma técnica de governo de um modo de vida ao qual ela assujeita os indivíduos. Qualquer pessoa ou grupo que não queira aceitar esse modo de vida se encontra marginalizado. A integração ao Estado-providência por via do trabalho assalariado, como de certa forma prevê o MEI, implica uma sujeição a um estilo de vida que impõe ainda uma sequência de

27) Harvey aponta que globalmente o número de pessoas sem seguro social vem aumentando. Por exemplo, na América Latina estima-se que a economia informal tenha passado de 29% no ano 1980 para 44% da população economicamente ativa na década de 90. Além disso, garante que quase todos os indicadores globais de saúde, expectativa de vida, mortalidade infantil, etc. mostram perdas e não ganhos em bem-estar a partir dos anos 1960.

passagens lineares e programadas de um confinamento ao outro - escola, exército, fábrica, aposentadoria....

Desse ponto de vista, as práticas de assistência contemporâneas investidas pelo Estado, ou em parceria público-privada, não deixam de ser tecnologias de controle da vida, de regulação social, cujo funcionamento na atualidade pode ser visto desde os cuidados com a infância em perigo ou com os adolescentes em conflito com a lei, ao abrigo de moradores de rua e acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias do bolsa família. Ou seja, tais práticas podem ser pensadas como componentes de uma verdadeira tecnologia biopolítica, que consiste em regular o cotidiano, sobrecodificando e descodificando os acontecimentos e gerindo os modos de vida pela utilização cada vez maior dos processos de normalização e dos discursos da segurança. A biopolítica, que tem como ferramentas diversos processos e conhecimentos à sua disposição (relatórios, enquetes, pesquisas e bancos de informações onde estão disponíveis dados crescentemente pormenorizados), gesta-se no entrecruzamento de exercícios de poderes que acabam por produzir, conhecer e explorar o que se passa na cabeça das pessoas, em suas almas, em forçá-las a revelar seus segredos mais íntimos a fim de dirigi-las e que tem como principal efeito e instrumento a produção de sujeitos através de regras previamente perpetradas de conduta que conjugam um sem número de técnicas, táticas, estratégias de saber-poder no nível limitado em que se inscrevem e que encadeando-se entre si, invocando-se e se propagando, encontrando em outras partes apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto como o projeto de orientação profissional que articulava intervenções de psicólogos, assistentes sociais e as receitas do palestrante...

Dessa maneira, o biopoder se instaura como o direito de intervir na maneira, no “como” viver, ao portar uma série de enunciados alheios ao da lei e que produzem, a partir da norma, regras “naturais” que se referem ao domínio das ciências humanas. É assim que se produz atualmente um modelo responsável pelo que entendemos hoje por “natureza humana” e seus correlatos, como a dimensão subjetiva...

Dessa feita, podemos problematizar as questões que compõem atualmente SUAS como intrinsecamente atravessadas por uma produção social da existência fortemente pautada pelo modo de produção capitalista neoliberal. Para Foucault (2008b), esta se caracteriza hegemonicamente pela produção e organização da liberdade, engendrando o que for necessário para tornar livre. Isto implica que se estabeleçam variados tipos de limitações, controles, coerções e liberações que nos atravessam e nos constituem, oferecendo à economia política do desejo uma infinidade de pontos de aplicação onde é possível obter prazer, de preferência via consumo. Sendo assim, a segurança, ou melhor, poderíamos falar em seguridade social, aparece então como o princípio de cálculo desse custo de fabricação da liberdade. O que está em jogo é justamente o esforço de uma série de práticas de governamentalidade²⁸ neoliberais que fazem a potência inventiva da vida se contrariar e neutralizar, funcionando assim como remédio e combustível para a sobrevivência de uma economia política pautada na liberdade de fluxos econômicos. Em suma, é o jogo constante entre liberdade e segurança que se encontra no cerne dessa razão governamental. Mais uma vez, como bem disse o palestrante:

Não adianta ser o revolucionário com suas ideias doidas!

28) Segundo Foucault (2008b, p. 258): “[...] o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder.”

2

Festa estranha

No final de 2009, no último semestre do mestrado iniciado em continuidade imediata com o fim da graduação em uma Universidade pública, uma questão me preocupava: como manter a independência financeira? O fim do mestrado significava também o fim da principal fonte de renda à época – a bolsa. Esta perfazia um total R\$ 1.200,00 reais, valor razoável para custear a vida numa capital como Aracaju à época. Durante o manejo destas questões, em Novembro de 2009, a Prefeitura do Município lançou edital com 210 vagas para a então Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC). O concurso público para servidor efetivo dividia estas vagas do seguinte modo: 55 destinadas a assistentes sociais, 45 destinadas a psicólogos e 110 destinadas ao cargo de nível médio de Educador Social. Firmava-se, então, um movimento já indicado nas formulações da PNAS e nas Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), qual seja: o de prover seus quadros com servidores efetivos, rompendo com uma lógica muito comum nas políticas de assistência de fragilidade nos regimes de contratação do seu quadro funcional²⁹. À época, o concurso mobilizou grande

29) Antes do concurso, os profissionais que tocavam a política de assistência no município eram, na sua grande maioria, contratados via Organização Não governamental (ONG), prática esta bastante comum na história da política de assistência social brasileira geralmente vinculada também a irregularidades na utilização do dinheiro público. A fim de enfrentar esta questão, é aprovada em 2007, a NOB-RH/SUAS que visa a implantação de uma política de reconhecimento e valorização através da profissionalização do(a) trabalhador(a) do SUAS, objetivando assim uma maior qualidade

parte dos psicólogos do Estado com a promessa inicial de um salário bruto de R\$ 1.151,40 para 30 horas de trabalho por semana e R\$ 1.611,00 para 42 horas de trabalho por semana.

Todavia, muito poucos candidatos possuíam alguma familiaridade com o SUAS. Em contato com colegas que se preparavam para a prova, os que conheciam tal política pública na sua atual formatação apontavam rapidamente para alguma prática relacionada a estágios (na maioria extracurriculares) ou alguma rápida experiência através de contratos precários. Ninguém mencionava, durante sua graduação, alguma bagagem de discussão mais sistematizada dessa política que prometia contratar tanto psicólogo na cidade. Mesmo as faculdades que produziam discussões em disciplinas com a temática “Psicologia e Políticas Públicas” não versavam diretamente sobre as políticas de assistência social em seus arranjos ético, políticos e institucionais.

Durante os estudos para o concurso ia tendo contato com uma política que, segundo o próprio Edital, determinava assim as atribuições do psicólogo:

realizar avaliação e diagnóstico psicológicos de entrevistas, observação, teste e dinâmica de grupo, além de visita domiciliar com vistas à prevenção e ao tratamento; realizar atendimento familiar para orientação ou acompanhamento psicossocial; colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas sociais de macro e micro-sistemas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição; orientar e acompanhar os usuários, familiares, e demais agentes que participem, diretamente ou indiretamente, dos atendimentos; avaliar as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos sob tutela da justiça, seja por posse e guarda de crianças e adolescentes, violência doméstica ou determinação da responsabilidade legal por ato infracional; realizar atendimento psicológico através de trabalho acessível e comprometido com a busca de decisões próprias na organização familiar dos que recorrem às unidades dos CRAS e/ou CREAS, conforme orientações do Sistema Único de Assistência Social SUAS; atuar junto ao CRAS, CREAS e Rede Socioassistencial, em equipe multiprofissional, no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação de programas sociais, no âmbito da política de assistência social; executar outras atividades correlatas,

e continuidade do serviço público, já que entende que o trabalho precário compromete a relação dos trabalhadores com o sistema configurando-se como um obstáculo para o desenvolvimento do SUAS. (FERREIRA, 2011b)

previstas nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
(ARACAJU, 2009a, p.3)

Para o bem e para mal, todas essas funções, na continuidade dos estudos sobre a PNAS, demonstravam estar em maior ou menor grau atreladas a uma certa busca por autonomia e/ou cidadania do seu público-alvo. Conceitos que apareciam de uma forma ampla demais e que podiam remeter, grosseiramente, à possibilidade de escolha e a possibilidade de participação política, respectivamente.

O concurso, cujas provas foram realizadas em Janeiro de 2010, convocou em sua primeira chamada os 45 psicólogos classificados. Inaugurava-se assim, a era dos servidores efetivos na SEMASC. Todos eles passaram por uma rápida capacitação e foram lotados nos principais equipamentos da Secretaria. Como não fiquei dentre os 45 classificados, minha convocação se deu somente em Janeiro de 2011 e fui lotado em um CRAS localizado no loteamento Coqueiral, periferia da cidade que não fazia parte dos meus trajetos na capital sergipana.

Cabe destacar que Aracaju é elevada ao status de cidade no ano de 1855, para se tornar a capital da Província de Sergipe Del Rey. É uma cidade plana, abaixo do nível do mar, fundada e planejada para propiciar um maior progresso para a região. As terras molhadas cativaram os ideais de Inácio Barbosa, então presidente da Província de Sergipe Del Rey, que queria otimizar o escoamento do principal produto de exportação da região: a cana de açúcar. Tanto a primeira capital da província – São Cristóvão –, quanto a cidade de Laranjeiras, detentora da maior produção, não estavam numa posição geográfica favorável, no tocante a um rio de fácil navegação até o Oceano Atlântico.

Mesmo enfrentando forte oposição das forças aristocráticas das duas cidades, o carioca Inácio Barbosa teve êxito, principalmente por conta do apoio das

forças liberais da época. O eixo econômico, político e social da província fora deslocado com o nascimento de uma cidade em terras distantes dos compromissos dos senhores de engenho e criada para favorecer os intercâmbios mercantis. Aracaju, nascia com a pretensão de ser uma cidade “livre”.

Liberdade esta que deveria ser expressa nas ruas. Inácio Barbosa queria que a nova cidade se diferenciasse dos modelos coloniais, apresentando um traçado vanguardista e moderno tão comum a primeira metade do século XIX. Brasil afora, novos projetos urbanísticos ganhavam forma com o intuito de melhorar as condições de vida nas cidades, consideradas como grandes polos comerciais. A nova capital de Sergipe Del Rey carregaria a aura progressista da época – sem irregularidades nas habitações, ruas e demais espaços urbanos existentes. Era preciso ordenar a cidade de forma racional para que os indivíduos não pudessem se perder, que não desse margem ao erro. Seguiu-se então, tal como o método cartesiano, as certezas e evidências da razão. (Rodrigues, 2015)

Para isso, a incumbência de elaborar o projeto e coordenar sua construção fora dada a um conhecedor das ciências dos traçados e dos cálculos matemáticos, o engenheiro Sebastião Pirro. Este se ateve a um plano de alinhamentos geométricos³⁰, tal qual um tabuleiro de xadrez. Seus traçados simples e facilidade na execução, além de garantirem agilidade na construção da cidade, trazia uma utilidade do ponto de vista de se ter uma sociedade bem organizada, que apresentava um tipo de circulação ordenada, disciplinando as multiplicidades no espaço, artificialmente organizadas de acordo com o princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos da distribuição. Arquitetava-se um espaço cujo objetivo seria o de proporcionar um progresso

30) Segundo Rodrigues (2015), concebido sobre forte influência de modelos urbanísticos considerados de vanguarda para a época e instalados em cidades como Washington, Buenos Aires e Chicago, Pirro fez um projeto de fácil execução para a demarcação das ruas do terreno. Projeto que traçou um quadrado de 540 braças de lado, com 32 quarteirões simétricos, com 55 braças de lado (110mx110m) separadas por ruas de 60 braças de largura (13,20m).

sempre de olho num futuro promissor que garantiria a quem ali residisse bem-estar e conforto. (Rodrigues, 2015)

O ponto central e inicial da cidade foi localizado na atual Praça Fausto Cardoso, sendo ele o escolhido para ser o centro do poder político-administrativo. A partir da praça, a cidade cresceria às margens do rio Sergipe para as direções norte, sul e oeste. Paralela ao rio, Pirro fez nascer a primeira rua do chão aracajuano: a Rua da Aurora, que se tornou Avenida Rio Branco e que é popularmente conhecida e chamada até hoje como Rua da Frente, justamente por ser a rua que ficava de frente para o rio. Imponente por ocupar posição topográfica estratégica de frente para o rio, a rua de frente se tornou o local por onde se estabeleceram as primeiras residências e comércios. O acesso ao rio era primordial para os moradores da cidade. Por ele chegavam e saíam as mercadorias, necessárias à vida da urbe.

Mesmo considerando que esse espírito progressista foi sofrendo modulações ao longo de sua história, acreditamos que o modo como a capital foi concebida é de fundamental importância para entender como em Aracaju se produz uma realidade bastante peculiar, a saber: é extremamente viável na capital sergipana se esquivar facilmente dos bolsões de pobreza que acabam por situar-se majoritariamente nos limites da cidade com um pouco mais de 181 km².

Por conta disso, para descobrir aonde exatamente se situava o loteamento Coqueiral, precisei recorrer ao *Google Maps*, já que nem mesmo os colegas que já trabalhavam na SEMASC sabiam me explicar muito bem como chegar no CRAS Coqueiral. Este se situava na zona norte da cidade, no bairro Porto D'anta, e crescia nas margens do rio do Sal, fazendo limite com o município de Nossa Senhora do Socorro, perfazendo em média, quarenta minutos de trajeto entre minha casa e o trabalho - percurso bastante longo para a pequena capital.

O CRAS ficava bem próximo do rio, num prédio alugado e situado na frente da Unidade de Saúde de Família (USF) do loteamento e cobria o menor território dentre os demais equipamentos da assistência, todavia o mesmo era considerado de extrema vulnerabilidade. Criado a partir de ocupações irregulares de uma área com uma grande quantidade de coqueiros, boa parte dos moradores do loteamento eram originários da própria capital, de cidades do interior sergipano ou do Estado vizinho de Alagoas. Muitos deles se estabeleceram originalmente em barracos improvisados com a promessa que Aracaju era uma cidade que “dava casas” aos pobres. A região do loteamento foi inicialmente ocupada na segunda metade dos anos 1990 e, segundo as principais lideranças comunitárias, foi composta por famílias sem residência fixa devido a ausência de políticas públicas sistemáticas de habitação. Com ruas estreitas, sem água e energia elétrica, o loteamento foi gradualmente sendo estruturado a partir das lutas das lideranças comunitárias que fechavam ruas, protestavam na porta da prefeitura, da câmara de vereadores e, por vezes fechavam uma das principais ligações entre o município de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro - a ponte sobre o Rio do Sal³¹.

À época da minha chegada, as principais ruas do bairro já eram asfaltadas e diversos equipamentos públicos já se encontravam presentes, mesmo que em estruturas precárias. O CRAS, por exemplo, segundo alguns moradores mais antigos, se situava num antigo prostíbulo da região. A antiga zona, agora abrigava a porta de entrada da assistência social em um prédio pequeno, alugado e construído nitidamente sem muito planejamento. As normas técnicas que deveriam reger o espaço do CRAS³² – tamanho das salas, acessibilidade, ventilação, etc. – não pareciam surtir efeitos às margens do Rio.

Acessava-se o prédio por um portão estreito que deixava o usuário de frente para uma escada bem íngreme. A sua esquerda se situava uma sala mais ampla, onde mesmo com pouca ventilação, se faziam as reuniões maiores. Junto a esta sala havia

31) Ponte José Rollemberg Leite.

32) Todas expostas especialmente no capítulo 4 do caderno de Orientações técnicas dos CRAS. Ver na bibliografia Brasil (2009b).

um pequeno banheiro frequentemente interditado por conta de algum problema no sistema de encanamento do prédio ou mesmo da própria rede de saneamento do local. A direita da escada encontrava-se a cozinha e, mais a frente, uma outra sala - menor que a primeira onde também se faziam atividades com grupos menores. Geralmente as atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) eram realizadas neste espaço tanto no turno da manhã, quando no da tarde. Subindo as escadas, o equipamento se dividia a esquerda em mais uma sala ampla e a direita encontravam-se pequenas subdivisões que agrupavam a sala da coordenação, almoxarifado, sala do Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico), sala dos técnicos e sala da equipe do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esta última era responsável por acompanhar e desenvolver ações com futuros moradores de habitações populares que estavam sendo construídas nas proximidades do loteamento. A equipe do PAC deveria não só orientá-los quanto às regras gerais da futura residência (sendo a locação terminantemente proibida), como também realizar junto à sede da SEMASC a triagem dos verdadeiros necessitados daquele programa.

Inicialmente, ocupava o lugar de psicólogo no turno da tarde – tradicionalmente com um fluxo menos intenso de demanda espontânea – e, enquanto me inteirava com a rotina do trabalho ia tecendo relações naquele bairro a partir das atividades junto aos grupos de convivência, demandas espontâneas e encaminhamentos de outros órgãos como Conselho Tutelar, Ministério Público, etc.

Ao contrário dos colegas que adentraram na primeira convocação, não tive acesso a uma capacitação inicial e, um ano após os estudos para o concurso, era lançado num equipamento, considerado pelos colegas dentro da proteção social básica (PSB), com o segundo maior índice de vulnerabilidade social e com uma equipe ainda em formação. Retomava assim as leituras da PNAS ao passo em que me inseria em um equipamento que materializava a prática de assistência numa

política estatal de proteção social³³ que, articulada a outras políticas, deve prestar a “garantia de direitos” e a oferta de “condições dignas de vida”.

Neste sentido, vale ressaltar a diferença entre Assistência Social e Proteção Social. A primeira deve ofertar os serviços sócio-assistenciais que configuram um espaço de defesa dos direitos dos segmentos da sociedade que vivem em extremas condições de exclusão e pobreza – combatendo assim seus efeitos. Já a Proteção social extrapola a possibilidade de uma única política social e requer ações articuladas de um conjunto de políticas públicas de garantia de direitos que respondam a diversas e complexas necessidades básicas da vida social. Desse modo, à Assistência Social não se pode atribuir a tarefa de realizar exclusivamente a proteção social. Esta compete, articuladamente, às políticas de emprego, saúde, previdência, habitação, transporte e Assistência, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal.³⁴ Diferença importante, posto que caso a mesma não seja bem estabelecida corre-se um duplo risco conforme nos aponta o documento conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2007), a saber: 1) hipertrofiar a política de assistência social ao atribuir-lhe funções e tarefas de competência do conjunto das políticas públicas; 2) restringir a proteção social aos serviços sócio-assistenciais, retraindo o escopo de constituição de um amplo conjunto de direitos sociais sob responsabilidade do Estado.

Enquanto me familiarizava com a rotina do serviço e com uma parte da cidade até então desconhecida para mim, siglas como PAIF, PETI, PROJOVEM, PBF – que diziam de programas e serviços integrantes do SUAS e à época monitorados pelos CRASs do município –, começavam a ganhar rostos e corpos em meio a pergunta que não parava de martelar e que compartilhava com alguns dos colegas que já estavam lá a mais tempo: o que afinal o psicólogo faz exatamente no CRAS?

21) A atual Constituição Brasileira, em seu artigo 194º confere à Assistência Social o estatuto de Política Pública, compondo com a saúde e a previdência social o tripé da Seguridade Social. Nesse contexto, em 1993 é promulgada a Lei nº 8.742, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dando à Assistência Social um estatuto de direito, exigindo a definição de leis, normas e critérios objetivos.

34) “**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”(BRASIL, 1988)

Questão que, segundo Araújo (2010), demonstra o quanto ainda é incipiente a sistematização da atuação dos psicólogos nesta área. Em sua recente dissertação de mestrado, esta autora intitulou seu trabalho com a afirmação parcial de uma psicóloga entrevistada para sua pesquisa e que acredita sintetizar o caráter processual da construção do trabalho do psicólogo na assistência social, a saber: “[...] nós fomos convidados... é como se a gente tivesse sido convidado a participar de uma festa, mas que a gente não sabe que roupa deve usar né. Então a gente não sabe direito.” (ARAÚJO, 2010, p. 24)

Como entender esse “convite”? E, mais ainda, sem entendê-lo, como se constrói o entendimento de se tratar de uma “festa”? O que garante o caráter de “celebração” neste “convite/encomenda” a ocupar um lugar, a tomar posições das quais não se tem clareza de como foram arquitetadas naquela política?

2.1 - Papel do CRAS

Com uma certa frequência, uma senhora de riso farto, negra, com enormes tranças no cabelo e cujas marcas do rosto tornavam imprecisa qualquer tentativa de identificação de sua idade, acionava a equipe do CRAS em busca de uma cesta básica de alimentos. Solicitação esta não só comum, como também uma das mais presentes no cotidiano deste equipamento que materializava a PSB naquela localidade. Proteção que, via caráter preventivo, protetivo e proativo, se outorga a função de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios que referencia por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania de seu público-alvo³⁵.

35) A Política Nacional de Assistência Social define seu público-alvo como aquele composto por “[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal decorrente de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do grupo

Pedido comum, já que entre os benefícios sociais emergenciais que o município de Aracaju dispunha à época, a cesta básica se configurava como um benefício eventual a ser distribuído após criteriosa avaliação da equipe técnica que deveria equacionar a pouca quantidade de cestas com a alta demanda daquela população, bem como estabelecer uma relação de vínculo com aquela família que deixasse claro o caráter emergencial daquele benefício dentro de uma política que se debatia com seu passado assistencialista frente à uma nova proposta de garantia de direitos.

História, demanda, assistencialismo, garantia de direitos, avaliação técnica, tranças enormes, riso, fome. Tudo isso se encontrava durante o turno da tarde, em uma mesa redonda de uma sala quente e pequena de um prédio alugado pela prefeitura onde outrora funcionava um puteiro. Ao redor da mesa, assistentes sociais e psicólogos deveriam, junto à solicitante, estabelecer não só uma posição na fila pelo pedido, como também traçar uma estratégia conjunta para extirpar o mais rápido possível aquela situação de insegurança alimentar e quaisquer outras produtoras de vulnerabilidade e/ou risco social.

No cruel cálculo entre famintos que receberiam a cesta naquele mês e aqueles cuja fome teria que esperar um tempo maior, regras pseudo-técnicas eram inventadas para fazer valer a eventualidade do benefício como, por exemplo, a renda *per capita* familiar, última vez que recebeu a cesta, se possui algum tipo de renda além do Bolsa Família, etc. Regras que deveriam se cruzar com a quantidade de cestas destinadas àquele território, prazos da licitação municipal para as mesmas, tempo de entrega etc. A fome devia ser calculada.

A risonha usuária intrigava a equipe, especialmente o novo psicólogo do serviço que nunca ouviu falar dessa função ao longo de sua graduação; que nunca esteve numa mesa com assistentes sociais para pensar estratégias de manejo de uma necessidade tão básica. A despeito disso tudo, a negra costumava sorrir e gostava do

familiar, grupo e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.” (PNAS/2004, p.33).

novo profissional mesmo sem entender muito bem o que “esse povo que lida com a cabeça da gente” tinha a ver com sua fome. Com o desenrolar do acompanhamento³⁶, o psicólogo começou a ter acesso a outros dados já que das tranças bem produzidas à família como um todo, a política de assistência preconiza assim o seu fluxo de matriciamento. Dessa feita, conhecemos também o filho adolescente de baixa escolaridade que tinha abandonado a escola, o seu esposo, desempregado e portador de transtorno mental. A negra, como quase todas as outras mulheres daquele loteamento, fazia faxinas quando estas apareciam, era beneficiária do PBF e, em raras oportunidades, recebia alguma ajuda financeira da família do esposo e de sua mãe.

Enquanto a fome aguardava na fila a um pouco mais de um mês e meio, numa das idas ao CRAS para saber sua posição atualizada na lista, a mesma senhora aparece com o braço engessado e quando indagada sobre o ocorrido, passa a relatar episódios de agressão de seu esposo. Durante as crises, o companheiro tendia a ficar violento e seu filho acabava por vezes o contendo, diminuindo sempre que possível, a gravidade das agressões.

O braço havia sido quebrado por um golpe de martelo desferido na direção de sua cabeça e que por reflexo ela conseguira colocar o braço no caminho. Perplexo com a quantidade de vezes que vira a negra e que a mesma nunca tinha relatado nenhum episódio como este, o psicólogo se mostrava atônito enquanto que em meio a risos a usuária relatava outros episódios, como as inúmeras vezes que o pai de seu filho se armara com uma faca e partia pra cima dela. Rindo, versava sobre o medo e as estratégias que montava para se proteger, como com o tempo passara a prever os momentos de pico da crise e evitava o convívio com o companheiro, mesmo na pequena casa de três cômodos. Relatos que se faziam em meio a certeza

36) Considera-se acompanhamento familiar o serviço realizado por meio de atendimentos contínuos, sistemáticos e planejados com objetivos estabelecidos, que possibilitem às famílias/indivíduos que apresentam situações de vulnerabilidades e/ou risco social, o acesso a um espaço onde possam refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias.

de que só podia contar com seu filho para lidar com aquela situação, já que seus poucos parentes moravam em outro Estado e os familiares do companheiro julgavam que os cuidados com ele eram de sua inteira responsabilidade.

Ao longo da conversa, uma lágrima se derrama do olho esquerdo e entrecorta minimamente sua fala. Lágrima que não embarga a voz e, mais uma vez sorrindo, a negra afirma que não gosta muito de chorar pra fora, que está mais acostumada a chorar pra dentro...

Além da fome, um novo risco. Este possui um fluxo diferente: exige que outro equipamento seja acionado, um que lide especialmente com a demanda da violência doméstica e que, em conjunto com a atual equipe, trace as intervenções necessárias para a mudança daquela situação. Alternativas que demandam que tudo aquilo que constitui o ordinário, o pormenor que muitos consideram insignificante, sejam registradas e posicionadas numa grelha de inteligibilidade sobre os gestos, sobre as maneiras de ser e de agir. Grelha que, segundo Foucault (1992), será constituída por uma rede fina, diferenciada, contínua, onde se disseminam as diversas instituições da justiça, da política, da medicina, da psiquiatria na busca por aquilo que é mais difícil de notar, o que dá mais trabalho a dizer e a mostrar, enfim o mais interdito e o mais escandaloso. As agressões demandam outro cálculo.

Entre a contabilidade esdrúxula da fome e o acionamento de uma rede de serviços ainda a se construir, o riso continuava se fazendo presente nas suas idas ao CRAS, insinuando talvez algo além do lugar de vítima da miséria tão comum nas formulações que lidam com o público-alvo do SUAS. Prevenir, proteger e ser pró-ativo - o papel da equipe (explicitamente a principal tecnologia do SUAS) era claro tendo em vista a garantia de direitos. Todavia, nas possibilidades de negociação junto à negra quanto às estratégias e táticas de enfrentamento daquelas situações a mesma costumava elaborar risonhas e desconfiadas esquivas.

Assegurava que a continuidade da relação se fazia porque o companheiro não tinha mais ninguém no mundo, que a ajuda financeira enviada pela família do mesmo era fundamental para garantir o mínimo para eles e rindo, titubeava quanto à possibilidade de frequentar os grupos de mulheres vítimas de violência doméstica no

outro equipamento situado a aproximadamente 4km de distância. Mal havia dinheiro para comer, como poderia se dar ao luxo de gastar dinheiro com o transporte público? Como poderia deixar o companheiro somente na companhia de seu filho? Rindo apresentava dúvidas sobre a efetividade das intervenções do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) competente e sobre uma possível denúncia junto à delegacia da mulher. Rindo se colocava na fila de espera por uma cesta básica e rindo – mesmo que entre lágrimas (pra fora ou pra dentro) – afirmava que gostava de conversar com o psicólogo mesmo sabendo que este, junto ao resto da equipe, deveria, em tese, manejar tais situações em meio às notificações que precisavam ser feitas junto aos órgãos de garantia de direitos.

Seu filho, que abandonara a escola por mais de uma vez, alegando que precisava proteger a mãe das crises do pai, passou a frequentar esporadicamente o serviço destinado para os adolescentes daquela localidade³⁷. Com o passar do tempo, sua defasagem escolar só aumentava e, aos 16 anos estava matriculado no 6º ano do Ensino Fundamental. Não via perspectivas na escola e se preocupava cada vez mais em arranjar um trabalho. O garoto parecia gostar das atividades propostas e gradualmente ia se enturmando naquele espaço, todavia nitidamente as considerava como um luxo a que não podia se dar por muito tempo. As discussões sobre inserção no mercado de trabalho formal, sobre os modos de se relacionar sem violência dentro e fora do contexto familiar, a promoção de uma cultura de participação e controle junto aos equipamentos e órgãos públicos que deveriam assegurar os assim chamados “direitos” lhe soava como algo muito distante. Algo que poderia e deveria facilmente se esquivar ante a qualquer possibilidade de conseguir algum dinheiro seja fazendo o que quer que fosse.

A tentativa de inclusão da negra em algum curso profissionalizante que pudesse aumentar sua renda era constantemente frustrada pela sua baixa escolaridade frente

37) O serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos deve realizar intervenções que valorizem [...] a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público. (BRASIL, 2009a, p. 10–11).

à exigência dos cursos, ou até mesmo, pela sua pouca disponibilidade de tempo devido aos cuidados que deveria empregar com o companheiro. Sua notória habilidade em tecer tranças - algo que poderia ser capitalizável - pouco era valorizada por si mesma e pelo seu entorno trespassado por técnicas de embelezamento de uma cor de pele um tanto quanto distante.

O equipamento especializado fora acionado, relatórios foram enviados aos órgãos cabíveis a fim de garantir as possibilidades que de direito cabiam àquela família - como, por exemplo, o BPC. Enquanto isso, os encaminhamentos numa rede a se costurar eram esperados e modulados em meio a risos na busca por saídas.

Saídas aqui, tal qual Kafka no conto “Um relatório para uma academia”, marcando uma diferença em relação à aspiração de liberdade, pois “[...] *é muito frequente que os homens se ludibriem entre si com a liberdade. E assim como a liberdade figura entre os sentimentos mais sublimes, também o ludíbrio corresponde figura entre os mais elevados.*” (KAFKA, 1999, p.64). Saída que no conto não é alcançada por uma mera fuga daquilo que o prende, mas pelo aprendizado contingente e a qualquer custo de como realizar aquilo que se lhe espera a fim de garantir possíveis promessas.

Libertações ou saídas, o sorriso da negra continuava a intrigar a equipe multidisciplinar enquanto se frustravam diante de uma rede a se fazer e que costumeiramente postulava soluções noutra lugar.

Ao tempo que a literatura especializada no trato com a pobreza geralmente estabelece narrativas sobre a miséria e todas as faltas correlatas, o riso movimentava o corpo e inquietava os profissionais para além da frustração de suas intervenções e das vitimizações que se construía em torno daquela família.

Principal porta de entrada do SUAS, o CRAS é o principal responsável pelo nível de proteção social básica (tal qual a USF no Sistema Único de Saúde) e deve ser instalado em áreas que concentram situações de vulnerabilidade e risco social dos municípios e distrito federal. Todavia, como abarcar a complexidade de diagnóstico da incidência de situações de vulnerabilidade e risco social para delimitação do público-alvo desta política? Complexidade que diz respeito à obtenção de informações sociais intraurbanas municipais, bem como informações de difícil mensuração ou sobre as quais não se dispõe de estatísticas nacionais, tais como situações de violência, negligência e abandono. Diante desse quadro, a própria PNAS admite, na sua Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), que os CRAS sejam instalados prioritariamente em territórios com maior concentração de famílias com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias. Configura-se assim, um modo de delimitar o público alvo dessa política pela renda a que tem acesso. (Brasil, 2005)

Em paralelo, tal público se faz alvo das intervenções da equipe a partir do agrupamento de temas e grupos populacionais que se tornam objetos de ações específicas. Eram claramente populações “excluídas” dentro do viés socioeconômico e que foram delimitadas como grupos vulneráveis em relação ao grau de proximidade e modos de responsividade ao risco de terem os seus direitos sociais violados. No entanto, já nesse recorte, era difícil não se deparar com direitos já violados. O suposto mote preventivo ganhava corpo não só em relação a um suposto risco, mas sim diante da difícil pergunta de quais possíveis direitos ainda restavam para serem violados. O que mais restava para violar na família da negra e suas tranças? Com fome, sem trabalho, agredida, fora da escola, sem BPC... multiplicavam-se violações no manejo familiar junto ao CRAS. O que ainda podia ser prevenido?

Ainda assim, a partir do cruzamento entre o território do CRAS e a sua população-alvo, uma série de intervenções, em conjunto com assistentes sociais e educadores sociais, deveriam ser feitas. Todas elas, tendo como base a matriz

familiar, enfocam o trabalho em equipe a partir do entendimento de que o seu objeto de ação - as vulnerabilidades e riscos sociais - são fatos complexos que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de ações contextualizadas e para as quais concorrem contribuições construídas coletivamente. Tendo a implantação e consolidação de equipes multidisciplinares como grande ferramenta para produzir o processo de transformação almejado, tais equipes são convocadas a comparecer nos acompanhamentos, nas investigações e avaliações que atestam a capacidade de pais de cuidar de seus filhos, estados emocionais de criança, traços de personalidade de adolescentes infratores, análise de condições socioeconômicas, avaliação de condutas, situações de risco e circunstâncias atenuantes.

Intervenções que devem ampliar o grau de autonomia e/ou cidadania dessa mesma população e que almejam produzir como transformação-limite a não necessidade dos serviços de assistência social – a produção do vencedor. O Filho da negra de tranças participara da palestra sobre como se tornar um vencedor. Junto a alguns amigos que pareciam bem animados, parecia mais quieto do que de costume e entediado; como se estivesse no lugar errado. Realmente esperavam que acreditasse naquilo tudo? O palestrante, com sua roupa parecida com os homens ricos das novelas que via na TV poderia mesmo querer ter algo lhe dizer sobre como deveria viver sua vida? Enquanto o engomado falatório se desenrolava, lembrava de sua mãe dizendo que ele tinha que voltar pra escola; estudar pra ter algum futuro, uma profissão qualquer onde não precisasse passar fome. Entre o palestrante e a fala de sua mãe parecia haver algo em comum, mas o jovem pressentia uma diferença entre os dois. Enquanto sua mãe parecia deslocada proferindo tais impropérios diante tanta urgência, como quem alucina uma saída diante de tanto impossível, o palestrante parecia realmente acreditar naquilo. Parecia ter sido feito para aquilo... Como, mesmo com tanta distância, sua mãe e aquele homem poderiam estar falando de coisas parecidas?

Diante das vidas que se deparavam com as políticas de assistência, pensar possíveis formas de saída da condição de necessitados era sempre o norte. Conhecimentos, Habilidades, Atitudes, vínculos, família e vários outros conceitos

apareciam como *locus* possíveis de intervenções para alcançar esse objetivo. Se se tratava de garantir direitos, porque a pressa em tornar o público-alvo independente? Ficar o tempo que fosse necessário sob a responsabilidade do Estado não deveria inclusive ser a justificativa para a existência deste?

Segundo Leão e Oliveira (2013), a fim de garantir a efetivação dos direitos sociais, políticos e civis, o investimento em políticas públicas nos últimos quinze anos, ao menos em seus enunciados, propõe como estratégia principal dois dispositivos inter-relacionados (sendo o primeiro meio para o segundo): 1) atuação através de equipes multi e interdisciplinares; 2) objetivos e práticas que se apresentam como produção de cidadania. Ao versar especificamente sobre o campo da assistência social, estes autores ainda afirmam que:

Nestas ações, observamos a preocupação com a orientação das populações em seus contextos e problemas específicos, bem como o acompanhamento das relações familiares, principalmente, as crianças e os adolescentes, além da transformação do acompanhamento das condutas em pré-condições para o acesso aos programas e benefícios voltados à família. (Leão e Oliveira, 2013, p.140)

Ações que se desenrolam nos CRAS com caráter preventivo, protetivo e proativo, tendo em vista prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Território, público-alvo, intervenção e garantia de direitos. Assim se produz um modo de atuar em uma política de Estado cuja principal tecnologia é o trabalhador-executor desse fluxo. Para tanto, existem três possíveis serviços sob a responsabilidade dos CRASs.

O primeiro deles é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Único serviço da PSB que cabe exclusivamente à esfera municipal e que obrigatoriamente deve ser ofertado nos CRAS, o PAIF deve desenvolver um trabalho social continuado com famílias entendidas como vulneráveis, com foco na troca de informações sobre questões relativas aos “ciclos de vida” (primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento) e deficiências a fim de promover

espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades, fortalecendo assim a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura dos seus vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida. Serve como referência para os demais serviços da PSB, devendo os mesmos ter suas ações organizadas e articuladas com o PAIF a fim de romper com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009a)

O segundo serviço, de caráter não obrigatório no funcionamento dos CRAS³⁸, intitulado “Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)”, se implementado tal qual preconizado pela PNAS, pode abarcar uma população-alvo do nascimento aos 17 anos, dando um salto para os idosos. A tipificação nacional de serviços socioassistenciais prevê que os SCFVs devem delimitar suas especificidades por faixas etárias e estabelecer Serviços para crianças de 0 a 6 anos; para crianças de 06 a 15 anos; para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos (antigo pró-jovem) e para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Ainda segundo a tipificação, os SCFVs se definem por um:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Brasil, 2009a, p. 9).

Interessante notar como esse serviço a princípio exclui a população com o que setor produtivo pode contar como potencial mão de obra. Ao abranger basicamente

38) Pode ser ofertado por entidades sócio-assistenciais conveniadas. Quando ofertadas nesta modalidade, os SCFVs permanecem referenciados ao CRAS daquela localidade que deve acompanhar sua execução.

a população não economicamente ativa como seu alvo, os SCFVs, ajudam a delimitar o “necessitado” das políticas de assistência como aquele que ainda não é (ou não foi) capaz de se inserir na ordem social capitaneada pela primazia do trabalho. Nesse sentido, podemos deduzir que à população economicamente ativa, aos trabalhadores (empregados ou em potencial), não há “necessidade” de uma política estatal que garanta o fortalecimento de seus vínculos e a convivência. O trabalho, ordenador do social, assumiria esta função. De certa forma, a “cidadania regulada”, apontada por Silva (2013) reaparece numa nova roupagem³⁹...

Já o terceiro e último serviço a ser ofertado é denominado “Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas”. Este serviço:

[...] tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. (Brasil, 2009a, p. 16)

Para tanto, a equipe multiprofissional deve elaborar um trabalho sistematizado e planejado por meio da elaboração de um Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU - que identifica, em conjunto com os usuários, os objetivos a serem alcançados, as vulnerabilidades e as potencialidades destes.

Em síntese, a proteção social básica deve promover uma série de avaliações das tendências e abordagens ligadas à iminência de situações de risco de violação de direitos, gerenciando-os enquanto se esforça para entender e intervir nos fatores que limitam a capacidade de resposta, ampliando preventivamente o nível de proteção definindo seu raio de ação em torno da categoria de vulnerabilidade social.

Esta pode ser resumidamente definida como a incapacidade de enfrentar os riscos ou como impossibilidade de “manejar ativos” para proteger-se. Neste sentido, o capital social, humano e físico e a estrutura das famílias no enfrentamento de muitos riscos são reveladores das relações e “estruturas das oportunidades” que

39) Discutiremos esse conceito mais a frente.

indicam grupos mais ou menos vulneráveis numa avaliação que envolve a compreensão do perigo envolvido (eventos que causam dano) e a capacidade de resposta, absorção e ajustamento que aquele grupamento humano (família e/ou comunidade) ou território possuem para enfrentar o perigo. É a partir dessa delimitação que é possível operar o cálculo dos fatores que podem promover a avaliação e a gestão das situações e/ou elementos que aumentam os riscos num verdadeiro esforço de tentar domar o indomável, de conhecer o intangível e de assegurar o incerto, reforçando assim a necessidade de aprofundar os conhecimentos tanto dos mecanismos da geração de perigos quanto das possibilidades da sociedade, em geral, e das pessoas, em particular, de reagir e se proteger.

É como efeito dessa lógica que podemos entender porque a criança em situação de rua é considerada mais vulnerável do que um adulto. A este último supõe-se toda uma experiência de vida, todo um processo de “desenvolvimento biopsicossocial” que lhe condensa um repertório maior de possíveis respostas às situações de risco do que um criança ainda em fase de desenvolvimento, com pouco repertório para enfrentar as inúmeras vicissitudes da vida.

A vulnerável negra e sua família deveriam ser acompanhados, trabalhados e desenvolvidos em suas potencialidades. Tornados capitais de si mesmos a partir das intervenções desenvolvidas. Em meio a tal proposta, parecia razoável acreditar que até aquele momento, o caráter de “festa” - como afirmado no trabalho de Araújo (2010) fazia sentido apenas pela empregabilidade e pela estabilidade que o concurso público supostamente prometia. Afinal de contas, no meu caso, a independência financeira era (re)conquistada por dentro da maquinaria estatal e a formação em psicologia seria interpelada num espaço profissional. Todavia, não me parecia que se havia muito o que comemorar...

Se era mesmo uma “festa”, esta aparentava ser uma *“festa estranha, com gente esquisita...”*⁴⁰, já que éramos interpelados por assistentes sociais que muitas vezes se

40) Trecho da música “Eduardo e Mônica” da banda Legião Urbana (1986).

consideravam os donos daquela política⁴¹ e por usuários com demandas muitas vezes referentes à solicitação de benefícios eventuais. À época, para além do benefício de auxílio-natalidade e auxílio funeral (ambos previstos em lei Federal), a política municipal fornecia também os benefícios de Cestas Básicas, Auxílio-Construção e colchões para os seus usuários. Muitas das vezes, acompanhávamos os abnegados assistentes sociais em visitas domiciliares que visavam obter informações sobre às famílias solicitantes e, a partir daí pensar estratégias de intervenção junto às mesmas.

O benefício eventual de cesta básica - onde o CRAS do Coqueiral tinha proporcionalmente uma maior oferta e demanda dentre seus vizinhos - perfazia um total de 30 cestas mensais que deveriam ser destinadas a famílias em situação de risco alimentar. A fim de abarcar a demanda, a equipe técnica se pautava em dois critérios. O primeiro, da própria gestão de concessão de benefícios eventuais, orientava que usuários com tuberculose e/ou HIV poderiam receber o benefício por um período de seis meses ininterruptos, após o qual deveria passar por uma nova avaliação da equipe. O segundo critério era de responsabilidade de avaliação da equipe técnica local, que deveria estabelecer quais famílias deveriam receber o benefício naquele mês.

Devido ao alto nível de pobreza da localidade, várias famílias compareciam ao serviço, gerando uma fila de espera enorme para a concessão de um benefício que se propunha a ser emergencial. A partir daí, o fazer técnico local estabeleceu que sua avaliação deveria prioritariamente levar em conta a ordem da chegada do pedido. Critério este que não inviabilizava a avaliação dos profissionais devido a especificidade de cada caso e sua possível urgência, mas respeitava também a temporalidade da encomenda. Logo, se criava uma lista e, por vezes, os usuários compareciam ao serviço para verificar sua posição e pleitear uma maior celeridade a partir da apresentação de alguma urgência maior do que a fome. Em cada um desses

41) Talvez esta sensação se configure pelo fato do histórico de militância para a efetivação dessa política, bem como pelo delimitação do próprio objeto das intervenções, muito mais afeitas a um projeto político hegemônico do Serviço Social Brasileiro.

atendimentos, era preciso dialogar com os usuários, muitas vezes relembrar os critérios adotados, mas principalmente ao reexaminar a narrativa da necessidade, tentar construir com eles alguma alternativa para a superação daquela situação. Prática que, como nos aponta Donzelot, consistirá numa modalidade de atribuição do socorro que busca (1986, p. 66): “[...] *um procedimento que permita, ao mesmo tempo, discriminar o “indigente factício” da “verdadeira pobreza” e introduzir, na assistência, a exigência de sua necessária supressão no futuro.*”

A necessidade de comer pode e deve se tornar um meio de integração social. A partir daí é possível desenvolver uma série de tecnologias da necessidade que devem comportar um reforço à autonomia familiar, a assunção da mesma de sua condição e consequente reflexão sobre possíveis portas de saída daquela demanda. Aqui, junto à concessão do benefício, há também toda uma penetração de conselhos como uma influência moral legítima a partir do exame familiar. Segundo Donzelot (1986, p.67. grifo nosso):

É preciso, ainda, que os socorros sirvam para algo, é preciso que eles promovam um reerguimento da família. **É por isso que é necessário descobrir e evidenciar, em todo pedido de auxílio, a falta moral que o determina mais ou menos diretamente: essa parte de irresponsabilidade, de preguiça, de devassidão que existe em toda a miséria.** Conexão sistemática entre a moral e a economia que implicará uma vigilância contínua da família, uma penetração integral em todos os detalhes de sua vida.

Por que aquelas famílias não conseguem assegurar sua segurança alimentar apesar de muitas vezes receber o Bolsa Família? Quais as reais possibilidades de inserção no mercado de trabalho? Como utilizar aquela cesta básica fazendo-a render o máximo possível? Como produzir um entendimento de que, apesar da complexa e sistemática produção da fome, aquele benefício deve permanecer eventual? Questões como essa gravitavam em torno dos benefícios eventuais solicitado no CRAS. No manejo delas, os profissionais de psicologia muitas vezes eram chamados a intervir junto aos Assistentes Sociais na gestão destes socorros. Aqui, adentrávamos minimamente na dinâmica familiar no esforço de responder a algumas dessas questões e, quando possível, empreender uma saída dessa dependência.

Noutra situação referente ao mesmo benefício, agora já trabalhando no turno da manhã e durante uma visita domiciliar, o psicólogo se deparava com uma casa grande, incomum naquela localidade, e ainda precisando de reboco. Já conhecera a mulher responsável pela família à época de sua solicitação meses atrás. Muito educada, afirmara que morava com 2 filhas e o companheiro. Sua renda havia caído drasticamente devido a uma hérnia de disco que acometia o cônjuge, um pedreiro que retirava o sustento familiar dos trabalhos que fazia de forma autônoma. A mulher, que vez ou outra encontrava serviço como diarista, se mostrava cada vez mais frustrada pela escassez de oferta. Ainda assim, quando estas apareciam, o valor oferecido era tão baixo que julgava não compensar. Seu bolsa família tinha diminuído o valor posto que recentemente sua filha mais velha havia se mudado pra Brasília em busca de melhores oportunidades. A primogênita agora morava na capital federal e ganhava um salário mínimo, sempre que podia, enviava um pouco para o restante da família.

Durante a visita, a equipe não encontrara a responsável familiar, mas sim sua segunda filha, às vésperas de completar 18 anos. Como sua mãe não soube precisar algumas informações da família durante sua solicitação, além de utilizar a visita como mecanismo de averiguação da encomenda, a equipe resolveu buscar esses dados junto a jovem que se expressava com desenvoltura. Rapidamente ficara ciente de que a jovem havia concluído o ensino médio e tinha sido aprovada para cursar a faculdade de Direito na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Um misto de esperança e pavor tomava de assalto o psicólogo. As visitas para informar sobre a concessão costumavam ser agrídoces: ficava contente com aquelas famílias que finalmente teriam um pouco menos de insegurança alimentar, mas ao mesmo tempo se entristecia por lembrar o quanto aquele benefício havia demorado e qual seria o tempo médio de consumo daquela cesta, bem como o tempo de

espera para uma nova concessão e em meio a uma temporalidade ampliada no manejo da superação das vulnerabilidades familiares.

Aquela visita despertara um outro sabor, havia um acontecimento inteiramente novo. Naquela casa, junto à uma família em extrema pobreza, a política de cotas na Universidade Pública havia conseguido possibilitar a inserção daquela jovem nas cadeiras da mesma Universidade que o formara. Entre a jovem e a geração dos seus pais se saía do analfabetismo funcional e se abriam as portas para o Ensino Superior.⁴²

Com diferença de uma geração, parecia haver um enorme possível se configurando naquela família literalmente com fome.

Para além da cesta básica, o psicólogo passou a falar com a jovem sobre a Universidade, seus programas de assistência estudantil, as possibilidades de inserção em bolsas de iniciação científica e bolsa-trabalho. Todas estratégias que poderiam auxiliar não só na sobrevivência daquela família, como também na possibilidade de efetiva inserção e continuidade da adolescente naquele espaço geralmente tão alheio às questões de sobrevivência. Ela parecia se animar com as indicações, falava que sempre sonhou em fazer Direito e que queria ser delegada.

A conversa não pode se alongar muito. Havia outras visitas a serem feitas e o horário do expediente já estava se encerrando. Animado, o psicólogo convidou a jovem a comparecer no CRAS a fim de fornecer informações precisas sobre os programas de assistência estudantil da Universidade, bem como pensar estratégias outras que pudessem garantir a sua fixação naquele espaço.

Infelizmente a jovem nunca fora ao equipamento e, nas visitas subsequentes, o profissional não encontrava ninguém na residência. O único contato telefônico que tinha era de um celular cujas tentativas era frustradas ou pela ausência de atendimento ou pela falta de créditos do telefone do CRAS para realizar a ligação. Além disso, as convocações deixadas na caixa de correio pareciam não fazer efeito.

42) Almeida Filho (2010) nos lembra que o governo Lula aumentou em 90,1% o volume total de matrículas nas instituições federais. Permitindo, no bojo das políticas de expansão do ensino superior, que outras histórias se fizessem presentes naquele espaço.

Aproximadamente um mês e meio se passou e num final de manhã quando as visitas já haviam se encerrado, a equipe resolve arriscar mais uma vez. Com sucesso encontra a responsável pela família (que já havia solicitado uma nova cesta básica no CRAS) e sua filha mais nova. Ao indagar sobre a filha do meio, soube que a mesma havia seguido a trajetória da irmã mais velha e se mudado para Brasília na tentativa de conseguir algum dinheiro que pudesse enviar aos seus pais. A primogênita da família havia conseguido para a irmã um emprego no mesmo posto de gasolina que já trabalhara. A expectativa que motivou a partida é que com os salários mínimos de ambas as irmãs, sobraria um pouco mais para auxiliar a família.

Perplexo com a resolução familiar, o psicólogo ainda indagou se a jovem havia se matriculado na Universidade. Na UFS, haviam dois momentos de matrícula: 1) o institucional - no qual se torna efetivamente aluno da instituição - e; 2) o curricular - onde se escolhem as matérias a partir da oferta de disciplinas. Havia portanto a possibilidade da jovem ter realizado a matrícula institucional e trancado o curso, por conta da mudança de residência para suprir a urgência familiar. Todavia, nem sua mãe, nem sua irmã mais nova sabiam responder se a jovem havia adotado esta solução. Rapidamente buscaram o novo número de telefone de sua filha e colocaram o psicólogo pra tirar essa dúvida.

Do outro lado da linha, a jovem parecia surpresa e num tom leve afirmara que nunca foi ao CRAS porque precisou resolver pendências com documentos antes da viagem. Falava que estava gostando do trabalho e se mostrava animada em poder contribuir com o sustento da família. Quando indagada sobre a matrícula, respondeu num tom leve:

- Não, não fiz nenhuma matrícula!

- Mas por que? Se você tivesse feito pelo menos a primeira matrícula, a gente podia ir pensando um jeito de você voltar e fazer o curso. Porque um salário mínimo aí em Brasília rende menos do que os programas de assistência estudantil aqui. Se você tivesse feito a matrícula institucional, a gente podia correr atrás disso. Você entendeu?

- Sim, sim. Entendi, eu sabia já. Mas preferi não fazer mesmo não. Podia ter alguém como eu precisando da vaga também. Achei melhor deixar pra lá. Outra hora eu vejo um jeito de fazer esse curso. Você ainda vai saber que me formei em Direito!

Nos meandros de uma política estatal, o profissional tomava lições de uma relação com o público para além de uma apropriação privada. A jovem talvez entendera melhor a política de cotas do que o engajado técnico. Em meio a decisões que não faziam muito sentido para um planejamento de vida calculado prognosticamente, só restava ao psicólogo aprender a lição e, naquele momento, talvez insistir com a irmã mais nova, regularmente matriculada no 2º ano do Ensino Médio e uma possível candidata a uma vaga na Universidade.

Com o passar do tempo, a responsável familiar foi deixando de procurar o serviço, talvez as filhas estivessem conseguindo mandar o mínimo para a sobrevivência, talvez estivesse cansada de esperar a fome calculada das cestas básicas do CRAS. Talvez os dois.

2.2 - Inventado Pausas Tensas

Com que verbos habitar essa política que se quer pública? Em meio a violência das experimentações e análises desse fazer profissional, justo aí, fomos forçados a inventar a necessidade de pausas-tensas⁴³ não só para instrumentalizar uma atuação profissional, mas sim constituir e produzir saberes que pudessem por em evidência

43) Em acordo com Neves (2002), as pausas tensas podem ser definidas como pausas que se produzem em nossos movimentos cotidianos e que funcionam para reunirmos forças para novas proposições e outros modos de existência. São paradas que se configuram abertas e porosas as potências de virtualização.

algumas dificuldades na habitação desta política pública que vem recebendo nos últimos anos uma injeção de grandes investimentos que marcam a ampliação significativa do mercado de trabalho do psicólogo ligado à Assistência Social. Algo que, segundo Yamamoto e Oliveira (2010, p. 13), é:

Resultado não de um direcionamento do instrumental teórico-técnico da profissão ou de uma efetivação de propostas para a prática psicológica menos elitista, o campo das políticas sociais foi, e é, um reflexo do enxugamento do mercado para o exercício profissional e uma possibilidade de emprego estável, mesmo às custas das constantes críticas que recaem sobre a contextualização do trabalho realizado, a adequabilidade das teorias psicológicas e, mais ainda, sobre o caráter ideológico que a prática psicológica vem assumindo nesses espaços.

Ainda para estes autores, essa migração de um grande número de psicólogos para um campo até então desconhecido, mas capaz de absorver sua mão de obra, geralmente não é acompanhada por uma problematização da encomenda que se afina por entre os princípios e diretrizes que constituem esta oferta de trabalho. Talvez não se tratasse só de aproveitar a “festa”, mas de entender sua proposta e, a partir dela, pensar formas de relacionar-se com seus outros “convidados” e cogeri-la da melhor forma possível.

Ainda durante os quase dois anos de trabalho no CRAS Coqueiral, era constantemente abordado por alguns colegas que trabalhavam na proteção social especial (PSE) de média complexidade - basicamente nos CREAS - que garantiam que neste nível de proteção, os psicólogos se sentiam mais a vontade. Assertiva esta validade não só por estes profissionais, como também para os demais psicólogos lotados na secretaria. Trabalhar na PSE parecia para os psicólogos da SEMASC encontrar um lugar com funções mais claras, com um trabalho melhor delimitado. Dado curioso e que até hoje não encontro nenhuma sistematização teórica que o justifique...

Talvez algumas impressões possam ser formuladas muito menos com o intuito de levantar hipóteses do que com o intuito de incitar outros trabalhos. A fim de melhor balizar este dado, pode ser oportuno situar rapidamente a diferença entre os

dois níveis de proteção preconizados no SUAS pela categoria de risco social. Enquanto na PSB se trabalha a ideia de vulnerabilidade social diante da iminência do risco da violação dos direitos sociais, ou seja, um trabalho com caráter eminentemente preventivo, na PSE, o trabalho é desenvolvido com o risco já instalado, isto é, com os direitos violados. A negra risonha e os episódios de agressão se tornam de competência do CREAS, por exemplo.

Neste sentido encontramos uma maior produção acadêmica na atuação psicológica, já que o discurso psicológico se encontra disseminado no campo das violações de direitos muito tempo antes da emergência do SUAS, como por exemplo, nos aponta Cruz e Guareshi (2012, p.24):

Embora a profissão de psicólogo tenha sido reconhecida em 1962, o discurso *psí* já se encontra disseminado em algumas práticas no campo jurídico, como no laboratório de Biologia Infantil, órgão anexo ao juizado de menores, criado em 1935. Este objetivava ajudar o juizado em suas funções de abrigar e distribuir as crianças que necessitavam de proteção e assistência das instituições. A psicologia apresentava-se como um dos instrumentos (úteis) capazes de determinar as causas do “desvio do menor”. O exame psicológico procurava investigar o nível intelectual da criança e a existência de distúrbios psíquicos. De acordo com as finalidades do Juizado de Menores de observar, conhecer, estudar e classificar a criança, o Laboratório de Biologia Infantil lançou mão de dois assuntos de caráter psicológico: a psicotécnica e o estudo da personalidade da criança. Assim, a investigação era realizada mediante o uso de testes, objetivando não só classificar, mas resgatar o desviante, enquadrando-o à normatividade.

Além disso, em 2013, a PSE em Aracaju funcionava trabalhando as violações de direitos sociais não por cobertura territorial (como é preconizado pela política), mas por “temática” de violação de direitos. Sendo assim, tinha-se o CREAS São João de Deus, responsável pelo trabalho com mulheres vítimas de violência doméstica e crianças e adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual; o CREAS Maria Pureza, responsável pelas violações dos direitos das pessoas com deficiência, Idosas e suas famílias; o Centro de Referência Especializada para População em situação de rua (Centro Pop), que desenvolvia o trabalho com a população em situação de rua; e o CREAS Viver Legal, responsável pelo trabalho com Adolescentes em

cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida (LA) e de Prestação de Serviço à comunidade (PSC). Talvez essa focalização das ações em torno de violações específicas de direitos produzisse uma maior zona de conforto para os psicólogos ainda em busca de um lugar nesta política...

Após os dois primeiros anos no CRAS Coqueiral, consegui ser transferido para o CREAS Viver Legal. Alguns motivos podem ser apontados para esta opção: 1) conhecia profissional e pessoalmente boa parte dos profissionais que lá trabalhava, produzindo não só um aprendizado mútuo em um ambiente de trabalho de maior parceria, como também fortalecia um certo modo de operar a militância dentro da SEMASC; 2) o local do equipamento era muito mais próximo da minha residência (diminuindo em meia-hora o deslocamento diário); 3) receberia um acréscimo salarial de 20% assegurado pelo artigo 11º da lei municipal 3748/09⁴⁴.

Neste equipamento, apesar de encontrar uma documentação mais ampla e ao mesmo tempo mais específica - acadêmica e politicamente -, me familiarizava com outras siglas como, por exemplo, SINASE, PIA, etc. ao passo que encontrava novas dificuldades na articulação com todo o sistema de garantias de direitos em meio às solicitações de manejo de vidas visadas prioritariamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com o ordenamento do serviço por temática, se por um lado, se perdia drasticamente o fomento de ações territoriais (preceito da política), posto que abarcávamos toda a cidade de Aracaju, por outro lado, a equipe se aprofundava na execução do cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, sendo um dos principais equipamentos responsáveis por aticar toda a rede de garantia de direitos para o cumprimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

44) O caput do artigo mencionado afirma: “Fica criada gratificação especial, no valor de 20% do salário-base da respectiva categoria, para os ocupantes dos cargos previstos nesta Lei que desempenharem atividades diretamente relacionadas ao atendimento de medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - e segmentos em situação de rua e risco social.”

Basicamente o trabalho se fazia à época pelo acompanhamento de adolescentes com medida protetiva em meio aberto já estabelecida. A partir da medida, seja ela Prestações de Serviços à Comunidade (PSC) ou Liberdade Assistida (LA), os profissionais deveriam, em conjunto com o adolescente e sua família estabelecer a melhor estratégia de cumprimento da mesma tendo como principais objetivos a não reincidência no ato infracional e a (re)inserção da criança ou adolescente em vínculos familiares e comunitários socialmente aceitos.

Caso a medida infligida fosse a PSC, o trabalho se daria com a identificação de possíveis equipamentos (prioritariamente públicos) próximos à residência do adolescente aonde se pudesse estabelecer um cruzamento entre alguma necessidade de exercício funcional dentro daquele serviço e alguma habilidade manifesta do jovem. Por exemplo, devido a baixa escolaridade de vários de nossos socioeducandos, era muito comum que os mesmos se prontificassem a executar serviços de auxiliar de limpeza em equipamentos como unidades de saúde da família. Por entendermos ser este um trabalho fundamental ao funcionamento de qualquer espaço, um diálogo era estabelecido no sentido de problematizar junto ao jovem o caráter pejorativo, mal remunerado e pouco valorizado que nossa sociedade geralmente atribui aos trabalhos manuais e na oportunidade discutíamos também como, caso fosse de interesse do mesmo executar outras funções, quais os caminhos e habilidades que deveriam ser desenvolvidas - domínio da leitura, familiaridade com o uso de computadores, habilidades de relacionamento, etc. A equipe entendia à época que a vinculação com o local da prestação de serviços deveria ser a mais próxima possível de um vínculo empregatício com a equipe local. À equipe de referência da execução da medida como um todo caberia a responsabilidade pelo manejo das questões que fossem emergindo referentes não só ao cumprimento da imposição judicial, como também no desenrolar do acompanhamento tanto do jovem e sua família, quanto do equipamento que o acolheu.

Já no caso da medida ser a Liberdade Assistida (LA), o próprio equipamento já possuía um serviço em grupo que deveria ser frequentado pelos socioeducandos uma ou duas vezes por semana. Neste grupo geralmente facilitado por educadores

sociais, várias questões de interesse dos adolescentes e afeitas aos objetivos do CREAS VIVER LEGAL eram trabalhadas em conjunto com educadores sociais, psicólogos e assistentes sociais. Neste espaço, cuja frequência deveria ser definida em conjunto com o adolescente e sua família, o socioeducando deveria ser capaz de desenvolver uma problematização sobre o cometimento do ato infracional, bem como também pensar possíveis estratégias de vida mais afeitas a uma inserção social mais profícua.

Além da participação na execução direta das duas medidas, os profissionais do CREAS Viver Legal deveriam ser capazes ainda de estabelecer uma articulação com toda a rede socioassistencial, bem como promover ações que fomentassem a responsabilização da sociedade pelo seu público-alvo. Ações que podiam ser desde a intervenção em determinada escola sobre as possíveis consequências do cometimento de atos infracionais, bem como a promoção de um seminário com toda a rede de garantias de direitos para promover a confecção do plano municipal de socioeducação.

Após um ano de trabalho nesse equipamento, obtive uma licença para estudos de dois anos que possibilitou cursar as disciplinas obrigatórias do programa doutoral e somente em Abril de 2016 retornei para o mesmo equipamento.

Todavia, pouco antes da minha saída a prefeitura já vinha discutindo o reordenamento dos serviços dos CREAS que deveriam passar a executar os serviços por cobertura territorial. Com o meu retorno, fui surpreendido com a notícia de que o CREAS Viver Legal, agora responsável pelo 2º e 3º distritos de Aracaju (onde se situam a maior parte dos bairros de classe média da capital sergipana), ocupava a maior parte de sua rotina de trabalho com o acompanhamento de possíveis violações de direitos contra a pessoa idosa. Com o reordenamento, o acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto se tornara a violação menos frequente neste equipamento.

Mudança esta que obrigou toda a equipe técnica a se reorganizar, a não só aprender e discutir o manejo de questões ligadas ao acompanhamento de crianças e adolescentes que cometeram ato infracional, como também se apropriar dos fluxos

de acompanhamento dos idosos, das crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, das mulheres vítimas de violência doméstica, da violação de direitos da pessoa com deficiência e/ou transtorno mental, ou seja, todo grupamento humano que se enquadre em algum tipo de violação de direitos....

Retorno este que após o biênio de estudos produziu inevitavelmente modificações no percurso da pesquisa. Os “necessitados” da política de assistência, outrora pensada como uma política eminentemente voltada para a população pobre, se transfiguravam também em alguns grupamentos de classe média e classe média alta da capital sergipana. Grupamentos que, inclusive, antes de utilizarem os serviços do CREAS, a muito não frequentavam equipamentos públicos municipais.

Entender esse percurso do pesquisador entre os equipamentos, serviços e temporalidades da rede assistencial da prefeitura de Aracaju talvez seja útil para amplificar a discussão que se pretende fazer ao longo desse trabalho. Em relação aos direitos sociais, seja na sua violação, seja no fomento de habilidades para responder a possíveis violações dos mesmos, questões iam se configurando no trabalho de gerir vidas que muitas vezes não haviam encomendado absolutamente nada dos equipamentos estatais aos quais fui vinculado.

É a partir dessas experiências, do contato desse pesquisador não só com as afetações de seu campo de atuação de profissional, mas também com as intercessões produzidas no retorno para a Universidade, nas inúmeras propostas da banca de qualificação, que se poderá entender a espessura que o desenrolar desse escrito se propõe ao se tecer entre idas e vindas da história dessa política de Estado e os encontros que se forjaram na habitação dessa política.

Traçados os balizadores da entrada do pesquisador no SUAS, nos parece necessário um rápido sobrevoo sobre a configuração histórica da atual formatação da política Estatal de Assistência Social. A sua recente sistematização conta uma história da qual prefere se afastar e nos dá a antever alguns caminhos pré-figurados a que essa política se propõe.

3

As Loas⁴⁵ do SUAS e seus vencedores

Sendo assim, para o percurso a que nos propomos, além da habitação do fazer profissional no SUAS, entendemos como primordial pensar a assistência social em sua recente história e sistematização como política pública constitucional a fim de melhor compreender e construir lugares.

Todavia, esta tarefa não encontra um caminho tranquilo. A esmagadora maioria dos documentos que versam sobre a atual conjuntura da política de Assistência apresenta a história de construção desse Sistema Único após anos de luta contra uma prática Estatal marcada pela filantropia, clientelismo e benevolência do primeiro-damismo que moldavam uma lógica de manutenção da condição de subalternidade aos que a ela recorriam. O SUAS aparece em quase todos eles como um sistema que finalmente busca ultrapassar essa lógica e aponta na garantia dos direitos constitucionais para além da benfeitoria daqueles responsáveis pela gestão pública. Nesse campo de tensões entre Assistencialismo *versus* Garantia de direitos, o SUAS emerge como monumento maior de um sistema único, democrático,

45) Se por um lado podemos entender por LOAS a Lei Orgânica de Assistência Social, a palavra “Loas”, pode também significar um substantivo feminino, plural de Loa, que segundo o dicionário Houaiss pode significar: 1) prólogo de composições dramáticas em Portugal e Espanha, que visava atrair maior interesse e participação do espectador na peça a ser apresentada; 2) discurso elogioso em que se enaltece o mérito de alguém, de algum feito, ou de algo; elogio; **3)** cântico em louvor dos santos, ou de Deus, ou da Virgem etc.; 4) toada de acento doce e melancólico composta por canoieiros e executada ao ritmo dos remos; 5) mentiras, fanfarronada, parlapatices.

descentralizado e participativo. Ele simboliza enfim uma vitória histórica para as políticas sociais no nosso país.

O que poderia ter assegurado ao psicólogo um lugar de destaque no SUAS? Mesmo se sentindo um “convidado”, desde 2011 o psicólogo é, junto ao assistente social, o profissional de nível superior que deve obrigatoriamente⁴⁶ compor as equipes de referência de todos os níveis de proteção do SUAS.

Ainda que não desconsideremos a existência de várias ações na área da Assistência Social anteriores à atual conformação do sistema, estabelecemos aqui um recorte tomando como base os pressupostos legais da mesma a partir da Constituição Federal de 1988 que assegura o arcabouço legal para toda a subsequente estruturação do SUAS.

Segundo o artigo 194º da Constituição Federal, a Assistência Social, junto com a saúde e a previdência social, integra as políticas de Seguridade Social. Estas, após os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, são conceituadas com base na noção de direitos universais e responsabilidade pública, provocando assim a entrada da Assistência Social na agenda de política pública de direito do cidadão e de dever do Estado.

Dentro da redação da carta magna, a assistência social encontra-se delimitada nos artigos 203º e 204º, na seção IV, do capítulo II – “Da Seguridade Social”, do Título VIII – “Da Ordem Social”. Esta ordem, segundo o artigo 193º, “[...] *tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais*” (Brasil, 1988)

Ordem que estabelece a diretriz pela qual as políticas de Estado deveriam se pautar para cumprir o seu dever constitucional⁴⁷. Dito isto, vejamos como a constituição define a assistência social tomando como base a “ordem social” na seção específica desta política:

46) Segundo a resolução nº 17 de 20 de Junho de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e da funções essenciais de gestão do SUAS. (BRASIL, 2011)

47) Vale lembrar que para alcançar a justiça social o Estado deve garantir a seus cidadãos os direitos sociais citados no artigo 6º da Constituição Federal. Ver a nota de rodapé nº 04, na página 25.

Art. 203. A assistência social será prestada **a quem dela necessitar**, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida. (BRASIL, 1988. Grifo nosso)

Definição que, segundo Silva (2013), torna necessária a criação de um Sistema de Assistência Social descentralizado e participativo, tendo em vista assegurar a alocação de recursos financeiros e, ao mesmo tempo, proporcionar a superação de ações fragmentadas e descoordenadas, a superposição de programas e ainda possibilitar o controle social sob o setor público em relação ao repasse de recursos a entidades por meio da criação de mecanismos de avaliação e controle social.

É indo nesta direção que a constituição de 1988 intenta romper com um histórico de ações com caráter iminentemente caritativo e operacionalizadas em práticas históricas de clientelismo, benemerência, favor e tutela que se organizou a partir da

combinação do modelo de seguro social e do modelo assistencial. O primeiro era destinado a segmentos ocupacionais, sob uma lógica de direito contratual em que apenas os trabalhadores formais poderiam acessá-lo e usufruir de seus benefícios. Já o modelo assistencial se volta a grupos pobres e vulneráveis e se estrutura de forma predominantemente descontínua, sem configurar uma relação de direito social. Ou seja, a assistência social não se expressava como direito de cidadania, posto que seus usuários se encontravam desvinculados da estrutura produtiva. Lógica esta que caracteriza a noção de “cidadania regulada”, em que apenas os aptos ao trabalho eram considerados cidadãos de direito. (SILVA, 2013)

Como exemplo desta história, em 1938 temos a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) que assumia, dentre outras coisas, a atribuição de dizer quais eram as demandas dos mais “desfavorecidos” por meio de diálogo estabelecido entre os “notáveis” do Conselho e os representantes das entidades sociais. Emblemática também é a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, que tinha como objetivo atender as famílias dos pracinhas combatentes da Segunda Guerra Mundial. Todavia, com o fim da guerra, a LBA é reestruturada e passa a ser responsável por articular as diversas instituições filantrópicas e privadas, prestadoras de serviços assistenciais corroborando para que se acentuem ainda mais relações baseadas em práticas históricas de clientelismo, o que se observa, sobretudo, na vinculação da presidência da instituição à figura da esposa do presidente Getúlio Vargas, a primeira-dama, Darci Vargas. Até a extinção da LBA em 1995⁴⁸, as ações da Assistência eram durante a maior parte do tempo

48) Extinção provocada no primeiro dia de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) pela medida provisória nº 813/95 que, via reforma ministerial, redefiniu toda a estrutura institucional trazendo implicações diretas para a política de assistência, podendo ser destacadas a extinção do Ministério do Bem Estar Social, a extinção da LBA e a instituição do Programa Comunidade Solidária presidido pela também primeira-dama Ruth Cardoso. No que diz respeito especificamente à extinção da LBA, o governo FHC precedeu de forma truculenta com o seu desmonte e de outras organizações governamentais, desconsiderando o acervo existente referente às ações que vinham sendo desenvolvidas por décadas no âmbito da assistência social e realocando os funcionários em diversos setores da burocracia estatal. Como, nesse governo, não são evidenciadas ações no sentido de implementação da LOAS e ao mesmo tempo se presencia a extinção do órgão de maior capilaridade no âmbito da assistência social, torna-se evidente a existência de um vácuo quanto ao desenvolvimento de ações necessárias à Política de Assistência Social. (Silva, 2013)

implementadas pela própria instituição e por sua rede privada conveniada, numa perspectiva de proteção aos desvalidos, aos “excluídos” incapazes de alcançar condições próprias de subsistência, já que não possuíam acesso ao mercado de trabalho.

É em meio a essa história, a fim de materializar o arcabouço legal da Seguridade Social presente na constituição de 1988, que se demandou a regulamentação de legislações específicas para cada área componente - saúde, previdência e assistência. Subsequente à promulgação da CF, o poder executivo teria um prazo de seis meses para elaborar os projetos de lei, planos de custeio e de benefício e apresentar ao Congresso Nacional. Este teria mais um semestre para apreciá-los e aprová-los, sendo estipulado o prazo máximo de dezoito meses para a implantação progressiva das legislações e dos planos, o que deveria ser concluído até o prazo máximo de 05 de Abril de 1991, o que no caso da Assistência Social não foi efetivado⁴⁹. (Silva, 2013)

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) só veio a ser aprovada (Lei nº 8742/93) cinco anos depois da carta magna de 1988, já no governo do então presidente Itamar Franco (1992-95). Para Silva (2013), dentre a série de inovações e desafios correlacionados que a LOAS impõe, podemos destacar: 1) a afirmação do caráter não contributivo; 2) a afirmação sobre a necessidade de integração entre as diversas políticas sociais em resposta às necessidades da população na abertura a participação popular, nas ações de controle social, gestão e execução da política; 3) criação dos Conselhos de Assistência Social (em nível municipal, estadual e nacional) como instância de controle social, de composição paritária entre governo e sociedade e com a presença de trabalhadores da área de assistência social e dos

49) Ainda segundo Silva (2013), se a Saúde adquiriu materialidade enquanto política estatal ainda em 1990 (Leis 8.080/90 e 8.142/90), por outro lado a LOAS nem sequer foi aprovada nesse momento histórico, sendo regulamentada apenas em 1993. Atraso este imputado pela autora ao governo do então presidente Fernando Collor (1990-92) que, dentre outras coisas: veta integralmente o projeto de lei de regulamentação da assistência social; reordena as ações dessa política, intensificando os repasses de recursos públicos às entidades filantrópicas de caráter privado, e empossa sua esposa - Rosane Collor - na gestão pública da assistência social. Gestão esta marcada por sucessivos escândalos de corrupção ligados à LBA.

usuários. Dessa feita, a assistência social dever-se-ia configurar como um espaço de defesa dos direitos dos segmentos da sociedade que vivem em extremas condições de exclusão e pobreza em relação a uma ordem social pautada na primazia do trabalho.

Todavia, como a grande maioria das leis, apesar de outorgada, a LOAS não assegura a efetividade de sua implementação, especialmente se observada a conjuntura vivenciada no momento de sua aprovação. Os princípios da LOAS, segundo Silva (2013), entram em choque com as diretrizes neoliberais que orientavam as estratégias que vinham sendo priorizadas desde o governo Collor. Sendo assim, o seu processo de implementação constituía-se efetivamente como um desafio, já que sua inclusão no âmbito da Seguridade Social permitiria, em tese, à Assistência Social uma nova matriz e novas condições de visibilidade muito mais do que um conjunto de práticas benemerentes.

Desafios estes que se acentuam no governo FHC (1995-2002), subsequente ao de Itamar Franco, tendo em vista a intensificação da agenda política neoliberal articulada à perspectiva minimalista que priorizava uma série de ações como: a contenção das ações do Estado (Estado Mínimo); privatizações; flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas e, por fim, ações seletivas e focalizadas em situações específicas. Como exemplo, na área da assistência social, podemos apontar a principal estratégia do governo federal no combate à pobreza no país, o Programa Comunidade Solidária (estabelecido à margem da LOAS) que tinha como principal objetivo coordenar ações – por meio de articulações e parcerias com a sociedade civil – junto à população que não possui condições para prover suas necessidades básicas em estados e municípios com altos índices de concentração de pobreza. (Silva, 2013)

Além desse programa, a agenda social de FHC contou com a adoção de outros programas, a saber: 1) Programa Brasil Criança Cidadã (1996-99) destinado a crianças e adolescentes de 07 a 14 anos e que tinha como finalidade o apoio a atividades de cultura, esporte e lazer; 2) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996 e destinado a famílias que se encontravam com

crianças em situação de trabalho infantil, destinando bolsas no valor de R\$ 25,00 às famílias residentes em áreas rurais e o valor de R\$ 40,00 às famílias de áreas urbanas, com o objetivo de desenvolver atividades de “jornada ampliada”; 3) Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, denominado “Sentinela”, destinado ao apoio e ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. Em relação aos programas específicos de transferência de renda, o governo FHC lança em 1997, inspirado nas experiências de Campinas e Brasília que começaram a despontar em 1995, o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). E, já em 2001, o substitui pelo Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação, sendo mais conhecido como “Bolsa Escola”. Seguindo essa lógica, foram criados ainda o Programa Bolsa Alimentação (2001) e o Programa de Auxílio Gás. Estes últimos programas, mesmo financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social e com fundamentação legal diretamente vinculada à LOAS, eram coordenados respectivamente pelo Ministério da Educação, da Saúde e das Minas e Energia. (Silva, 2013)

Sendo assim, é nítido que a agenda social do governo FHC esteve voltada para ações assistenciais implementadas com recursos federais com base nos princípios de seletividade e focalização em situações específicas, configurando uma clara opção pela substituição da tão almejada regulação do direito do cidadão e dever do Estado no âmbito da assistência social, por uma relação solidária que opta pela subsidiaridade reforçada pelo neoliberalismo, o que proporcionou um *mix* entre modernidade neoliberal e conservadorismo.

Neste cenário, Silva (2013) aponta a importância fundamental dos atores que historicamente compunham o cenário de pressões e resistências em defesa do reconhecimento da política de assistência social como direito constitucional do cidadão e dever do Estado para a materialização da LOAS. Grupo este que a autora aponta como principal responsável pela construção gradual e lenta do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social e que ao longo do governo FHC sempre teve que medir forças com a forte presença das entidades prestadoras de serviço de caráter eminentemente filantrópico. É neste forte

contexto neoliberal que se constitui o motor de ampliação de resistência em defesa da política de assistência social pública.

Movimento este originário no final dos anos 1980, quando os servidores da LBA começam a questionar a gênese da própria instituição em defesa da constituição de uma política de assistência social pautada pela perspectiva de garantia de direitos. Além desse grupo, Silva (2013) ressalta ainda os grupos de pesquisa ligados à PUC-SP (NEPSAS) e à UNB (NEPPOS)⁵⁰ que passam a congregam maciçamente a presença da categoria de assistentes sociais por meio de seus órgãos representativos⁵¹ que vão unir forças em defesa da regulamentação da política de assistência social pressionando o governo Itamar para a aprovação da LOAS em 1993. São estas mesmas forças políticas que impulsionaram a instalação e composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 1994.

Movimento este que se consolidava em nível nacional, espalhando-se pelo país, por meio de experiências em municípios liderados majoritariamente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no decorrer da década de 1990 e início dos anos 2000. Experimentação que permitiu a inserção desses militantes nos diversos espaços destinados à operacionalização da Política, o que tornava possível o posicionamento a partir de novas referências fundadas nas perspectivas defendidas pelos representantes dos movimentos. Neste contexto, os Conselhos de classe do Serviço Social arregimentavam os profissionais nos diversos municípios do país em defesa da democracia e da justiça social, orientando-os a ocupar posições estratégicas nas prefeituras, nas entidades, nas universidades ou nos conselhos de classe, de modo que articulassem forças em todo o país em defesa da política de assistência social descentralizada e participativa. Era via aparelhamento das políticas de Estado que

50) Núcleo de Estudos e Pesquisa em Seguridade Social (NEPSAS), sob coordenação de Aldaíza Sposati, tinha como principal objetivo compreender qual era o conteúdo da assistência social e também sua função como política pública e; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS) da Universidade de Brasília.

51) A época, eram o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) e Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)

gradativamente o Serviço Social se fortalecia enquanto movimento de resistência política. (Silva, 2013)

Por fim, cabe destacar que essa militância em defesa da Assistência Social Pública catalisou forças e atores com diversas vinculações como núcleos de pesquisas de universidades, fóruns de discussão, órgãos de classe de categorias de assistentes sociais, organizações sindicais, entidades e organização de trabalhadores e de defesa de usuário, parlamentares em nível municipal, estadual e federal, militantes de outras áreas, diversos profissionais vinculados às instituições municipais, estaduais e federais e algumas ONGs que foram sendo incorporadas ao movimento⁵².

Atrelado às lutas expostas, surgem também, no fim da década de 1990, sinais de amplo questionamento da perspectiva neoliberal, sendo denunciado, por exemplo, o aumento das desigualdades sociais, econômicas, culturais, regionais entre as classes, nos diversos países da América Latina. Tais desequilíbrios se expressavam pela ampliação do desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho, redução acirrada dos direitos sociais, ampliação dos índices de pobreza extrema, entre outros fatores que contribuíram para a abertura de novos espaços de luta e confronto nos países latino-americanos. Contexto este que possibilitou a entrada de novos sujeitos sociais ao cenário político-partidário que estiveram historicamente vinculados a movimentos sociais, proporcionando assim, uma “guinada política à esquerda” nesses países. É nessa conjuntura que, em 2002, Lula é finalmente eleito presidente. Após três tentativas seguidas (entre 1989 a 2002), tem-se um presidente considerado pela tradicional militância de esquerda de “antineoliberal” e que se apresentou com um projeto de governo baseado numa perspectiva democrático-popular de centro-esquerda. (Silva, 2013)

Em tese, estavam dadas, portanto, novas condições necessárias às mudanças na estrutura do processo político que conduziriam à ascensão de novos protagonistas às instâncias decisórias no âmbito da política de assistência social. Mudanças que, segundo Silva (2013), se fortalecem a partir do segundo ano do governo Lula,

52) Cabe destacar que a dissertação que serve de base para esse percurso historiográfico menciona várias entidades, nenhuma ligada diretamente à psicologia.

quando membros do supracitado Movimento de Resistência Política passam a compor a organização sociopolítica responsável pela condução da Política de Assistência Social, constituindo-se como um grupo hegemônico em meio às arenas decisórias dessa política estatal.

3.1 - Guinada à esquerda das Políticas de Assistência

Para a área social, o programa do primeiro governo do Presidente Lula previa três eixos de ações: 1) Combate à fome, por meio do programa Fome Zero, que tinha como objetivo reduzir os índices de fome no Brasil⁵³; 2) Renda mínima, propondo a revisão dos programas já existentes de complementação de renda e implementação de ações com o objetivo de configurar-se como uma renda básica de cidadania; 3) Política de Assistência Social, com a proposta de comprometimento com a universalização dos direitos, a partir do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social.

53) Interessante observar que este já vinha sendo construído antes mesmo do governo Lula, tendo sido gestado no âmbito do Instituto de Cidadania, sob a coordenação de José Graziano da Silva e que contou com a participação de diversos especialistas com o objetivo de serem elaborados um diagnóstico e propostas referentes a políticas públicas no campo do combate à fome. O Programa Fome Zero, apresentado em outubro de 2001, delineava um projeto ambicioso e complexo, com ações articuladas por meio de integração de distribuição de alimentos, articulação e fortalecimento de cadeias produtivas nos níveis locais e regionais, promoção de condições de geração de trabalho e renda, melhores condições sociais e econômicas e ainda a produção e comercialização de alimentos. Até Janeiro de 2004, o programa Fome Zero desenvolveu as seguintes políticas específicas: 1) adoção de estratégia de transferência de renda por meio do Cartão Alimentação, sendo concebido valor de R\$ 50,00 por família que apresentasse renda *per capita* menor que meio salário mínimo; 2) ações emergenciais destinadas a grupos específicos, por meio de distribuição de alimentos; 3) desenvolvimento de programa específico para Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; 4) Ampliação da merenda escolar; 5) Nutrição materno infantil (bolsa alimentação); 6) Organização de Banco de Alimentos. (Silva, 2013)

Houve implementação imediata do Programa Fome Zero nos primeiros meses de 2002 e do Programa Bolsa Família (PBF) já no segundo semestre de 2003. Este último unificou o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás em um só programa de transferência de renda. Sua origem remete às discussões das ações governamentais voltadas para programas de transferência de renda no decorrer da década de 1990 que foram marcadas por paralelismo e fragmentação sendo evidenciados a sobrefocalização de beneficiários e ainda a pouca cobertura e o frágil controle social.

Em 2003, como critério de inclusão no PBF foi determinado um corte de renda organizado em dois grupos: 1) famílias com renda *per capita* de até R\$ 50,00, cujo benefício poderia atingir o total de R\$ 95,00 por família; 2) Famílias com renda *per capita* entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 e que tivessem gestantes, nutrizes ou crianças e adolescentes de até 15 anos, com limite de até três beneficiários variáveis, perfazendo, além do benefício de R\$ 95,00 o acréscimo máximo de até R\$ 45,00 por família. Importante frisar que em ambos os grupos, para o recebimento do benefício, as famílias devem cumprir condicionalidades tanto no âmbito da educação - comprovando a frequência escolar das crianças e adolescentes -, quanto no âmbito da saúde - mantendo em dia o cartão de vacina das crianças e realizando o acompanhamento pré-natal no caso de gestantes e pós-natal no caso de nutrizes. Já em Dezembro de 2003, o PBF atendia 3,6 milhões de famílias enquanto que o cartão alimentação se expandia de forma extremamente lenta com um questionável controle social exercido pelos comitês locais.

Segundo Silva (2013), a implementação do SUAS se deu a partir do momento em que o grupo de resistência política em defesa da política de assistência social teve oportunidade de ocupar as esferas de decisão política e a colocou como principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003⁵⁴. Para tanto

54) Vale lembrar que a Conferência só deveria ocorrer em 2005, de acordo com a mudança na lei feita pelo governo FHC. Para justificar sua realização no ano de 2003 (especificamente em 07 de Dezembro), foi convocada uma conferência “extraordinária” justificada pelas mudanças institucionais associadas à criação do Ministério da Assistência Social (MAS), demandando um evento com a presença de gestores da política de assistência social de todo o país com caráter deliberativo que tinha como principal luta a formulação e implementação do SUAS.

foi preciso formular uma política nacional que definisse objetivos, conceitos e direcionamentos para o SUAS, já que a PNAS de 2008 não dava conta da concepção de assistência social defendida na IV conferência e necessária à estruturação do SUAS.

Um dos pontos mais importantes para o encaminhamento do SUAS foi uma pesquisa realizada junto aos Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal com o principal objetivo de avaliar os dez anos de implantação da LOAS⁵⁵. Tal pesquisa, apresentada na IV Conferência Nacional deixava claro que mesmo com a implementação da LOAS, ainda eram mantidas práticas clientelistas e benemerentes na condução da assistência social nos estados e municípios.

Tal resultado contribuiu para suscitar o desejo e a necessidade de aprovação do SUAS, posto que o mesmo poderia assegurar que as ações pudessem ser desenvolvidas com caráter descentralizado e participativo, de modo a garantir a alocação de recursos financeiros e, ao mesmo tempo, superar a fragmentação e sobreposição de programas sociais e possibilitar a introdução do controle, por parte do setor público, dos recursos que são repassados às entidades privadas por meio de mecanismos de controle social e avaliação. (Silva, 2013)

Outra importante estratégia foi contar com o apoio do Ministério da Saúde (MS), inspirando-se na experiência do Sistema Único de Saúde (SUS) que serviu de referência direta – em termos de sistema descentralizado, participativo e com comando único, níveis de proteção, complexidades, etc. – no desenho das bases legais de construção do SUAS. Desta forma, desde o início, se buscou o diálogo com os diversos setores do MS a fim de conhecer mais de perto os aspectos administrativos, financeiros, de gestão e políticos do SUS para aproveitar as boas experiências e fundamentos e corrigir e aprimorar os aspectos negativos.

55) Encomenda feita pelo referido grupo político ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho (GESST) da UNB, coordenado pela prof. Dr.^a Ivanete Boschetti. Dentre seus principais resultados apontava: 1) continuidade da focalização e seletividade das ações; 2) prevalência da lógica do primeiro-damismo; 3) pouca efetividade dos conselhos de assistência como espaços de diálogo e decisões públicas.

Dessa forma, pode-se perceber a abertura às diversas contribuições recebidas dos órgãos gestores e conselhos municipais e estaduais, fóruns, colegiados, universidades e sociedade civil como um todo, para assegurar a forma descentralizada e participativa da construção do SUAS. Abertura esta entendida como condição primordial para compreender as especificidades e particularidades de cada região geográfica do país, uma vez que se pretendia considerar aspectos da realidade vivenciada durante anos e que nunca haviam sido ponderados no desenho das políticas e programas da área.

Tanto a PNAS, elaborada em 2004, quanto a NOB/SUAS, em 2005, são frutos desse contexto de inserção do Movimento de Resistência Política em defesa da Assistência Social e ocupação de lugares estratégicos e posições políticas importantes num combate que vem sendo travado pelo menos desde a década de 1980. Segundo Silva (2013), somente com a agenda política do primeiro governo Lula (2003-2007), uma nova era se abre para área social, posto que:

[...] foi assegurado que a Política de Assistência Social fosse conduzida por uma composição de sujeitos possuidores de um capital político e qualificação técnica e operacional, que se constituíram como *policy makers* dessa política, sendo-lhes assegurado o poder de decisão [...] (SILVA, 2013, p. 148-49)

Portanto, o principal material que encontramos sobre a história da confecção do SUAS afirma uma história que se fez através da ascensão aos espaços de poder de um grupo de militantes majoritariamente formado por “abnegados” Assistentes Sociais, imbuídos da missão de promover cidadania num país que exclui a maior parte da sua população dos direitos a que deveria ter acesso. Ao longo da história do Brasil, a dissertação aponta um progresso gradual na legitimidade da luta pela garantia de direitos empreendido por esse grupo de intelectuais que, ao adentrar no aparato estatal, foi adquirindo um maior poder, possibilitando assim, com a emergência do PT, a implementação de uma Política de Assistência que servisse de anteparo às mazelas de uma economia pautada em preceitos neoliberais. A social-democracia propalada com a eleição presidencial de Lula encontrava agora possíveis caminhos para brevar uma galopante desigualdade social.

Poder, Estado, Sujeitos. Na história que aqui se contou, é na relação entre eles - entendidos *a priori* como passíveis de separação e individualização - que se pôde produzir através de muita luta, um sistema que materializa um sistema descentralizado e participativo de Assistência Social.

Uma vitória a ser comemorada.

3.2 - O Voluntariado psicológico e seus Conselhos

Para além dessa história, nos pareceu oportuno e em paralelo, fazer uma busca de indícios de lutas pela consolidação do SUAS no campo da psicologia. Movimento que se deu principalmente por não encontrarmos indícios da participação da psicologia no fomento da PNAS.

Dessa feita, utilizamos como estratégia revisitar os documentos oficiais do CFP, instância máxima de representação da Psicologia no país, na procura de pistas de alguns desses combates e talvez, a partir daí, compreender melhor como a psicologia foi e continua construindo lugares nesse Sistema. Importante salientar que o SUAS ganha seus contornos em 2005, tornando-se Lei somente em 2011. Enquanto alguns documentos do Serviço Social apontam lutas específicas nesse processo, dentro do campo da psicologia não é fácil identificar tão diretamente as proposições do sistema Conselhos para a efetivação do SUAS.

Rapidamente, elencamos dois documentos do Conselho Federal de Psicologia que servem de balizadores para a atuação do psicólogo no SUAS: 1) Parâmetro para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social -, feito em parceria entre o CFP e o CFESS; 2) Referências Técnicas para atuação do

Psicólogo no CRAS/SUAS, feito pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do CFP. Ambos são confeccionados em 2007.

3.2.1 - Dos prescritos pelo Conselho

O primeiro documento, apresenta rapidamente algumas contribuições na luta dos Assistentes Sociais - via CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) - para a efetivação do SUAS⁵⁶. Já em relação à psicologia, o mesmo documento resgata uma breve história da instituição da psicologia no Brasil: regulamenta-se como profissão em 1962 e com a instauração da ditadura militar em 1964, a temática social sofre uma série de impedimentos para a sua inserção nos currículos das faculdades, marcando consideravelmente o processo de formação e exercício profissional pela despolitização, alienação e o elitismo identificados com a prática psicoterápica. Marca esta que parece encontrar uma reviravolta, pois a monumental história aponta que:

No final dos anos 80, começaram novos movimentos de mudança na atuação profissional e adotou-se o lema do compromisso social como norteador da atuação psicológica. Desde então, várias ações foram realizadas pelos(as) psicólogos(as) e entidades da Psicologia brasileira no sentido da construção de práticas comprometidas com a sociedade brasileira.

A inserção do(a) psicólogo(a) nas políticas públicas cresceu muito nos últimos dez anos. Essa atuação foi acompanhada pela construção, na Psicologia, do compromisso social, com a participação de psicólogos e psicólogas de todo o país. **A partir dessa perspectiva, é valorizada a construção de práticas comprometidas com a transformação**

56) O documento aponta várias frentes, a saber: 1) a participação ativa durante a constituinte (1987-88) nas subcomissões e comissão da Ordem Social, defendendo a Seguridade Social como amplo sistema de proteção social, que deveria incluir a Assistência Social e não somente limitar-se à Previdência Social; 2) Entre 1989-93, no combate durante o processo de elaboração e aprovação da LOAS, bem como no combate ao veto presidencial ao primeiro projeto de LOAS; 3) entrando com ação judicial em 1994, para que a LOAS fosse efetivada e o CNAS fosse instituído; 4) A inserção dos CRESS nas lutas para formulação das leis orgânicas estaduais e municipais de Assistência Social e pela instituição dos respectivos conselhos, bem como dos processos de discussão e debates para elaboração da PNAS, da NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS. (CFESS/CFP, 2007)

social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana. Diferentes experiências apontaram alternativas para o fortalecimento dos indivíduos e grupos para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade. Como resultado dessas experiências houve uma ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da Psicologia para as políticas públicas, além da geração de novas referências para o exercício da profissão de psicólogo no interior da sociedade." (CFESS/CFP, 2007, p.20. grifo nosso)

Ao passo que esse material era ruminado para a confecção deste texto, era inevitável pensar suas proposições com as realidades encontradas nos equipamentos. Enquanto que de forma genérica o CFP apontava diretrizes, no cotidiano dos serviços pululavam rostos, sorrisos e lágrimas no encontro de corpos marcados por uma história muito mais pungente do que os rasos apontamentos do sistema regulador da psicologia brasileira. Todavia, talvez seja importante nos ater ao que a superfície desse documento pode nos apontar. Quais os valores que ele põem em funcionamento.

Facilmente vemos a assunção de práticas comprometidas com a transformação social e a emancipação humana. Práticas estas que apontam para o fortalecimento de indivíduos e grupos no enfrentamento de situações de vulnerabilidade. Práticas que encontravam ressonância na própria história de militância dos “abnegados e conscientes” Assistentes Sociais No entanto, para além da coerência de uma história que se conta, como pensar isso em relação aos insistentes em permanecer diante do risco da chuva, ou a negra com suas tranças sempre bem tecidas, ou até mesmo junto a jovem retirante aprovada no vestibular?

A transformação social, via emancipação humana se daria - na competência psicológica - via fortalecimento de indivíduos e grupos. Aos insistentes, à negra e à jovem, suas respectivas emancipações de condições históricas que produziram vulnerabilidades, riscos e fomes, a psicologia teria a oferecer suas práticas de aconselhamento em meio a planejamentos que devem abarcar a vida até mesmo na sua dimensão mais urgente. Focada nos sujeitos, mesmo que em sua dimensão “biopsicossocial”, a psicologia assume sua importância ao passo que pretende criar em paralelo, novos balizadores para o seu exercício profissional. Categorias amplas

demais emergem enquanto a singularidade de corpos atravessados de histórias são convocados a emancipar-se.

Aqui autonomia e cidadania se misturam. A vida na cidade, o modo de habitar os seus direitos e deveres, de exercer algum tipo de autonomia diante até mesmo da fome são embaralhados e confrontados via inquérito social. Este é destinado a reconstituir o histórico e os problemas da família a fim de responder acerca da possibilidade de medidas de intervenção que possam sanar os seus dilemas internos. A fome e toda sua complexa construção devem se enquadrar nas normas do cálculo. As famílias sem segurança alimentar devem se colocar em regime de flutuação junto a norma técnica, junto a lista cuja procura é muito maior do que a oferta.

A emancipação adquire o caráter de esperar quando necessário e, em meio a fome, construir gradativamente estratégias para que a eventualidade do benefício não seja mais necessária. A jovem e possível advogada não é mais alvo do benefício de cesta básica e sua ida para Brasília, mesmo que talvez a médio e longo prazo se mostram pouco efetivas, de imediato exclui a família de ter que aguardar a concessão de um benefício de fome calculada.

Ainda assim, o referido documento afirma:

Os(as) psicólogos(as) têm muito a contribuir neste processo. Trazem como acúmulo as aprendizagens e convicções forjadas na luta pela afirmação da reforma psiquiátrica, pela desinstitucionalização, em todas as suas formas, explícitas ou maquiadas, pela defesa dos direitos humanos. Este é o nosso compromisso ético-político, cada vez mais envolvido com a produção de saúde, cada vez mais comprometido com a promoção da vida. **Propor, a partir de suas intervenções, atravessar o cotidiano de desigualdades e violências dessas populações, visando ao enfrentamento e superação das vulnerabilidades, investindo na apropriação, por todos(as), do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos.** (CFESS/CFP, 2007, p. 22-23, grifo nosso)

Nos atendimentos, nas visitas domiciliares, nas conversas com os usuários dos CRAS, nas ruas do loteamento, as orientações do CFP pareciam se esvaír gradativamente. O “cotidiano de desigualdades e violências” já tinha os seus protagonistas e nos fazia questionar se era necessariamente de um psicólogo que

eles precisavam. A agonia em luta daqueles que buscam o serviço na tentativa de conquistar e afirmar direitos não parecia precisar de profissionais da psicologia bem treinados. Ao passo que o documento supracitado alerta sempre para o cuidado no fomento e fortalecimento do protagonismo de indivíduos e grupos, ao mesmo tempo, o CFP não deixa claramente marcada nenhuma luta específica do alardeado “compromisso social” da Psicologia com a confecção do SUAS ao até mesmo da LOAS.

Aos profissionais da psicologia é garantido um lugar, é definida uma importância, mas para além dos monumentos de uma guinada no “compromisso” desse saber, cria-se a intuição de que aparentemente a afirmação da entrevistada de Araújo (2010) parece encontrar confirmação - a de que fomos convidados. Talvez convidados ilustres, desses que agregam valor pelo seu prestígio e pelo seu modo exemplar de comportar-se em acordo as concepções e pressupostos de determinado ambiente, mas ainda assim, convidados...

Já o segundo documento, *“Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS”*, é confeccionado pelo CREPOP que surge em 2006 como desdobramento do Banco Social em Psicologia. Este braço do CFP tem por função identificar, sistematizar e documentar a existência de práticas de atuação dos psicólogos em políticas públicas que promovam os direitos humanos no país.

Esse documento também não nos apresenta nenhuma referência à história de lutas da psicologia para a criação do SUAS. Mais uma vez somos guiados à importância do recente “compromisso social” da psicologia a partir da década de 80, fazendo-se ainda referência ao relatório final do Banco Social de Serviços em Psicologia e as lutas “[...] *pela afirmação da reforma psiquiátrica e pela desinstitucionalização,*

em todas suas formas, explícitas e maquiadas” (CREPOP, 2007, p.15). Tal documento se propõe como objetivo:

[...] trazer para a reflexão, com os profissionais da Psicologia, aspectos da dimensão ético-política da Assistência Social, a relação da Psicologia com a Assistência Social, a atuação da(o) psicóloga(o) no CRAS e a gestão do trabalho no SUAS. Apresentam-se algumas referências para a atuação da/o psicóloga/o no CRAS sem a pretensão de apresentar um modelo único, fechado, mas apontar possibilidades e convocar a categoria à reflexão e contribuição. (CREPOP, 2007, p.6-7)

Se se intenta encontrar importantes diretrizes, com esse registro corre-se o risco de girar em falso mais uma vez. Apresentando proposições bastante vagas e “convocando à reflexão”, tais referências recuperam a divisão da PNAS entre os seus dois níveis de proteção, cuja noção de risco social serve de parâmetro para estabelecer e direcionar o público-alvo de cada nível, e articulam o combate a tal noção com o compromisso do sistema Conselhos (CFP e CRPs) com a promoção de transformação social.

Numa lógica que já aparecia no documento anterior, mas que aqui ganha contornos mais nítidos, fórmulas ligadas à clássicas dicotomias presentes no campo das ciências humanas como indivíduo/sociedade, opressor/oprimido, incluído/excluído, permeiam a construção do texto apresentando compromissos com a emancipação em direção à garantia dos direitos humanos. Aqui entendemos melhor a que se refere o renovado compromisso da psicologia e qual a sua principal modalidade de intervenção já que: "***Temos compromisso com a autonomia dos sujeitos, com a crença no potencial dos moradores e das famílias das populações referenciadas pelos CRAS, para que rompam com o processo de exclusão/marginalização, assistencialismo e tutela.***" (CREPOP, 2007, p.16. grifo nosso)

Compromisso que se faz pelo incentivo à apropriação, por parte da população-alvo, do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos com a finalidade de fomentar a construção de autonomia e a geração de outros protagonismos. Exercício este que:

[...] toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos. **Nesse sentido, a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social – preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros –, contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania.** (CREPOP, 2007, p.17, grifo nosso)

Tendo o indivíduo e sua capacidade de enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade social como eixo da produção e utilização dos saberes psicológicos, cabe ao psicólogo valorizar a experiência subjetiva construída ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo. E, a partir daí, contribuir para o fortalecimento pessoal a fim de garantir condições subjetivas de inserção, intervenção e transformação do meio social. Neste sentido devem ser pensadas uma série de ações voltadas para o alívio imediato da pobreza e a ruptura com o seu ciclo intergeracional; ações que se pautam na promoção e fortalecimentos de vínculos que possam gerar “*autonomia na perspectiva da cidadania*”. (CREPOP, 2007)

Sendo assim, podemos inferir uma certa forma de pensar o sujeito psicológico como, em maior ou menor grau, dotado da capacidade de se autodeterminar - imagem comum na prática discursiva que impera nos discursos das ciências humanas acerca da promoção, produção e manutenção da autonomia cujos graus variam em acordo com o desenvolvimento das capacidades psíquicas em relação de exterioridade com as condições sociais e ambientais. Aqui a psicologia pode ser vista como portadora dos instrumentos certos para a medição, detecção e prognóstico das barreiras e potencialidades dos indivíduos tendo como foco a mudança, a prevenção ou melhoria de determinada situação, construindo novas respostas.

Para a jovem retirante, as intervenções pediam que aguardasse um pouco mais. A Universidade deveria começar o seu semestre letivo em breve e a ida para Brasília configurava uma tentativa pouco planejada. Quanto à negra de cabelos trançados, a espera também se fazia necessária. A rede de garantia de direitos já havia sido acionada, talvez o CAPS pudesse, a partir do seu acompanhamento, promover os relatórios necessários para a entrada no pedido de concessão do BPC para o seu

companheiro. Em paralelo, sua inserção nos serviços de acompanhamento familiar da média complexidade poderia promover intervenções no sentido de salvaguardar a integridade física e psicológica dela e de seu filho. A este último cabia ainda a inserção e manutenção no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, onde, junto com outros jovens, tentaria promover um futuro mais afeito aos valores democráticos, desenvolvendo seu próprio C-H-A.

A participação de ambas as famílias se fazia via inserção numa temporalidade de espera e composição do estudo de cada caso a fim de promover um melhor aconselhamento possível em meio a uma fome que não deve se submeter às urgências do estômago. Não se trata de esperar somente a cesta básica, mas também pela efetividade de toda e qualquer luta na garantia de direitos via Estado.

Essa relação entre sujeito e Estado, pensada como primordialmente apartada, encontra ressonâncias nos documentos da psicologia que se engajam na transformação da sociedade. Intervir na dimensão subjetiva é, de muitas formas, preparar o sujeito para relacionar-se com o Estado, entender melhor os regimes de funcionamento desse lugar já dado, onde o poder se concentra e no qual se atribui o papel de organizar a sociedade. É no modo como se estabelece a relação entre sujeitos e o Estado – tal qual os insistentes e seus termos de responsabilidade – que se pode pensar a condução do corpo social. A história contada por Silva (2013), nos aponta uma narrativa dessa crença. O CFP, órgão de classe que, com o aval do Estado, deve regular o exercício profissional de aplicação de um saber científico e, portanto pretensamente neutro, também.

Ao se deparar com os já citados documentos, possíveis linhas se traçam: a relação apartada entre sujeito e Estado, a dimensão subjetiva como especificidade da psicologia, a guinada a partir da década de 1980 em movimentos que almejavam a transformação social, etc. Linhas que numa leitura que se permita um pouco de vagareza, encontrará um ponto de encontro nas ações do Banco Social de Serviços em Psicologia - citado constantemente em ambos os documentos. Sendo assim, consideramos interessante buscar neste outro documento informações que

justificassem o tributo prestado nos escritos supracitados a este dispositivo implementado pelo CFP.

O Banco Social de Serviços em Psicologia, lançado em 2003 e encerrado em 2005, consistia num banco de horas de trabalho voluntário de profissionais da psicologia que visava ampliar o espaço de atuação da psicologia nas políticas públicas em consonância com o já exposto compromisso social da autarquia com a busca de alternativas para a transformação social e a construção de condições dignas de vida em relação aos problemas sociais.

A fim de colocar o saber e o fazer psicológico “à disposição do projeto de construção de um mundo melhor”, o CFP estabeleceu parcerias com diferentes órgãos públicos locais, regionais, nacionais e internacionais com o duplo intuito de: 1) evitar a superposição de iniciativas, rejeitando as tentativas de substituir ou concorrer com algum serviço já existente e; 2) garantir uma maior inserção e interlocução da profissão com as políticas de Estado voltadas ao atendimento da população já que deveriam ser desenvolvidos em colaboração com órgãos públicos. Neste sentido, os psicólogos voluntários – intitulados pelo documento como “protagonistas” – escolhiam um dos projetos elaborados pela equipe nacional e consultores do Banco Social, assinavam um termo de adesão ao trabalho voluntário e, a partir daí, desenvolviam as intervenções nas instituições parceiras de acordo com as diretrizes do projeto no qual se inscreveram. (CFP, 2005)

Vale ressaltar que dentre os projetos desenvolvidos pelo Banco Social – elaborados a partir da apreciação das diferentes necessidades indicadas pelos dirigentes dos órgãos públicos nas quais essa colaboração pudesse se materializar –, nenhum remete a alguma parceria firmada diretamente com o Ministério da

Assistência Social (MAS)⁵⁷. O que não nos deixa antever com clareza a articulação do sistema conselhos com o ministério responsável pela política de assistência social à época. Os projetos que visavam um compromisso profissional com uma transformação social via fortalecimento das políticas de Estado se subdividiram em seis, a saber: 1) “*Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego*” – desenvolvido em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio dos postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e em colaboração com as Secretarias Municipais voltadas para o campo do Trabalho e Desemprego; 2) “*Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - O Adolescente e o Futuro: Nenhum a menos*” – feito em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e implementado em parceria com secretarias municipais; 3) “*Acompanhamento aos Usuários do Programa De volta para Casa*”, criado em parceria com o Ministério da Saúde e implantado por ações conjuntas com as secretarias de saúde dos municípios em que o projeto se desenvolveu; 4) “*Atuação de Psicólogos nos Processos Educacionais*” – desenvolvido em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e secretarias municipais de educação; 5) “*Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário*” produzido em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça e, em São Paulo, com a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária; 6) em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal foi desenvolvida uma ação conjunta na campanha “*Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*”, que possibilitou a execução do Projeto Ética e TV. (CFP, 2005)

Em nossas buscas no sítio eletrônico do próprio CFP, não encontramos um “relatório final” único do programa (como referendado nos dois documentos anteriores), mas sim, relatórios distintos para cada um dos projetos desenvolvidos o que dificulta sobremaneira o entendimento das ações que fundamentaram a importância deste programa nos escritos confeccionados acerca do trabalho do psicólogo na política de assistência social. No entanto, vale ressaltar que nos

57) Ministério criado também em 2003 e responsável pela Política de Assistência Social Brasileira no primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula.

distintos relatórios encontramos basicamente a mesma estrutura textual: 1) Apresentação do “Banco Social de Serviços em Psicologia”; 2) Considerações sobre as Políticas alvo daquele projeto; 3) Apresentação do Projeto Específico; 4) Desenvolvimento do Projeto nas respectivas regionais do Conselho; 5) Considerações Finais sobre o Projeto; 6) Propostas de Inserção da Psicologia na Implementação de Políticas Públicas; 7) CREPOP. Estrutura esta que pode variar na numeração de cada relatório, mas que permanece a mesma na sequência de tópicos e, inclusive, possui nos pontos 1, 6 e 7 a mesma redação. É em relação a estes pontos que intentamos levantar alguns pontos desse programa⁵⁸, tendo em vista que eles não só apresentam e contextualizam o Banco Social, como também apresentam o entendimento da autarquia na inserção da psicologia na implementação de Políticas Públicas e sinalizam o CREPOP como o projeto de continuidade do Banco Social no relacionamento da psicologia brasileira com as políticas públicas.

Nestes tópicos se apresenta um entendimento de que a maioria da população brasileira:

[...] está submetida a processos de alienação cultural e educacional, excluída do acesso a bens e serviços que a sociedade atual pode oferecer aos seus cidadãos. Chega a ocorrer degradação do próprio sentido do que seja efetivamente viver como um ser humano. **Neste contexto são efetivamente cidadãos aqueles que possuem renda suficiente para adquirir esses bens e serviços.** (CFP, 2005, p. 5, grifo nosso)

Neste sentido, cabe à psicologia contribuir para a humanização na elaboração e execução das políticas públicas – usadas no texto como sinônimos de políticas de Estado. Humanização esta que se configura pelo reconhecimento da condição de sujeito dos cidadãos, cabendo aos psicólogos lidar com a “dimensão subjetiva” das situações que as políticas públicas pretendem responder. Dimensão esta que é entendida como a fonte da potência ativa e transformadora dos sujeitos ante a realidade social:

58) A fim de melhor situar o leitor, afirmamos que utilizamos como base deste tópico o relatório do projeto “Acompanhamento dos Usuários do Programa ‘De Volta pra Casa’”.

A dimensão subjetiva está aqui entendida de maneira ampla, abrangendo as várias e diversas teorias da Psicologia, ou seja, os aspectos simbólicos, afetivos, comportamentais, conscientes ou não, que os sujeitos desenvolvem durante a vida e que contém e reflete as condições e situações vividas. São medos, lembranças, sentimentos, imagens, sentidos e significados, concepções de si e do mundo que vão compondo esta dimensão e que têm papel importante na capacidade do sujeito de enfrentamento das situações da vida. (CFP, 2005, p.123, grifo nosso)

Sendo uma dimensão tão importante, cabe à psicologia – independente das diversas e por vezes contrastantes teorias que a constituem – prestar as interferências técnicas de que seu campo de saber dispõe a fim de contribuir no processo de tradução e diálogo das experiências singulares de cada cidadão com o caráter impessoal, racional e universal das políticas de Estado para promover a transformação social. Trabalho este que almeja prioritariamente o fortalecimento dos recursos subjetivos da população-alvo para o enfrentamento de suas situações problemáticas, já que, ao se ampliar a compreensão das suas próprias necessidades, esse público poderá empreender um protagonismo social capaz de resolver a contento as necessidades pessoais e da comunidade onde se insere. Talvez por isso o psicólogo seja importante na tratativa da solicitação dos benefícios eventuais.

Neste sentido vale lembrar o exposto no caderno do MDS acerca das orientações técnicas sobre o trabalho a ser desenvolvido no CRAS. Este documento, ao versar sobre o exercício da psicologia no CRAS resume o esforço histórico da categoria em sua inserção nas políticas de Estado ao afirmar que:

Os profissionais da psicologia **não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS.** Assim, esses profissionais não devem “patologizar” ou categorizar os usuários do CRAS nos seus atendimentos, mas intervir de forma a utilizar dos seus recursos teóricos e técnicos para: a) **compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos;** b) **contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários,** e c) **favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS.** Esses profissionais devem fazer encaminhamentos psicológicos para os serviços de saúde, quando necessários. (Brasil, 2009b, p. 65, grifo nosso)

Licitação Municipal, Fila de espera, Caráter Eventual do Benefício, Dimensão Subjetiva, Protagonismo, Política Pública, Compromisso Social...

Os documentos elencados nos apresentaram um percurso com alguns monumentos da categoria profissional. Nesse traçado, a psicologia se compromete com uma ampliação da cidadania a partir do fortalecimento das políticas de Estado que devem garantir o bem estar de sua população. Em meio a estas políticas, O CFP elenca os profissionais de psicologia como “[...] *mentores fundamentais do estado democrático de direito*” (CFP, 2005, p.128), como interessados em oferecer seus saberes – gravitados em torno da ideia de dimensão subjetiva – para responder com maior efetividade às urgências da sociedade brasileira. Interesse este que se coaduna com a necessidade de ampliação da empregabilidade do grupo profissional dos psicólogos. Segundo o próprio relatório:

A questão da empregabilidade é fruto do processo de multiplicação dos psicólogos na sociedade e da expansão extraordinária do ensino universitário que faz com que cada vez mais esse grupo profissional cresça sendo necessário oferecer uma perspectiva de continente para esse crescimento, garantindo que os psicólogos possam encontrar uma forma de trabalhar e de prestar os seus serviços. **A questão da cidadania e da participação social é fruto do avanço do projeto da profissão, na sociedade brasileira.** (CFP, 2005, p.128, grifo nosso)

Nesse trajeto todos ganham. A exclusão social que gera alienação é combatida, produz-se no interior do Estado uma transformação social que fortalece nossa recente democracia ao engendrar um fortalecimento dos recursos subjetivos dos nossos cidadãos e, de acréscimo, diminui-se a taxa de psicólogos desempregados.

Luta pela transformação social via Estado e com bons dividendos para o crescente número de psicólogos desempregados. O voluntariado produz lucros, o compromisso pode e deve ser capitalizável fazendo com que a categoria de “necessitados” dessa política possa adquirir outros contornos já que os próprios profissionais da psicologia se mostram cada vez mais dependentes da ocupação funcional em políticas públicas para a manutenção de suas vidas. De um lado, os usuários e de outro, os técnicos, cada um de um modo diferente, conectado às políticas de Estado a fim de prover sua subsistência.

Se ao usuário é necessário encontrar suas formas de sobreviver no aguardo das políticas de governo, devido aos baixos salários municipais, cabe aos profissionais manejarem estratégias a fim de conseguir coadunar diferentes vínculos empregatícios para que possam alcançar o seu próprio padrão do que consideram digno. Mesmo em diferentes posições, há uma lógica que atravessa usuários e profissionais de uma forma semelhante...

Pela análise dos documentos que nos debruçamos até agora, não encontramos nenhum trajeto sistemático de luta da categoria dos profissionais de psicologia pela Consolidação do SUAS. Todavia, a revelia do que encontramos, não intentamos afirmar com isso que não houveram práticas de psicólogos ligados (ou não) ao sistema conselhos engajadas nesta luta. No entanto, buscar indícios disto colocaria a pesquisa em outro rumo. Trabalho que sem dúvida merece ser realizado a fim de não só compreender densamente a história da qual levantamos algumas pistas, como também para ultrapassá-la. Desde já, assumimos o risco por nossa escolha e subsequentes possíveis equívocos que possamos cometer ao apostarmos na análise desses documentos. Todavia, é importante salientar a importância de debruçar-se sobre esse material justamente por acreditarmos ser este um caminho comum a maioria dos psicólogos que se deparam com o SUAS, a saber: buscar em normativas consolidadas tanto pelo MDS quanto pelo CFP instrumentos que balizem suas práticas.

Até aqui montamos um certo modo de narrar, de pensar todo um campo de atuação profissional pautado em respeito a atual formatação da política de assistência social brasileira. Modo que reitera o lugar do verdadeiro⁵⁹ desta política

59) Tal qual apontado por Foucault ao versar sobre a organização das disciplinas como um procedimento interno de controle do discurso: “*É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma “política” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.*” (Foucault, 2005b, p.35)

de Estado como o lugar de processos que habilitem o público-alvo a “manejar ativos” para se desenvolverem em acordo com um modelo de acesso aos direitos de cidadania de dever do Estado. Passagem esta que almeja alçar os necessitados – em sua premissa básica – à condição de trabalhadores, à condição de contribuintes para a manutenção de toda a maquinaria estatal.

Cabe lembrar que tal discurso não se sustenta a toa. Existem motivos para que ele tenha tomado os contornos atuais, algumas apostas foram feitas em circunstâncias específicas pautadas em modos de saber-poder imersos em lutas por um modelo de sociedade brasileira relacionado com o ideal de um Estado democrático ainda em construção. Como nos aponta Monteiro, A; Coimbra, C; Mendonça Filho, M. (2006), a emergência de diferentes movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970 e nos anos 1980 que almejaram liberdades democráticas em oposição à ditadura militar, articularam a maioria das suas lutas a partir da lógica da representação partidária como principal possibilidade de enfrentamento dos “lugares” de poder e de seus detentores já estabelecidos, privilegiando em seus esforços ainda uma dimensão macro, a saber: o da conquista de um lugar de poder que se acreditava estar localizado no Estado.

Existe aí uma concepção de poder que vem dando sustentação a essas lutas de resistência diante de certos centros de poder ao mesmo tempo transcendentais e reificados. Lutas estas que se travavam em torno da lógica dialética entre dominador/dominado que permanece como um *a priori* histórico. É somente assim, que os embates de formas de saber-poder se pautam pela busca de ocupar estes lugares na suposição de assim assumir o poder. Ter poder, vontade de poder, vontade de dominar. Há aí um ideário de que se possa possuir o poder de Estado para usá-lo de uma outra maneira; persiste assim a ideia de representação: vanguardas, salvadores, pastores identificados com a causa do bem maior, porque oriundos do lugar de dominados e conscientes de seu papel na busca legítima por uma transformação social que gere mais inclusão.

De certa forma, é ainda nesta lógica que podemos ler não só “a” história das políticas de assistência social contada pelos órgãos oficiais e também presente na

necessária dissertação de mestrado de Dalva Eliá da Silva (2013), a saber: a de uma ocupação do Estado por um partido político originário da classe dos trabalhadores e que pode assim, empreender lutas pela mudança de lógica de funcionamento dos primados assistenciais brasileiros, permitindo uma modificação na configuração de forças entre assistencialismo *versus* garantia de direitos. Lutas estas, que segundo o modo de narrar da autora supracitada se articulam diretamente a um projeto político particularmente encabeçado pela militância da categoria profissional do Serviço Social e dos renomados especialistas na questão social que, a partir da ocupação de certos espaços estatais, puderam finalmente fazer funcionar a política estatal de assistência social brasileira numa matriz de garantia de direitos sociais de obrigação estatal.

Lógica esta que também encontramos presente no ordenamento discursivo do Conselho Federal de Psicologia acerca do compromisso social da psicologia com a transformação social. Compromisso este que, vale lembrar, como “efeito colateral” amplia o mercado de trabalho desses abnegados profissionais. A autarquia do estado para proteger a sociedade dos mandos e desmandos das práticas psicológicas afirma, mesmo que indiretamente, que é preciso então ocupar os lugares de poder, as políticas de Estado e fortalecer os equipamentos e aparatos estatais para garantir a ampliação do recente processo democrático brasileiro.

Pensamos que operar por esta lógica dicotômica do dominador/dominado resvala inevitavelmente em várias outras dicotomias como indivíduo/sociedade, público/privado, vítima/agressor, necessitado/não-necessitado, excluído/incluído que vão sobrepor à experiência entre corpos uma grade na qual é preciso saber diferenciar bem qual o lado desta equação se ocupa. Qual o lado da oposição binária a partir do qual se briga, qual o lado a partir do qual se formulam os enunciados e quais lógicas se põem assim em funcionamento. Lugares que apesar de não serem neutros, definem suas posições dentro de uma lógica aparentemente binária e dialética que prefigura caminhos possíveis. O roteiro da batalha já está dado.

Aqui não parece que temos muito como avançar... Neste modo de operar, nos resta somente, cada vez mais, ocupar o lugar do Estado, vigiar seus modos de

funcionar via os mecanismos de controle social das suas inúmeras políticas, incluir os ainda excluídos de uma democracia tão jovem e fazer vazar os esquemas de dominação já consolidados. Tarefa, sem dúvida, bastante árdua e que entendemos como extremamente necessária na temerosa configuração atual da política brasileira. A luta macro, nos parece, ainda se faz vital (talvez mais do que nunca) e, em relação aos modos de operar a “coisa pública” no Brasil, talvez seja preciso ainda investir na esquisita fórmula apontada por Ana Heckert: “[...] *um pouco de biopolítica, senão eu sufoco!*”...

Todavia, nossa parca experiência entre corpos imersos no amplo espectro dos “necessitados” nos faz crer em outra dimensão que não se pode esquecer: uma dimensão das pequenas insurgências do dia-a-dia, das forças que insistem em sua irreduzibilidade e, para além das dicotomias já elencadas, esfumaçam as fronteiras e afirmam processos informes a uma lógica que persiste em enquadrá-los em pares antagônicos.

Algo emerge no consumo sem muito cálculo, na crueldade da vítima, na “consciência” do alienado, no riso chorado, nos gestos que afirmam forças que não permitem a permuta e, mesmo face ao risco de morte, insistem. As vidas que afirmam fissuras nas tutelas (im)postas pelos dispositivos estatais (e que facilmente pensamos como “excluídas da sociedade”) tem algo a dizer não somente sobre si mesmas, mas sobre nós. Em consonância com Foucault (2006, p. 80):

Ninguém, aliás, é obrigado a ser solidário a eles. Ninguém é obrigado a achar que aqueles vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam da essência do verdadeiro. Basta que elas existam e que tenham contra elas tudo o que se obstina em fazê-las calar, para que faça sentido escutá-las e buscar o que elas querem dizer. Questão de moral? Talvez. Questão de realidade, certamente. Todas as desilusões da história de nada valem: é por existirem tais vozes que o tempo dos homens não tem a forma da evolução, mas justamente a da “história”.

Como pensar as políticas de Estado em meio a isso? Será, ele mesmo, o lugar do poder, o local a partir do qual se pode garantir direitos? Quais os riscos de focar os esforços nessa luta por “inclusão” das vidas supostamente à margem? Talvez seja

preciso, a fim de qualificar noutra rumo os modos de conversação com as vidas-alvo desta política estatal, modificar a maneira de enxergar o exercício do poder e assim, formular modos de pensar o lugar do Estado em outras bases, posto que, em acordo com Monteiro, A; Coimbra, C; Mendonça Filho, M. (2006, p. 11):

O que fica obliterado por este esquema de entendimento é a ideia de que um lugar de poder instituído, como o aparelho do Estado, funciona segundo certas lógicas, e que “ocupá-lo” é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos e, nesta condição, o operador não muda a máquina, ela a faz funcionar.

Talvez a pergunta que melhor caiba aqui seja: a que fins serve todo esse aparato que, sucintamente, podemos compreender como políticas de Estado? Estariam todos esses dispositivos e agentes técnicos das políticas sociais responsáveis por acompanhar a vida dos indivíduos e das populações agindo em favor da melhoria das condições materiais de vida, dos aspectos psicossociais, do engrandecimento intelectual e da ampliação das possibilidades de escolha e de transformação da existência? Fomentariam ferramentas que facilitariam e abririam a possibilidade da promoção de cidadania, de melhoria de condições de vida, de espaço para justiça social e autonomia? Ou não, todo esse aparato traz consigo armadilhas institucionais que reforçam a burocratização, o controle e a intervenção sobre os indivíduos e as populações, reinvestindo em benefício próprio tudo o que seja feito em nome da diminuição das vulnerabilidades sociais, consumindo todo o ganho proporcionado em termos de força física, expectativa de vida e capacidade intelectual? (Leão e Oliveira, 2013)

Pautar as questões desse campo problemático em termos alternativos - "ou"... "ou"... - já nos impõe algumas armadilhas que precisamos nos recusar a cair caso queiramos sair dos lugares já dados. Habitar esse campo atento a sua complexidade é enfrentar esse tipo de questão não como oposições binárias, mas sim como pares complementares, faces de um mesmo processo sem soluções e saídas fáceis.

4

Pensando “o” Poder para além e aquém do Estado

Nessa direção, urge pensar as políticas de Assistência Social em sua relação com o Estado sobre outras bases. Para tanto, convocamos aqui uma série de autores que passam a entender as dinâmicas das relações de poder não situadas em um lugar, em um Estado.

Ao fazer vazar esse entendimento, outras chaves de leitura se abrem a fim de complexificar nossa análise sobre a função da política de assistência social brasileira e nos fazem ver outras frentes de luta, já que em acordo com Foucault (2007c, p.75): “[...] *nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas – não virá de que ainda ignoramos o que é o poder? Afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração; mas talvez ainda não se saiba o que é o poder.*”

A fim de criar ferramentas para entender esse “como do poder”, Foucault (2005a) tentou se desvencilhar de duas concepções clássicas de poder que postulam suas análises a partir de uma dedução econômica. A primeira se refere à teoria jurídica clássica que postula o poder como uma posse de direito, como um bem ou riqueza que se pode transferir e cujas questões orbitam sobre onde está o poder, quem detém o poder, quais são as regras que regem o poder, qual é o sistema de leis estabelecido pelo poder sobre o corpo social. Trata-se aqui de uma sociologia

jurídica do poder. De todo modo, o pensador se pergunta como foi que nossa sociedade ocidental privilegiou uma concepção de poder tão restritiva?

A razão disso Foucault irá encontrar no fato de que no Ocidente, os grandes sistemas estabelecidos desde a Idade Média se desenvolveram por intermédio do crescimento do poder monárquico à custa dos poderes feudais. Nessa luta, o direito sempre foi o instrumento do poder monárquico contra as instituições, os costumes, os regulamentos, as formas de laço e de pertinência característicos da sociedade feudal. Em outros termos, o crescimento do Estado na Europa foi parcialmente garantido, ou pelo menos, utilizou como instrumento o desenvolvimento de um pensamento jurídico. O poder monárquico, o poder do Estado são essencialmente representados no direito. (Foucault, 2012)

A burguesia em ascensão que, a um só tempo, se beneficiava amplamente do desenvolvimento do poder real e do esfacelamento dos sistemas feudais, tinha todo interesse em desenvolver um sistema de direito que lhe permitiria, por outro lado, dar forma às trocas econômicas que lhe garantiam seu próprio desenvolvimento social. De sorte que a forma do direito foi o sistema de representação do poder comum à burguesia e à monarquia. E, quando por fim a burguesia se desembaraçou do poder monárquico, o fez utilizando, precisamente, esse discurso jurídico contra a própria monarquia. Por exemplo, quando Rousseau, em sua teoria do Estado, tenta mostrar como nasce um soberano, um corpo social como soberano, a partir da cessão dos direitos individuais, de sua alienação e da formulação de leis de proibição que cada indivíduo é obrigado a reconhecer, pois foi ele próprio que se impôs a lei, uma vez que ele é membro do soberano, porquanto ele próprio é soberano.

O poder seria então, nessa teoria, o poder concreto detido por cada indivíduo e que, segundo o modelo da troca contratual, pode e deve ser cedido, total ou parcialmente, na constituição de um poder político soberano. Aqui rapidamente podemos nos lembrar na formação da sociedade como fruto de um contrato social, onde os indivíduos cedem “parcelas” do poder que detém em troca de um convívio mais seguro e harmônico. (Foucault, 2012)

É em relação a esta concepção de poder que podemos pensar as concepções clássicas de cidadania que mobilizaram o ideário europeu na modernidade e que influenciam grandemente as proposições sobre o conceito de cidadania na realidade Brasileira, a saber: 1) a ideia de renúncia ao próprio poder em favor da segurança que atravessa a produção do princípio de Estado; 2) a ideia de consentimento em outorgar esse poder como garantia da preservação da propriedade que engendra a produção do princípio de mercado e; 3) a ideia de abrir mão desse poder em nome de uma vontade geral que sustenta o princípio de comunidade. Respectivamente as concepções de Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau. Para o primeiro, a noção de cidadania vai pressupor a efetuação de uma entrega, uma espécie de resignação e de sujeição a ideia de Estado, já que sem esta submissão, o indivíduo não adquire a condição de cidadão. Esta concepção de cidadania se institui através da prescrição moral de que cada indivíduo deve preservar sua vida e seus bens abrindo mão da ação política e transferindo a outro homem, a um colegiado, a uma assembleia, a um Estado, a sua capacidade de se autogovernar.

Já para Locke, a noção de cidadania é a expressão máxima de um conjunto de “propriedades” – a propriedade material, expressa pela aquisição de bens, a propriedade física que asseguraria os corpos úteis e produtivos e a propriedade mental que garante a possibilidade do indivíduo praticar atos por sua “livre vontade” – que se configura como base de sustentação da ideia de consentimento mútuo. O consentimento, ao contrário da renúncia, funda um acordo efetivo entre o que fica estabelecido pelos indivíduos e o que é feito, sugerindo, deste modo, que ninguém deva possuir poderes ilimitados nem possa descomprometer-se com o acordo estabelecido pela maioria. Essas ideias serviram como base de sustentação para o funcionamento da doutrina político-econômica liberal e para a auto-regulação da sociedade pelo mercado, consolidadas ao final do século XVIII e início do século XIX. Aqui, o cidadão se configura como uma entidade dotada de autonomia, privacidade e liberdade para estabelecer contratos e trocar mercadorias e, além disso, viver em prol de seus próprios interesses.

Por fim, Rousseau vai afirmar que a manifestação da soberania política é a vontade geral e não os interesses privados. A vontade geral entendida como a materialização da verdade e dos princípios universais será a maneira razoável de alcançar a liberdade, a igualdade e o bem-estar de todos os homens. Nesta condição de soberano, o povo passaria a desejar o interesse geral como prática da vontade coletiva que, deste ponto de vista, não poderia ser transferida para outrem, perturbada ou dividida. É por este motivo que o indivíduo deve renunciar a sua diferença, para se conformar “harmoniosamente” com o grupo, com os ideais de solidariedade e fraternidade, com o intuito de transpor os obstáculos à preservação dos direitos naturais. O direito político, neste caso, passa a ser o poder de autoridade dessa totalidade soberana. Ao contrário da renúncia, os indivíduos abrem mão de suas diferenças para se conformarem a um conjunto que pretensamente pensa e age em uníssono⁶⁰.

Estes princípios heterogêneos e complementares consolidam a distinção entre Estado e Sociedade ao mesmo tempo em que reatam ligações através da proposição de um contrato social que gera como um dos efeitos uma série de valores e crenças atribuídos e propagados ao cidadão, a saber: identidade, privacidade, liberdade, igualdade, autonomia para gerir e defender seus bens, felicidade, etc. Segundo FONSECA (1997, p. 12):

Compreendemos que estes três modos distintos não ficaram isolados uns dos outros. Combinados, fertilizaram o solo de onde emerge a noção de cidadania em sua versão ocidental moderna e liberal. Servem de fundamento para a reprodução de uma teoria do poder político, segundo a qual cada homem possui um poder — equivalente à posse de um bem ou de riquezas e da capacidade de cumprir os imperativos da razão — que pode ser cedido, transferido ou alienado através de um contrato social com vistas a alcançar a soberania política.

A noção de cidadania, neste caso, emerge como expressão máxima dessa aquisição e, conseqüentemente, dessa entrega.

60) Para um aprofundamento nesta discussão, ler Fonseca (1997, p. 10-31)

Já a segunda concepção clássica de poder – a concepção marxista – trata da funcionalidade econômica do poder, entendida no sentido em que “[...] o papel essencial do poder seria manter relações de produção e, ao mesmo tempo, reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e as modalidades próprias da apropriação das forças produtivas tornaram possível” (Foucault, 2005a, p. 20). Por esta via, o poder político teria na economia, sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual. Lutar pelo poder se torna, portanto, lutar pela aquisição e/ou manutenção dos meios de produção.

Para Foucault (2005a), o problema dessas duas perspectivas é que elas relacionam o poder como sendo sempre secundário em relação à economia, com razão de ser e fim de servir a ela e, por outro lado, como sendo modelado pela lógica da mercadoria. É justamente dessas concepções do poder que é preciso se desembaraçar para proceder a uma análise não mais da representação do poder – do local onde ele se encarna – e do determinismo econômico, mas do funcionamento real do poder. Nesta analítica proposta pelo pensador francês, o poder só existe como exercício, só existe em ação e é, antes de tudo, relação de força e não mais manutenção e reprodução de relações econômicas. Neste caso descarta-se a ideia de pensar o poder como algo exclusivo de uma classe sobre as outras ou de um indivíduo sobre os outros. O poder é microfísico, circula, funciona e se exerce em rede. Enfim, o poder não é um modo de sujeição global nem mesmo um sistema geral de dominação. É por este motivo que uma analítica do poder não deve postular a soberania do Estado, a forma da Lei ou a unidade geral de dominação como dados iniciais e causadores, mas sim como formas terminais, efeitos de poderes que se exercem de modos capilarizados.

Na conferência “*As malhas do poder*”, Foucault (2012), de forma um tanto quanto atrevida, irá encontrar em Marx, em especial no livro II de “*O Capital*”, elementos que permitam promover uma analítica do poder não mais sob a forma negativa e desencarnada da interdição – célebre forma “*tu não deves*” –, mas sim sob uma ótica de uma verdadeira tecnologia do poder. Segundo Foucault (2012), Marx afirma que não existe “um” poder, mas muitos poderes que funcionam localmente e que dizem

respeito a formas de dominação, formas de sujeição que têm seu próprio funcionamento, seu procedimento e sua técnica ligados à região no qual se circunscrevem. Sendo assim, não podemos falar “do” poder se quisermos fazer uma análise efetiva, mas devemos falar dos poderes e tentar localizá-los em sua especificidade histórica e geográfica.

Por conseguinte, já se encontra em Marx uma leitura que inviabiliza um certo entendimento dos conflitos e contradições da sociedade remetendo-os a um corpo unitário no qual se abateria um poder central, mas trata-se sim de uma justaposição, uma ligação, uma coordenação, uma hierarquia, também, de diferentes poderes que, contudo, permanecem em sua especificidade. Dessa forma, a sociedade adquire o estatuto de um arquipélago de poderes diferentes que não devem ser compreendidos como a derivação de um poder central e primordial - o Estado. A unidade estatal é, portanto, secundária em relação a esses poderes regionais e específicos. Poderes que tem como função não a proibição ou o impedimento, mas sim “[...] serem produtores de uma eficiência, de uma aptidão, produtores de um produto.” (Foucault, 2012, p. 173). Trata-se portanto de considerar os mecanismos de poder como procedimentos que foram inventados, aperfeiçoados, que se desenvolveram sem cessar ao longo de sua própria história. É dessa forma que Foucault afirma uma analítica do poder não mais do ponto de vista jurídico, mas sim tecnológico:

[...] se analisarmos o poder privilegiando o aparelho do Estado, se analisarmos o poder considerando-o como um mecanismo de conservação, se considerarmos o poder como uma superestrutura jurídica, no fundo, não faremos mais do que retomar o tema clássico do pensamento burguês, quando ele imaginava o poder essencialmente como um fato jurídico. Privilegiar o aparelho de Estado, a função de conservação, a superestrutura é, no fundo "rousseauinizar" Marx. É reinscrevê-lo na teoria jurídica e burguesa do poder. Não é surpreendente que essa concepção suposta marxista do poder como aparelho de Estado, como instância de conservação, como superestrutura jurídica, se encontre essencialmente na social-democracia europeia do final do século XIX, quando o problema era justamente o de saber como fazer funcionar Marx no interior de um sistema jurídico que era o da burguesia. (FOUCAULT, 2012, p. 175)

Portanto, para o pensador francês, as relações de poder não devem ser consideradas de uma maneira pouco esquemática: de um lado, há os poucos que

têm o poder e, de outro, os muitos que não o têm – a classe dominante versus a classe dominada. O que faz a solidez das relações de poder para Foucault (e aparentemente para Marx) é o fato que elas não acabam nunca, se exercendo e retransmitindo por toda a parte. Sendo assim, neste tipo de analítica o interesse reside em saber como, em determinado lugar – em um indivíduo, um grupo, uma determinada sociedade – qual é a localização de cada um na rede do poder, como ele o exerce, o conserva e o repercute.

Dessa feita, o poder se produz a cada instante, entre um ponto e outro, provendo de todos os lugares em meio a relações desiguais e móveis. Não é uma instituição ou estrutura, nem mesmo uma potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. Sendo assim, as relações de poder são problematizadas como imanentes com outros tipos de relações – processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais –, como relações que são efeito-instrumento imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas.

Efeitos e instrumentos imanentes nas redes do poder, os indivíduos não só circulam, mas também se encontram em posição de exercer poderes, de sofrer suas ações. Para Foucault, os indivíduos nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão já que o poder não se reduz à violência, à exclusão ou à repressão, mas supõe diferentes forças em relação, cujos efeitos são provocações, produções e inclusões que incidem nas nossas relações com o mundo e com as nossas produções, no nosso próprio corpo.

Sendo assim, as relações de poder são entendidas como vindo de baixo, formando-se e atuando nos aparelhos de produção, nos grupos e instituições a partir das múltiplas correlações de força que servem de suporte a amplos efeitos de fragmentação que atravessam o conjunto do corpo social, não existindo dessa forma uma oposição. Para Foucault (2007a, p.102-103):

[...] uma multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; como o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma,

reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Para os fins da análise a que nos propomos, nesse ultrapassamento da noção de Estado como central ao exercício do poder, o conceito foucaultiano de Governamentalidade se torna fundamental. Segundo Duarte (2011) com este conceito, entendido como um conjunto de técnicas de implemento da ação administrativa de governo da população, Foucault encontrou uma terminologia adequada para designar e analisar a atividade que consiste em reger a conduta dos homens em um contexto e por meio de instrumentos estatais, sem ter de recorrer a qualquer conceito de Estado ou mesmo à “instituição do governo” em seu sentido mais usual de estrutura política altamente institucionalizada e organizada para visar fins determinados e hierarquicamente coordenados, concentrando em si todo o exercício de poder.

O conceito de governamentalidade é introduzido na obra Foucaultiana, na aula de 1 de fevereiro de 1978. Nela, o pensador francês entendeu que a razão de Estado⁶¹ apontava para o surgimento de uma nova matriz de racionalidade no exercício do poder que reagrupava três grandes diagramas⁶² tecnológicos de poder –

61) Esta irá definir-se, ainda no final do século XVI, como o tipo de racionalidade que vai possibilitar manter e conservar o Estado a partir do momento em que ele é fundado, em seu funcionamento cotidiano, em sua gestão de todos os dias. Para Foucault (2008a), a razão de Estado é uma invenção tão contundente e abrupta quanto a descoberta da lei da gravidade.

62) Diagramas estes que Foucault (2005a) delimita entre, por um lado, as regras de direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, pelos efeitos de verdade que esse poder produz enquanto efeito e instrumento.

soberania, disciplina e segurança – e os fazia funcionar, uns em relações aos outros, de uma maneira inteiramente nova. Com a noção de governamentalidade se pode referir a políticas administrativas estatais e, ao mesmo tempo, reiterar a importância de deixar de lado a figura do Estado e de seu poder capaz de controlar todos os recantos da vida social, para problematizar os exercícios de poder por meio de técnicas difusas e discretas de governo dos indivíduos e das coisas em diferentes domínios.

Com este conceito, Foucault contornou as concepções que pensam o Estado como a instituição responsável pela garantia da reprodução da dominação ou como o detentor legítimo dos meios da violência. Para ele, não é o Estado moderno que funda e regula as formas de poder, mas estratégias constituídas historicamente antes do Estado são por ele concentradas e abarcadas com fins de normalização. O Estado aparece não como fundador, mas sim como uma “peripécia” da governamentalidade⁶³.

Por meio desse novo recurso conceitual, ele também se colocou na contramão do tradicional temor liberal frente a uma suposta e crescente estatização da sociedade, bem como recusou a nítida oposição entre Estado e sociedade civil. Segundo tal oposição, o Estado concentraria a figura do mau poder ao passo em que a sociedade civil encarnaria as potências da boa liberdade humana, concebida seja numa chave econômica – a liberdade de iniciativa dos agentes econômicos – seja numa chave jurídico-política, isto é, a sociedade civil dos bons cidadãos, portadores de direitos e em luta com o Estado pelo reconhecimento de novos direitos. Essa seria, por exemplo, a forma comum de problematizar a relação ente as vidas insistentes em meio ao acontecimento-chuva e o Estado com seus termos de responsabilidade à disposição daqueles que não se submetem à sua lógica. É aqui ainda que toda a temática do controle social ganha fôlego...

63) Ideia desenvolvida por Foucault (2008a) na aula de 08 de Março do Curso “Segurança, Território e População.”

Foucault afirmou que o aspecto realmente importante para a nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas a governamentalização do Estado. Há aqui um deslocamento do foco de análise para o processo por meio do qual se refinam os mecanismos de gestão administrativa da conduta das populações, em torno dos quais se definem os embates e lutas políticas dos agentes que se enfrentam com estes processos difusos. Afinal, é no enfrentamento cotidiano dessas instâncias governamentais heterogêneas que se determinam, a cada instante, o que deve ou não ser de competência do Estado, o que é público e o que é privado, o que é ou não é estatal. Portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (Foucault, 2008a)

Dessa feita, torna-se possível empreender uma analítica dos múltiplos mecanismos de atuação administrativa do Estado moderno sem ter de comprometer sua investigação com qualquer conceito do Estado em geral e, portanto, sem ter de engessar a multiplicidade das lutas políticas cotidianas em um único foco privilegiado e centralizado, determinado previamente pelo universo normativo de categorias jurídicas como legalidade e legitimidade, por exemplo. Ademais, com esse volteio conceitual é possível pensar a relação entre indivíduos (e suas respectivas liberdades) não como entidades anteriores ou até mesmo contrárias ao monstro frio do Estado, mas sim como efeitos e produtos da atuação governamental que funda simultaneamente o Estado. Ou seja, para se compreender a constituição da figura do indivíduo moderno, portador de liberdade, autonomia e cidadania, seria preciso situá-lo no contexto do desenvolvimento histórico das práticas de governamentalização do Estado moderno. (Duarte, 2011)

Como um bom exemplo de práticas de governamentalidade que se criam junto a cristalização do modo de funcionamento Estatal, podemos pensar a noção de cidadania em nosso contemporâneo como co-engendrada num certo modo de governo da vida. Entende-se esta noção como um efeito-instrumento da conjugação de uma pluralidade de práticas de saber-poder que produzem um tipo de corpo - o

cidadão. A fim de explorar essa construção, nos aliamos à discussão proposta por Denise Farias da Fonseca em sua dissertação de Mestrado, “Avessos da Cidadania”.

Com essa autora podemos pensar que a noção de cidadania no Brasil, em nossa atualidade, é fruto do agenciamento ente princípios morais e legais diversos que anseiam em atingir um “ideal cidadão” (tal qual o Europeu) que teria sido subtraído da nossa realidade. Nossa matriz cidadã, portanto, funcionaria simultaneamente como efeito e instrumento de uma economia política e subjetiva que a modula em uma função estratégica vinculada a constituição de um modo de subjetivação capitalístico em nosso país a partir da formulação de uma dicotomia que tende a tratar a cidadania ente um direito inquestionável – restando-nos esforços para sua aquisição (cidadania consentida) – e uma noção de cidadania que deva ser conquistada, restando-nos a busca pelo ressarcimento por não tê-la adquirido. Assim, quando se gravita em torno dessa dicotomia, não nos resta muito a não ser constatar a falta de direitos (e os deveres que lhe são correspondentes) no cenário brasileiro marcado por um solo completamente distinto do que produziu os ideais liberais de igualdade, fraternidade e liberdade.

Em nossa história ainda é bastante comum pensar que as injustiças sociais com todos os seus efeitos colaterais, bem como os contornos bizarros da sociedade brasileira seriam fruto de uma espécie de avesso aos princípios e ideais do mundo civilizado. Especialmente no que diz respeito a constituição de um modelo moderno de cidadania, experimentaríamos em território nacional uma tensão constante ente as ideias liberais europeias e o contexto sócio-histórico das relações sociais brasileiras. Tensão responsável pelos inúmeros obstáculos para o pleno desenvolvimento da cidadania em nosso país. (Fonseca, 1997)

As vidas que insistem, a negra e sua tranças, a retirante e o insistentes na chuva, parecem não se submeter facilmente a esse complexo de vira-lata que os marca pela falta em relação a parâmetros vindos de outro lugar. Em situações específicas se insurgem e afirmam potências que embaralham os saberes e poderes que deveriam regê-los. Na sua relação com o Estado, aqui já tomado enquanto peripécia da governamentalidade, parecem situar-se além, instaurando atividades produtoras de

comum, como as estórias que se espalham, conectam-se e contagiam aqueles que se recusam a serem abrigados nos galpões. Parecem situar-se também aquém desse “monstro frio” ao gestarem forças em meio a miséria que teima em lhes apequenar. Em acordo com Cava (2012), há um paradoxo contido na pobreza, pois:

Na mesma medida que é privação, também é potência. Por óbvio, privação e potência não acontecem ao mesmo tempo. Mas o pobre é aquela força que caminha nesse campo instável, onde pode transitar por todo o espectro de grau entre uma e outra. Porque a pobreza tem uma dimensão afirmativa, inventa novos usos, constrói o máximo do mínimo, a favela do lixo, a poesia das expressões doridas e tensionadas das ruas. Gatos nascem livres e pobres e recusam a ser chamados pelo nome. Qualquer prescrição de imobilidade não serve para quem tem de se mover todos os dias para reinventar o mundo, em cuja crise o pobre vive e se relaciona. (Cava, 2012, p.46)

Paradoxo que gesta tensões, que se sustenta na instabilidade, onde as coisas adquirem contornos enquanto cristalizações de processos precários e inacabados – como os barracos e sua arquitetura que dava voltas nisto que chamamos de Estado e sua pretensa onipotência. Com suas estratégias e táticas de ação, sem nenhum romantismo, é preciso estar atento a elas e seus modos de parir forças capazes embaralhar códigos no enfrentamento de suas questões.

5

Aposta ética entre embaraços na/da pesquisa

Compreendemos que toda pesquisa deve inevitavelmente confrontar-se com a produção de dados ao registrar, organizar, analisar, generalizar e comunicar a sua experiência. Todavia, entendemos também que a investigação começa a se constituir durante a própria experimentação do pesquisador que, ao longo de seu processo, força a emergência de tecnologia de produção destes dados. Indeterminação esta que não vislumbramos como uma falha metodológica, mas sim como o seu exato oposto, como a potência de um fazer cuidadoso que só pode se constituir em/na afetação do próprio pesquisador.

Com isso, afirmamos um fazer que parte de uma noção de método, no qual este não é visto como um caminho a percorrer para atingir metas pré-fixadas, mas sim que afirma a ideia de um caminhar que traça no próprio processo de pesquisa suas metas (BARROS, Regina B. de; PASSOS, Eduardo. 2009). Dessa feita, mais do que um método pré-figurado, talvez tenhamos mais sucesso ao esboçar uma ética na/da pesquisa. Ética esta, em acordo com Neves (2002), que cuida de habitar um complexo jogo de correlações plurais de forças e acolher acontecimentos imanentes fazendo-os ressoar sua potência disruptora, cintilando um conjunto indeterminado de perspectivas que não o esgotam, mas se dispersam e nos lançam numa miríade de problemas, de sentidos, de transrelações desestabilizadoras que agitam partes do estado de coisas, arrastando-o para novos acontecimentos e composições.

Dito isto, a partir desse modo de habitar o fazer pesquisa, a história vitoriosa de confecção do SUAS foi sendo constantemente problematizada em meio aos acontecimentos do cotidiano laboral. Diante de uma história monumental que nos indicava uma historiografia dos vencedores que pensa a consolidação do SUAS e a luta pelos direitos sociais entre caminhos pré-figurados que nos impelem irresistivelmente para o futuro, não podíamos nos furtar a tensionar nossa análise para a sétima tese sobre o conceito de história de Walter Benjamim. Nesta, o pensador alemão considera os bens culturais como os despojos carregados no “[...] cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (Benjamim, 1987, p.225). Entendendo os documentos como bens culturais, como monumentos de cultura de um processo de luta que permitiu a política de assistência social sua atual configuração, não podemos deixar de refleti-los sem horror, já que “[...] nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim com a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão.” (Benjamim, 1987, p.225)

Sendo assim, entendemos, como o próprio percurso nos mostrou, a investigação dessa história via documentos oficiais da própria política inviabilizava as nuances, a poeira das lutas que garantiram a presença da psicologia neste sistema tão incomum à nossa formação.

Ao longo da pesquisa nos documentos, passamos a questionar o quanto essa história oficial nos ajudava a entender o que se passava no contato com o público-alvo do SUAS. Até que ponto as vidas que circulavam nos espaços dessa política que se pretende pública necessitavam do auxílio da história contada nos documentos? Em acordo com Nietzsche, (2003, p. 17): “[...] em meio a um certo excesso de história, a vida desmorona e se degenera e, por fim, através desta degeneração, o mesmo se repete com a própria história.”

Entender a história documentada nos registros ganha uma enorme riqueza se a cotejarmos com o seu fundo cinza, se a considerarmos intimamente ligada aos acasos e lutas de onde provêm e emergem tais documentos na história de um Brasil que se pretende produzir pós-constituição de 1988. A marcação da suposta vitória

da garantia de direitos ante uma tradição filantrópica merece ser comemorada na nossa presente história. Há uma positividade na consolidação de tal triunfo posto que serve de modelo para a interrupção de uma temporalidade, de uma tradição e sua consequente abertura para expandir valores. É a essa história que o filólogo alemão nomeia como uma história monumental:

Que os grandes momentos na luta dos indivíduos formem uma corrente, que como uma cadeia de montanhas liguem a espécie humana através dos milênios, que, para mim, o fato de o ápice de um momento já há muito passado ainda esteja vivo, claro e grandioso - este é o pensamento fundamental da crença em uma humanidade, pensamento que se expressa pela exigência de uma história monumental. (Nietzsche, 2003, p. 19)

História que impõe uma crença no companheirismo e na continuidade do que há de grandioso em todos os tempos. É a marcação de um protesto contra a mudança das gerações e da perecibilidade. É a história da resistência política dos militantes do vindouro SUAS que serve de modelo, mestre e consolador para os abnegados profissionais que não encontram entre seus contemporâneos e no presente bons indícios para a continuidade de suas ações, por exemplo. Em meio a um momento político de retrocesso na lógica da garantia dos direitos, onde por vezes, em momentos de fraqueza, parece ser impossível continuar, essa história tem sua serventia como meio de fuga da resignação através da contemplação da grandeza do passado e da invenção de seus possíveis. É dessa história que se deduz uma grandeza que já existiu, que já foi possível. Todavia, Nietzsche (2003, p.19) também nos alerta que: *“Mas justamente nesta exigência que o grandioso deve ser eterno inflama-se a luta mais terrível. Pois todo o resto que vive grita “Não!”*”.

Essa modalidade de narrar a história sempre aproximará o desigual, generalizando-o e enfraquecendo a diversidade de motivos e ensejos a fim de apresentar os seus monumentos como modelos dignos de imitação.

O quanto da diversidade precisa ser desconsiderado aí para que a comparação possa produzir aquele efeito fortalecedor, o quanto violentamente a individualidade do passado deve se encaixar em uma forma universal e o quanto todos os seus ângulos e linhas acentuados precisam ser destruídos em favor da concordância!" (Nietzsche, 2003, p. 21)

É preciso estar atento aos riscos que a história monumental pode gerar de desvantagens para a vida, posto que a sua invenção, no seu esforço de consolidar-se adornando fatos singulares que toma para si como fundamentais, pode desprezar grandes segmentos do passado, aparando arestas em favor de suas similitudes sedutoras. A história monumental se torna nociva à vida quando se apresenta como a admiração pelo que há de grande e poderoso no passado tendo mais força do que o que há de potente no nosso tempo.

Justamente por isso, torna-se necessário um modo crítico de se apropriar da história que inquire e condena o passado a fim de dissolvê-lo e explodi-lo como único futuro possível. É uma tentativa sempre perigosa e arriscada, posto que ao condenar o passado, se dá como que um passado *a posteriori*, de onde se gostaria de provir, em contraposição ao passado do qual se provém. Para Nietzsche (2003, p. 30-31):

Então, seu passado é considerado criticamente, crava-se com uma faca as suas raízes, caminha-se por cima de toda piedade. Trata-se sempre um processo muito perigoso, a saber, muito perigoso para a própria vida: e homens ou épocas, que servem desta maneira à vida, ao julgarem e aniquilarem um passado, são sempre homens e época perigosos e arriscados. Pois porque somos o resultado de gerações anteriores, também somos o resultado de suas aberrações, paixões e erros, mesmo de seus crimes; não é possível se libertar totalmente desta cadeia. Se condenamos aquelas aberrações e nos consideramos desobrigados em relação a elas, então o fato de provirmos delas não é afastado. O melhor que podemos fazer é confrontar a natureza herdada e hereditária com o nosso conhecimento, combater através de uma nova disciplina rigorosa o que foi trazido de muito longe e o que foi herdado, implantando um novo hábito, um novo instinto, uma segunda natureza, de modo que a primeira natureza se debilite.

Neste sentido, em meio ao caminho que escolhemos, não nos foi possível vislumbrar, nos documentos oficiais da política, um histórico de lutas para além da história monumental, muito menos esboços de forças que afirmem a potência das vidas que encontramos no nossos percursos nos equipamentos da política de assistência. A história até aqui contada nos remete a uma noção de progresso histórico no interior de um tempo homogêneo e vazio, no qual poderíamos “resgatar” fatos que permitiriam ilustrar fazeres de uma política em processo de

consolidação progressiva dentro do aparato Estatal. A partir daí, seria possível encontrar caminhos, postular soluções e modos de fazer no enfrentamento das questões inerentes ao que atualmente se delimita como o SUAS dentro de uma temporalidade causal. A contrapelo dessa proposta, talvez se deva resgatar a positividade do conceito de barbárie. Segundo Benjamim (1987, p. 115-116):

Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um conceito novo e positivo de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda. Entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa. Queriam uma prancheta: foram construtores.

Postulamos assim, a partir dos rigorosos embates que travamos até então, a tessitura deste escrito como um arranjo de narrativas que apostam na composição de uma temporalidade outra, saturada de “agoras”; que enseja uma interrupção nesse tempo progressivo e, mais do que apresentar soluções e indicar caminhos para trabalhadores e usuários do SUAS, mantenham o faro para a atualização das derrotas do passado na nossa atualidade, retomando assim o ronco surdo dos vencidos que continuam a ter seus movimentos amordaçados, mas que insistem em infiltrar o presente com os seus estilhaços.

Narrativas que não pretendem necessariamente aproximar o leitor de algumas vivências, tornando mais palatáveis as impressões de um campo de pesquisa e/ou atuação profissional. O que se busca é produzir ressonâncias de algumas experiências no SUAS que permitam rachar o presente, apontando a dificuldade de emergência de outras possíveis narrativas do contexto em que vivemos e dando a antever uma outra temporalidade que não a da nossa atualidade. Em acordo com Ferreira (2011a, p. 125-126):

Nas sociedades do progresso – que são as sociedades capitalistas modernas –, a história é uma forma de narrativa em que os sofrimentos do presente são justificáveis com vistas à conquista de uma condição social melhor no futuro. A perspectiva de Benjamin nos aponta a necessidade de uma concepção de história que suspenda a ideia de nexos causais entre as temporalidades hegemônicas (passado/presente/futuro). Trata-se da defesa de uma renovada atitude histórica, em que os apelos dos vencidos no passado permitam uma interrupção do tempo do

relógio, do tempo vulgar e do tempo das historiografias dominantes, as historiografias dos vencedores.

Dessa feita, os fragmentos não relatarão um ou mais acontecimentos, mas se farão no próprio acontecimento cujo acesso permite problematizar o que costuma ser esquecido nas narrativas dominantes e o que se pode produzir através do encontro com estas lembranças esconjuradas que apontam as contingências que presidem as versões oficiais. Estórias que intentam fazer saltar para o primeiro plano o contexto do qual surgiram, não para representá-lo, mas sim porque lhe são inerentes. Estórias que murmuram multidões de outras vozes que estariam talvez condenadas ao anonimato e que aqui podem ensejar - em sua potência de coletivização - uma crítica dos controles no contemporâneo, desmontando-lhes mais uma peça e promovendo uma análise de nosso presente que surpreenda os indícios de sua montagem a partir da produção de diferença no rearranjo de certas permanências.

Essa é a aposta que se faz com o ruminar das lembranças na habitação dessa política, já que a crença nas permanências que se cristalizam ao longo do tempo, nos impõe a causalidade da fatalidade histórica que nos lança no lamento do que somos. Na tristeza do que nos tornamos. Ao invés disso, aposta-se aqui na conquista de pequenas invenções contaminadas pelas forças da vida “ [...] *por amor ao passado e a seus sofrimentos esquecidos, decerto, mas igualmente, de maneira ainda mais perigosa, lembrar-se por amor ao presente e à sua necessária transformação.*” (Gagnebin, 2013, p. 104–105).

Invenções estas que atualizam acontecimentos. O acontecimento é aqui entendido como um efeito sem corpo, um traçado de linhas e percursos que cruzam estruturas diversas e conjuntos específicos como índice de uma transformação. Deleuze (2007), partindo dos estoicos, sinaliza que o acontecimento é um dos elementos que povoam as multiplicidades, como experimentações ancoradas no real:

O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera. (...), ele é o que deve ser compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece. [...] Em todo acontecimento existe realmente o momento presente da efetuação, aquele em que o acontecimento encarna em um estado de coisas, um indivíduo, uma

pessoa, aquele que designamos dizendo: eis aí, o momento chegou; e o futuro e o passado do acontecimento não se julgam senão em função deste presente definitivo, do ponto de vista daquele que o encarna. Mas há, de outro lado, o futuro e o passado do acontecimento tomado em si mesmo, que esquiva todo presente, porque ele é livre das limitações de um estado de coisas, sendo impessoal e pré-individual, neutro, nem geral, nem particular, *eventum tantum...*; ou melhor, que não há outro presente além daquele do instante móvel que o representa, sempre desdobrado em passado-futuro, formando o que é preciso chamar de contra-efetuação. (Deleuze, 2007, p. 152 e 154)

O processo de transformação. O acidente que ocorre e faz irromper o acontecimento, a transformação que se expressa. No agenciamento dos corpos, algo que do acidente se desprende e irradia a transformação para todos os lados, findando e seguindo, deixando somente rastros e notícias de sua efetuação. Ele produz ruptura, decompõe o que se apresenta como totalidade excludente, é datado, localizado, e funciona por conexão e contágio. As quebras que produz podem se irradiar, encontrar ressonância em uma multiplicidade de outros acontecimentos, ainda invisíveis, e suas potenciais invenções numa forma de atualização. No acontecimento não há previsão. Dele só podemos falar a partir dos agenciamentos e conexões que produz como forças que dele se apoderam. (Neves, 2002)

Neste sentido, narrar aqui esboça uma atenção aos detalhes ínfimos e transitórios, num esforço precário que permite apropriar-se de tais acontecidos e remetê-los “[...] *à repetição na história e ao fato de que o sofrimento do passado ainda é o sofrimento do presente*” (Ferreira, 2011a, p. 129).

É dessa forma que cabe a aposta na produção de narrativas como promotora de uma abertura no tempo, “[...] *acontecimento ainda por vir e cujo poder de atração permite que a narrativa possa esperar, também ela, realizar-se.*” (Blanchot, 2005, p.8). Intensificação narrativa que, ao “[...] *escovar a história à contrapelo*” (Benjamin, 1987, p.225), possibilite esgarçar conceitos vitais presentes na história monumental da consolidação do SUAS.

E talvez seja exatamente aqui que o interesse pela questão da produção de narrativas adquira uma importância ético-estético-política crucial ao apostar que, ao dissimular-se entre invenções, lembranças e esquecimentos, se ultrapasse a mera

proliferação de um sem número de proposições que forcem a vida a se exprimir trespassada de uma quantidade demente de falas e imagens na busca de “soluções”, e se promovam artes de narrar que criem vacúolos de silêncio para que algo raro possa ser dito, aumentando assim o coeficiente de porosidade que vaze certos riscos que se contam, se repetem e se fazem variar no cotidiano das políticas públicas.

Desde já, assumimos como fundamental para a nossa escrita que os fragmentos se teçam de fios descontínuos cujo “método” aposta menos na verdade do narrado do que no encontro dos fiapos de rememoração de possíveis na habitação dessa política pública que produziram, mesmo que sub-repticiamente, pequenas gagueiras, pequenos desvios nos problemas com soluções já dadas. Entendendo a tessitura desses fios como uma tentativa de promoção de uma história que imobilize o fluxo da cronologia tranquila, instaurando com isso a possibilidade de uma outra história vir à tona a partir de uma fidelidade àquilo que no passado pedia um outro devir. Procedimento este ao mesmo tempo minucioso e hesitante, que por diversos caminhos e desvios, sempre volta ao seu objeto com alteridade renovada. Método certamente perigoso, posto que, ao arriscar perder-se no jogo das lembranças, “[...] nunca se pode ter certeza de que ele leva realmente a algum lugar, mas, pela mesma razão, extremamente precioso, pois só a renúncia à segurança do previsível permite ao pensamento atingir a liberdade.” (Gagnebin, 2003, p.88)

Ao ensaiar uma escrita nesta direção, intentamos formular questões que talvez nos permitam sair da ladainha, para produzir espaços onde se tenha efetivamente algo a dizer. Onde, na esteira do pensamento de Maciel Júnior (2005), na impossibilidade de uma escolha acerca da intervenção técnica a ser feita, em meio às narrativas, possa-se postular a invenção de outra coisa que faça rachar a jurisprudência da função da política estatal de assistência social.

Para tanto, como nos aponta Larrosa (2003), toda e qualquer forma de escrita que desvirtue ou até mesmo não estabeleça compromissos de se legitimar como ciência do factual, sejam boas ferramentas. Segundo o pensador espanhol:

[...] os dispositivos de controle do saber são também dispositivos de controle da linguagem e da nossa relação com a linguagem, quer dizer, das nossas práticas de ler e escrever, de falar e escutar. Nosso trabalho na

academia tem a ver com o saber, é basicamente um trabalho com palavras. O que fazemos a cada dia é escrever e ler, falar e escutar. A partir disto, poderíamos dizer que o conformismo lingüístico está na base de todo conformismo, e que falar como Deus manda, escrever como Deus manda e ler como Deus manda, ao mesmo tempo, é pensar como Deus manda. Também poderíamos dizer que não há revolta intelectual que não seja também, de alguma forma, uma revolta lingüística, uma revolta no modo de nos relacionarmos com a linguagem e com o que ela nomeia. Ou seja, que não há modo de “pensar de outro modo” que não seja, também, “ler de outro modo” e “escrever de outro modo.” (LARROSA, 2003, p. 102)

Ferramentas ao passo que ensejam modalidades de escrita que não mais se separam da vida para depois querer reformá-la violentamente ajustando-a aos moldes da razão, da civilização, da liberdade, etc. Ante essa violência a vida fica humilhada e se vinga rancorosamente, como no lugar comum em que recaem a maioria das pesquisas e intervenções sobre as situações de pobreza - o lugar da falta. A miséria é vista naqueles em que se percebe uma ausência de condições que tornam a vida supostamente digna e, sem perceber, escamoteamos a miséria da “vida digna”, da vida civilizada, da vida capitaneada pelo empreendedorismo levado as últimas consequências e tecido por narrativas de progresso.

É a fim de nos esquivamos de tais modos de narrar tão presentes na academia que pensamos numa aposta estética de escrita que mais do que proporcionar soluções, aponte questões ao se situar no complexo campo das políticas públicas de assistência social. Ancorada no tempo, a aposta estética deste escrito assume o caráter temporário e efêmero de sua confecção e se afirma num contexto cultural concreto e determinado: no presente e para o presente. Sem nenhuma pretensão de formular um sistema ou uma totalidade e tampouco tomando a suposta totalidade das políticas de assistência social como matéria, apostamos num trabalho de tessitura de fragmentos que ganhem expressividade no próprio acontecimento de sua escrita como “lugar de experiência”, como palavra no tempo. Como construção de um falar abrupto que arrisca sua própria decomposição ao renunciar ao desenvolvimento feliz de uma sintaxe lisa e sem fraturas. Temporalidade esta que não remete à uma “atualidade” como obsolescência programada, como novidade com prazo de validade - tal qual a caducidade particular de uma mercadoria

acadêmica que começa com princípios, fundamentos e hipóteses e termina com as conclusões que pretendem ter esgotado o tema⁶⁴.

Em acordo com o filólogo alemão:

A razão disso está em que, no ajuste de contas histórico, sempre vêm à tona tantas coisas falsas, inumanas, absurdas e violentas, que a disposição para a ilusão piedosa, a única na qual tudo o que quer viver pode viver, necessariamente se dissipa: somente no amor, o homem cria; ou seja, somente na crença incondicional no que é perfeito e correto. Todo aquele a que se obriga a não mais amar incondicionalmente cortou as raízes de sua força; ele se torna ressequido, ou seja, insincero. Sob tais efeitos, a história é o oposto da arte: **e somente se a história suporta converter-se em obra de arte, ou seja, tornar-se pura forma artística, ela pode, talvez, conservar instintos e, até mesmo despertá-los.** (Nietzsche, 2003, p. 58-59. Grifo nosso)

Despertar os instintos é apostar numa doutrina de saúde da vida. Aposta que entende a vida como um ofício que precisa ser aprendido constantemente e exercitado sem comiseração; como impiedoso ofício de experimentação de uma certa juventude capaz de poder esquecer e assim se desvencilhar gradualmente do excesso de história que afeta a força plástica de invenção, de falsificação imanente no viver. Que afirma a história como resultado de decisões singulares, até arbitrárias, e não como o fruto de um processo universal e orgânico. Juventude que se serve do passado em sua potência do falso, como um alimento poderoso e curativo que permite criar um outro porvir. Em acordo com Gagnebin (2013, p.105):

Um paradoxo que se esclarece, se se compreende que o verdadeiro objeto da lembrança e da rememoração não é simplesmente, a particularidade de um acontecimento, mas aquilo que, nele é criação específica, promessa do inaudito, emergência do novo. Se a lembrança se contenta em conservar piamente o passado numa fidelidade inquieta e crispada, ela se torna, sub-repticiamente, infiel a ele porque negligencia o essencial: o que havia nele de renovação e que só pode repetir-se sendo outro, criação e diferença.

64) Larrosa afirma que no mundo acadêmico, ao produzir uma disciplina de expressão organizada sob a moral do trabalho, já se sabe que tudo o que se escreve é caduco como mercadoria, como “novidade”. Sendo assim, o pensador espanhol se pergunta: “Já pensaram alguma vez nas consequências de chamarmos de ‘trabalho’ os nossos escritos e também os ‘trabalhos’ de nossos alunos? Creio que merece uma reflexão o fato de que chamemos de ‘trabalhos’ os exercícios de pensamento, de criação, de produção intelectual, tudo o que fazemos e o que pedimos que se faça. A pergunta é: O que ocorre quanto a academia se organiza sob o modelo do trabalho?” (2003, p. 110)

Ao não adotar a lógica do princípio e do fim, pretendemos afirmar uma estética da escrita que começa e termina no meio, em meio ao desdobramento e tessitura de palavras deixadas à deriva e que ensejam não dominar a vida, mas enamorá-la, com tudo o que ela comporta de impuro, de espantoso, de precário, de temporário e efêmero. Já que, aos poucos, diante de tanta miséria, corre-se sempre o risco de perder-se o gesto infame na persistente aposta numa vida que se quer tornar pobre para, em seguida, obstinar-se em enriquecê-la. E neste trabalho nas políticas públicas de assistência social, que se faz em ações que visam prioritariamente fortalecer vínculos, o não saber como fazê-lo em meio a narrativas que ficcionam a vida talvez vitalize outras forças não na direção de uma salvação possível, mas dos perigos que fazem um irrequieto apelo ao reino da ignorância no trato com as vidas que insistem.

6

Engasgos do Bolsa-Família

Entre os dias 18 e 19 de Maio de 2013 rumores sobre o fim do programa Bolsa-Família (PBF)⁶⁵ e também sobre um inexistente bônus em comemoração do dia das mães geraram filas e tumultos em pontos de saque do benefício em vários Estados brasileiros⁶⁶. Acompanhando o caso, a grande mídia brasileira fez várias matérias; numa delas, em São Luís do Maranhão, uma mulher negra, após o seu depoimento, passa a percorrer os principais noticiários da grande mídia e as redes sociais. No enquadramento da câmera, a maranhense de voz estridente e em tom de reclame afirma para o microfone:

Tô com mais de oito anos que recebo o bolsa família, meu dinheiro nunca aumentou! Só ganho cento e trinta e quatro reais e num tá dando nem pra comprar uma calça pra minha fã (sic) que tem 16 anos. Porque uma calça pra uma jovem de 16 anos, é mais de trezentos reais.

65) Criado em 2004, o PBF beneficiou, no ano de 2015, 14 milhões de famílias renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,01 mensais e tendo com máximo a renda *per capita* de R\$ 154 no caso de famílias que tenham gestantes, crianças ou adolescentes. O PBF está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Programa possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento familiar, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

66) O número de saques do benefício foi cinco vezes maior que o usual nesse período.

Sua fala ganha notoriedade e serve com uma luva para ataques ao programa de transferência de renda do governo federal pautados sob o ordenamento discursivo de que “*mais importante do que dar o peixe é ensinar a pescar*”. Velhos clichês em versão repaginada encontram eco no enunciado que é rapidamente capturado pela afirmação rápida de que talvez ao invés de promover um estímulo oficial “*à vagabundagem e à procriação destrambelhada*” dos pobres talvez fosse melhor deixar de lado essa política assistencialista e focar na geração de empregos, verdadeira porta de saída dessa esmola.

Ridicularizada, a maranhense se torna ícone, ilustração dos supostos efeitos perversos de um programa que se orgulha de ser o carro-chefe do governo federal no enfrentamento da pobreza ao longo dos treze anos de sua existência e que, em 2014, atingia em torno de 50 milhões de brasileiros componentes de 14 milhões de famílias destinatárias do benefício. Ou seja, praticamente um quarto da população brasileira.

A fala infame sobre a beneficiária é o desdobramento comum de agenciamentos que vinculam renda a esforço individual, a planejamento, a atributos subjetivos daquele que na situação em que se encontra consegue produzir algum sucesso em meio às oscilações do cotidiano.

A reportagem com os desesperados negros frente ao boato do fim do bolsa família expõe, faz correr de uma ponta a outra as variações sobre inclusão social pensadas como a possibilidade de trajetórias de “autoafirmação” ou de “ascensão social” a partir de uma condição de pobreza originária. Para os necessitados se pré-figura um caminho via inserção nas políticas de Estado que possibilitará a ascensão, um exercício maior de liberdade frente a um exercício de poder que é pensado como limitante, que diz não...

No entanto, há um detalhe importante a se considerar: ao entrar no PBF, uma política estatal, de certa forma não já haveria (mais) uma inclusão? Do que se está excluído? Se sim, as questões que ridicularizam não só a maranhense, mas também o próprio programa, versariam sobre outra coisa. Diriam menos sobre o par

inclusão/exclusão e mais sobre um “como”, sobre um modo de governar que se pensa enquanto um parâmetro para legitimar um bom exercício de governo da própria vida. Que modo seria esse? Quais os balizadores para esta avaliação?

Necessidade. Como já vimos, os contornos para os necessitados da política de assistência se montam a partir de fragilidades nos direitos nominados constitucionalmente de obrigação Estatal. A maranhense com sua queixa incomum face à imagem caricata do necessitado formula problemas para um programa de governo destinado a quem dele necessita. O que o enunciado expõe?

Para Reinaldo Azevedo (2014), colunista da revista Veja, a maranhense acreditava que o dinheiro do auxílio do governo poderia ser usado para bancar bens de consumo mais caros do que os que o trabalhador médio pode bancar com seu salário e que, junto com as famílias que conseguem poupar dinheiro mensalmente com o auxílio governamental, se configuram enquanto beneficiárias irregulares do programa – já que para ele, é evidente que quem faz poupança não se encontra em situação de emergência financeira. Trata-se então, de uma vida mal gerida, com um governo ineficiente. Azevedo se espanta com a queixa incomum e sem constrangimentos desses ditos irregulares ao passo que os utiliza para ratificar suas críticas ao programa já que: “[...] *como um programa criado para tirar pessoas da pobreza pode ser elogiado se o número de dependentes aumenta a cada ano?*”

Para o colunista, esta “*expansão indiscriminada no número de atendidos*” não é um mero lapso, e se fundamenta em quatro grandes fatores: 1) As dificuldades na verificação dos critérios para a concessão do benefício; 2) Falta de fiscalização adequada; 3) Falta de “portas-de-saída” para o que outrora necessitado ultrapasse esta condição e 4) o pouco a perder e muito a ganhar do governo federal com este crescimento desordenado de assistidos com o dinheiro público já que se trata de um programa relativamente barato, com pouca rejeição popular e que mantém

dependente do Estado um quarto da população brasileira – produzindo, com a devida propaganda, o aumento da “lealdade” desse eleitorado a cada quadriênio.

Neste sentido vale resgatar o interessante texto intitulado “Dois pesos...”, da psicanalista Maria Rita Kehl (2010) publicado no jornal O Estado de São Paulo à época das eleições presidenciais de 2010. Segundo a colunista:

[...] O argumento já é familiar ao leitor: os votos dos pobres a favor da continuidade das políticas sociais implantadas durante oito anos de governo Lula não valem tanto quanto os nossos. Não são expressão consciente de vontade política. Teriam sido comprados ao preço do que parte da oposição chama de bolsa-esmola.

Raciocínio este que encontrava reforços na avaliação do deputado Estadual por São Paulo e ex-prefeito de Rio Claro-SP sobre a derrota do candidato Aécio Neves (PSDB) para Dilma Rouffef (PT) nas eleições de 2014. Em entrevista ao jornal local – propagada por portais de comunicação com abrangência nacional –, o deputado afirmava:

O que ficou claro no resultado dessa eleição é que onde tem trabalho, onde existe o trabalhador, aquele que levanta de manhã, que trabalha e gera a riqueza desse país, que é São Paulo, o registro, a fotografia da mudança foi clara. **Onde foi que nós perdemos? Onde a dependência do Bolsa Família, onde tem a dependência das pessoas que não querem o trabalho, que não veem o progresso dentro da sua carreira.** Nós perdemos ali. (BALZA, 2014. Grifo nosso)

Considerando que o resultado do pleito foi o mais disputado da história e que os Estados da Região Nordeste tiveram importante papel nesse resultado⁶⁷, pode-se inferir que o ex-prefeito fazia uma menção velada a região. Ademais, para ele não havia muita diferença entre vereadores que perdem o mandato por doação de cesta básica em processo eleitoral e o PBF. Ambos são considerados pelo parlamentar

67) A então presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita no segundo turno com 51,64% dos votos válidos, com diferença de apenas 3,28 pontos percentuais (cerca de 3,4 milhões de votos) para Aécio Neves (PSDB). A reeleição contou com a vitória de Dilma em todos os Estados Nordestinos com percentuais de votos válidos superiores a 60%. O Maranhão foi o Estado com o maior percentual em todo o Brasil - 78,76%. Em Sergipe, a presidente obteve 67,01% dos votos válidos.

como compra de voto, a primeira criminalizada, a segunda oficializada. Neste sentido, o funcionário público anuncia seu veredicto: “ [...] *até choca um pouco, eu acho que quem depende do governo precisa ter temporariamente o seu título de eleitor suspenso. Ele deveria sim votar a partir do momento em que ele saísse da dependência do Estado.*”

Além do baixo valor do voto, devendo até ser excluído do processo decisório, o deputado vincula a qualidade do mesmo com o valor institucionalizado do trabalho. A “bolsa-esmola”, tal como formula Kehl (2010) obnubilula a consciência política do seus beneficiários e enfraquece o dignificante valor atribuído ao trabalho. É através dessa leitura que a indignação de uma elite eleitoral “consciente” com o fato de que os beneficiários do PBF preferiam agora “*viver na moleza, com o dinheiro do Bolsa-Família*”, ao invés de arranjar emprego ganha corpo. Pouco importa que historicamente as possibilidades de emprego ligadas às camadas atualmente beneficiárias do PBF costumem ser de empregos informais e extremamente precários que pagam menos de um salário mínimo. A psicanalista conclui que se existem pessoas que preferem viver do dinheiro de programas sociais – que na época apresentava como benefício máximo R\$ 200,00 – é estarrecedor imaginar do que viviam antes⁶⁸.

Indo de encontro às indagações da psicanalista, Azevedo (2014) propõe uma reforma no programa que, tal qual ocorreu no sistema de assistência social norte-americano em 1996, imponha limites temporais aos benefícios concedidos às famílias pobres. Tal estratégia combate uma suposta ociosidade dos beneficiários que, segundo ele, mesmo em perfeitas condições de procurar trabalho deixam de fazê-lo para não perder as benesses do programa.

A reforma norte-americana apontada como modelo instituiu um prazo de dois anos para que o usuário da política de assistência encontrasse trabalho; após esse

68) Vale lembrar que após a publicação desta coluna, a autora foi demitida do jornal, gerando todo um debate sobre uma possível censura retroativa ao seu texto. Cabe também lembrar que o mesmo jornal já havia manifestado sua opção partidária nas eleições presidenciais do período pelo candidato Aécio Neves...

prazo, o auxílio financeiro seria suspenso. Outro ponto importante é que o cidadão, durante toda a sua vida, só poderia receber o benefício num máximo de cinco anos. Para o colunista, tais medidas servem como um “*incentivo para a **responsabilidade individual dos assistidos***” (grifo nosso). Enquanto veicula o exercício da liberdade à uma benfeitoria responsabilidade, concomitantemente, Avezedo propõe uma forma de gestão do benefício – tanto via Estado quanto via beneficiário – que introduz na política de Estado “incentivos” pautados em critérios empresariais de custo-benefício.

Consumo ostentatório, queixas irregulares sem incômodo, dependência política, preguiça e falta de responsabilidade individual são apontados como efeitos negativos sempre à espreita da maioria das políticas de assistência social. Em acordo com Szasz (1994), administrar a assistência institucionalizada ao pobre sempre exigiu critérios para identificar as pessoas necessitadas para receber essa ajuda. Inicialmente a lista incluía pessoas cuja dependência não era moralmente problemática – apesar de ainda assim se constituir enquanto um transtorno econômico – como orfãos, mulheres sem marido ou familiares, o idoso senil sem apoio familiar e o doente. Todavia, já a dependência do homem adulto e fisicamente capaz sempre se mostrou uma questão muito diferente. A expectativa moral para com ele é que, caso não trabalhasse, não merecia aproveitar as benesses da sociedade.

No rápido traçado que o autor supracitado faz da política de assistência em processo de institucionalização na Inglaterra no final do século XVIII, reencontramos alguns destes enunciados atualizados na fala do colunista da Revista Veja na (re)afirmação da importância do programa ao passo que atualiza a inquietação do provedor “consciente” (o trabalhador pagador de impostos) de que o pobre possa ceder à “tentação” de se aproveitar da benevolência da sociedade. É esta inquietação que produz uma leitura de política pública de assistência como devendo ser deliberadamente organizada para ser passageira e desagradável na medida em que propõe o desenvolvimento de métodos para distinguir entre os vários tipos de pessoas empobrecidas, esperando racionalizar os benefícios

prestados, distribuindo-os segundo critérios objetivos e precisos de necessidade e mérito.

Para tanto, é preciso interpretar a categoria das “necessidades” em oposição a vontades ou desejos individuais, mas sim como referente a objetos universais cuja ausência fere seja qual for o indivíduo em qualquer circunstância, da mesma maneira e no mesmo grau. A essa pretensão, a categoria de necessidades básicas emerge como crucial, posto que ninguém pode ser privado delas na justa medida em que sua insuficiência geraria sérios danos ao ser humano, comprometendo sua trajetória de vida, reduzindo suas oportunidades e desempenho, em suma, tornando-o vulnerável. Como exemplo, Lavinias (2013, p. 113) elenca a saúde e a autonomia, ambas cujo *quantum* deve ser sempre ótimo, já que “*Sem saúde, não há como assegurar uma participação social plena e consequente. Sem autonomia para agir, as escolhas sobre o que fazer e como fazer tornam-se escassas e impossibilitam atingir metas e objetivos ao longo da vida.*”

Nesse sentido, o desejo de comprar a calça pra filha, se constitui como um luxo que os “verdadeiros” necessitados não poderiam se dar. É um uso da renda mínima garantida pelo PBF para algo além das necessidades básicas.

O discurso manifesto por Azevedo (2014) atualiza a possibilidade de distinção entre categorias como “mendigo”, “mendigo saudável”, “trabalhador pobre”, “miserável”, “indigente”, “incapaz” e toda uma possível segmentação cuja ficção estratégica tem por meta normatizar a assistência ao pobre em receitas mais severas. Regulamentação esta que, no limite, faz funcionar o clássico mecanismo do “confisco”, típico dos dispositivos de soberania, em relação às normatizações imanentes nos mecanismos de segurança, ou melhor, seguridade. Assim, ao beneficiário que não cumpre o estabelecido, o benefício – já pensado como temporário independente das condições de vida – deve ser confiscado.

Voltemos à maranhense e a calça de trezentos reais.

Segundo Lima (2008) ao se apoiar numa concepção estratificada das relações entre os fatos biológicos, psicológicos, sociais e culturais da vida humana, se reproduziu a ideia de que há algo fundamentalmente necessário, talvez até fisiológico, na experiência do humano. O que acaba reproduzindo nada mais do que o desprezo que o senso comum nutre pelas escolhas alheias. Visão bastante comum num sem número de apressadas análises que postula o homem como composto de níveis, cada um deles superposto aos inferiores sendo o biológico o mais essencial. Essas análises – baseadas na visão nem sempre claramente formulada de que o homem é antes de tudo um núcleo biológico sobre o qual se superpõem camadas que ocultam as necessidades de sua verdadeira natureza – encerram sua interpretação subentendendo que algumas escolhas, se não são necessárias ou úteis, são fúteis ou dispensáveis. Como a maldita calça.

Necessidade que se define proporcionalmente junto com a utilidade. Este é o conceito central na experiência econômica ocidental hegemônica. Tudo o que produzimos e tudo o que compramos é “mais moderno”, “mais bonito”, “mais econômico”, “mais confortável”, “mais saboroso”, etc., ou seja, sempre que adquirimos alguma coisa acreditamos estar conseguindo mais utilidade como quando fazemos uma transação econômica. Não obstante, no limite, cabe lembrar que, em acordo com Lima (2008, p. 63): “[...] *para ficarmos apenas no Ocidente cristão, nem mesmo o mais simples pão, aquele pão nosso de cada dia..., atende somente ao estômago.*”

Numa outra visada, que exclui o traço normativo supramencionado sob o binômio necessidade-utilidade, pode-se pensar o bem de consumo não como um perverso corruptor do ser, mas sim como simbolicamente produtivo. Dessa feita, os bens podem ser abordados em sua qualidade de elos entre os sujeitos e as instituições sociais. Eles constituem veículos de interação e estabelecem marcadores de categorias sociais que em conjunto contribuem para ordenar os valores no interior dos quais o consumidor irá se localizar ao fazer suas escolhas simbólicas. Dessa feita, o consumo passa a ser concebido como um ritual cuja função primordial é dar sentido à vida coletiva: os objetos passam a ser, a partir daí,

percebidos como acessórios rituais dos quais o consumidor se serve para construir um universo inteligível à sua volta. (Lima, 2008)

Cabe ressaltar que é claro que a biologia precisa ser atendida em suas urgências – abrigo e alimento são indispensáveis. A questão é que o que é da ordem do humano não se limita a apenas sobreviver, mas sobrevive de formas específicas: é indiscutível que necessitamos de comida, porém, o que é comestível, o que é útil para a alimentação? Quais são as condições para que um espaço seja aceito como moradia? A quem ela é adequada? A determinação do valor de uso de um objeto não está dada somente em suas propriedades físicas. Ela representa o processo contínuo da vida social no qual os homens definem o que será produzido e consumido em termos de si mesmos e a si mesmos nos termos dos objetos lançados no mercado. (Lima, 2008)

As duas categorias propostas anteriormente por Lavinias – saúde e autonomia–, por exemplo, dizem de conceitos extremamente complexos cuja obviedade não se sustenta facilmente se nos detivermos com calma sobre eles. A calça não poderia servir como um componente de produção de saúde, dentro do conceito ampliado da mesma segundo a própria Organização Mundial de Saúde (OMS)?⁶⁹ Não poderia também versar sobre o exercício de autonomia familiar, particularmente quando diz respeito a sinonímia produzida pelo senso comum entre esta e a noção de livre-arbítrio?

Ao longo do doutorado, eu e vários colegas tivemos acesso a bolsas de pós-graduação. Além de ter os estudos numa Universidade Pública custeados por uma ampla faixa da população ainda sem acesso àquele espaço, recebíamos o montante

69) A saúde é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades.

de R\$2.200 mensais⁷⁰ como forma de financiamento de nossas pesquisas. Sobre a rubrica de bolsas de “demanda social”, utilizamos desse benefício com pouco ou nenhum tipo de prestação de contas ou até mesmo nenhuma discussão ampliada e moralizante sobre sua destinação. Como principal e única condicionalidade (não só neste programa, mas em muitos outros Brasil afora), é solicitado aos bolsistas que confeccionem suas teses dentro do prazo institucional de 48 meses.

Ente R\$ 134,00 e R\$ 2.200 a diferença que se estabelece não é só monetária. Ao que parece, apesar de ambos serem beneficiados com transferências de renda via políticas de Estado, entre um polo e outro, saúde e autonomia adquirem diferentes matizes.

Aos primeiros, os beneficiários do Bolsa Família, a revolta de Azevedo ganha notoriedade e preocupação com a possibilidade de onerar o cidadão de bem com o sustento de maus pobres, com aqueles que se recusam ao trabalho – seja ele qual for e pouco importando as suas condições. Já aos segundos, tradicionalmente pertencentes a um extrato populacional que nunca teve suas “necessidades básicas” ameaçadas, pouco ou nenhum controle é solicitado. O custo aqui se torna investimento, afinal de contas, o pagamento da bolsa implica a realização de um trabalho, mesmo que este não apresente nenhuma garantia institucionalizada de retorno do mesmo para os seus principais financiadores – a grande parte da população que ainda não consegue acessar as Universidades Públicas. Enquanto é possível discorrer por muito tempo sobre os maus pobres, pouco se pode (e/ou se quer dizer) dos “maus” doutorandos...

O Bolsa-família, pensado para garantir as necessidades básicas de uma população de pobres e miseráveis, necessita de um maior controle, de um acompanhamento mais preciso e de condicionalidades bem definidas.

70) Segundo a calculadora desenvolvida pelo jornal digital Nexo para comparar o salário de uma pessoa em relação aos habitantes do seu estado e do Brasil, esse valor, no ano de 2016, é superior a renda de 80% da população brasileira e 79% acima da renda do carioca. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/interativo/2016/01/11/O-seu-sal%C3%A1rio-diante-da-realidade-brasileira>>. Acesso em 21/06/2017.

Para muitos, a maranhense não entende o programa. Desvirtua sua finalidade, corrompe sua utilidade e expõe uma má gestão do PBF que falha em definir e aplicar critérios consistentes de inclusão/exclusão no benefício de transferência de renda. Talvez a maranhense até necessite do bolsa família pela situação econômica em que se encontra, todavia se faz necessário uma “conscientização” da destinação do programa, de sua utilidade, bem como a elaboração de “portas de saída” para aquele corpo e sua família.

É aqui que a moralização retorna pela porta dos fundos já que, neste caso, a produção de uma consciência cidadã que se utiliza de uma política estatal se faz junto a uma série de práticas de controle e liberações que nos atravessam e nos constituem, oferecendo à economia política do desejo uma infinidade de pontos de aplicação via condicionalidades reais ou imaginadas.

Estas, ao estabelecerem obrigações e corresponsabilidades não previstas pela Constituição Federal, condicionam o exercício dos direitos e, no limite, serve para negá-los, possivelmente alimentando a desigualdade em relação àqueles que não se enquadram na condição de iguais. Como exemplo disso, podemos situar o bloqueio do benefício do bolsa família nos casos em que os adolescentes deixam de frequentar a escola. Caso a filha da Maranhense de 16 anos, não obtenha uma frequência escolar mínima mensal de 75%⁷¹, o benefício familiar pode ser suspenso ou cancelado. Segundo o diretor de Condicionais do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)⁷²: *“O objetivo é fazer com que as crianças e jovens frequentem a escola e tenham acesso regular às aulas. Assim, **elas terão um maior capital social e, quando crescerem, terão mais condições de superar a situação de pobreza de seus pais.**”* (Bolsa Família, 2017. Grifo nosso)

71) A condicionalidade de frequência escolar para crianças e adolescentes beneficiários do PBF exige uma frequência escolar mínima de 85% da carga horária mensal para estudantes de 6 a 15 anos e de 75% para estudantes de 16 e 17 anos. (BOLSA FAMÍLIA, 2017)

72) Com o golpe contra o governo da presidente Dilma em seu segundo mandato, Michel Temer propôs uma reforma ministerial que reduziu o número de pastas de 32 para 23 com o intuito de promover o reequilíbrio fiscal das contas públicas. O extinto MDS foi fundido com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, dando origem ao MDSA.

Ou seja, o benefício que tem dentre os seus objetivos básicos⁷³ o combate a fome e promoção da segurança alimentar e nutricional, direitos constitucionais de responsabilidade do Estado, ficam condicionados a excepcionalidade da norma em detrimento da lei. Assim, caso a referida jovem não apresente a frequência escolar devida, a família corre o risco de ter a sua segurança alimentar ameaçada com a descontinuidade do benefício.

Durante o tempo de trabalho no CRAS, não era incomum ver o benefício de famílias de extrema pobreza ser suspenso. Por vezes os adolescentes largavam a escola, considerando-a não condizente com seus anseios e/ou por terem algum tipo de oferta de trabalho, bem como pela própria falta de vagas em alguma escola próxima a sua localidade. Os efeitos do descumprimento das condicionalidades costumavam ser emitidos junto aos extratos do pagamento ou em cartas enviadas no endereço familiar. Seja por em muitos casos a família se enquadrar nos padrões de semi-analfabetismo, seja por não mais residir naquele endereço, em inúmeras situações os alertas eram pouco efetivos.

Ao descumprir as condicionalidades, o PBF prevê quatro possíveis efeitos gradativos: 1) Advertência - a família é comunicada de que algum membro deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício; 2) O bolsa família é bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela; 3) Suspensão - o benefício fica suspenso por dois meses e a família não poderá receber os valores referentes a esse período; 4) Cancelamento - a família deixa de participar do PBF após 12 meses da data de registro de acompanhamento familiar no sistema, se a família estiver em suspensão e voltar a descumprir alguma

73) Segundo o Decreto Presidencial nº 5209/2004, que regulamente o PBF, o mesmo possui cinco objetivos básicos: 1) Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; 2) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; 3) estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; 4) combater a pobreza; 5) promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder Público. (BRASIL, 2004b)

condicionalidade. A aplicação destes varia conforme o histórico familiar registrado no Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (SICON)⁷⁴.

Às equipes do CRAS de referência cabe o acompanhamento dessas famílias em descumprimento das condicionalidades, no qual devem identificar na família ou no seu entorno social a vulnerabilidade e/ou riscos sociais que contribuem para a anormalidade e propor intervenções que sanem tais deficiências. O próprio SICON oferece um leque de situações diagnósticas e possíveis intervenções das mais variadas. Nas primeiras propõe 23 situações que vão desde trabalho infantil, ausência dos pais por prisão, inexistência de oferta de serviços de saúde próximos a residência, a doença da criança/adolescente, etc.; e nas segundas preconiza 19 possíveis intervenções que englobam ações desde entrevistas de acolhida e avaliação da família, a inclusão em serviços dos CRAS (PAIF, SCFVs, PDU), concessão de benefício eventual, comunicação aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, etc.

Cabe ainda a estes profissionais, caso avaliem como pertinente, a interrupção temporária dos efeitos do descumprimento por um período de 06 meses que pode ser prorrogado por igual período a fim de garantir a segurança de renda. Essa interrupção visa reiniciar a aplicação dos efeitos gradativos decorrentes da desobediência as normativas do programa evitando, de imediato, o cancelamento do benefício.

Através de portarias, decretos, instruções operacionais todo um sistema normativo estabelece regimes de funcionamento e acompanhamento dos corpos que teimam em desobedecer as prescrições do programa.

Geralmente a família em descumprimento das condicionalidades tinha ciência do bloqueio do benefício somente quando não conseguia sacá-lo, o que gerava novas dificuldades posto que aquela receita compunha drasticamente o orçamento familiar.

74) Sistema alimentado pelos Ministérios da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social e Agrário. A repercussão dos dados de descumprimento ocorre nos benefícios das famílias nos meses ímpares: Março, Maio, Julho, Setembro e Novembro. Nesse sistema o gestor municipal tem acesso a todos os descumprimentos e repercussões sobre o benefício de determinada família.

A condicionalidade então, por vezes, vulnerabilizava novamente a família e reproduzia diferenças que justificavam um patamar de sobrevivência descolado do grau de bem-estar prevalecente na sociedade. A norma, mesmo que de forma não intencional, produzia como efeito colateral assimetrias de *status* entre aqueles que conseguiam cumprir as condicionalidades e os faltosos. Mais uma vez, se reforçava o estigma sobre o pobre e não contra a pobreza.

A risonha negra e suas tranças tivera seu benefício barrado por essas condicionalidades. Seu filho não conseguira o mínimo de frequência por meses seguidos. Analfabeta funcional, a negra não decifrara as informações que vinham sendo emitidas no extrato do seu benefício e quando o benefício fora bloqueado compareceu ao CRAS desesperada. Alguém na casa lotérica onde sacava o benefício tinha conseguido entender exatamente que aquelas letras todas queriam dizer e a explicara a situação. Desolada, pedia uma urgência ainda maior na solicitação da cesta básica feita a dois meses atrás e dizia não saber como ia fazer pra passar o mês. Tal situação amplificava sua demanda por comida, já que nem o que garantiu o mínimo no mês passado viria nesse mês. Por conta disso sua posição na fila fora relativizada. Outra família que já vinha esperando a meses ficaria para a próxima mensalidade do benefício eventual...

Como a negra era usuária frequente nos serviços, fora bem simples fazer a interrupção do bloqueio do seu bolsa-família. No entanto, por várias vezes encontrávamos famílias que tinham tido seu benefício suspenso e, sem entender o porquê, produziam outros modos de suprir suas necessidades básicas. Como entender o direito a um benefício se ele pode ser retirado? Como justificar a condicionalidade para o exercício de um direito?

A norma funcionava às expensas da Lei. Norma esta que enfraquece o direito à assistência, pois o condiciona a uma responsabilidade do beneficiário. Não sem fundamento, é que vários movimentos ligados a discussão de igualdade de gêneros apontam que a titularidade preferencial dada às mulheres pelo PBF produz também como efeito colateral mais uma nova responsabilidade sobre as mesmas na gestão familiar...

Se se pode falar de necessidades básicas as quais o PBF deve suprir e que não podem ser negligenciadas, como as políticas de assistência social podem assumir em alguns casos a sua não cobertura? Como perversamente é possível decretar, via norma, a perda de uma renda básica de cidadania?

Neste sentido, a governamentalidade neoliberal apresenta o parâmetro de gestão social do risco⁷⁵ como grande modelo de política social. Segundo Lavinias (2010, p. 07):

Por gestão social do risco entende-se uma nova forma de promover a inclusão daqueles que, por falta de recursos e por uma inserção precária nos sistemas formais de proteção social de tipo contributivo, acabavam, nos países em desenvolvimento, completamente desprotegidos e sem nenhum tipo de garantia frente aos riscos mais variados. Em poucas palavras, em lugar de expandir os sistemas contributivos para levar cobertura protetiva contra inatividade, desemprego, etc. àqueles que não integravam o seguro social, universalizando-o como um direito, a ideia passa a ser instituir um mecanismo de proteção dos pobres em lugar de proteção universal. O argumento parte do pressuposto de que os sistemas de proteção social dos países em desenvolvimento não levaram à redução da pobreza em razão do elevado grau de informalidade. Os programas são fragmentados, a lógica interna do sistema é débil, o papel do Estado, excessivo. Além disso, os Estados acabaram se apoiando nos mecanismos mais tradicionais onde quem se responsabiliza pela proteção ao risco é a família.

Através da focalização em setores da sociedade mais desprotegidos, a proposta consiste basicamente em promover acesso a ativos para o desenvolvimento de um capital humano desperdiçado – acesso a educação, saúde, assistência, segurança, moradia, lazer, cultura, crédito, ativos financeiros via transferência de renda, seguros específicos, etc. Ativos que vão capacitar os pobres dos meios necessários de proteção privatizada aos riscos inerentes à lógica do mercado.

O incremento do bem-estar dessa população não passaria, portanto, por um aumento da provisão pública gratuita e extensiva que reduziria a desigualdade social

75) Modelo que tem início nos anos 70 com o surgimento do microcrédito e suas “boas práticas” através da iniciativa pioneira do *Grameen Bank*, em Bangladesh, na Índia. Debate que ganha destaque e centralidade a partir dos anos 90, por iniciativa do Banco Mundial, e que intenta garantir o acesso dos pobres aos serviços financeiros como forma de potencializar o seu empreendedorismo e, conseqüentemente, ultrapassar a pobreza. (Lavinias, 2010)

através do fomento de políticas redistributivas amplas, mas sim, pela individualização, pela disciplinarização dos mais pobres para a gestão individual dos seus riscos e inserção nos mecanismos de mercado. Neste sentido, se um “mau” funcionamento do mercado impede que vários corpos não tenham acesso a um capital mínimo (seja ele financeiro ou humano) para sua inserção e manutenção, cabe às práticas de governo da vida garantir sua inclusão na lógica concorrencial e desigual do mercado mediante a provisão de bens e serviços. Inserção esta que se faz, primeiramente, pela disposição de meios que impeçam que eles caiam abaixo da linha de pobreza e indigência. Para tanto, a fim de manter a moldura do governo da vida via mercado, trata-se de garantir a circulação de bens e serviços a partir da garantia de mínimos sociais que permitam aos pobres não reduzir ainda mais suas práticas de consumo e suportar minimamente às flutuações do mercado financeiro.

Nesse sentido, o Brasil passou a brilhar no cenário internacional ao apresentar dados de redução significativa da pobreza graças, especialmente, ao Programa Bolsa-Família e sua transferência de renda focalizada e condicionada. Condição esta que nos torna um efeito-demonstração para justificar estratégias de governo neoliberais centradas na garantia de renda mínima a grupos considerados vulneráveis e dando maior ênfase em pacotes básicos e focalizados de serviços em detrimento da expansão da universalização e integração da proteção social. O modelo brasileiro, agora alvo de estudo internacional, fortalece um paradigma que:

[..] tem duas características essenciais: assegurar mínimos (renda monetária e um rol de serviços limitado) para um público-alvo bem delimitado (os comprovadamente pobres). Três aspectos se destacam nessa reconfiguração da política social: a) a generalização de critérios de elegibilidade com base em controles de meios, que muito provavelmente implicarão no estabelecimento de condicionalidades como chave de acesso a um benefício, tornando ilegítimo o direito derivado de contingências ou necessidades; b) a recriação de *status* diferenciados, o que questiona o princípio da cidadania e da uniformidade no acesso; c) o retorno ao padrão do mínimo ou básico, que torna sem efeito valores universais assentados na provisão de igual qualidade em igual quantidade para todos, sem definição *a priori* dos limites de tal provisão, de seus custos, de sua cobertura. (Lavinias, 2013, p. 105)

Matriz esta que põe em funcionamento algo que Lavinias (2013, p. 106) nomeia de paradoxo da redistribuição, a saber: “[...] *que quanto maior a focalização da política social nos pobres, menor sua capacidade de redistribuir. E menor, portanto, sua eficácia em reduzir a desigualdade.*” Com isso, vai ficando óbvio que a busca pela igualdade social se torna cada vez distante, posto que não precisa ser universal, mas sim restrita ao considerado essencial para a sobrevivência, devendo o resto ser equacionado via provisão privada, via mercado de seguros e crédito.

Nas palavras de um dos papas atuais da chamada boa finança, “precisamos redefinir o termo direitos humanos universais de modo a que eles passem a representar o direito de todos a um compromisso justo – isto é, arranjos financeiros que permitam dividir efetivamente custos e benefícios. Mirando o futuro do capitalismo financeiro, **deveria haver um desenvolvimento mais apurado dos pactos firmados acerca de tais “direitos”, entendidos como contratos financeiros, mais democráticos e diferenciados, enquanto os direitos humanos seriam redefinidos numa perspectiva mais básica**” (Shiller, 2012:150 *apud* Lavinias, 2013, p.102. Grifo nosso).

Em consequência desse desinvestimento na oferta pública e gratuita de proteção social expande-se não só a rede privada, mas também as ardilosas e promíscuas hibridações/parcerias público-privadas fortalecendo-se o mercado – alçado à condição de princípio de verificabilidade de um bom governo. A partir daí, se reproduzem e se legitimam desigualdades de *status* e de acesso, segmentando a população em públicos-alvo passíveis de intervenções específicas não com base em direitos humanos universais, mas sim na renda a que tem acesso.

É dessa forma que entendemos a política de Assistência Social como um dispositivo que atualiza variadas práticas de uma governamentalidade neoliberal a partir de uma série de tecnologias de vigilância e regulamentação da vida pautadas majoritariamente sob a lógica da empresa. Em acordo com Lavinias (2015a, p. 07. Grifo nosso):

Embora o Bolsa Família seja consenso como política pública de combate à pobreza, pergunta-se por que não foi até hoje instituído como direito, ao menos para assegurar cobertura integral ao público - alvo. Isto significa que nem todos os elegíveis são contemplados. **Existe um *déficit* de cobertura, inclusive reconhecido pelo governo federal, que varia, segundo a origem da estimativa, de**

800 mil famílias a cerca de 2,5 milhões. Mais uma vez, é provável que a resposta esteja do lado dos ajustes da gestão macroeconômica que demanda flexibilidade, o que uma institucionalidade legal dificulta, pois implica definição rigorosa de normas para sua regulamentação. Tal opção reforça os mínimos focalizados, ao preço de uma Seguridade Social eivada de seus princípios e valores estruturantes. Outra debilidade do programa é não estar sujeito às mesmas regras que regulam outros benefícios sociais, ambos sujeitos à discricionariedade do governo federal.

O Bolsa-família é exemplar dessa lógica de governo da vida, posto que longe de ser regido por critérios de promoção de igualdade, a segurança de uma renda mínima está submetida a política macroeconômica de governo. É esta a responsável pela periodicidade da atualização dos benefícios e das linhas de pobreza e indigência. É esta a responsável pelo distanciamento do padrão de vida dos pobres do padrão médio da população brasileira, que por conta do crescimento da economia e da valorização do salário-mínimo tem apresentado um aumento significativo. A “excepcionalidade da norma” na indexação dos benefícios e linhas de corte do PBF reproduz desigualdades que justificam um nível de sobrevivência descolado do grau de bem-estar prevalente em boa parte da população.

Flexibilidade esta necessária para garantir a moldura concorrencial do mercado que através de suas normas de focalização na garantia de acesso aos direitos e que veladamente transmuta os investimentos em seguridade social de responsabilidade do Estado em processos privados e individualizados de securitização. Pouco a pouco, o PBF amplia mecanismos de acesso de crédito de consumo para famílias que tinham até mesmo sua existência ameaçada. Expansão esta que aqueceu o mercado doméstico, dobrando, por exemplo, as vendas no varejo entre 2003 e 2014 e ampliando drasticamente o endividamento das famílias brasileiras. (Lavinias, 2013)

É no seio desta questão que se criam as condições de emergência e possibilidade para a criação do projeto de lei federal 283/2012, de autoria do Senador José Sarney, que altera o Código de Defesa do Consumidor (lei nº 8.078/90) para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento. O projeto prevê a garantia de “crédito responsável”, a educação financeira e a prevenção e o tratamento extrajudicial e judicial das

situações de superendividamento ao estabelecer o conceito de “mínimo existencial” de renda, que deve ser garantido por meio de revisão e repactuação de dívidas. De acordo com o projeto, o montante para o pagamento de dívidas não pode ser superior a 30% da remuneração mensal líquida, com exceção do financiamento para a aquisição de casa própria garantindo assim o mínimo existencial e a dignidade humana. (Oliveira, 2014)

A ideia aqui é ampliar a responsabilização sobre o crédito e o seu devido a pagamento a partir da criação de normas que garantam que o capital financeiro possa continuar circulando em meio aos processos de integração ao mercado consumidor como o que se deu na última década⁷⁶.

No entanto, se a integração ao mercado foi amplificada via incremento das políticas sociais, talvez não possamos dizer o mesmo dos processos de inclusão social. O primeiro se limita a ampliar a participação no circuito financeiro sem necessariamente promover equidade ou justiça social, ao passo que o segundo diria respeito a capacidade de assegurar o bem-estar das pessoas para além da relação com o mercado. Neste sentido, as transferências de renda, por exemplo, que costumam ser concedidas a partir de contribuição prévia ou via condicionalidades, partem de *status* sociais diferenciados e tendem a preservá-los a medida que promovem a integração ao mercado de consumo. E aqui talvez resida uma das dificuldades fundamentais – sendo a moldura do mercado o principal princípio de verificabilidade de um bom governo, como pensar o exercício da governabilidade para além da lógica concorrencial?

Lavinias (2013) nos traz importantes contribuições para este debate ao enumerar dados que nos ajudam a pensar como as tradições progressistas de esquerda

76) Como exemplos, podemos citar a ampliação no acesso a determinados bens de consumo duráveis, caso, por exemplo, dos eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Segundo a PNAD, em 2003, somente 10,6% dos domicílios mais pobres declararam possuir celular. Em 2013, esse percentual aumenta para 79,3%. Ademais, conta corrente e cartão de crédito conhecem expansão acentuada entre 2005 e 2010 em todas as classes, mas significativamente naquelas com renda familiar inferior a três salários mínimos. (Lavinias, 2015a)

encontram hoje enormes dificuldades, posto que não encontram modelos econômicos que fundamentem estratégias de fomento para inclusão social a longo prazo.

Esforço este fundamental em um país marcado por uma tradição histórica de desigualdade social gritante, com dificuldades de percepção do outro como um igual no que tange aos direitos de cidadania. Para Lavinias (2013, p. 119):

O *status* social diferenciado e antagônico – pobres de um lado e ricos de outro – impede o princípio da identidade de condições, pois implica lugares sociais opostos e direitos a dotações distintas. A universalidade de princípios não alcança forjar um “compromisso político público” de preservar – ou construir – uma relação de iguais.

Status que é efeito-instrumento do fosso que separa ricos e pobres. Para Azevedo e vários outros, a Maranhense - sendo pobre, não é uma pessoa que tem os mesmos direitos. A sua diferença, visualizada grandemente como individual, não a habilita a ter os mesmos direitos e, na ausência destes, um sem número de condicionantes se fazem necessários. Condições cujas preocupações se dão muito mais pelo que nos distancia do que pelo que nos aproxima. Assim, enxergamos faltas a torto e a direito no modo como o outro regula sua vida. À propalada carência moral ligada a pobreza dedica-se enorme energia, com várias possibilidades de intervenção. No entanto, as causas geradoras de tamanha carência podem permanecer intactas e o Estado Brasileiro tem seu papel minorado no combate as desigualdades que fazem com que determinadas vidas valham menos do que outras.

O problema que a Maranhense causa é justamente de embaralhar os códigos que regem o governo das desigualdades. Talvez não lhe falte nada em termos morais, especialmente a “consciência” do seu lugar. Há uma indignidade de querer falar por ela. Como Foucault e Deleuze nos ensinaram em 1972: “[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem.” (Foucault, 2007c, p.71).

Talvez a questão crucial que envolve a maldita calça é assunção da possibilidade confundir os códigos de consumo que marcam posições entre a riqueza e pobreza. Sua fala causa desconforto porque a negra não parece propensa a sair do programa e ultrapassa o que lhe era previsto na sua imersão no mercado de consumo. Em seu excesso, não parece preocupada com as portas de saída de uma transferência de renda tão pífia e com custo tão baixo para o Governo Federal. A maranhense talvez fale de um lugar de quem sabe muito bem que não se trata simplesmente de se preparar para a “hora certa”. Ela não quer o C-H-A, mas sim a calça.

Sua afirmação positiva o mau pobre e faz os discursos engajados na era do C-H-A engasgarem com uma vida que mesmo sendo grandemente bombardeada pelos padrões de consumo hegemônicos de nossa sociedade, os faz funcionar de uma forma moralmente não aceita. Assim como as grandes corporações do mercado financeiro e os estudantes de doutorado, a maranhense intenta não precisar prestar muitas contas sobre o uso do dinheiro e não se preocupa em sair da posição de ser financiada pelo Estado o mais rápido possível. Ser beneficiária do Bolsa Família a oito anos não parece ser a principal questão para ela, mas sim o baixo valor do benefício.

A maranhense tem lá suas razões.

Àqueles que pensam o PBF e se colocam numa posição de versar sobre a muda verdade dos beneficiários do programa, silenciando discursos e saberes dos seus efetivos usuários em nome de um processo de conscientização, a fala estridente da beneficiária causa desconforto. Se, por um lado, como Azevedo (2014) delimita-se moralmente o bom uso do benefício na manutenção de um lugar subalterno, mínimo, por outro se afirma o programa como um dos principais mecanismos de

inclusão social, promoção de autonomia e cidadania, através de mecanismos de redistribuição de renda.

Emblemática dessa segunda posição, podemos citar o notório livro “Vozes do Bolsa Família”⁷⁷, cuja tese afirma que a presença de uma renda monetária regular permite o desencadeamento de processos de autonomização individual em múltiplos níveis, em especial, no caso das mulheres beneficiárias do PBF, que com o benefício adquirem um pouco mais de dignidade humana e ampliam sua capacidade de escolha diante de mecanismos sistêmicos de exclusão social do qual são vítimas. Na órbita da falta, a pesquisa referendada constrói um lugar muito comum no cotidiano do SUAS, onde mais importante do ouvir o que os pobres tem a dizer, é preciso ensiná-los a falar, a lutar de forma correta, consciente e nos espaços já delimitados para o exercício de seus direitos.

Aos pobres, à negra de belas tranças, só resta o lugar da falta, da carência, da fome, da dor com jurisprudência, visto que para os autores do estudo (Rego, W.; Pinzani, A., 2013, p.66):

[...] a vivência de carências rudes e tacanhas impede as pessoas de desenvolverem suas funções humanas, tolhendo suas capacidades de demandar e fruir direitos - não apenas isso, o que não é pouco, mas reduz suas capacidades de humanização. A expansão dos direitos e a experiência deles na constituição da personalidade e da vida em geral fazem das pessoas seres humanos mais capacitados para se expressarem e agirem no mundo. A pobreza não é somente privação de dinheiro e recursos materiais, é também privação de capacidades e não desenvolvimento de funções humanas importantes, o que torna os pobres ainda mais pobres.

Para ambas as posições que se colocam um pouco na frente ou um pouco de lado dos necessitados, a Maranhense e sua insistência pode promover um deslocamento, posto que mais do que tomar uma posição entre esses dois polos, é preciso um pouco mais calma para encontrar pistas do quanto a maranhense tem razão...

77) Em 2013, durante uma entrevista para especialistas em comemoração aos dez anos do PBF, a então ministra do MDS, Tereza Campello, ao ser indagada a respeito de pesquisas qualitativas sobre o programa, o cita, promovendo sua ampla divulgação.

A despeito da melhoria dos indicadores de desigualdade social e pobreza⁷⁸, nossa sociedade ainda carece de mecanismos que reduzam as distâncias ente renda e acesso e ampliem dinâmicas redistributivas. E aqui o nosso sistema tributário adquire papel fundamental, pois que se ao queixar do custo público com beneficiários como a Maranhense, Azevedo (2014) anuncia também questões de para onde escoar o dinheiro público e qual os seus principais beneficiários. Todavia, a desproporção ente o baixo custo do PBF com a revolta do jornalista, desconsidera a extrema regressividade do nosso sistema tributário que auxilia a manter a desigualdade social em altos patamares.

É preciso questionar como a gestão da política social é feita não só em termos de gastos, mas também problematizar todo o sistema tributário que a financia e identificar se ambos promovem ou não padrões igualitários e maior redistribuição. Tendência esta manifesta pelos primeiros esboços de Estado de Bem-Estar Social na direção da universalização e uniformização do acesso a um conjunto amplo de benefícios e de um grau de crescente de autonomia frente às variações do mercado através da constituição de estratégias coletivas de aversão ao risco erguidas sobre regras de solidariedade e controle público.

Ao optar cada vez mais pela integração ao mercado em detrimento do fortalecimento de instituições que consolidem mecanismos fortes de regulação social, as políticas de governo priorizaram o crescimento em prejuízo da equidade. Como exemplo, experimentamos a multiplicação dos mecanismos de desoneração tributária para empregadores de setores que passam por perda de competitividade ou que enfrentam perdas em razão do câmbio. O custo dessas renúncias fiscais a empresas, cuja moeda de ajuste tem sido a Seguridade Social, ultrapassou a casa dos 6 bilhões de reais em 2012. Entre 2010 e 2014, a perda da arrecadação ficou

78) Mesmo com os avanços recentes, a desigualdade social brasileira permanece ente as piores do mundo. Em acordo com Lavinias (2013, p. 99): *“Deixamos de ser o terceiro no ranking da desigualdade mundial para ocuparmos a 15ª posição, segundo as Nações Unidas, posição essa que certamente não nos poupa da vizinhança com patamares de iniquidade extrema.”*

estimada em 986 bilhões de reais, sendo 136 bilhões retirados do orçamento da Seguridade Social somente em 2014. Assim, ao exonerar os detentores do capital, cada vez mais quem honra com o compromisso de contribuir para o sistema previdenciário são os trabalhadores. Promove-se assim o enfraquecimento do orçamento exclusivo da Seguridade Social que, por hora, ainda se mantém superavitário. (Lavinias, 2015b)

Ademais, enquanto que aproximadamente 50% e 41,9% dos respectivos orçamentos das famílias beneficiárias do PBF e das famílias com renda mensal entre dois e três salários-mínimos é comprometido com impostos, esse percentual cai gradativamente com o aumento da renda familiar. O grupo que menos sofre são exatamente os mais ricos, aqueles cuja renda é superior a 30 salários mínimos, tendo inclusive experimentando uma diminuição da sua carga tributária direta ao longo do tempo. Importante destacar que com isso pobres tem não só sua renda efetivamente disponível reduzida em virtude do maior esforço fiscal que são obrigados a fazer, como também são os principais responsáveis pelo financiamento da receita da Seguridade Social empregada no combate à pobreza. (Lavinias, 2013)

Por fim, a política de seguridade sofre impactos profundos no seu orçamento devido a Desvinculação de Receitas da União (DRU)⁷⁹ que confisca compulsoriamente 20% de sua fonte de receita para gerar superávit primário. De 2000 até 2012, somente do Orçamento da Seguridade Social destinado a saúde e assistência foram retirados R\$ 621,4 bilhões. Se tal montante fosse aplicado em programas como Bolsa Família - cuja despesa no ano de 2012 totalizou R\$ 20 bilhões, a pobreza extrema e a pobreza já poderiam ter sido erradicadas do cenário nacional.

79) Esta impõe um corte linear de 20% em todos os orçamentos para fins de formação do superávit primário do governo, exceto no da Educação e nas contribuições previdenciárias, fontes exclusivas do Regime Geral da Previdência Social protegidas constitucionalmente. Tal corte foi instituído na primeira gestão FHC, em 1994, sob a denominação de Fundo Social de Emergência (FSE), tendo sido reconduzido desde então sob distintas apelações. (LAVINAS, 2015a)

Há, portanto, um regime de governamentalidade que opta pela manutenção de certos privilégios entendidos aqui como efeitos e instrumentos da manutenção da gritante desigualdade social no país e que, na medida que ridicularizam a Maranhense, a solicitam que permaneça no seu (devido) lugar. O seu consumo não pode ser de determinados objetos marcadores de outras classes sociais, o uso do benefício deve estar atrelado a suas necessidade básicas de subsistência e sujeito a inúmeros mecanismos de controle. Aos beneficiários dos programas sociais é exigido o exercício compulsório de determinadas práticas em detrimento de um entendimento de que uma renda mínima se configuraria como um direito inalienável de cidadania, dissociado de qualquer outro critério.

Corroborando essa percepção, Lavinias (2013), cita uma pesquisa realizada em 2012 sobre o grau de adesão da população brasileira a um modelo de sociedade que preze por valores universais e incondicionais. Para a maioria dos entrevistados (78,8%) a má distribuição da renda e da riqueza nacionais ainda é uma importante questão a ser combatida e consideram as iniciativas do Estado como responsáveis pela reversão (ou não) desse quadro. Especificamente no que diz respeito ao PBF, 60% dos entrevistados consideram os valores do benefício baixos e pouco eficazes para retirar as pessoas da pobreza. Todavia, há uma ampla concordância (mais de 70%) com a imposição de condicionalidades, tanto com as já existentes, quanto com a possibilidades de outras, como o trabalho obrigatório dos adultos, se desocupados. Enquanto a desigualdade social e a pobreza são vistos como um problema de todos, quando se trata diretamente dos pobres e das políticas que possibilitam a diminuição do seu grau de privação, a percepção de valores universais e igualitários sofre refrações. Para Lavinias (2013, p.120. Grifo nosso):

Apesar de uma visão crítica acerca da efetividade do programa, surpreendentemente uma minoria de pouco mais de 40% aprova a ideia de elevar o valor do benefício para tornar o combate à pobreza mais eficaz. **Ou seja, embora avalie-se possível erradicar a miséria, não cabe ser mais altruísta do que já se é. Ainda que factível, do campo das probabilidades altas, pôr fim à miséria implicaria fortalecer ideais de cooperação e compartilhamento, que implicam custos pessoais que não se quer assumir. Violam-se, portanto, normas sociais e princípios que poderiam reverter a alta desigualdade de**

renda, de *status*, de poder que nos acomete. Não nos relacionamos como iguais com os pobres.

As condicionalidades demandadas pelos entrevistados – existentes ou fictícias – implementam normas, estabelecem obrigações e responsabilidades que condicionam direitos. Ademais, tais normas, ao estabelecer segmentos, reduzem as possibilidades de cooperação e compartilhamento e, ao afrouxar os nexos de reciprocidade, dificultam a construção de uma relação mais igualitária. Os necessitados não são iguais. O fosso persiste entre *status* sociais assimétricos e, ao ser normatizado, passa a alimentar e legitimar um quadro de mínimos para os pobres.

É no bojo dessa discussão que podemos retomar a entrevista do deputado estadual paulista que defendia a suspensão do título de eleitor para os beneficiários do Bolsa Família ao considerá-los como dependentes do Estado. Regra esta que não deveria ser aplicada para os empresários que recebem isenções fiscais ou empréstimos com juros subsidiados posto que estes, mesmo beneficiários do governo por outras vias, trabalham, produzem e pagam os seus impostos.

A ignorância do funcionário público não é só possível como é propagada. Tem público, encontra ressonância no trato histórico com a pobreza em nosso país. Em sua racionalidade que separa, que esquadrinha lugares e posturas, a referência velada ao Nordeste é rapidamente negada noutra oportunidade: *“Não estou querendo fazer separatismo. Não estou falando do Nordeste. Aqui na minha cidade tem gente que não quer trabalhar porque ganha Bolsa Família.”* O fosso é alimentado sem que o deputado seja

confrontado com um importante dado público, a saber: após a Bahia, o estado de São Paulo é o que tem o maior número de beneficiários do programa bolsa família⁸⁰.

Aparentemente para o deputado, o seu Estado, que trabalha e gera a riqueza desse país, receber tanto dinheiro deste programa federal parece impensável. Esta impossibilidade, nos parece, se alinha com uma das perguntas propostas por Azevedo (2014): “[...] *como um programa criado para tirar pessoas da pobreza pode ser elogiado se o número de dependentes aumenta a cada ano?*”

Nos dois casos, riqueza e pobreza são vistos como antagônicos. Onde pode haver um, o outro se afasta. O colunista da Veja e o funcionário público ignoram as normatizações focalizadas do programa e, especialmente, como o nosso atual modo de produção gera inevitavelmente como corolário, o empobrecimento de uma parcela significativa da população. São Paulo precisa dos seus bons podres para continuar funcionando – para fazer os trabalhos que ninguém mais quer. Sendo o PBF um programa focal de combate a pobreza, limitado ao combate de seus efeitos e não de suas causas, a pergunta de Azevedo se mostra ainda desonesta, posto que a histórica desigualdade social que nos atravessa, continua funcionando a todo vapor. A indignação de ambos os personagens não diz de um desejo de uma sociedade mais justa e igualitária, mas sim para um retorno aos códigos bem marcados, a possibilidade de acabar com o incentivo a “vagabundagem” com a renovada oferta de trabalho precarizado e acesso a padrões de consumo condizentes com que se espera de determinado estrato social.

Nesta direção, o atual governo de Michel Temer já vem sinalizando mudanças que dificultam o acesso e a permanência no Bolsa Família. Com a proposição de um decreto, o golpista pretende cruzar seis bases de dados oficiais⁸¹ no momento de

80) Segundo o Portal da Transparência, no ano da referida entrevista (2014), São Paulo recebeu do governo federal em torno R\$ 2.3 bilhões para o pagamento do PBF, ficando atrás somente da Bahia que no mesmo período recebeu um pouco mais R\$ 3.5 bilhões para o mesmo fim.

81) O cerco às fraudes planeja usar, no que for pertinente, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a folha de pagamento do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o Sistema Integrado de Administração de Recursos

inscrição no programa para coibir as declarações falsas de renda. Destes bancos de dados, merece destaque o uso do CAGED que reúne informações de empregados e desempregados e é considerado o pulo do gato na fiscalização dos beneficiários. Isso porque ele é mensal, permitindo acompanhar beneficiários do Bolsa Família que eventualmente entraram no mercado de trabalho sem comunicar a nova renda. Nesses casos, há hoje uma regra de permanência que permite que a família continue a receber o PBF por até dois anos desde que a nova renda não ultrapasse meio salário mínimo *per capita*. No entanto, para ter acesso a essa regra, o responsável familiar precisa atualizar o seu cadastro e incluir sua nova situação, caso contrário, é desligado do PBF.

Com o uso do CAGED, flagrantes dessas ordem tendem a aumentar. Ademais, todos os membros familiares terão que ter CPF e a margem de tolerância para a desobediência as regras cairia de três para duas vezes. A mudança, que amplia e “justifica” a focalização do programa em tempos de crise, intenta beneficiar o público realmente necessitado. Segundo Ministro do MDSA: “*O Bolsa Família não pode ser um destino das pessoas. É preciso ser criterioso na hora de conceder e também criar portas de saída para os que realmente precisam do apoio governamental.*” (Mariz, 2016)

A malha fina no programa surge num período de crise econômica no qual, segundo Máximo (2017), o Banco Mundial garante que 3,6 milhões de brasileiros podem voltar para abaixo da linha de pobreza em 2017. Num cenário mais otimista, de crescimento econômico de 0,5%, 810 mil famílias passariam a depender do bolsa família, enquanto que na previsão mais pessimista (recessão de 1%), 1,16 milhão de famílias. Numa leitura rápida, a proposta do governo se contrapõe a recomendação do Banco pela expansão do programa em tempos de crise:

A profundidade e duração da atual crise econômica no Brasil cria uma oportunidade para expandir o papel do Bolsa Família, que passará de um programa redistributivo eficaz para um **verdadeiro programa de rede de proteção flexível o suficiente para expandir a cobertura aos**

Humanos (SIAPE), o Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social (GFIP) e o Guia da Previdência Social (GPS).

domicílios de “novos pobres” gerados pela crise (Máximo, 2017. grifo nosso)

No entanto, entendemos que há uma consonância estratégica entre ambas as leituras pelo modelo da excepcionalidade dos programas de transferência de renda. O governo pretende recrudescer o acesso ao benefício, limitando-o àqueles que realmente precisam num cenário de franca expansão do empobrecimento da população. Já o banco, propõe a expansão do programa em consonância com a melhoria da eficiência do gasto público. Ambos, ampliam seu governo sobre a vida focalizando nos pobres e não na pobreza gerada por um modelo econômico naturalizado como uma esfera independente dos anseios humanos.

Ainda assim, mesmo que o importante programa de transferência de renda por si, se proponha a reformar o fosso, sua manutenção continua oportuna não só pela garantia de uma renda mínima de cidadania, mas também por permitir que pobres em qualquer lugar do país possam ter uma maior, mesmo que pequena, possibilidade de embaralhar os códigos que predispõem seus lugares e, na insistência em gestos desobedientes e excessivos, promover engasgos no que deles se espera.

7

Notas para uma possível genealogia do trato com a pobreza

A fim de afastar esse complexo de vira-lata, ressentido por não atingir ideais além-mar, nos parece fundamental, para entender alguns dos modos de governamentalidade presentes no contexto brasileiro em sua densidade, empreender um certo acento da nossa história em outras bases. Nesse sentido, elencamos, junto e para além das análises Foucaultianas e das propostas de Fonseca, as contribuições do brilhante livro “Os Infames da História”, de Lília Lobo, como peças fundamentais de um arranjo que intentamos produzir.

Com Lobo (2008) podemos encontrar pistas de uma investida histórica que promove uma analítica que, ao seguir a trilha das antigas proveniências, articula pontos de emergência das atuais formações com a pretensão de uma crítica do presente. Trilha que se faz a despeito da história dos monumentos que já elencamos na luta entre assistencialismo X garantia de direitos. Para além da vitória que o SUAS representa, muita história ainda se passa... Fazer o esforço de resgatar alguns desses fios se torna útil, inclusive para entender como a noção de direitos se forja na nossa história, em meio de que solo ela pode germinar. Esforço este que não intenta dar conta das totalidades dos controles da vida social, mas que promove o desmonte de mais uma peça de sua naturalizada construção. Segundo Lobo (2008, p 429-30):

É isto que interessa aqui: o dismantelo que a história pode produzir na sedimentação opaca das evidências do presente. Não para afinal encontrar o alívio de uma explicação para aquilo que hoje vivemos, mas

para surpreender os indícios de sua montagem e, quem sabe, incitar a conquista de pequenas invenções.

Não se trata aqui de assegurar possíveis heranças que se acumulam ou evoluem, mas ao contrário, tomar o esforço genealógico como algo produtor de diferenças no rearranjo de certas permanências. Com Lobo (2008), podemos pensar como a maranhense e nossa risonha negra, cada uma a seu modo e com suas próprias questões, atualizam efeitos de saber-poder cuja proveniência remonta ao tão exitoso empreendimento social e econômico da escravidão. Efeitos que, após quase quatro séculos da nossa existência sem grandes rupturas, não simplesmente desaparecem sem deixar muitas marcas no corpo social e que promovem modulações nos diagramas de poder elencados por Michel Foucault. Considerada um fato natural, as recomendações sobre a escravidão costumavam se restringir à moderação com que os castigos deviam ser aplicados. Em acordo com Lobo:

Por tudo isso, não se pode desprezar o impacto social do escravismo na constituição de nossas formas de vida, nos traços culturais que os africanos legaram, nas relações de poder e todo o seu efeito direto ou indireto na produção de corpos (válidos ou inválidos) e de almas (subservientes ou rebeldes). A própria ciência que emergiu no século XIX na Europa acabou por produzir os fundamentos para justificar o escravismo e a domesticação com as teorias do racismo, cujos efeitos até hoje atravessam a sociedade de ponta a ponta. (2008, p. 142. Grifo nosso)

O tráfico de escravos tornou-se uma atividade tão importante no desenvolvimento do Brasil que, para Lobo (2008), o mercado de gente, junto a própria forma com que Portugal praticava a colonização, reduziu os sentidos da liberdade aos privilégios de poder de tal forma que só se sente livre quem não apenas não se sujeita à lei, como precisa exercer sua “liberdade” sujeitando todos aqueles que considera inferiores. Trata-se assim de uma redução da diferença à desigualdade e, quando manipulada pelas ideias de igualdade, laminada pela normalização. É assim que Azevedo (2014) e o “Vozes do Bolsa Família” se afirmam – imputando à diferença no manejo com a pobreza uma inferioridade,

exercitando sua liberdade de pensamento sem que se precise efetivamente escutar o que a maranhense tem a dizer.

No regime escravocrata, as atribuições ocupacionais correspondiam à hierarquia social, sinônimo da hierarquia de cor: quanto mais baixa a categoria do trabalho, maior o número de negros, que dificilmente tinham uma vida longa. Lobo afirma que:

Ao contrário, se não morresse no período de adaptação (um entre cinco morria nessa fase), teria de seis a dez anos de trabalho útil, findo os quais estaria morto ou imprestável, em geral alforriado pelo senhor, “livre” para recorrer à caridade pública. Se homem, dificilmente conseguiria uma companheira: além de serem escassas as mulheres de sua condição, teria de disputá-las com o senhor, que as usava para seu prazer e dificultava as uniões estáveis para não ter de enfrentar obstáculos de consciência na separação de escravos casados, quando da oportunidade de uma bom negócio. Se mulher, certamente passaria, já mocinha quase menina, por estupro de seu senhor, tentaria vários abortos, porque não desejaria a mesma condição miserável para os filhos, ou porque a cor mais clara do bebê denunciaria seu adultério e a condenaria à morte por seu companheiro negro. (2008, p.138-139. Grifo nosso)

Ademais, possuir um escravo era demonstração de *status*, levando muitas vezes a estratos sociais mais pobres a economizar para comprar escravos e viver às custas deles, já que qualquer tipo de trabalho (especialmente o braçal) era considerado indigno. Administrar escravos era um valor social invejável. A estes corpos geralmente cabia a função de escravos de ganho que trabalhavam em várias funções na cidade - vendedores, quitadeiras, prostitutas, pedreiros, sapateiros, etc. - e entregavam o que ganhavam ao seu senhor. Era comum que se estabelecesse uma taxa diária de rendimento, podendo o escravo ficar com o que sobrasse ou levar castigo caso não atingisse essa taxa. (Lobo, 2008)

A preocupação com o corpo escravo, mesmo quando especializado, não era a de preservá-lo ou adestrá-lo para aumentar sua habilidade e utilidade produtiva. A lógica era simplesmente manter a produção, ainda que isso custasse a vida dos cativos. O raciocínio de muitos senhores era o de extrair o máximo daqueles corpos até a sua exaustão em apenas um ano de trabalho – o suficiente para não só

recuperar o capital investido, mas ainda tirar um lucro considerável. Como exemplo dessa crueldade, Lobo (2008) cita a rotina nas moendas de cana onde os escravos costumavam trabalhar em turnos extenuantes com um machado ao lado. Este serviria caso o cansaço do corpo produzisse como efeito um “descuido” no qual, ao alimentar a moenda, o braço fosse também tragado. Nesses casos, a possibilidade de sobrevivência frequentemente se restringia a alcançar o machado e decepar o braço antes que moenda consumisse por completo o corpo fatigado.

Era mais barato substituí-los do que treiná-los, portanto não fazia sentido investir na criação de dispositivos que impedissem os acidentes. O máximo de benefício para estes corpos, geralmente quando executavam algum trabalho especializado, era o incentivo em prêmios e dinheiro para evitar perdas materiais e manter sua obediência. Para Lobo (2008, p. 181. Grifo nosso):

Por essa razão, pode-se afirmar que **a única marca que esteve universalmente presente no corpo do escravo, pelo castigo, pelo prêmio, pelo paternalismo ou pela promessa de alforria (no campo, na cidade, nas minas ou nos engenhos), foi, sem dúvida, a reafirmação constante da submissão ao poder senhorial.** Tanto que a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre pouco representou em termos de melhoria das condições de vida dos trabalhadores - os senhores de engenho substituíram os escravos por uma população quase tão subserviente de moradores, diaristas e parceiros.

Este corpo cativo não se configurou como alvo dos diagramas disciplinares. Tornando imprestável pelos castigos, excesso de trabalho e doenças, derivava como um corpo descartável, posteriormente tratado como o *locus* do perigo e do fardo social por um entendimento de suas tendências inatas para a vagabundagem, o erotismo e o crime. Considerado um peso morto nas costas de uma sociedade em formação, para o corpo negro só restava a caridade pública, o abandono nos hospitais das Casas de Misericórdia ou as redes de solidariedade criadas pelos próprios escravos.

Situação esta que se agravava ao longo do tempo, pois, desde o começo da colonização o Brasil se via cheio de pobres já que Portugal expurgava seus miseráveis. É nesse contexto que, importando práticas dos colonizadores, o Brasil

passa a ofertar mecanismos caritativos de origem religiosa. Caridade que procurar assistir aos pobres com base nos valores morais cristãos, posto que os pecados eram considerados a verdadeira causa da miséria. A caridade costumava ser exercida por quadros pertencentes as elites locais, que ostentavam publicamente a sua proeminência ao exercer práticas de controle que se disseminavam em nome salvação daquelas pobres almas. Exercer a caridade gerava prestígio e possibilidade de ascensão social, fortalecendo as classes dominantes e seus interesses.

A assistência aos miseráveis nesse período se fazia principalmente por meio das Santas Casas de Misericórdia, ou através de esmolas pelas ruas ou ainda pela manutenção dos escravos e/ou ex-escravos inválidos no interior das propriedades. Seu principal critério era a distinção ente os verdadeiros inválidos para o trabalho e aqueles que se recusavam a trabalhar, vagando pelas cidades sem endereço certo.

No Brasil, as Santas Casas de Misericórdia⁸² surgiram primeiramente para prestar assistência aos marinheiros doentes, náufragos e aos atingidos pela pirataria. Sobrevivendo sempre a partir de doações e heranças dos mais ricos, rapidamente:

[...] passaram também a manter hospitais onde se internavam doentes para morrer, recolher esmolas para os inválidos e necessitados, enterrar defuntos nas igrejas, mandar rezar missas pelas almas dos que deixavam em testamento dinheiro para tal finalidade, amparar meninas órfãs, providenciar dotes, alimentar os presos e recolher crianças abandonadas nas rodas dos expostos. (Lobo, 2008, p.259)

As obras dessa irmandade, que incluíam um misto de funções pedagógicas, morais, religiosas, repressivas, médicas e assistenciais foram definidas por São Tomás de Aquino na Suma Teológica e eram divididas, segundo Lobo (2008, p. 282) em 14 objetivos:

sete espirituais (ensinar os ignorantes, dar bom conselho, castigar com caridade os transgressores, consolar os tristes, perdoar as ofensas recebidas, suportar as injúrias do próximo com paciência, orar a Deus

82) Efetivamente a principal instituição de caridade que durante quase três séculos socorreu gratuitamente os indigentes. A primeira Misericórdia do Brasil foi inaugurada em 1543, na cidade de Santos, capitania de São Vicente. Em Sergipe, a irmandade fundou uma casa em São Cristóvão, capitania de Sergipe D'el Rey, em 1607.

pelos vivos e pelos mortos) e sete corporais (remir os cativos e visitar os prisioneiros, tratar os doentes, cobrir os nus, alimentar os famintos, dar de beber a quem tem sede, abrigar os pobres e peregrinos, sepultar os mortos.

Com amplo domínio sobre as almas, as práticas caridosas nunca pretenderam erradicar a pobreza, mas sim usufruir dela nesta vida⁸³ e na vida eterna. Todavia, com o crescimento de espaços citadinos, a Colônia precisou de novas vigilâncias e controles que se faziam entre os senhores, a Igreja e a administração portuguesa. A massa de miseráveis passou a demandar recortes mais individualizados, nos quais cada um deveria ter o seu lugar definido, para que pudessem ser identificados e ter os seus movimentos conhecidos. Nesse contexto, a figura do vadio, aquele que vive sem posses, desclassificado, indisciplinado, que não paga impostos e que se vira como pode para sobreviver, ganhava sua consistência. Entendido como a origem do perigo social, essa figura concentrava o contingente de indivíduos sem endereço ou padrão, bem como aqueles que cometiam delitos ou simulavam doenças e/ou deformidades a fim de se tornar alvo da caridade. É nele, pobre válido e ocioso, que reside a fronteira entre os bons e maus pobres posto que conseguia enganar, por um lado, a obrigatoriedade e a virtude do trabalho e, por outro, a caridade para com aqueles que não conseguiam garantir sua subsistência, seja devido a precariedade do seu próprio trabalho, seja pela invalidez oriunda da doença e/ou da velhice. Tal personagem, estabelecia definitivamente a desconfiança em relação à pobreza.

Desconfiança que gestava as condições de possibilidade para a efetuação de um regime disciplinar que combatesse a vagabundagem, a fuga de escravos, as revoltas e badernas nas ruas. Com o enfraquecimento do sentido religioso da caridade em decorrência da expansão das cidades e a emergência de novos saberes sobre a pobreza, o caráter piedoso e privado das práticas caridosas passou a se aliar com o poder médico emergente no Brasil no século XIX. É nesta época, já no final do

83) Além do prestígio social, era prática comum das Santas Casas funcionar como bancos de empréstimos a juros para os membros de sua irmandade. O intuito disto era fazer render as doações e as heranças que recebiam ou administravam. Empréstimos concedidos sem garantias de pagamento, a fundo perdido, levaram várias delas a falência.

século XVIII, que se passa a pensar no “[...] alistamento e inquérito sobre as famílias, endereço e ocupação de cada morador das cidades e envio obrigatório dos ociosos e dos vagabundos para o campo, com local de moradia e trabalho definido, onde, supõe-se, seriam mais bem fiscalizados.” (Lobo, 2008, p. 260)

Já no que diz respeito aos direitos de cidadania, durante o período imperial, as primeiras interpretações formais não incluíam a maioria da população na sociedade civil. Ter e exercer direitos era um privilégio para determinados grupos e setores dominantes da sociedade. Algo que fica claro na nossa Constituição de 1824:

Os escravos e as mulheres não eram considerados cidadãos. E os eleitores teriam que ter renda mínima de 100 mil a 200 mil réis. Para candidatar-se a deputado, precisava ter renda de 400 mil réis, e para senador, 800 mil réis. Era o chamado voto censitário, pois só podia votar e ser candidato quem tivesse renda. O sistema eleitoral censitário eliminava da vida política a maioria da população: os escravos, os que recebiam baixos salários, os pequenos situantes, os vaqueiros etc. Os pobres não tinham vez nem voz. (Alencar, Ribeiro e Ceccon, *apud* Fonseca, 1997, p. 46)

Quanto mais se aproximava da data da libertação do escravos e de um possível acesso à condição de cidadãos, mais disseminados se tornavam as práticas de saber-poder que se referiam ao caráter degenerado dos negros⁸⁴. Ultrapassando os manuais médicos e antropológicos, o negro se tornou objeto de uma ciência positivista que era imediatamente militante e intervencionista do nosso tecido social em formação. Considerados desde o começo da escravidão como moralmente perniciosos e intelectualmente atrasados, tornava-se óbvio para os saberes da época os perigos que uma possível libertação representaria.

Dessa feita, desvalorizados como mão de obra e como potenciais cidadãos, aos escravos só restava o lugar útil de objeto nas teorias científicas que interpretavam a

84) O período de maior divulgação das teorias raciais e as soluções brasileiras para a questão da raça foi na década de 1870, após a Lei do Ventre livre (1871), prenúncio lento e seguro do final da escravidão. A partir daí, a problematização não era como preparar gradativamente a mão de obra nacional para as novas condições de vida que estavam a caminho, mas sim, o perigo social que a libertação traria e como a substituição dos escravos por trabalhadores estrangeiros (preferencialmente brancos do norte da Europa) traria o progresso para a agricultura e para a produção industrial das cidades. (Lobo, 2008)

inferioridade brasileira perante o mundo ocidental em termos de raça. De corpo descartável a perigo social, o negro passa a ser atravessado por uma série de saberes que lhe imputavam a culpa pelo atraso no progresso da nação e visavam, no limite, sua extinção⁸⁵. Mantinha-se portanto, via ciência, a rígida hierarquia social do país.

É ainda durante o ano de 1888, em meio às turbulências da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, que a Câmara dos Deputados amplifica os debates sobre a repressão à ociosidade. Os Deputados entendiam a necessidade de disciplinar a mão de obra nacional inculcando-lhes o valor moral do trabalho a fim de regenerar a sociedade. Alçar esta população a condição de cidadãos significava inculcar-lhes o estatuto de eterno devedor para com o tecido social. Para receber os direitos sociais à segurança, liberdade, etc. esses corpos precisariam restituir a sociedade com os frutos de seu trabalho. Fazendo referência ao referido projeto, o deputado Rodrigues Peixoto discursara que:

Cada membro da comunidade deve a esta uma parte do seu tempo e do seu esforço no interesse geral, cujo a inobservância apresenta gravidade, o que autoriza de certo modo a intervenção do Estado. [...] é preciso que tenham todos uma ocupação, porque V. Ex.^a sabe que, **desde que o indivíduo respira, como que contrai uma dívida com a sociedade, a qual só pagará com o trabalho.** Portanto, aquele que, por qualquer razão, não paga sua dívida representa um peso morto para a sociedade, porque consome sem nada produzir e ainda terá frequentemente de ser assistido pelo Estado. Poderá ainda tornar-se um perigo social devido à potência criminosa que a ociosidade germina. (*apud* Lobo, 2008, p. 238. Grifo nosso)

Para prevenir o efeito do perigo social, todos os corpos desinteressados pela acumulação eram logo suspeitos de ociosidade e anormalidade; todos os pobres, principalmente os libertos e apaziguados ante um vida pobre eram denominados a partir de então também de “classes perigosas” pelos deputados. Inspirados pelas

85) Lobo (2008) cita como exemplo a teoria do branqueamento, defendida em 1911 por João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional, no I Congresso Internacional das Raças. Segundo Lacerda, a melhoria da raça brasileira pela miscigenação das raças inferiores com o branco, produziria no Brasil, ao cabo de cem anos, o total embranquecimento da população, desde que incentivasse, é claro, a imigração dos povos europeus.

ideais de M. A. Frégier⁸⁶, os deputados brasileiros chegaram à conclusão de que os pobres são, por definição, perigosos.

É na miséria que se encontram as causas degeneradoras da espécie, pela falta de educação religiosa e moral e de respeito às convenções sociais que deveriam funcionar como um contrapeso dos maus instintos. Pela falta de consciência do dever e de sentimento de moralidade dos atos, a miséria produz um estado de degradação física e moral, que constitui o que chama de “classes perigosas”, pois instala o perigo permanente na sociedade. (Lobo, 2008, p. 229)

Com a passagem para o regime republicano (1889), a noção de cidadania presente na Constituição de 1891, continuava sendo aplicada somente aos grupos e setores dominantes da sociedade, excluindo do direito a voto, por exemplo, os analfabetos, os menores de 21 anos, as mulheres e os mendigos. Afirmava-se uma concepção restritiva da participação política, discriminando os cidadãos em ativos (que possuíam direitos civis e políticos) e inativos (possuíam apenas os direitos civis). Mesmo se imaginando a nascente República como o local para o desenvolvimento da cidadania, do encontro dos ideários de modernidade do liberalismo europeu com o nosso passado escravocrata, se acabava por neutralizar politicamente a experiência na cidade através da repressão da participação popular. Aqui podemos pensar inclusive o planejamento de capitais como Aracaju, a formulação dos códigos de condutas para conter os movimentos da população, bem como os esforços na produção de uma experiência urbana higienizada. (Fonseca, 1997)

Ou seja, mais do que um defeito na produção da cidadania, deve-se pensar essa suposta dissociação entre a participação civil e a experiência na cidade – alçada a categoria de símbolo de poder, de civilização e de progresso, tal qual Aracaju – como um efeito de uma série de mecanismos de saber-poder que ordenaram a

86) Segundo Fonseca (1997, p. 55), Frégier era “[...] *um funcionário da polícia de Paris que, a partir da análise de inquéritos, escreveu um livro sobre classes perigosas nas grandes cidades.*” Em meio a sua detalhada descrição de uma variedade de malfeitores, este policial acabou produzindo um relato sobre a pobreza em Paris. Todavia, não apontava uma delimitação nítida entre classes perigosas e classes pobres. Já Lobo (2008), aponta que o termo aparece originalmente na Inglaterra e se referia às pessoas que já tinham sido presas, ou ainda àquelas que mesmo não tendo sido presas, obtinham seu sustento através de furtos e não de trabalho.

sociedade e, ao atravessarem este corpo social, reforçaram certas práticas e enfraqueceram outras em meio a configurações e cristalizações de saberes e poderes que visavam a transformação de segmentos da população em homens disponíveis para o mercado de trabalho.

Mecanismos que passam pela problematização de um novo objeto de saber - o urbano, que no século XIX rompe com a cidade como lugar dos acontecimentos híbridos de processos civilizatórios e libertinagem, para afirmar-se como objeto de conhecimento e dominação. Surge da interação da vida que emana das ruas com a literatura⁸⁷, dos relatórios oficiais sobre as condições de vida dos pobres, dos diagnósticos médicos, das censuras dos moralistas, dos temores dos filantropos, das teorias dos reformadores sociais, etc. O urbano não é uma mera oposição ao rural, não surge com a cidade e muito menos corresponde a sua materialidade em processo de crescimento, mas versa sobre uma nova de se ocupar desse espaço. Segundo Lobo (2008, p. 302):

Novas disciplinas para enfrentar o fenômeno urbano: a medicina social, o higienismo, a sociologia, a psicologia, a estatística, novas práticas de intervenção – “o deslocamento do olhar dos problemas específicos e pontuais para a cidade como um todo”, que não deixará de esquadrihá-la nos mínimos detalhes, que desconfiará das multidões e das aglomerações, da proximidade num mesmo espaço de ricos e pobres, palacetes e cortiços, patrões e operários, prostitutas e desocupados. A cidade não seria mais o cenário das práticas sociais como os “dramas” da caridade dos tempos da Colônia. Ela era o próprio campo das intervenções de um saber científico, neutro e universal. Campo de exercício das disciplinas; não apenas nas separações dos espaços institucionais (asilos, prisões, hospitais, fábricas, escolas), na reconstrução da arquitetura do meio urbano e de seus serviços públicos,

87) Como exemplo disso temos a importância do livro “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha, como fundamental para entender e interpretar a população das favelas emergentes no Rio de Janeiro, já que esta obra é considerada responsável pela Guerra de Canudos (1896-97) não ter caído no esquecimento dos intelectuais da época. Para Valladares (2000) é o Arraial de Canudos e seus jagunços descritos no livro que servem de modelo para pensar as características e comportamentos da população que vivia nesses novos aglomerados urbanos: “*A semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante de condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcados por uma identidade comum*” (2000, p. 11). A autora ressalta ainda que a primeira favela carioca a catalisar atenções se situava no morro da providência e foi habitada por ex-combatentes da referida guerra para pressionar o Ministério da Guerra a pagar os soldos devidos em meados de 1898. O verbete favela, inclusive denomina uma planta do sertão que teria dado nome a uma serra no interior da Bahia que durante a guerra estabeleceu uma grande resistência, retardando os avanços finais do exército republicano.

como também no mundo privado das moradias, dos hábitos e rotinas familiares.

Com o urbano, a experiência na cidade sofre uma transformação com a incidência de regimes de poder que ao mesmo tempo que intentavam individualizar as condutas via a promoção de dimensões psicológicas (mundo privado de intenções e intimismos e seus correlativos meandros), apelavam também para o controle maciço sobre um novo objeto – a população⁸⁸. Duplo movimento que serve como sustentáculo da ordem burguesa no Brasil responsável por consolidar o triunfo das desigualdades em solo nacional. Em acordo com Lobo (2008, p. 302):

Nenhuma outra ordem social anterior à implantação do capitalismo liberal-burguês propôs a si, como questão, a desigualdade de direitos entre os homens. Nenhuma outra precisou, por isso, inventar tantas justificativas para as desigualdades sociais por ela própria produzidas, para fazê-la triunfar como ordem natural das coisas.

Ordem que continua presente, mesmo que sub-repticiamente, nas políticas assistenciais contemporâneas que, em acordo com Lobo (2008, p.296) “[...] ao proclamar o caráter de obrigação do poder público como guardião do igualitarismo burguês, sustenta-se no desamparo e na miséria que supostamente pretende erradicar.”

É aqui, nesse processo de afirmação e manutenção de um ordenamento do social, que vemos emergir os mecanismos de filantropia em sobreposição às práticas de caridade anteriores. Como efeito das práticas da medicina social, os pobres – entendidos já como a fonte de todos os vícios e degenerações – deviam ser afastados do convívio urbano e internados em espaços próprios, ou, no caso dos escravos, enviados para o trabalho rural.

Ao longo de todo o século XIX, as Santas Casas continuaram, mesmo tendo suas justificativas religiosas dirimidas, a manter sua função predominante na assistência à populações pobres. A principal diferença residia na assimilação gradual dos

13) Administrar a população não diz respeito simplesmente à administração da massa coletiva dos fenômenos ou à administração no plano dos seus resultados globais, mas sim, acima de tudo, à administração em profundidade, sutileza e detalhe. (Foucault, 2008a)

objetivos da filantropia e seu cientificismo. A tensão entre a caridade e a filantropia emergente gravitava em torno da administração eficiente da pobreza a partir de táticas de governo da vida que definem não só o que deve ou não competir ao Estado, mas também delimitam o formato das políticas de Estado ao postular seus limites e permitir a sua sobrevivência. Através de mecanismos de segurança alicerçados nos princípios da economia política, estabeleceu-se, por exemplo, uma ordem de prioridades nas ações de gestão da vida: 1) aproveitamento dos capazes; 2) recuperação dos menos incapazes; 3) manutenção em uma zona dos que não se encaixaram nos dois primeiros dispositivos. Esta zona era basicamente composta por trabalhadores desempregados – cuja disponibilidade de mão de obra assegurava o rebaixamento dos salários – e os ditos irrecuperáveis que povoavam asilos, hospícios, prisões, reformatórios, etc.

A intervenção desses saberes estava presente não só no planejamento das cidades, nos atravessamentos do saber-poder médico dos bordéis às fábricas, dos navios à prisão, mas também nas inspeções médicas das moradias dos pobres, consideradas antro de miséria, sujeira, doenças, crimes e imoralidades.

Atropelando os protestos dos moradores, a inspeção médica, a pretexto de preservar a saúde pública, invadiu o espaço privado do pobre, examinou-lhe o quarto, remexeu-lhe a cama e o expulsou de casa. Uma vez que asseio, moralidade, ordem e beleza, que definiam os ideais da noção de público, não se encontravam naquela camada da população, ela deveria ser afastada do espaço comum dos que apresentavam tais qualidades. (Lobo, 2008, p. 321)

Com isso, a noção de público foi se construindo identificada ao poder arbitrário de um governo da vida que era efeito e instrumento dos modelos científicos vigentes que lhe davam corpo. É através de propósitos científicos que ações sanitárias – caracterizadas pela estigmatização, pela suspeição e pela despoticização das ações coletivas enquanto práticas de cidadania – são implementadas pelo governo republicano. Enfraquecia-se assim as possibilidades de participação e decisão no processo político das camadas mais empobrecidas através de uma série de saberes que, em geral acompanhados de força policial e muita

violência, vão culpabilizar o pobre (e não a pobreza) pelo atraso da nação e pela exclusão a que sofriam devido a insistência de sua miséria moral e material.

Como exemplo, podemos citar os esforços de exclusão do negro do espaço urbano, distanciando-o o máximo possível do interior da família branca, já que sua presença disseminava todos os tipos de desvios⁸⁹. É em meio a processos como esses que modos de normatização dos comportamentos ganham fôlego enquanto modelos de aperfeiçoamento moral e material do povo brasileiro.

Ademais, a entrada dos negros (escravos ou libertos) no mercado de trabalho acabava por rebaixar os salários de tal forma que dificilmente se conseguia viver melhor do que em tempo de cativo. Dessa feita, a libertação do trabalho pouco representou para a melhoria da situação de vida da maioria da população, já que a preferência nos postos de trabalho era dada aos emigrantes, sobrando ocupações menos remuneradas com número insuficiente para absorver esse contingente populacional. Logo, gerava-se como efeito o aumento da ociosidade e da vagabundagem posto que as condições gerais de vida dos trabalhadores nacionais eram semelhantes ou piores do que a época da escravidão. A principal diferença residia na supressão dos castigos. Para Lobo:

Se por um lado a mão de obra era superabundante (o que parece ter sido um fenômeno generalizado no Brasil), o que levava os empregadores a preferir os trabalhadores nacionais, havia também aqueles que rejeitavam os subempregos oferecidos por salário de miséria. Além da condição socialmente aviltante a que sempre foi relegado o trabalho braçal, ter de enfrentá-lo sem garantia, sem estímulo, sem esperança de vida melhor (como acontecia aos imigrantes) era um castigo ainda mais penoso do que a escravidão – o único bem que restava ao escravo nessas condições, sem instrução e abandonado à própria sorte, era a liberdade de não trabalhar, ser tão ocioso quanto seus antigos senhores. Mas aquela não seria a ociosidade bem-posta dos ricos (que só mais tarde veio a ser também moralmente atacada), do ócio com

89) Lobo (2008) aponta que das poucas discussões propostas sobre a realidade específica da escravidão pelas nascentes faculdades de medicina no Brasil, o maior número delas não tematizava propriamente o escravo, mas os impactos dos males da escravidão doméstica na família senhorial; em especial na conservação das crianças, cuja maior inimiga era a ama-de-leite, portadora de doenças venéreas e hereditárias transmissíveis pelo leite. Ao escravo urbano – nunca considerado um trabalhador fundamental para o sustento da economia – era formulada uma proposta ambígua: mantê-lo como fonte de admoestação e, ao mesmo tempo, afastá-lo do contato da família como forma de prevenir a disseminação de doenças, vícios, brutalidade e perversões sexuais.

dignidade. Ao contrário, passou a ser considerada uma das principais causas da degeneração social. A partir da Abolição, o conceito de vadiagem estava estreitamente vinculado à valorização moral do trabalho, ou, antes, era sua contrafação mais perigosa que precisava ser prevenida e corrigida. **O vadio, aquele que se negava a pagar a dívida social com o suor do rosto, era, além de um fardo, uma ameaça à ordem constituída pelo trabalho e pela lei - aquele que consumia sem produzir para a comunidade.** Afinal, numa terra despovoada cuja natureza abundante oferece, como diziam, toda sorte de víveres o ano inteiro (frutas, raízes, caça e peixe), não era necessário trabalhar para sobreviver como na Europa ou na Ásia – eis o fundamento da preguiça inata dos brasileiros, que só medidas coercitivas e punitivas poderiam combater. (2008, p. 228. Grifo Nosso)

Institucionalizava-se assim a ligação entre pobreza e ojeriza ao trabalho. Ainda segundo esta autora:

Estabelecida, então, a relação entre ociosidade e pobreza, e entre pobreza e criminalidade, **restava às autoridades aplicar medidas preventivas de coerção ao trabalho e de repressão à vadiagem.** Atualmente parece existir um consenso, mesmo entre os autores mais críticos, na relação entre pobreza e criminalidade. Baseados nas condições estruturais que determinam a separação nítida de classes sociais e na violência que tal separação produz nas condições de vida da grande maioria da população brasileira, esses autores acabam por justificar, indiretamente por um espécie de atavismo histórico-social, a vigilância e a repressão aos pobres. (2008, p.229. Grifo nosso)

Ideais estas que servem de substrato para, por exemplo, as atuações da polícia brasileira desde pelo menos as primeiras décadas do século XX, posto que passou a agir pela pressuposição da suspeita generalizada, produzindo uma verdadeira premissa de que todo cidadão originário dos espaços de pobreza é suspeito de algo até que se prove o contrário...

Em meio às questões de raça como principal componente do atraso do nosso desenvolvimento, os trabalhadores brancos não ficaram livres de intervenções disciplinadoras. Se seu corpo era considerado mais apto para o trabalho livre, com qualidades não só laborais, mas também genéticas que deveriam ser protegidas das contaminações com as raças inferiores, no entanto traziam consigo a insubordinação das greves e os movimentos políticos de críticas às desigualdades sociais e à exploração do trabalho.

É nesta tensão que emerge no Brasil a figura do trabalhador branco, livre e disciplinado, objeto de práticas de diagnóstico, recuperação e controle eugênico. Modelo extremamente recente na história do Brasil e que se constrói junto ao movimento de industrialização já no século XX.

É ao longo desse processo que o conceito de trabalho vai sofrendo gradualmente uma transmutação até adquirir o *status* de dignidade e civilidade que majoritariamente se tem hoje. A grande questão era como fazer a maior parcela possível da população ativa trabalhar de maneira que um excedente de seu tempo de trabalho não fosse remunerado e contribuísse para a geração de lucro. Era preciso produzir nesses corpos a crença de que o trabalho faria bem para si mesmo, para sua família e toda a sociedade posto que era fundamental para o progresso da nação. Era preciso aumentar sua utilidade na produção e enfraquecer sua força política de contestação.

Exemplar importante deste discurso é a primeira tese⁹⁰ sobre a favela carioca datada de 1942 e realizada pela assistente social Maria Hortência do Nascimento. Vale ressaltar que a mesma é posterior aos anos 1930, quando no governo Vargas a assistência aos pobres vai se afastando de práticas exclusivamente privadas e religiosas para funcionar como importante componente da gestão da pobreza entre a proteção social de função do Estado e o controle dos pobres. Nesse contexto, a autora afirma:

Filho de uma raça castigada, o nosso negro, malandro de hoje, traz sobre os ombros uma herança mórbida por demais pesada para que a sacuda sem auxílio, vivendo no mesmo ambiente de miséria e privações; não é sua culpa se antes dele os seus padeceram na senzala, e curaram suas moléstias com rezas e mandingas. [...] é de espantar, portanto, que prefira sentar-se na soleira da porta, cantando, ou cismando, em vez de ter energia para vencer a inércia que o prende, a indolência que o domina, e resolutamente pôr-se a trabalhar? [...] **Para que ele o consiga, é preciso antes de mais nada curá-lo, educá-lo, e, sobretudo, dar-lhe uma casa onde o espere um mínimo de conforto indispensável**

90) Trata-se de fato de um trabalho de conclusão de curso, mas segundo Valladares (2000) vários desses trabalhos anteriores a criação de programas de pós-graduação no país, poderiam ser considerados como teses.

ao desenvolvimento normal da vida. (Silva, 1942, p. 62-63 *apud* Valladares, 2000, p. 22. Grifo nosso)

O saber da assistente social conjugava tecnologias disciplinares e mecanismos de segurança no governo da vida. Às primeiras compete circunscrever um espaço no qual os mecanismos de poder funcionarão de forma centrípeta na medida em que isolam um espaço, determinam um segmento que concentram, centram e encerram. É preciso, finalmente, dar ao negro uma casa, já que até meados do século XIX não havia no Brasil muita preocupação com os corpos descartáveis que viviam dos mais variados tipos de andanças, tão comuns nos primeiros séculos da Colônia. Ademais, as disciplinas intentam a tudo regulamentar, principalmente o detalhe – seu princípio é que até as coisas mais ínfimas não devem ser deixadas entregues a si mesmas. Racionalizado, o detalhe recebe um enfoque politizado, devendo as pequenas coisas serem organizadas para controle e utilização: o que é determinado é o que se deve fazer, por conseguinte todo o resto, sendo indeterminado, é proibido e deve ser corrigido com tanto maior cuidado quanto menor for sua infração.

Enquanto os sistemas jurídicos avaliam os sujeitos a partir de normas gerais e universais, a disciplina redistribui, vigia e controla os corpos. Para Foucault (1979), os processos de acumulação de homens e de capital não podem ser separados. Ele observa que na combinação da exploração econômica com a disciplina haverá um aumento de forças do corpo em termos econômicos de utilidade e uma diminuição dessas mesmas forças, em termos políticos de obediência. A disciplina dissocia o poder do corpo: “[...] *faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.*” (Foucault, 1977, p. 127)

Cabe observar que se o contrato social forja uma noção de cidadania fundamentada na igualdade formal de todos os homens, as disciplinas garantem a submissão do corpo cidadão. Ela combina a eficácia das novas tecnologias de controle capazes de, mais do que apenas reprimir os indivíduos indóceis, engendrar uma realidade social feita de corpos docilizados. Deste ponto de vista, a cidadania,

mais que uma concessão – ou mesmo uma conquista de direitos civis, políticos ou sociais através de um Estado precisará ser pensada como um dos artefatos deste poder. Este indivíduo, e por que não dizer o cidadão que lhe é correspondente, é um efeito-instrumento singular do confronto entre um conjunto de práticas importadas para o Brasil no século XIX – mas forjadas nos séculos XVIII e XIX pelo ideário liberal de sociabilidade europeu – com as forças contrárias ou alheias a estes sistemas de ordenação. É nesta tensão que o poder – entendido como relações de forças – produz verdades, inventa realidades e objetivações responsáveis por toda a espécie de conhecimento tanto do cidadão nacional quanto do Estado brasileiro.

É ainda através da disciplina que se torna possível desvincular o trabalho da conotação indigna característica do regime escravocrata, conectando-o com sentimentos de nacionalidade e despertando em solo tupiniquim a entrada dos costumes civilizados das nações europeias mais avançadas. “[...] a definição de homem de bem, de trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação.” (Chalhoub, 1986, p.30 *apud* FONSECA, 1997, p. 54)

Nessa passagem, se enfraquecia a domesticação ao poder senhorial do regime escravocrata e se sobrepunha a esta o assujeitamento ao sistema de produção industrial a partir de uma série de dispositivos de expansão da saúde, do desenvolvimento de habilidades e eficiência. Se outrora o corpo do escravo era o corpo natural para o trabalho, agora o trabalho passa a exigir um corpo que precisa ser educado, fabricado através da aquisição detalhada de hábitos e habilidades que devem começar ainda na infância e desenvolver-se na fábrica.

Junto a este novo papel do trabalho – garantidor da ordem social –, vemos emergir uma série de processos de modernização dos costumes e abandono de antigas práticas familiares (nada mais de rezas e mandingas, como no caso dos negros), dando lugar não só a novas relações de produção, mas também a uma modelização da subjetividade de classe média, ligada aos extratos sociais de uma elite pensante e com poderio econômico. Ligada ainda a uma ciência positiva que através

de seus preceitos de neutralidade promoviam um modelo de cidadão moralista, disciplinado e disciplinador, racista, intolerante e autoritário.

Rago (1985 *apud* Lobo, 2008) nos aponta algumas dessas mudanças indispensáveis à manutenção de um Estado mais integrado às relações capitalistas, econômicas e políticas, que começariam a despontar no nosso território a partir da década de 1920:

[...] anuncia-se um projeto nacional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito e redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A “nova fábrica”, higiênica, racionalizada e moderna, deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação. Mas, ao mesmo tempo, deveria figurar como o lugar da atuação de outro tipo de patrão, moderno e agilizado, em oposição à antiga figura do proprietário despótico, arbitrário e rude do passado. (Lobo, 2008, p.234)

Para tanto, era necessário “tocar no coração do operário”, produzi-lo uma interioridade na qual entendesse a necessidade de colaborar de bom grado com as normas instituídas, não por temor da punição, do controle ostensivo dos fiscais, mas por acreditar nos modelos cientificamente traçados para a sua conduta. Junto a esse renovado trabalhador, disciplinado e asséptico, era preciso ainda valorizar o trabalho manual – tão esculachado durante o regime escravocrata – como motor de transformação das relações de produção. Instituíam-se assim, sob os auspícios do discurso médico sobre a preservação deste corpo e sua aliança com discurso liberal da eficiência, a figura do operário brasileiro.

É em meio a esse afã nacionalista e com o entusiasmo pedagógico necessário a criação, preservação e recuperação deste corpo operário que a escolarização da população se torna algo desejável. Além da multiplicação da rede de ensino, implantam-se também outros serviços protetivos cujo objetivo era intervir nas famílias e na criança, e implantar também serviços de fiscalização sanitária nos lares e nas escolas, e exames psíquicos periódicos para descobrir e corrigir defeitos, anomalias e doenças e ensinar às mães como formar seus filhos, além de descobrir, organizar e educar os deficientes mentais. (Lobo, 2008)

Vemos emergir no Brasil – no final do século XIX e passagem ao século XX –, uma série de instituições filantrópicas que faziam recair sobre o seu público alvo o autoritarismo das verdades científicas em voga ao transferir a culpa sobre a pobreza para a ordem moral e a doença. Como exemplo, temos a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro em 1901, primeiro de uma série de filiais em muitas regiões do país. Criado por Moncorvo Filho, o Instituto tinha objetivos preventivos quanto ao nascimento de prematuros e de crianças doentes ou defeituosas, assistindo mães na gravidez, no parto e no aleitamento. Tinha também como outros alvos: averiguar as condições de vida das crianças pobres, dispensar proteção às crianças que sofriam maus-tratos, inspecionar as escolas, o trabalho da mulher na indústria e o trabalho infantil.

Atingir a criança, o futuro trabalhador, higienizar os hábitos maternos, interferir nas relações familiares e no espaço doméstico foi uma tática bastante eficaz não só para prevenir novas transgressões, como para abrandar as rebeliões dos adultos às imposições dos patrões e evitar que as associações de autoproteção ao desamparo do trabalhador ganhassem caráter combativo de defesa e conquista de seus interesses. A intervenção era feita por visitas domiciliares. Ao contrário da caridade, que levava à casa do pobre o pão para o que tinham fome e a palavra de Deus para os espíritos famintos, as visitadoras distribuíam conselhos de moral e higiene e propagavam os princípios da obra filantrópica. (LOBO, 2008, p. 337)

E, mais a frente, temos o surgimento de um importante personagem jurídico-institucional: o menor. Figura que no Brasil designa costumeiramente até hoje as crianças e adolescentes pobres. Para gerir essa personagem, em 1937 é instalado o já mencionado Laboratório de Biologia Infantil para a seleção de menores. Seu diretor – Leonídio Ribeiro – descrevia que o valor e a utilidade desse tipo de instituição residia no exame dos menores sob a responsabilidade dos institutos e abrigos, cujos resultados confirmavam pesquisas europeias de que aproximadamente dois terços dos menores que cometem crimes portam algum tipo de tara hereditária, anormalidade ou doenças físicas e mentais. Teorias que explicavam a tendência antissocial desse extrato populacional e cujas observações e diagnósticos (geralmente sob o domínio da psicanálise) revelavam a minúcia não apenas dos atos, mas

também das tendências latentes dos menores em exame, de suas personalidades, de seu estado físico e moral. (Lobo, 2008)

É sobre estes corpos considerados anormais que se promove uma série de estabelecimentos onde seja possível transformá-los em forças úteis a si mesmos, à família e a nação. Ainda assim:

Em contrapartida, os anormais foram úteis também como fonte de admoestação para os novos dispositivos de coerção e controle social, que se refinaram a partir desses que eram considerados os refugos da livre concorrência e da seleção do mais forte. **Ademais, nem sempre as novas práticas de inclusão institucional, ao lado de suas funções de controle, cumpriam sua missão de conservar, educar e recuperar os corpos para uma multidão de pobres e miseráveis: considerados fardos sociais, são, ainda hoje no Brasil, sob a “proteção” que o biopoder introduziu na racionalidade do Estado moderno, corpos descartáveis.** (Lobo, 2008, p. 242. Grifo nosso)

Temos aqui a emergência de mais um diagrama - o fardo social. Sobrepondo-se ao corpo descartável e ao perigo social, esta nova figura coexiste e se atravessa em meio às anteriores na produção de uma vida fabril. Afeita a certas normas, esse modo de regular a existência se forjava em meio a um regime que neutralizava os movimentos de contestação seja com a aliança com a polícia, mas principalmente por medidas de caráter assistencialista como criação de clubes recreativos, escolas, farmácias, vilas operárias, fundos de pensões, etc. Medidas que mesmo que fiéis aliadas da medicina, fizeram permanecer a pesada herança da caridade quanto à marca piedosa, moral e privada de suas iniciativas.

Para os corpos que não conseguiram se adequar às normas do operariado persiste, ao menos no nível dos discursos, a justificativa da recuperação e da integração; metas quase nunca alcançadas. Mesmo que não consigam pagar a dívida social, estes fardos sociais ainda assim permanecem nos dispositivos institucionais como uma antinorma para a sociedade. Impedidos de se expressarem, segregados ou não em espaços fechados, habitam a clausura que os saberes técnicos lhes reservam em mecanismos tutelares que prescrevem sua possível integração a maioria da população. Integração que acaba por remeter a noção de diferença à capacidade de

comportamentos mais ou menos eficientes do ponto de vista econômico. Assim, a norma passa a institucionalizar a falta em qualquer desvio, negativizando-o.

Se, na gestão anátomo-política dos corpos temos as tecnologias disciplinares, em paralelo e ao longo do processo de urbanização, uma série de outros mecanismos vão se produzindo a fim de gerir a população. Estas novas tecnologias de segurança foram responsáveis por introduzir no tecido social a população como um fenômeno cuja natureza poderia ser acessada por uma série de elementos que estão aparentemente longe do seu comportamento imediato, mas que se sabe por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre ela. A partir da expansão dos mapeamentos estatísticos e saberes sobre as doenças mais ou menos difíceis de extirpar, os primeiros alvos e objetos de saber dessas tecnologias foram o controle os processos de natalidade, de mortalidade e de longevidade.

A “natureza” da população aparece no fato da mesma ser formada de indivíduos diferentes uns dos outros, com desejos diferentes que guiarão o seu agir de forma “natural” e cujo comportamento não se pode prever exatamente. Apesar disso, a produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la. Dessa maneira, ao exercício do poder, o problema não é absolutamente o de saber como e até onde podem dizer não, mas de saber como dizer sim a esse desejo.

É na constância e nas regularidades e até nos acasos, que se pode identificar o universal do desejo produzindo regularmente o benefício de todos e a propósito do qual se pode identificar certo número de variáveis de que ele depende e que são capazes de modificá-lo. A população é, de um lado, a espécie humana, e de outro, o que se chama de “público”, ao considerá-la do ponto de vista das suas opiniões, maneiras de fazer, comportamentos, hábitos, temores, preconceitos, exigências, etc. O “público” é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. Da espécie ao público: temos aí todo um campo de novas realidades, de elementos e espaços pertinentes no interior dos quais e a propósito dos quais os mecanismos de poder devem incidir. (Foucault, 2008a)

Realidade que se impõe e demanda dos mecanismos de segurança novos procedimentos de normalização. Por exemplo, quando se passou a considerar os pobres uma classe perigosa que deveria ser gerida, a pobreza se torna um caso, com sua distribuição interna de variados riscos não só a que ela está exposta, como também pode causar no restante da população. O cálculo de eventualidades como a morte, a contaminação por determinadas doenças e seu posterior potencial de cura, o usufruto ou não dos direitos sociais, tudo isso passa a ser circunscrito no tempo ou no espaço. Ainda assim, se o risco social é acessível a partir da análise da distribuição dos casos, é possível identificar para cada indivíduo (ou grupo individualizado), dada a sua idade, o lugar em que mora, sua profissão, qual o risco que cada um tem de pegar, morrer e até mesmo se curar de uma doença ou ter seu direito violado. Dessa feita, podem-se determinar os riscos diferenciais que revelam zonas de maior ou menor risco. A identificação da pobreza como um *locus* da periculosidade é uma cristalização desses mecanismos. A falta de acesso a direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado coloca a população pobre mais suscetível a passar por determinadas situações como defasagem escolar, insegurança alimentar e nutricional, limitação da experiência urbana em espaços segregados, etc. Por conseguinte, pode-se identificar o que é perigoso. E, por fim, podem-se diagnosticar as crises, ou seja, os fenômenos de disparada, aceleração e multiplicação circular que só podem ser controlados ou limitados por um mecanismo natural e superior ou por uma intervenção artificial. Como um bairro periférico que aumenta a sua quantidade de adolescentes em cometimento de atos infracionais após a fixação ou disputa por pontos de tráfico de drogas naquela localidade, por exemplo.

Caso, risco, perigo e crise: são noções novas, através das quais os mecanismos de segurança veem qual é o seu coeficiente normalmente esperado em matéria de acometimento de determinados riscos⁹¹. Ou seja, trata-se de estabelecer, através de

91) Na aula de 11 de Janeiro de 1978, Foucault utiliza como exemplo os modos como o roubo passa ser considerado dentro de limites sociais e econômicos aceitáveis. Para tanto o roubo é inserido numa série de acontecimentos prováveis e cujas reações do poder ante a esse acontecimento vão ser inseridas num cálculo que é o do custo e, ao invés de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais as coisas não devem ir. É amplamente

diversos cálculos os riscos inerentes a uma vida considerada normal e, através dela, desmembrar as diferentes normalidades umas em relação às outras. E aqui, vemos, portanto, um sistema fundamentalmente inverso do observado nas tecnologias disciplinares. Nestas se parte de uma norma e é em relação ao adestramento efetuado pela mesma que é possível distinguir depois o normal do anormal. Aqui, ao contrário, a operação de normalização vai consistir em fazer as diferentes curvas de normalidade já identificadas funcionarem umas em relação às outras e em fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos, portanto, aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas mais favoráveis em todo caso que as outras e que irão servir de norma, ou seja, a norma encontra-se em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e é a partir do estudo dessas normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. (Foucault, 2008a)

O que se almeja efetivamente nos esforços de produção de segurança da população via políticas de Estado? O quanto, por exemplo, o modelo de desenvolvimento do Brasil dos últimos anos nos permite pensar em termos de efeitos de toda uma série de práticas “em nome da cidadania?”

Até mesmo as nossas inspirações para a constituição de um Estado de Bem-Estar Social precisam ser problematizadas em relação ao que se intenta produzir de cidadania como uma meta a ser atingida. Qual a função produtiva que a noção de cidadania passou a exercer em nossa sociedade? A serviço de que forças? Em acordo com Fonseca (1997, p. 88):

É preciso que se aponte o quanto uma determinada idéia de cidadania passou a ser instrumento poderoso de sustentação, de reprodução e de consumo de determinadas práticas de poder. Práticas que, em nossa história, na maioria das vezes, foram engendradas sobre bases conservadoras e de concentração de poder, interpretadas e valorizadas enquanto alicerces para a aquisição da “Cidadania” no Brasil. Práticas que não só desqualificaram, como tentaram pôr fim a movimentos

dentro desses três moldes que os dispositivos da segurança irão promover outra distribuição das coisas e dos mecanismos. (Foucault, 2008a)

efetuados pelo corpo social brasileiro que escaparam a diferentes formas de controle, produzindo diferenciações político-sociais.

É preciso interpelar a que tem servido essa vontade de cidadania que investe no desenvolvimento de procedimentos sutis de submissão, tutela ou obstrução da capacidade de reação em meio as modelizações subjetivas capitalísticas dominantes que nos reduzem a uma valoração dos nossos atos em relação ao mercado e seus equivalentes.

Urge entender a proveniência do discurso naturalizado dos direitos de cidadania em nosso país e como sua base estatal emerge no cruzamento das mais variadas tecnologias econômicas, racionais, legais, morais, científicas, etc. em constante tensão. Cruzamento que conjuga uma pluralidade de práticas que se embarçam e que remetem sempre a uma problematização possível caso nos atentemos a história em sua aspereza.

Em termos de um Estado de direitos, facilmente a nossa história aponta como marco a década de 1930 como um marco fundamental de implementação de medidas trabalhistas conciliatórias – sistema previdenciário, sistema público sanitário, etc. – que apaziguavam tensões entre os interesses do emergente movimento operário e os interesses dominantes da esfera política. É nessa época que canais oficiais de reivindicações das categorias são institucionalizados dentro de parâmetros de políticas de Estado. De acordo com Fonseca (1997, p. 61-62):

A ampliação do voto às mulheres, a instituição do voto secreto, entre outras, cumprirão a pauta de reivindicações da chamada revolução de 1930. Importava ao Estado, naquele momento, “conceder” aos trabalhadores alguns direitos políticos e sociais para poder consolidar o modo paternalista — expresso na figura de Getúlio Vargas — e reapropriar as diferentes formas de luta e de expressão política da sociedade sob a forma de reivindicações corporativas.

Cabe observar que este Estado para ser reconhecido como provedor terá que investir na infantilização, na disciplinarização e na representação como ingredientes básicos para a contenção do corpo social e na cristalização da noção de cidadania enquanto um problema de aquisição a partir, por exemplo, do exercício de uma profissão reconhecida e regulamentada pelo Estado.

Portanto, as primeiras iniciativas que culminariam com a formação um sistema de proteção social brasileiro são frutos desse gradual processo de regulação da vida. Inicialmente regulamentadas em 1923, tais iniciativas diziam respeito a criação das caixas de aposentadorias e pensões (CAPS) que eram operadas por empresas sob regime de capitalização, a partir da contribuição financeira dos empregados e seus empregadores, oferecendo, além dos serviços de natureza estritamente previdenciária, a assistência médica e o fornecimento de medicamentos.

Já na década de 1930, há a implantação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) em resposta às demandas postas pelo processo de industrialização no país. Os IAPS eram organizados por categoria profissional e contavam com financiamento e gestão tripartite (empregados, empregadores e Estado). Além disso houve a crescente regulamentação de legislações trabalhistas na década de 1930 .

Se por um lado nesse período são verificados avanços nos mecanismos de proteção social, por outro pode-se identificar um caráter dual dos mesmos já que ao mesmo tempo em que são produzidos avanços no âmbito das relações estabelecidas entre a classe operária emergente e o Estado (legalizando inclusive o funcionamento de sindicatos e criando a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – em 1943), por outra via, restam aos trabalhadores desempregados ou sem carteira assinada, a proteção social ofertada no âmbito das ações filantrópicas e obras sociais.

Segundo Fonseca (1997), é por volta da década de 1960 que alguns movimentos passam a se organizar – com o consentimento e apoio governamental – para investir na conscientização das massas a fim de prepará-las para uma revolução porvir. Exercendo algum tipo de pressão sobre os grupos politicamente dominantes e suas relações com o capital estrangeiro, são rapidamente sufocados com o golpe militar que reinstaura uma economia política e subjetiva pautada pelos interesses de expansão do capitalismo. É em nome de forças conservadoras – a família, Deus, a propriedade privada ,etc. – e via militarização do cotidiano, que o regime militar se efetiva. Fundado no terror e imobilismo social, a ditadura investia no silêncio dos trabalhadores, na intervenção dos sindicatos, na perseguição às lideranças no campo

e na cidade, prendendo e matando em nome da formação de cidadãos de bem. (Fonseca, 1997)

É ainda neste período que, em nome do “bem comum”, ganham formas um conjunto de práticas educativas que visavam preparar o cidadão para a manutenção dos padrões meritocráticos já existentes. Especificamente no ano de 1966 surge a primeira legislação específica no país que visava preparar a população para o exercício da cidadania através do ensino da disciplina “Educação Moral e Cívica”, obrigatória em todos os níveis de escolarização.

A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às Instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres (art. I). (Cavalcanti, 1980, p.153 *apud* FONSECA, 1997, p. 69)

Dessa feita, a cidadania sofre uma nova metamorfose, posto que aos corpos que almejam os benefícios da cidadania, não se trata mais de fazer por merecê-los, mas somente comportar-se e obedecer aos mandamentos de um programa de Estado em nome da segurança – tanto a sua própria, quanto a da nação. Obediência que não propõe somente uma interdição, mas que se complementa pelo fomento de valores voltados para o consumo, para a ascensão social e para os ideais de modernização.

Em paralelo e como forma de resistência em plena ditadura militar, novos movimentos coletivos – gestados nas periferias das grandes cidades, nos bairros, nas igrejas, nos locais de trabalho – vão conseguir pôr em movimento o debate acerca da produção de cidadania. São movimentos que atravessam os campos da saúde, educação, transporte, habitação, trabalho, ecologia, etc. É em meio a pressão desses movimentos que o conceito de cidadania foi sendo problematizado e incorporado nos espaços institucionais enquanto luta pela conquista de direitos civis, políticos e sociais para todos e de dever do Estado.

Como herança deixada pelo “milagre econômico”⁹², a assistência social começa, ainda que de forma incipiente, a ser vista pela primeira vez como uma questão a compor a agenda política do governo federal. A partir da identificação de graves problemas sociais e da forte pressão exercida pelos movimentos sociais em defesa da ampliação de políticas públicas, torna-se necessário um novo posicionamento dos governantes, o que possibilita a emergência de uma nova agenda política no plano federal, levando em consideração a assistência social.

Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, inicia-se um amplo processo de mudanças institucionais que proporcionaram a abertura política e conduziram ao desenvolvimento de debates em torno da saúde, previdência e assistência social enquanto políticas de Seguridade Social. Assegurava-se assim um modelo baseado na noção de direitos de cidadania universais e de responsabilidade do Estado. Mudanças que, com o fim do Regime Militar e abertura política, são incorporadas pela Constituição de 1988, que passa a garantir aos diferentes discursos sobre a cidadania a devida proteção legal, todavia:

[...] paradoxalmente, parecem ter intensificado o conservadorismo político e a insegurança da sociedade brasileira: a corrupção torna-se banal e até mesmo natural, o privilégio dos direitos transmuta-se em direito de obter privilégios, a prática política torna-se totalmente desacreditada, os serviços públicos — sucateados — são desqualificados e as condições de vida da maior parte da população brasileira entra em corrosão, como se produzíssemos uma espécie de “democracia ao avesso”. (Fonseca, 1997, p. 74)

A histórica e má distribuição de renda, a alta inflação, o desemprego galopante e o processo acentuado de degradação de todas as políticas sociais ao fim do regime militar encontraram nas sementes do regime de governamentalidade neoliberal – germinadas ainda no solo da ditadura e sopradas pelo capital internacional –, as possibilidades de solucionar seus problemas econômicos. O neoliberalismo se

92) Gestado nos anos 80 e que se estendeu até meados dos anos 90, evidenciou o aprofundamento da dívida externa e um abismo crescente entre a concentração de riqueza e a ampliação dos níveis de pobreza que resultam da intensificação das desigualdades sociais.

apresentava como a única alternativa possível ao legado desenvolvimentista e ao esgotamento do modelo de substituição de importações. Em meio a este programa – cujo êxito político social é muito maior do que seu êxito econômico⁹³ – se proliferam práticas conservadoras que disseminam a ideia de que não há alternativas para o capitalismo, devendo todos adaptar-se às suas normas, mergulhando os processos emancipatórios numa espécie de fatalismo; corroendo, portanto, a possibilidade de experimentação de lutas coletivas para além da lógica do mercado.

Este modelo desenvolvimentista dos últimos anos, sob a máscara do cidadão, engendrou uma outra máscara – a do consumidor – ao incorporar um conjunto de ideais e práticas fundadas no sentido da aquisição e do desperdício, da assimilação e do descarte não apenas de produtos, mas de ideias, imagens e até mesmo pessoas. Segundo Fonseca (1997, p. 80-81)

Este candidato “ao consumo” — ávido de estabilidade e prisioneiro da sobrevivência — precisa manter-se desmobilizado e angustiado — embora ainda “alegre” e “festivo” — ameaçado constantemente pela desestabilização, pelo permanente estado de miséria e desespero que rondam o seu cotidiano, tornando-se indiferente ao seu próprio processo de “sucateamento” e a pôr em funcionamento as mais duras provas de “correção social”.

A essa ampla inclusão de corpos no mercado consumidor como mecanismo de circulação econômica, produz-se, em paralelo, um verdadeiro apaziguamento do que poderia gerar ameaças à manutenção do atual sistema capitalista.

Assim, desde as primeiras iniciativas em tempos de Brasil Colônia até hoje, todos os esforços de manejo da pobreza se articulavam não a uma melhoria na redistribuição da renda, mas sim a um governo das desigualdades que foi se

93) Se economicamente o neoliberalismo não apresentou nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado, socialmente ele conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Como efeito mais pungente, o neoliberalismo foi vitorioso num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam ao disseminar a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

refinando ao longo de nossa história. Aliando distintas técnicas e tributário dos modelos iniciados com as Santas Casas, o trato com os pobres até hoje é marcado por uma dissimetria fundamental. Descartáveis, perigosos e fardos sociais, os pobres tem sua diferença negativizada, de pecado a falta moral, a deficiências nos vínculos ou ainda na produção de seu capital é onde se encontraria as origens de sua condição.

Os negros, até hoje grande maioria dos alvos das políticas de assistência, continuam sendo reféns de uma história que os inferioriza, ocupando as funções laborais tradicionalmente mais desvalorizadas – as manuais – e se submetendo a condições aviltantes de sobrevivência.

Sua recente incorporação ao mercado consumidor em detrimento da equalização oportunidades e diminuição das profundas desigualdades norteadoras da nossa constituição histórica, como já explanamos, ao invés de servir de anteparo às mazelas produzidas pelo sistema capitalista protegendo-os contra os riscos e incertezas do mercado, paradoxalmente, aumenta suas vulnerabilidades ante as oscilações do mercado através da financeirização de várias dimensões da vida.

No que diz respeito especificamente à política de assistência social, o seu esforço de delimitação de seu campo baseados não mais na caridade e/ou filantropia, mas sim na garantia dos direitos universais, passa a ser definida, segundo as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB/SUAS):

[...] a partir dos resultados que produz na sociedade – e tem potencial de produzir – é política pública de direção universal e direito de cidadania, capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos. (Brasil, 2005, p. 15)

Assistência que, como vimos nos capítulos anteriores, deve se ocupar com a prevenção da incidência de agravos à vida face às situações de vulnerabilidade social e com a redução dos possíveis danos causados pelos riscos sociais que devem ser constantemente monitorados. Para tanto, tem como foco as vitimizações,

fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que a população enfrenta em seus ciclos de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensa à dignidade humana. Política esta que em seu funcionamento propõe não só uma descentralização – para apreender as nuances de cada região, de cada “caso”, como também tem como ferramenta vital para a sua efetivação, a gestão das informações, o monitoramento e a avaliação constante de suas ações. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004a, p.50):

Torna-se imperativo para a realização dos objetivos, princípios e diretrizes definidos nesta Política Nacional, avançar estrategicamente tanto no que tange à construção de um Sistema Nacional de informação da área como na direção da integração entre as bases de dados já existentes e disseminados hoje nas três esferas de governo. É também premente neste sentido, uma substancial e decisiva alteração em torno da realização de políticas estratégicas de monitoramento e avaliação, a serem desenhadas como meio de aferir e aperfeiçoar os projetos existentes, aprimorar o conhecimento sobre os componentes que perfazem a política e sua execução e contribuir para seu planejamento futuro, tendo como pano de fundo sua contribuição aos escopos institucionais.

Há aqui o agenciamento de uma série de técnicas que emergiram no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX responsáveis pelo engendramento de toda essa política em território nacional. Técnicas que se mesclaram na constituição de um país que nunca implementou de fato o estado de bem-estar social tal qual vivenciado pelo pensador Francês. Por isso o nosso esforço de promover o seu encontro com uma genealogia à brasileira no trato com a pobreza. Após essa digressão, esperamos ser possível compreender que em termos de analítica do poder, se torna difícil sustentar a lógica dicotômica da inclusão X exclusão. O que esse percurso nos auxilia a pensar é como a nossa sociedade não se constitui sob o modelo da exclusão. Em acordo com Lobo (2008, p. 262):

A rigor, é muito difícil, hoje, alguém estar excluído das instituições especializadas (escola, empresa, prisão, quartel, hospital etc.) ou das classificações dos indivíduos que elas constantemente produzem. Desse modo, quase todos estamos intergradados a uma rede institucional qualquer, e até o gueto não foge a essa orientação. É mesmo socialmente desejável que a inclusão ocorra, haja vista o perigo que representam os que estão fora das malhas institucionais e seus dispositivos: os bandidos fora da prisão, as crianças de rua fora do trabalho, da família e da escola. É praticamente impossível alguém, por mais socialmente “excluído” que

esteja, não ter sido colhido ao menos pelo olhar num fichário de hospício, abrigo, delegacia de polícia ou serviço de assistência; terá sempre parte da vida registrada, sujeita à classificação na ordem de um desvio qualquer, mesmo que nenhuma providência seja tomada para melhorar sua vida, o que é mais provável.

Estranho ideal: sofremos os efeitos da violência dessa integração e ainda assim lutamos para aperfeiçoá-la. (p.262)

Luta que inevitavelmente se depara com questões como “[...] *um pouco de biopolítica, senão eu sufoco*”, cuja ruminação talvez se faça no esforço prudente de querer esquecer o francês...

8

Meu

Nome

é

tOrTo.

Isso mermo, Torto.

Tenho 17 anos, sou o segundo filho de dona Maria. Pai? Só fui saber o que devia ser isso um dia quando ainda ia na escola.

Saí do CENAM⁹⁴ pela primeira vez tem mais ou menos um mês e já voltei pra cá de novo. Cai novamente, todo quebrado pelos “corretivo” que os “*bómi*” me deram. É foda minha mãe me ver assim e também não sei se vou ter paciência com aquele povo do CREAS. Não mais.

Minha primeira passagem pelo CENAM foi direto. Dei meus corre e fui enquadrado no 157⁹⁵. Os *bómi* me pegaram e me levaram pra delegacia e no outro

94) Centro de Atendimento ao Menor.

95) Vários adolescentes se referem ao atos infracionais pelo referente artigo no código penal. Neste caso: “Art. 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou

dia eu estava na frente de um juiz que falava difícil e me mandou pro Cenam enquanto eu ainda tentava entender o meu vacilo de ser pego.

O mais difícil era o dia de visita por lá; me regulava o tempo todo pra conseguir segurar a onda e ser forte. Lá dentro a gente precisava ser forte. Minha mãe me olhava de cima a baixo pra ver as marcas que ia ganhando nos corretivos que tomava lá dentro. Sempre falava que logo logo eu ia sair dali, que ia me pagar curso, que já tinha falado com não sei quem pra me arranjar serviço, que não queria mais me ver ali, que sempre se esforçou, deu conselho e o escambau, mas eu não quis ouvir. Toda vez era isso. Toda vez a mesma conversa que eu aguentava porque aquela chatice toda ainda era comigo. Ela estava lá, comigo.

Quando acabava o horário da visita e ela tinha que ir embora era sempre bem pesado. A *vêia* chorava um pouco, me abraçava com força, virava e andava apressada. Não saía da minha vista sem dar uma última olhada e mandar um beijo meio que escondido. Depois sumia e aí sim a dor doía com força. Não era a dor dos corretivos dos dias anteriores lá dentro. Era coisa pior...

Lá dentro a gente precisa ser forte.

Gosto nem de falar porque aí vem a fraqueza, quando ela ia embora a gente lembrava que tava só, que ali todo mundo era meio bicho e com bicho a gente sempre tem que mostrar quem é que manda.

Ela ia embora e eu ficava. Queria poder ir junto, mas não dava; estava aprendendo alguma coisa com meus “corretivos” e o pouco espaço pra me mexer⁹⁶.

violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”.

96) Além da superlotação, não é incomum os relatos de adolescentes que são torturados nas unidades. Em 09 de Janeiro de 2015, a polícia cumpriu nove mandados de prisão preventiva e afastamento do cargo contra agentes socioeducativos do CENAM em Aracaju. Solicitados pelo

Tinha que me virar, nunca mais parar naquele lugar, nunca mais ver minha mãe chorando por algum vacilo que me fez ser pego. Nunca mais ver aquele povo arrumado e que fala bonito dizendo o que eu tinha que fazer, dizendo como minha mãe deveria me criar.

No fundo, no fundo mesmo, eu estava ali não porque fiz merda, não porque cometi um crime – como os agentes falavam enquanto me ensinavam como ser direito. Tem um monte de bacana fazendo merda e continua posando por aí. Não, eu estava ali porque fui pego.

Se tivesse sido mais esperto não estaria aqui, como o meu parceiro que soube a hora certa de se picar e me deixou pra pagar o prejuízo sozinho. Deve estar lá, dando seus corre enquanto eu pago pena. Pena, nome engraçado porque só quem parece ter alguma pena de mim é minha mãe...

Depois de um mês naquele inferno fui liberado.

Um mês.

Uns dias antes da minha saída, pararam de me “educar”. Não era bom que eu saísse cheio de marcas no corpo. Eu estava feliz, tinha tempo que não via minha mãe tão contente, não era só alívio, era alegria mesmo de me ter por perto. Até minha irmã, que tinha tempo que não falava comigo direito, me cumprimentou assim que cheguei em casa e comemos todos lasanha. Era bom estar em casa.

Quando saí me deram um bocado de papel. Falaram que eu tinha que voltar pra escola e ir pra um lugar onde ia continuar pagando minha pena em liberdade. Piada, achei que o tempo trancado já tinha sido suficiente por ter sido pego.

Ministério Público, os mandados envolviam suspeitas de abusos de autoridade, agressões e tortura. (AGENTES, 2015)

Foi aí que fui parar no CREAS. Lá me explicaram um monte de coisas que não entendi direito, como um bocado de medida que eu poderia ter pego⁹⁷, leram os papéis que o pessoal que fala bonito disse que eu teria que levar e me explicaram que eu teria que ir naquele espaço duas vezes por semana participar de atividades com outros que nem eu até que eles fossem pensando comigo um jeito pra que eu não caísse mais.

Como não queria voltar mesmo pro CENAM, me esforcei pra levar a sério aquele povo que, mesmo tentando com calma que eu entendesse tudo, ainda falava bonito e cheio de siglas – LA, PSC, PIA, ECA, SINASE, etc. Minha mãe estava animada e eu realmente queria agradecer a *vêia*. Se era isso que eu precisava fazer pra que me deixassem em paz, eu faria.

O grupo lá até que não era tão ruim, não entendia muito bem pra que servia, a gente ficava lá, falando junto sobre um bocado de coisas, via umas palestras ou filmes de vez em quando e depois voltava pra casa. Várias vezes eles deixavam a gente escolher sobre o que queríamos conversar. O difícil era só acordar na hora. Tinha uma ou duas pessoas que trabalhavam por lá que pareciam realmente querer ouvir a gente. O motivo, eu nunca soube.

O pessoal do CREAS tava tentando me matricular na escola. Eu sabia que ia ser bem difícil, larguei dois anos antes na 5ª série. Parecia perda de tempo voltar pra lá e sabia que minha fama não devia estar boa. Tinha causado tanto terror que a diretora não queria me ver nem pintado. Enquanto eles iam me explicando porque eu devia voltar a estudar, que era um direito meu (e eu sempre achei que era obrigação) e todo o percurso que estavam fazendo entre o Conselho Tutelar e o povo da escola, tentavam ainda um jeito pra que eu fizesse um desses cursos que ensinam a gente um trabalho. Eu queria algum que me ensinasse a mexer no computador, tinha curiosidade de saber porque o povo passava tanto tempo na frente deles, mas me

97) Segundo o ECA (BRASIL, 1990) , são um total de 5: Advertência, Reparação do Dano, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semi-liberdade e Internação. No caso de Torto, sua medida era Liberdade Assistida por um prazo de 6 meses.

explicaram que por conta da minha série não podia. Restava o de pedreiro pra mim, era o tipo de serviço que disseram eu podia aprender.

Minha mãe parecia mais tranquila e minha irmã ia voltando a falar comigo. Até com sua filha, minha sobrinha, ela deixava eu brincar as vezes.

Estava começando a acreditar que as coisas podiam dar certo. O papo de planejar a vida começava a fazer algum sentido, continuava desconfiado, porque sempre me ensinaram que alegria de pobre dura pouco, mas o povo lá do CREAS era legal. Falava palavrão e tudo, se esforçava pra que a gente entendesse a ideia. Parecia que podia sair alguma coisa dali. O quê, eu não sei, mas mesmo sem saber pelo que a gente passa na real, parecia fazer sentido a ideia sobre ficar de boas e tentar me afastar das tretas.

Estava solto fazia uns 20 dias quando num fim de tarde fui acordado por uma discussão da minha irmã com seu namorado. Ele chamava minha irmã de vagabunda, piranha, indo pra cima com tudo. Fiquei puto, tava em casa e sempre aprendi que não se pode deixar ninguém esculachar com a gente em nossa casa. Lembrei do pessoal do CREAS e de todo o mundo que falava difícil que dizia que eu tinha que contar até dez, ficar de boas, na baixa; que era importante eu não me meter em nenhuma confusão, mas estava foda ficar quieto ali. O cara estava bêbado, xingando a minha irmã e quando ela começou a gritar de dor não teve jeito.

Fui pra cima do mala antes que ele desse o segundo muro. Tentei botar o nóia pra correr sem muita confusão. Ele precisava saber que naquela casa tinha homem. Tinha que proteger minha irmã e não podia simplesmente fingir que não tinha nada acontecendo, não ia deixar ela sozinha com aquele cara. No meio da briga ele quis crescer pra cima de mim e, sacando que não ia ganhar de mim na mão, puxou uma faca pra tentar se garantir.

Quem quiser que pense que no CENAM só se aprende com as lições dos agentes.

Se aprende também a ser bicho. E bicho aprende logo a se defender. Lá dentro é preciso ser forte⁹⁸.

Consegui desarmar o cuzão, e no meio da confusão acabei arrancando um talho de couro da sua mão. Com o sangue descendo, num instante ele sossegou o facho e foi pro outro lado da rua. Achei que tudo tinha se resolvido, agora era esperar o mala ir embora e tentar acalmar minha irmã. Mas não. Não seria bem assim. O filha da puta era covarde mesmo. Depois de bater na minha irmã e puxar uma faca pra mim, ao invés de ir embora na sua, o covarde resolveu apelar: ele sabia que eu era fichado e chamou a polícia. O babaca queria mesmo me fuder.

Quando a polícia chegou nem quis saber de nada. Pro meu azar, eu mesmo reconheci o policial que desceu do camburão de outros dois baculejos da época que eu aprontava por aí. Enquanto ele vinha na minha direção, outro policial ia atrás do sacana, que exibindo o corte pagava de vítima. Ao me reconhecer o policial nem fez esforço pra ouvir a minha versão do que aconteceu, mal terminava de falar “*rapaz, você de novo?*”, já ia me algemando e me jogando na mala do carro. Minha irmã chorava e tentava explicar tudo. Minha mãe, que tinha chegado na hora que o cuzão já estava sangrando, se jogava na frente da polícia desesperada.

Todas as outras vezes em que eu aprontei ela só chorava calada e me olhava com os olhos cheios de lágrimas. Eu ficava com pena quando via ela tomando esporo em tudo que era lugar por minha causa, por minhas tretas. Ela nunca se meteu na frente, nunca mostrou desespero; dizia que sabia que eu estava errado, baixava a cabeça e chorava pra dentro. Dessa vez não, dessa vez ela gritou, chorou,

98) Além dos episódios de tortura, segundo relatório divulgado em 22 de Junho de 2015, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2015), para o ano de 2014, as 03 unidades de internação do Estado possuíam um percentual de ocupação de 117,1%, sendo que duas delas foram consideradas insalubres (totalizando um índice de 67% de insalubridade)

esperneou, foi pra cima da polícia, mas rapidinho tomou uns dois gritos e foi contida por uma vizinha. Eu mesmo quis que minha mãe ficasse calada pra não sobrar um “corretivo” pra ela. Aquela bronca era minha e de qualquer forma nenhum dos *bómi* parecia prestar atenção no que ela gritava.

Ninguém nunca ouve a gente de verdade.

Me levaram pro xadrez de novo.

Planejamento de vida, sei!

Piada de mau de gosto quando o nosso lugar é ser bicho.

Mulher, como você se chama? – Não sei.
Quando você nasceu, de onde você vem? – Não sei.
Para que cavou uma toca na terra? – Não sei.
Desde quando está aqui escondida? – Não sei.
Por que mordem o meu dedo anular? – Não sei.
Não sabe que não vamos te fazer nenhum mal? – Não sei.
De que lado você está? – Não sei.
É a guerra, você tem que escolher. – Não sei.
Tua aldeia ainda existe? – Não sei.
Esses são teus filhos? – São.
Vietnã - Wislawa Szymborska⁹⁹

Torto “caiu” de novo.

99) Wislawa Szymborska nasceu em Kórkik, Polônia em 2 de Julho de 1923. Foi Prêmio Nobel de Literatura em 1996. Poema disponível em Szymborska (2011)

Sua mãe, em desespero, veio ao CREAS. Num dia chuvoso, antes mesmo do equipamento abrir, ela já estava na porta. Ficava andando de um lado pro outro esperando ser atendida. Entre o choro e os soluços, batia no peito e dizia que a única coisa que seu filho fez foi defender a irmã. Lembrava da romaria envergonhada que fez pelos equipamentos públicos quando seu filho fora detido pela primeira vez. Das piadas da polícia, dos olhares que questionavam a criação de Torto, da juíza que falava bonito e sugeriu que ela largasse o emprego pra cuidar dele, das perguntas constantes e maldosas sobre o pai do menino e, especialmente, das marcas no corpo franzino do seu filho, que ele tentava esconder e que pareciam aumentar nos espaços que ele ia sendo “educado”. Em todos eles, Maria ia de cabeça baixa, no máximo derramava uma ou duas lágrimas, mas sempre em silêncio enquanto ouvia um povo que não sabia do duro que dava pra conseguir colocar a comida na mesa trabalhando de segunda a sábado para tirar menos que um salário mínimo. Aliás, nem lembrava da última vez que recebera o mínimo. O Mínimo.

O mais engraçado é que Maria trabalhava tomando conta dos filhos dos outros. De gente que também falava bonito e que mesmo estudada, entendia o mínimo como um luxo para Maria. Sobrava mesmo muito pouco tempo para acompanhar seu filho e a aposta de educação do menino se fazia nos cuidados da filha mais velha, nas amigas da vizinhança e na escola do bairro. Nunca pôde contar com o cara que a engravidou. Maria queria que Torto estudasse muito pra não precisar passar pelo que ela passou.

Naquele dia ela veio ao CREAS diferente. Estava transtornada, desfigurada. Mal o equipamento abria suas portas e ela entrava aos prantos, afirmando que não conseguira dormir a noite toda. Algo havia se passado com a nova detenção. Maria não estava mais disposta a ouvir o que ela deveria fazer, o que seu filho deveria ter feito. Sua cabeça não estava mais baixa, seu choro já não era em silêncio. O absurdo ganhava nitidez em seu rosto – ele só tentou defender a irmã!

Por mais que ela fosse orientada a aguardar que a equipe se inteirasse da situação, procurar a polícia e/ou tentar contatar a vara especializada que acompanhava a medida protetiva de seu filho, simplesmente ela não mais confiava. As palavras e

orientações pareciam lhe atravessar vazias. Seu filho não fizera nada de errado. Nem mesmo a orientação de que ele deveria ter chamado a polícia antes de se atracar com o namorado da irmã faziam efeito. Elas eram sobre um futuro pretérito de uma vida que nunca fora planejada dessa forma. Nunca tiveram motivos para confiar na polícia. Maria só queria saber quem ia tirar o filho dela de lá imediatamente.

Sem nenhuma resposta concreta nesse sentido, simplesmente virou as costas e saiu.

13 de Julho de 2016

Um ônibus é assaltado em Aracaju. Na ação, que envolvia um adolescente e dois adultos, o cobrador do ônibus de 26 anos foi assassinado. Sem resistir ao assalto, o jovem cobrador alagoano que trabalhava no sistema de transporte há pouco mais de dois meses foi morto com um tiro a queima roupa, deixando a esposa e um filho de três anos. No mesmo dia os rodoviários decidem paralisar as atividades para questionar publicamente a política de segurança pública sobre os mais de mil assaltos a transportes coletivos e passageiros só no primeiro semestre desse ano¹⁰⁰. A maioria deles a ônibus que transitam por bairros periféricos da cidade. No principal jornal televisivo do Estado, a jornalista resgata uma entrevista com o comandante geral da polícia militar do Estado de Sergipe feita curiosamente no mesmo dia, na edição anterior do mesmo jornal. Nela, trajando colete a prova de balas e farda policial, o comandante alega que a polícia tem se esforçado para fazer o

100) De acordo com dados do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Município de Aracaju (SINTRA), até junho de 2016 já foram registrados 1049 assaltos em ônibus do transporte público da Grande Aracaju. Em 2015, no mesmo período, foram registradas 628 ocorrências. (MOTORISTAS, 2016)

seu trabalho e insiste que muitas vezes os assaltos “[...] são ações de crianças, adolescentes e que no outro dia ou na mesma hora que são apreendidas vão pras ruas novamente e voltam a delinquir.” (COBRADOR, 2016)

Vale lembrar que segundo Cerqueira e Coelho (2015), técnicos do IPEA, apenas 10% do total de delitos cometidos no país são praticados por crianças e adolescentes e que nos crimes contra a vida os menores de 18 anos representam 8% de todas as representações por ato infracional feita pelo Ministério Público no ano de 2013. O estudo aponta ainda que a melhor estratégia para a diminuição da incidência de crimes é por meio da socialização, e não via punição. Dessa feita, a não ser que em Aracaju esteja acontecendo um fenômeno fora da curva (sem a ampla divulgação e fácil acesso aos dados que o confirmem), o comandante lança uma informação um tanto quanto duvidosa...

No dia seguinte, a imprensa local garante que a investigação policial aponta que quem efetuou o disparo contra o cobrador foi o único adolescente envolvido. Era o que bastava para se reacender o debate sobre a redução da maioridade penal. Debate que tramita no Congresso Nacional por proposta de emenda parlamentar (PEC 171/1993) fortemente apoiada pelo líder do atual governo golpista de Michel Temer. André Moura, deputado federal por Sergipe e acusado por tentativa de homicídio de um dos seus desafetos políticos é o autor da atual propositura que visa coibir o avanço da violência encarcerando em presídios a partir dos 16 anos¹⁰¹. Segundo ANDRÉ (2016), o deputado com seu foro privilegiado acredita que o problema reside na falta de punição, em clara discordância ao supracitado relatório do IPEA que aponta que as pesquisas científicas internacionais não conseguem identificar efeitos relevantes sobre a efetividade do controle e prevenção ao crime via o endurecimento da lei.

101) Moura é réu em três ações penais no Supremo Tribunal Federal (STF) que envolvem os crimes de apropriação, desvio e utilização de bens públicos quando era prefeito de Pirambu (SE), segundo o *site* Transparência Brasil. Na Corte, também há dois inquéritos que apuram tentativa de homicídio e crime contra Lei de Licitações e peculato. O deputado também responde a processos na Justiça de Sergipe e no Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo sua própria página oficial, atuou ainda na coordenação da campanha vitoriosa de Eduardo Cunha à presidente da Câmara Federal e presidiu a Comissão Especial de Redução da Maioridade Penal. (Aquino, 2016)

Em paralelo, os flashes das notícias, as reportagens e os cortes nas edições dos principais jornais locais colocam o adolescente no foco do crime, sendo que um destes conseguiu entrevistar o garoto. Mesmo ilegal, o áudio da entrevista viraliza nas redes sociais, gerando uma onda de ódio aos adolescentes infratores na capital sergipana. Nele, os “repórteres”, insistem em saber de quem é a arma e por que o adolescente a portava. Mesmo afirmando que atirou porque foi orientado pelos seus comparsas – ambos maiores de idade – tendo em vista que o motorista se recusava a abrir a porta para que eles descessem do ônibus, a insistência sobre a propriedade da arma enseja o adolescente a afirmar que, mesmo o revólver não sendo seu, estava com a arma porque era o único “de menor”. Rapidamente o “furo” jornalístico afirma uma “estratégia” do porte da arma via impunidade e minimiza a declaração do adolescente de que não queria matar o cobrador, somente pretendia que o tiro fizesse o motorista parar o ônibus.

Adicionado a este, um outro vídeo, agora da família do cobrador em luto ainda na porta do hospital, clama por punição severa e exemplar aos envolvidos e condena “os direitos humanos” por defenderem esses “menores vagabundos”. A dor que merece acolhimento e respeito, é violada e convocada a se explicar. É utilizada como mártir de uma pauta política escusa.

Nessa fusão, rapidamente os adolescentes em conflito com lei são colocados como criminosos sem limites, e, numa perversão desmedida, o Estado que os mata sistematicamente, ganha contornos de um cuidador irresponsável, sempre passando mão na cabeça dos erros de seus protegidos. Na dor espetacularizada da família, no discurso pré-figurado dos jornalistas de porta de cadeia, meias razões fazem girar discursos de saber-poder com seus regimes de visibilidade e dizibilidade; potencializam forças reativas que anseiam encontrar na punição a solução para exorcizar comportamentos desviantes. A dor não distingue justiça de vingança.

Amálgama este que se enlaça aos inúmeros discursos fascistas do pré-candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, nas argumentações utilizadas nas sessões da Câmara onde era discutida a PEC 171/1993 que reforçavam a desonestidade intelectual de que direitos humanos só serve pra proteger bandidos,

nos programas de TV onde jornalistas tentam entrevistar mortos¹⁰² e expor uma maioria de pretos e pobres matando e morrendo na perversa atualização da política de segurança pública de Estado com muita pouca (ou nenhuma) inteligência voltada para a prevenção.

Atualização que compõe um agencimento maquínico de corpos considerados tortos, como o do filho de Maria. É preciso endireitar esses corpos, acionar essas vidas de modo a trazê-las para o socialmente aceito. Transmutá-los de menores para adolescentes. Para tais corpos, há todo um regime de ações e enunciados possíveis ou prováveis que servem de balizadores para as intervenções. Em nome da segurança – dos jovens e da sociedade –, as práticas na política de assistência, por exemplo, se esforçarão por “dar voz” a estes corpos considerados invisíveis e/ou excluídos, ou ainda ocupá-los em subempregos pertinentes à sua escolaridade. Práticas que, em meio a proliferação dos discursos majoritários da periculosidade desse público-alvo, se esforça por resgatá-los e enquadrá-los no discurso da exceção do pobre vitorioso que conseguiu sua independência por meios lícitos, sanando riscos e dirimindo vulnerabilidades.

Numa moratória infinita, aparentemente girando em falso, menores como Torto vão se produzindo em meio a vidas sempre em débito. Negros – cobrador e adolescente infrator – se mostram peças de um jogo onde suas vidas são facilmente descartáveis enquanto se esforçam para sobreviver em condições mínimas. Entre lágrimas de mães e viúvas também negras, mais sangue pode e deve ser derramado. Todo mundo já sabe qual é a carne mais barata do mercado¹⁰³.

A partir daí, toda uma série de discursos passam a circular no cotidiano da capital sergipana. Uma “onda de impunidade” toma conta de uma Aracaju cada vez mais

102) Matéria que foi ao ar no programa “Tolerância Zero” na TV Atalaia, afiliada da Record no dia 28 de maio de 2015. O programa, uma versão local dos programas policiais, imediatamente após uma ocorrência policial tentou entrevistar os apreendidos e, nesse processo, o repórter fez perguntas a um corpo já sem vida. Este acontecimento ganhou repercussão nacional e foi densamente analisado no texto “*O morto que denunciou o repórter*” de Elaine Brum (2016).

103) Segundo Cerqueira e Coelho (2015), a chance de um indivíduo de cor negra ser vítima de homicídio no Brasil é 67% maior do que indivíduos não negros.

“perigosa” e a entrevista ilegal ao adolescente – perversa e amplamente divulgado como o principal infrator ao longo de todo o processo – é viralizada nas redes sociais. O medo toma de assalto o cotidiano e os menores se tornam o grande bode expiatório.

O acontecimento agencia campanhas eleitorais, “justifica” o recrudescimento das abordagens policiais, os linchamentos de menores e os “corretivos” nas ruas, delegacias e no CENAM; amplia e faz circular a complexa relação entre medo e ódio, entre justiça e vingança.

O CREAS, que quase sempre tem que explicar porque os adolescentes infratores antes de serem agressores são também vítimas, não fica impune à atualização dos agenciamentos em/nos adolescentes infratores. Vários profissionais passam a se perguntar se em algum momento o menor assassino será encaminhado ao equipamento, qual seria a medida imposta e como ele será acompanhado por psicólogos, educadores e assistentes sociais. Há ainda o eterno retorno da discussão sobre o adicional de periculosidade para os funcionários do serviço. Além disso, vários outros equipamentos da rede que devem admitir os meninos para o cumprimento de suas medidas de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) aumentam sua resistência ao recebimento destes jovens¹⁰⁴. Escolas, Unidades de Saúde da Família (USF) passam a (re)admitir receios do contato de seu funcionários e público-alvo com os jovens infratores. Nem mesmo o CREAS fica imune: além do seu corpo profissional, outros usuários, com violação de direitos próximas e/ou distintas da dos adolescentes, passam a ficar com medo de frequentar o CREAS.

Enquanto se tem que lidar com tudo isso, as lembranças de Torto e sua mãe ressurgem. Após aquele encontro com Dona Maria ainda descobrimos que havia um mandato de busca e apreensão do adolescente anterior a confusão com o namorado de sua irmã. O motivo – algum escrivão havia confundido o nome de Torto com o de outro garoto e juntou dois processos distintos. Quietos ou não, Torto corria sim o

104) Usualmente as medidas de PSC são executadas em regiões próximas ao território do adolescente e, de preferência, em equipamentos públicos envolvendo atividades próprias do serviço de lotação sob supervisão de um funcionário do equipamento.

risco de cair a qualquer momento; corria o risco de tomar alguns corretivos até que alguém descobrisse o erro burocrático.

Após sua liberação na segunda apreensão, ele ainda compareceu ao serviço, mas seu olhar opaco e distante parecia insinuar que não havia motivo para acreditar em coisa alguma que pudesse lhe ser ofertada. O serviço lhe parecia vazio.

Rapidamente Torto reincidiu e o contato com o equipamento se perdeu. Nunca mais foi visto ou se teve notícias. A cabeça reerguida de Maria no último encontro deixava claro que não parecia haver muito mais o que pudesse ser dito. As imagens de sua ferida altiva martelavam e, na cozinha do equipamento, enquanto se preparava o café-arrebite, era fácil ouvir entre os colegas o discurso raso de que direitos humanos só deveria servir para humanos direitos e que o “povo de direitos humanos” fica passando a mão na cabeça dos marginais. Torto parecia ter mais razão do que nunca:

ninguém nunca ouve a gente de verdade.

O absurdo se atualizava logo cedo. Sendo o CREAS parte fundamental do sistema de garantia de direitos, o trabalho que permite a sobrevivência da maioria dos profissionais daquele espaço só existe por conta “do povo de direitos humanos” e, antes que se levante a hipótese de falta de coerência profissional ou uma mera alienação dos corpos – e todos os seus desdobramentos sob a ótica da falta –, é preciso ater-se a superfície. É preciso tocar o que se põe em funcionamento nessa aparente e fácil contradição, já que a ótica da falta é tão comum a disseminação da

crença da escassez fundamental ao capitalismo. Aos trabalhadores faltaria a capacitação e/ou educação necessária, aos usuários as ferramentas subjetivas necessárias à superação das situações de violação de direitos, etc. Todas estas, técnicas capitalizáveis de contenção do sofrimento, de adaptação, de promoção de inovação¹⁰⁵ alicerçadas no empreendedorismo de si mesmo. A toda falta, haveria sempre um possível objeto a lhe sanar. Indo pela falta apostamos que não se avança muito na produção de outra coisa, giramos em falso. Nos interessa então problematizar o que se faz e põe a vida a funcionar para além dessa lógica contraditória. O que se legitima em meio a essa profusão de discursos díspares que são facilmente comaltados por ordenamentos discursivos de vidas que precisam ser treinadas, capacitadas, conscientizadas. Por desdobramento, cabe indagar em que medida é oportuno proliferar a aparente contradição no cotidiano do CREAS.

07 de Fevereiro de 2017.

Num dos principais telejornais locais, o secretário de segurança pública do Estado é chamado a falar¹⁰⁶.

105) Passetti (2013) diferencia Inovação de Invenção. O inovador seria aquele que traz alguma coisa condizente com a liberdade segura instituída pela racionalidade dominante, enquanto o inventor é um sujeito que recusa à ocupação contínua e dispensa controles de sua invenção, não está no fluxo, mas em um antifluxo. Distinção semelhante a proposta por Kastrup (2007) entre criatividade e invenção.

106) SSP (2017)

Em uma entrevista relativamente longa, aproximadamente meia-hora, o secretário discute as principais ações de combate à criminalidade e as medidas adotadas para diminuir os índices de violência após a divulgação de que Sergipe foi o Estado mais violento do país no ano de 2015. Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2016), o menor Estado da Federação apresentou para o referido ano uma taxa de 57,3 mortes violentas intencionais para cada grupo de 100 mil pessoas. Valores absurdamente altos para a média nacional de 28,6 pessoas para cada 100 mil habitantes e, simplesmente a título de comparação, o anuário informa ainda que o Brasil registrou mais mortes violentas de 2011 a 2015 do que a Síria, país em guerra, no mesmo período. Foram 278.839 ocorrências de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil, entre janeiro de 2011 a dezembro de 2015, frente a 256.124 mortes violentas no país árabe entre março de 2011 a dezembro de 2015.

Numa verdadeira saia justa, o Secretário, mesmo sem negar os alarmantes índices estaduais, questiona o *ranking* produzido pelo anuário devido as diferentes metodologias aplicadas pelas secretarias de segurança pública dos Estados, o que dificultaria sobremaneira uma noção clara sobre a violência real no Brasil, posto que não há uma uniformidade nos critérios e protocolos para a produção dos dados.

Ainda assim, o funcionário público garante de imediato que uma verdadeira discussão sobre os modos de tratar a questão da violência não deve ser de responsabilidade somente da pasta de segurança pública, mas sim de todos os entes federados, das demais políticas públicas, da sociedade civil organizada e da mídia. Para ele, a polícia cuida dos efeitos e não das causas da violência e “[...] *culpar a polícia pela violência é o mesmo que culpar um médico pela epidemia.*” (SSP, 2017)

Mesmo afirmando que as causas da violência são latentes, sem expressar claramente nenhuma delas¹⁰⁷, o Secretário afirma que sua pasta se encontra numa

107) Ainda assim, aponta como possíveis soluções: “reformas sociais, legislativas, com passar a limpo o sistema prisional como um todo, toda a legislação da vara de execuções penais, etc.”, bem como o aumento do efetivo das polícias militar e civil do Estado. À época da matéria, segundo o secretário, o efetivo policial era muito baixo – 4 mil e oitocentos homens da polícia militar e mil homens da polícia civil pra cobrir um Estado com 75 municípios e entre 2 milhões e 200 e 2

verdadeira cruzada contra a violência na busca de um trabalho incisivo, com respostas rápidas. Nesse sentido, aponta a importante parceria estadual entre a Secretaria de Justiça e a secretaria sob a sua responsabilidade para detectar as lideranças criminosas dentro dos presídios e combater de “forma firme” qualquer ação que possa vir de dentro pra fora dos presídios. Para ele, essa colaboração é fundamental, já que avalia que muitas vezes o sistema prisional fomenta a violência do lado de fora dos presídios. Nesse momento, um importante diálogo se tece na entrevista:

*- Não dá pra você ter, não dá pra polícia trabalhar com um latrocida, **que mata um cidadão de bem, trabalhando**; a polícia vai, investiga, prende - como vocês acompanham todos os dias aqui - e essa pessoa vai para o sistema prisional e continua como se nada tivesse acontecido. Usando celular, dominando o crime. É como se tivesse numa colônia de férias. Ele tem que ser segregado, tem que ser humanizado, mas tem que ser segregado. E outro ponto também, que os próprios secretários de segurança pública de todo Brasil estão tentando fazer uma corrente pra ver se consegue convencer o Congresso Nacional é acabar com essa questão da progressão. Não dá mais pra conceber também, Ricardo [nome do repórter], a pessoa ser condenada a 15 anos e ficar apenas 3, 4 preso. Isso está acabando com a sensação de segurança.*

Repórter: - É só chamar o apoio da sociedade! Não tenho dúvida que a sociedade vai apoiar!

- Sensação de segurança acaba, Ricardo! Imagine você perder um ente querido, né? Uma pessoa de forma violenta e brutal. Essa pessoa é condenada a 15 anos, com 21 anos de idade. Daqui a 4, 5 anos ele está nas ruas.

Repórter: - O que a OAB diz disso? Vocês tem conversado com essas instituições?

- A OAB também é parceira, nós estamos procurando todos os caminhos, temos uma relação muito boa com a Comissão de Direitos Humanos da OAB e temos que formar um pacto nesse sentido, temos que chegar a uma fórmula de que a pessoa se humanize, que a pessoa não vire um bicho porque foi preso, mas em contrapartida também que essa pessoa seja segregada e quem tem que ter maior segurança é as pessoas que estão nas ruas, estão do lado de fora.

Não dá pra conceber Ricardo, e aí você vai lembrar muito bem, de um caso que foi muito sério aqui, que foi aquele caso daquele menor que matou o cobrador de ônibus. Matou de forma gratuita, de forma sem nenhuma motivação. Nós vimos no vídeo, na televisão que vocês passaram, que toda a mídia passou que não houve reação absolutamente nenhuma. Esse menor em menos de 4 horas foi preso. Um crime difícil porque é um crime de latrocínio. Foi preso pela polícia militar, pela polícia civil. Esse

milhões e quatrocentos habitantes – quando seria necessário para garantir o policiamento adequado cerca de 7 mil policiais militares, pelo menos, e 2 mil a 2 mil e 500 policiais civis. (SSP, 2017)

menor com 17 anos, com 21 anos, Ricardo, ele pode estar sentado do seu lado ou do lado da sua filha aqui em Aracaju.

A sociedade (...), Família desagregada, porque a mãe dele já tem relações com tráfico de entorpecentes. O pai, ninguém sabe quem é, certo!

Repórter: - Eu entendo isso, eu entendo

- É Muito complicado

Repórter: - A, a visão da secretaria de segurança pública

- É uma angústia, é uma angústia que a polícia passa

Repórter: - Mas como o senhor mesmo falou, o Estado é um todo, tem que sentar Secretaria de Segurança Pública, Inclusão Social

- É isso que nós estamos fazendo!

Repórter: - Educação pra que estes casos possam ser minimizados.

*- E Ricardo, mais do que isso, **muitas vezes jogam toda a culpa no Estado. Porque a inclusão social tem que resolver, porque a Educação tem que resolver e quando os dois não resolvem a polícia resolve. Não é bem assim! E nós temos que ter, e aí eu acho que os formadores de opinião entram muito nisso, nós temos que resgatar é o núcleo familiar. O que se acabou nesse país, infelizmente, é o núcleo familiar. Você sabe muito bem que as vezes a gente não faz uma coisa errada porque nós temos medo do olhar dos nossos pais. E infelizmente nós temos hoje uma geração vindo que não tem medo do olhar do pai. Muito pelo contrário, ele começa a cometer delitos dentro de casa. E uma pessoa que não respeita o pai, não respeita a mãe, não vai respeitar o professor, não vai respeitar a polícia e não vai respeitar o patrimônio de absolutamente ninguém.***

- Perfeito, então o recado do Secretário da Segurança Pública para as famílias que neste momento estão assistindo o SETV, a TV Sergipe em casa.

(SSP, 2017. Grifo nosso)

Ante a complexidade do tema e suas causas multifatoriais, se agenciam enunciados e se dispõem corpos ao longo da entrevista. Repórter e Secretário são vetores de uma série de práticas que enxergam e discursam sobre a violência com possíveis raios de ação. Polícia, bandido, prisão, angústia, segregação, progressão da pena, menor, família, patrimônio, respeito, sociedade, etc. Palavras que ganham contornos em meio a um jogo que as dispõe em conjunto.

Não adianta esperar que as políticas de Estado resolvam o problema da violência com o anunciado fim do núcleo familiar. Quem não respeita pai e mãe não é capaz de respeitar o Estado ou o patrimônio de ninguém.

Adolescentes tortos, Donas Maria por aí afora e uma das polícias que mais mata e morre no mundo, junto com educação, reformas sociais e uma punição mais efetiva devem se alinhar em nome da segurança do cidadão de bem, do trabalhador. Dos pais que nada que sabe, pouco importa. De como se produzem Marias cujo mínimo é considerado luxo, muito menos.

É preciso convocar a sociedade para apoiar o recrudescimento das penas. Afinal de contas, fica difícil produzir a sensação de segurança com a possível mistura entre menores tortos e a filha do cidadão de bem, do trabalhador. É preciso segregar. A entrevista-acontecimento produz mais uma amálgama de onde emanam secretário, repórter, sociedade civil organizada, menores, mães, pais, famílias, educação, etc. Receios e angústias passam a encontrar pontos de concentração e intervenções possíveis de setores especializados que delinham corpos e enunciados em meio a locais e temporalidades específicas. A segregação que se faz de alto a baixo – seja na mudança da legislação prisional aos modos de educar os filhos – dá a tônica dos esforços de produção de segurança.

Pouco ou nada se fala das “reformas sociais” necessárias para minimizar as causas da absurda e naturalizada violência. Atento a sua esfera de competência de combate a criminalidade, o eminente funcionário público pouco discorre sobre um dado fundamental - segundo ele, 40% da violência apontada pelo anuário ocorre no bairro Santa Maria e na Zona Norte da capital sergipana. Bairro e zona periférica onde historicamente se concentram a maioria da população pobre de Aracaju produzida pelo desenvolvimento da capital da qualidade de vida e o processo de gestão da miséria correlato.

Nas margens da cidade, apartados dos centros de concentração das importantes decisões sobre a cidade, tendo como principal mecanismo de mobilidade urbana os inseguros e precários ônibus constantemente assaltados por seus vizinhos e/ou

semelhantes, os pobres da cidade facilmente se reconhecem no processo de separação proposto pela entrevista-acontecimento e nos discursos fáceis de que bandido bom é bandido morto e que direitos humanos devem servir só pra humanos direitos.

Ao longo da entrevista, que clama pelo apoio popular para o recrudescimento de vigilância e punição, se amolam facas¹⁰⁸ em meio a uma escuta surda. Como nos aponta Heckert (2007, p. 205): *“Estamos chamando de escuta surda aquelas práticas que ouvem sem escutar. O que isto significa? Uma escuta surda se constitui quando no lugar de indagar as evidências que nos constituem como sujeitos, nos deixamos conduzir por estas, reificando-as.”*

O regime de dizibilidade que compõe a entrevista se desenrola via procedimentos dirigidos por naturalizações que pouco conseguem captar as variabilidades e imprevisibilidades que constituem o vivo. Neste sentido, a discussão que a entrevista-acontecimento expõe é facilmente reduzida a um ato protocolar, a uma técnica de exposição de evidências que produz como efeito a tutela e a culpabilização dos sujeitos, uma vez que permanece no campo da moral, prescrevendo modos de vida, julgando práticas e deixando-se conduzir por valores instituídos sem a correspondente indagação dos mesmos.

Torto, Dona Maria e o acontecimento que precipita a sua reincidência são reduzidos em processos que intentam por cada coisa em seu devido lugar, tomando o que difere como erros e perturbações a serem corrigidos e controlados, como desequilíbrio a ser contido. Para a pauta da segurança, pouco importa os rostos, os nomes dos usuários e dos profissionais, da cor dos olhos e da pele, dos cheiros, das rugas e cicatrizes. As marcas do vivido, os saberes que ali se esboçam e suas estórias não tem tanta importância.

108) Segundo Baptista (1999), os amoladores de facas produzem a ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra. Aparentemente destituídos de crueldade, esvaziam a implicação coletiva e a construção histórica e sociopolítica do olhar e do outro. Estes aparentes aliados “ [...] amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. (p. 46)

A escuta da gritante e naturalizada violência parece anestesiada. É ela quem permite dizer que o cobrador morreu de forma gratuita, sem nenhuma motivação.

Quando os limites do que pode ser dito e visto se mostram estreitos, a margem para se ouvir algo diferente é menor e nessas horas a impressão de Torto afirma uma força:

ninguém nunca ouve a gente de verdade.

Em 1990 é promulgada a lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) após a luta de vários movimentos sociais da década de 1980, representando para os militantes da área de direitos humanos um marco nos direitos das crianças e adolescentes. Considerada uma legislação bastante progressista, o ECA, alinhado a Declaração Universal dos Direitos Humanos, coloca sob a sua proteção corpos que passa a conceber como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Considerando-os com algum grau de vulnerabilidade inerente a singularidade do seu processo de desenvolvimento, a referida lei assume uma doutrina de proteção integral, primando então pelo estabelecimento de todo um arcabouço legal que deve promover um meio saudável ao desenvolvimento daqueles corpos com base na tríade Família-Educação-Trabalho. A partir da assunção dessa doutrina, cabe problematizar o que se pretende proteger, o que se pretende desenvolver nos espaços socioeducativos junto aos adolescentes que cometem atos

infracionais. O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE¹⁰⁹. propõe que:

[...] o processo de responsabilização perante o ato infracional adquira um caráter educativo, de modo que as medidas socioeducativas (re)instituem direitos, interrompam a trajetória infracional e permitam aos adolescentes a inclusão social, educacional, cultural e profissional. (BRASIL, 2013, p. 06)

Nessa direção, esse plano pensa a socioeducação como “[...] *política pública específica para resgatar a imensa dívida histórica da sociedade brasileira com a população adolescente (vítima principal dos altos índices de violência) e como contribuição à edificação de uma sociedade justa que zela por seus adolescentes.*” (BRASIL, 2013, p. 08)

Nesse sistema, como exposto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), cabe ao CREAS a responsabilidade pelo Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (LA e PSC). Uma das peças fundamentais na execução destas medidas é o Plano Individual de Atendimento (PIA) que se configura como um “[...] *instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.*” O PIA deve ser elaborado pela equipe técnica no prazo de até 15 (quinze) dias do ingresso do adolescente no CREAS, com participação efetiva do adolescente e de sua família. Nele deve constar, no mínimo (BRASIL, Lei 12.594/2012, art. 54):

- I – os resultados da avaliação interdisciplinar;
- II – os objetivos declarados pelo adolescente;
- III – a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;
- IV – atividades de integração e apoio à família;

109) O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei Federal 12.594/2012 constitui normatização, conceitual e jurídica, necessária à implementação, em todo o Brasil, dos princípios consagrados nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, nas Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e no próprio ECA, referentes à execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional.

V – formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e

VI – as medidas específicas de atenção à sua saúde.

A confecção do PIA no curto prazo estipulado pela lei deve permitir, a partir um rápido diagnóstico da situação, a promoção de ações de (re)inserção social que evitem a reincidência nos atos infracionais. Uma tecnologia iminentemente disciplinar inserida em mecanismos de segurança que a ultrapassam, já que as tecnologias ligadas ao dispositivo de segurança consistem, fundamental e primeiramente, numa certa maneira de acrescentar e fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas técnicas jurídico-legais da soberania e as técnicas disciplinares.

As tecnologias disciplinares, de acordo com Foucault (1997), surgem como um conjunto de métodos que introduzem no corpo (seu principal objeto e alvo) relações de utilidade-docilidade que o dissociam do poder na medida em que é adestrado, em que tem suas aptidões ampliadas e suas forças extorquidas invertendo assim a potência resultante para o crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos. O objetivo é produzir um corpo-máquina por meio de normas, preceitos e proibições, eliminando desvios e anomalias. As várias atividades que buscam incentivar o pensamento prospectivo nos adolescentes infratores podem ser facilmente lidas neste sentido na justa medida em que tentam articular os pequenos gestos do público-alvo com suas respectivas consequências numa temporalidade que se pensa espacializada em termos de passado, presente e futuro articulada a tríade educação-família-trabalho. A produção de esperança é fundamental nesse processo, mesmo que seja na resolutividade da polícia ante a violência doméstica sofrida pela irmã de Torto, por exemplo¹¹⁰.

110) Ainda que, segundo FBSP (2016), apenas 50% da população brasileira acredite na eficiência da polícia militar em garantir a segurança da população.

É dócil um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado, não passando de um modelo reduzido de poder. Os mecanismos disciplinares exercem sobre o corpo ativo uma coerção infinitesimal e sem folga, trabalhando-o detalhadamente. O objeto desse controle é a eficácia máxima dos movimentos, sua organização interna cuja ação se efetua mais sobre as forças do que sobre comportamentos já realizados. Visada que se faz a partir da manipulação calculada de seus elementos, gestos e comportamentos e que se exerce a partir de uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos.

E, a medida que as microfísicas do poder se tornam mais anônimas e funcionais, aqueles sobre os quais elas se exercem tendem a ser mais fortemente individualizados por fiscalizações que tem como referência a norma: trata-se de uma relação de saber-poder não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são ou podem vir a ser. Portanto, a sociedade disciplinar contribui não só para a manutenção de determinados poderes “externos”, mas também para aprisionamentos “internos”, como a interiorização de procedimentos de exame, de culpa, de responsabilidade. Na formação dos saberes, nos sistemas de poder que regulam a vida, as disciplinas adquirem uma modalidade crucial, sendo, por exemplo, indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo produtivo, ao garantir a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.

É dessa forma que encontramos a positividade do poder: produzindo microfisicamente realidade, campos de objetos e rituais da verdade. É dessa produção que se origina o indivíduo da modernidade, ou melhor, uma certa forma de individuação intimista e o conhecimento que dele se pode ter. A formação e o crescimento da psicologia, por exemplo, se esboça continuamente com o aparecimento dos técnicos da (in)disciplina. São eles que fazem toda uma escola cujo objetivo era organizar um saber-poder normalizador sobre os indivíduos. É com eles que surge o homem moderno e o seu desejo de medir, avaliar e diagnosticar para reconhecer o normal e o anormal e, por conseguinte, reivindicar a honra de curar, readaptar e/ou resocializar.

Todavia, ao enunciar essa tecnologia, Foucault também já visualizava seu aparente declínio como mecanismo principal de exercício de poder – anunciava uma sociedade disciplinar já enfraquecida e modificada pela emergência de novos dispositivos. Ainda durante a segunda metade do século XVIII, se vê aparecer algo novo: uma tecnologia de poder que funciona a partir de uma outra superfície de suporte e sendo auxiliada por instrumentos totalmente diferentes ao passo que não exclui a técnica disciplinar, mas a integra e a modifica de forma a utilizá-la implantando-se nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. A essa nova tecnologia Foucault nomeia de mecanismos de segurança. Em que consiste essa nova tecnologia de poder?

Em primeiro lugar, os dispositivos de segurança procuram criar um meio¹¹¹ que remete ao temporal e ao aleatório em função de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis que serão necessários regularizar num contexto multivalente e transformável. É aqui que emerge a noção de um meio histórico-natural como alvo de uma intervenção de poder. É aqui que podemos pensar uma série de intervenções profissionais que tendem a modificar o meio de vida de adolescentes como Torto. Aqui a discussão do território ganha importância fundamental, posto que é através do governo do ambiente que se passam a governar as condutas. Só entendendo os ambientes – familiar, escolar, social, etc. – que compõem a existência de Torto que se torna possível a elaboração de um bom PIA.

O segundo aspecto diz respeito à regulação dos acontecimentos – além da análise dos fenômenos, trata-se também da possibilidade de programação do que deve acontecer. Enquanto a disciplina, tendo por função regulamentar tudo de forma centrípeta, tende a prescrever a fim de evitar condutas consideradas anormais, os dispositivos de segurança, tendendo à ampliação perpétua e centrífuga, sem

111) Este constitui-se enquanto um novo objeto que aparece como um campo de intervenção que não mais atinge os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, muito menos os atinge como uma multiplicidade de corpos capazes de desempenhos requeridos como na disciplina, mas que tem como alvo, como objetivo, atingir uma população a partir da criação, organização e planejamento de um elemento – o meio – dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. (Foucault, 2008a)

prescrever nem proibir a medida que circuitos cada vez mais amplos se desenvolvem, “deixa fazer”¹¹². E, dando-se alguns instrumentos de proibição e de prescrição, os dispositivos de segurança respondem com uma distância suficientemente segura que permite reaprender as coisas no plano de sua realidade efetiva de produção, seja ela desejável ou não e de forma que essa resposta anule, limite, freie ou regule essa realidade a que ela responde. A avaliação do risco social é, por exemplo, componente fundamental da elaboração e realização do PIA. Só com um bom entendimento dos riscos que o meio impõe àqueles tortos corpos é possível empreender uma entrada em suas histórias e compor mudanças. Que violações de direitos aqueles corpos foram sofrendo ao longo da sua história que acabaram por transfigurá-los ao papel de algozes? A formulação de uma esperança de uma vida possível para além das ilegalidades deve se produzir em relação aos condicionantes do meio. É nessa aposta que a saída do binômio vítima-infrator encontra suas possíveis alternativas.

É aqui que podemos entender a importância da vigilância socioassistencial para a construção do SUAS. É nessa função de conhecedor privilegiado do território que referencia que os profissionais do CREAS devem elaborar suas estratégias de intervenção levando sempre em conta as especificidades daquela localidade. É conhecendo os índices de violência, as possibilidades de acesso às principais políticas públicas, as características da população local, sua história e etc. que as ações ganham seus principais contornos. É aqui que podemos situar ainda as diversas pesquisas de opinião, de intenção de votos, de hábitos médios de determinada classe social, etc. Pesquisas que intentam transformar um aparente estado de desordem da natureza em uma ordem política remetendo-a a processos naturais cujo exercício implica reconhecer a lógica imanente dos mesmos e trazer à tona sua dinâmica. Segundo Opitz (2012, p. 12):

112) O que não significa fazer tudo e qualquer coisa, mas que há um nível em que o deixar fazer é indispensável, já que a segurança tem por função apoiar-se nos detalhes que não vão ser valorizados como bons ou ruins em si, mas que serão tomados como processos necessários, inevitáveis e naturais, para obter algo que será considerado pertinente por se situar no nível da população. (Foucault, 2008a)

Um caso exemplar é o mecanismo de interesse. Interesse não é nada que tenha que ser restringido ou abandonado; ao contrário, os interesses devem estar soltos, livres para que gerem a ordem. Portanto, a confiança no jogo liberal de interesses equivale a uma crítica da intervenção e do conhecimento soberano sobre o todo. Os interesses individuais agem cegamente em direção à totalidade, tendo que se desenvolver dentro dos limites do egoísmo para promover o bem comum. Por conseguinte, não há uma posição transcendente do soberano, da qual tudo pode ser vigiado, conhecido e reagido.

Dessa maneira, as tecnologias de poder, espalhadas no corpo social, se instauram cada vez mais como o direito de intervir na maneira, no “como” viver, mesmo que paradoxalmente intente governar menos.

É importante frisar ainda que, justamente por não estarem no mesmo nível, é permitido aos mecanismos disciplinares e de segurança articularem-se um com o outro a partir da norma, que simultaneamente permite controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de segurança, de outra. Como consequência importante dessa série de modificações, cabe frisar o crescente prestígio assumido pela atuação da norma a expensas do sistema jurídico da lei. Daqui em diante, os dispositivos responsáveis pelas relações de poder portam uma série de enunciados alheios ao da lei e produzem, a partir da norma, regras “naturais” que se referem não mais ao horizonte teórico erigido pelas regras jurídicas, mas sim por outro domínio radicalmente heterogêneo – o domínio das ciências humanas que, cada vez mais, nos abre diversas possibilidades dentro da normatividade biopolítica. No entanto, tais “necessidades naturais” não existem por si, posto que toda sociedade cria um conjunto de necessidades para seus membros e lhes ensina que a vida não vale a pena ser vivida e mesmo que não pode ser materialmente vivida a não ser que tais necessidades sejam bem ou mal satisfeitas. A especificidade do capitalismo é que este só conseguiu surgir, manter-se e desenvolver-se ao colocar no centro de tudo as necessidades econômicas ao mesmo tempo em que consegue criar uma humanidade para o qual estas “necessidades”

criadas são aproximadamente tudo o que conta na vida e que bem ou mal e na maior parte do tempo se consegue satisfazê-las.

Por outro lado, cabe destacar que contra esses poderes que intentam gestionar a vida, ainda no século XIX, vemos as forças que resistem a ele se apoiarem exatamente na vida e no homem enquanto ser vivo. Ou seja, o que é reivindicado e serve de objetivo de lutas são as necessidades fundamentais para a realização das possibilidades humanas definidas e refletidas a partir das ciências humanas e do humanismo do século XIX. É nesta direção que podemos situar toda a reivindicação de liberdade como uma das condições de desenvolvimento do capitalismo. Segundo Foucault (2008a, p.63):

É que, na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo ideologia e técnica do governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de uma maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança.

Afirmção esta muito importante e que relança o tema da liberdade¹¹³ como sendo uma “garantia” de bom funcionamento dos dispositivos de segurança. É essa liberdade que deve ser compreendida como não só uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança, mas também um direito legítimo dos indivíduos opostos às usurpações e abusos do poder que lhes constrange. É dessa maneira que podemos entender o surgimento desse processo bem real de luta que impõe a vida como objeto político e que, de algum modo, lhe toma ao pé da letra e a volta contra o sistema que tentava controlá-la, ainda que formulada através de afirmações do direito. Como nos lembra Passetti (2013), as políticas públicas surgem como resposta às revoluções e revoltas na Europa. As primeiras medidas de contenção dos operários foram as regulações de políticas públicas fundamentadas na produção de governo sobre os vivos e seus espaços de habitação. Para este autor:

113) No sentido que este tema adquire no século XVIII, a saber: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, de processos de circulação tanto das pessoas como das coisas. (Foucault, 2008a).

A noção contemporânea de cidadania aparece como resposta aos movimentos operários e como meio de consolidação de direitos da população de participar da vida do Estado como povo. **Ser cidadão é isso: é um conjunto de deveres para os quais você está apto.** E não é necessário sublinhar que o direito só existe a partir do direito do mais forte dentro de um específico embate. Não há direito no sentido etéreo ou como categoria universal. O direito é produzido pelo combate. E a força vencedora institui o seu direito que passa a ser um dever de todos. (PASSETTI, 2013, p. 154. grifo nosso)

Na aula de 14 de Janeiro de 1976, no curso “Em Defesa da Sociedade”, Foucault (2005a) argumenta que hoje nos encontramos numa situação tal que um dos poucos recursos aparentemente sólidos que nos resta é um possível retorno a uma esfera judiciária que invoca o direito formal da soberania que se democratizou pelos corpos individuados pelos mecanismos de coerção disciplinar. Todavia, tal recurso, para o pensador francês caracteriza-se como um beco sem saída, pois recorrer à soberania visando à limitação dos efeitos de poder disciplinar é perder de vista que ambas as tecnologias – direito soberano e mecanismos disciplinares – são um agenciamento de atravessamentos históricos constitutivos dos mecanismos gerais de poder em nossa sociedade. É dessa forma que o “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades torna-se um recurso, uma réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, não necessariamente resistem em meio à lógica dos dispositivos que regem as relações de poder nos nossos dias.

Lógica que, segundo Passeti (2013), garante um espaço de liberdade onde não há tempo para as resistências se organizarem e contestarem prolongadamente, capturando-as a todo momento e expandindo os mecanismos de segurança numa moldura que exige dos corpos inovação, participação, ativismo, juventude e resiliência¹¹⁴. É uma moldura que conecta economia, política, cultura e sociedade a

114) Especificamente sobre este conceito, entendido como a capacidade de um material (ou alguém) diante de um impacto, deformar-se e restaurar-se, retomando sua forma original, Salette Oliveira (2012) faz uma importante discussão ao apresentá-lo como elemento fomentador e provedor de adaptações, mais próximas a adequações. Segundo ela, é em torno deste conceito-chave que se formulam uma série de investimentos na administração e gerenciamento de crises envolvendo a gestão de pessoas, contornando determinadas vulnerabilidades em performances

partir da convocação à participação em todas as manifestações do vivo organizadas por meio de protocolos que capturam os fluxos num inacabamento constitutivo.

Assim, Foucault nos apresenta uma tecnologia do poder funcional em nossa atualidade que se incumbiu da vida em geral, só admitindo o imperativo da morte em ocasiões muito específicas e tidas como exceção – como, por exemplo, a eliminação sistemática de jovens negros e pobres no Brasil via “atos isolados” de violência da polícia brasileira¹¹⁵. Efeitos “colaterais” da gestão da vida no nosso contemporâneo.

É em meio a isso que podemos e devemos pensar a atuação no SUAS. Longe de tomar o pensador francês como uma verdade já dada, posto que afinal de contas falava de tecnologias de governamentalização de Estados europeus que se formaram de maneiras completamente diferente da nossa, tendo inclusive implementado o estado de bem-estar social (algo que a nossa configuração política nunca possibilitou), acreditamos que suas ferramentas conceituais nos são úteis na medida em que nos permitem empreender uma analítica do poder utilizando um modo de pensar que não remeta necessariamente à lógica da inclusão de um sem número de vidas faltosas num mecanismo Estatal que os oprime. Com os diagramas de poder que apresentamos, trata-se agora de entender como eles podem nos ajudar a entender a atual formatação da política de assistência social brasileira para além de um modelo de poder pensado como central. É preciso, com esses conceitos-ferramentas, fazê-los vazar após esse volteio conceitual.

eficientes na produção e formação de condutas que apaziguam e contem resistências em simultâneo compasso como tudo aquilo que se faz em nome do “cuidado” e da “proteção da vida”.

115) Segundo o FBSP (2016), apenas em 2015 foram mortos violentamente e intencionalmente 58.492 pessoas, ou ainda, 1 pessoa a cada 9 minutos, algo em torno de 160 mortos por dia. Deste número, ao menos nove pessoas são mortas todos os dias pela polícia brasileira, taxa superior inclusive a de mortes decorrentes de intervenções policiais de Honduras – proporcionalmente a nação mais violenta do mundo. Além disso, desse total de mortos no ano de 2015, 54% são jovens de 15 a 24 anos e 73% são pretos e pardos. Ainda segundo o anuário, 59% da população tem medo de sofrer violência pela polícia militar e 53% da população tem medo de sofrer violência pela polícia civil. Dados que por si, já deveriam servir para provocar um curto-circuito na aberrante estatística do mesmo anuário de que 57% da população acredita que “bandido bom é bandido morto”.

Se a temática do poder como exercício microfísico que nos atravessa e seus dispositivos correlatos nos ajuda a entender os perigos inerentes à temática da proteção, por outra via, nos parece que precisaremos retomar a positividade de tal funcionamento num país cuja história é marcada pela negação sistemática dos direitos. Em especial, num momento político em que as lutas se fazem para que boa parte dos poucos direitos já assegurados não sejam perdidos.

O caso de Torto, junto ao assassinato do cobrador e a divulgação da entrevista com o adolescente são componentes de um agenciamento que ao mesmo tempo que se apresenta como agenciamento coletivo de enunciação na sobreposição de discursos tais como a entrevista do responsável pela pasta de segurança pública, a entrevista do adolescente e todo o contágio do discurso reacionário da redução da maioria penal. Se apresenta também como agenciamento maquínico de corpos que predispõe lugares, sentimentos e modos de se situar na existência onde tortos continuam não só a ser produzidos, mas também se tornam audiência pros programas que prometem o recrudescimento de seus direitos. Na polícia que pode se furtar a apresentar dados e intervenções produzidas a partir de um trabalho de inteligência para apresentar a pauta da redução da maioria penal, nos profissionais que se sentem confortáveis em defender uma maior punição para os adolescentes no mesmo equipamento em que são contratados para defendê-los, no secretário de segurança pública que clama pela reestruturação dos núcleos familiares, há uma maquinação que gesta nojo, estranhamento e ódio aos adolescentes alçados a condição de um dos maiores problemas da segurança pública.

A suposta ausência de coerência, mais do que merecendo ser entendida como necessitando da produção de uma síntese, é problematizada aqui como a manutenção de uma lógica que conecta termos que permanecem díspares. A contradição dá lugar ao mapeamento das estratégias em que em nome da segurança se pode recorrer ainda a mecanismos “extra-legais” para fazer cumprir a lei, para se manter a moldura no qual o jogo das liberdades possa se executar.

Para entender melhor esse mecanismo de manutenção, Opitz (2012) nos alerta que é importante reinscrever a questão da soberania na análise das práticas

contemporâneas de governamentalidade já que usualmente se pensa o poder soberano como um mero recorte de uma forma de poder sucedida cronologicamente pelos mecanismos da disciplina e posteriormente pelos mecanismos de segurança. Com isto, o referido autor nos fornece argumentos para pensar como, num governo da vida que tende a “deixar fazer” e aparentemente intervir cada vez menos, ocorrem processos nos quais o poder soberano é reinstaurado, ignorando os limites e instituindo um estado de exceção no qual é permitido excluir o que se considera além dos limites de regulação das liberdades. Na defesa dos mecanismos de segurança, tudo o que pode ser considerado uma ameaça é facilmente alvo de medidas que não estão necessariamente sob o jugo da lei, organizadas por uma isenção diferente da lei, mas que ainda se refere a ela, mesmo transgredindo-a. Segundo Opitz (2012, p. 25):

Por isso, a polícia é uma figura-limite da realização de uma relação soberana: é uma força espectral que contamina a lei em prática governamental mundana. De maneira correlata, é uma forma de governo que segue a lógica da polícia e transcende a lei, aplicando-a. Em nome da ordem e segurança públicas, a lei é violada e, por meio deste ato, reestabelecida.

O poder soberano se reinsere, portanto, nos mecanismos de segurança ocupando uma zona de indistinção, confundido estes limites, violando a lei por meios legais. Poder este que se formula a partir do cálculo de segurança a partir do qual se deve produzir a liberdade e organizá-la assegurando aos indivíduos o uso de liberdades específicas dentro de uma moldura atenta às formas de conduta e modos de ser que ameaçam corromper a liberdade por dentro. Os mecanismos de segurança se debatem com a questão de como assegurar a circulação de interesses, bens e informações contra os perigos que possivelmente barrariam tal circulação. Segundo Opitz (2012, p. 13):

Ao identificar esses elementos, as tecnologias de governo determinam um limite além do qual o poder governamental deixa de induzir e incitar, mas baseia-se em medidas obrigatórias para assegurar o uso produtivo da liberdade em outros lugares. Essa variação significativa na lógica de intervenção manifesta-se claramente no tratamento histórico da pobreza. No século XIX, governos liberais enquadraram a continuidade da

pobreza em vários segmentos morais. Esforçaram-se para estabelecer jogos de subsídio da liberdade, fornecendo sistemas de assistência e promoção social que fossem interessantes, tanto quanto possível, à dinâmica produtiva das condições de pobreza. Isto serviu, propositalmente, para expandir ainda mais a dinâmica produtiva de interesses. Ao mesmo tempo, isolou o pobre, identificando-o com um indivíduo perigoso: “Pauperismo é (...) a pobreza que se intensificou com o nível de perigo social” (Procacci, 1991). Neste sentido, a segurança é o “princípio do cálculo para o custo de produção da liberdade” (Foucault, 2008: 65). O indivíduo perigoso paga o preço por não ser capaz de ser governado por meio da simultânea produção e consumo da liberdade. Ele incorpora o exterior do amplo campo que constitui os sujeitos liberalmente governáveis e, portanto, requer um tratamento especial, disciplinar, ou mesmo autoritário.

Para as vidas que não se adaptam às modulações do como viver, é sempre possível o retorno à tecnologia primordial da Soberania – o confisco. Todavia este ocorre através de uma posição paradoxal que força a captura destas vidas e, ao mesmo tempo, lhes nega o estatuto de inteligibilidade discursiva. Para Torto, se esperava a pactuação de um projeto de vida dentro desta moldura. O seu PIA concentrava todas as tecnologias de poder e as articulava num prognóstico de futuro que o tornasse um adulto cidadão, responsável, governável e assujeitado a um mundo de direitos que o convoca a participação e que deve guiá-lo. Pelo PIA, se traçava um plano de proteção integral a seus direitos – educação, saúde, cultura e lazer deveriam tornar-se alvo de análise conjunta pela tríade adolescente-técnico-família a fim de elaborar intervenções possíveis no fomento de tais direitos. Seja no encaminhamento para a escola, seja na inserção em algum tratamento de saúde, ou até mesmo em alguma prática esportiva que “resgate” valores sociais amplamente aceitos – o manejo da vida se vê afiançado. É em nome dos seus direitos a um processo de desenvolvimento saudável e alicerçado no humano enquanto norma que a intervenção multidisciplinar se fundamenta. No entanto, Passeti (2013, p. 160) já nos alertara:

Devíamos ficar mais atentos a tantos direitos, a esta programação inacabada de direitos voltada para a cidadania e para a manutenção dessa categoria do entendimento chamado Estado: manutenção do capitalismo. Ou, melhor, repaginando o capitalismo, transformando-o em utopia da humanidade, como espera de nós o desenvolvimento sustentável, as metas do milênio da ONU e que ditam o que será o futuro das novas gerações. Configura-se mais uma nova versão da

verdade desinteressada, pela qual nos cabe melhorar as condições de vida no planeta para garantir o futuro das novas gerações; cabe-nos melhor governar a sociedade civil, espaço real dos interesses desinteressados, dos interesses do coletivo preservados do egoísmo capitalista. Somos seus fiscais e fiadores. Ou seja, entra-se nesse programa e dele não se sai facilmente.

Processo que gera dentre os cidadãos (e/ou segurados) um assujeitamento, um amor à condição a que se encontram tendo em vista a sua melhoria. É preciso conformar o futuro sob a lógica do capital humano que desenvolve sua qualidade de vida. É preciso produzir um projeto de vida engajado em algum fluxo protocolado e capitalizável no qual se encontra uma falta a ser restituída, uma necessidade a ser trabalhada, uma violação a ser sanada e/ou um vínculo a ser fortalecido.

Por outro lado, o que resta àqueles que não aderem ao jogo?

Passeti (2013) nos ajuda a pensar que garotos como Torto, geralmente não cometem atos infracionais porque querem comida, mas bens de consumo “supérfluos”. Na maioria das vezes não estão com fome de comida, não se entusiasma com escolas e raras vezes pretendem virar trabalhadores. Além disso, vale lembrar que jovens como Torto e o cobrador se parecem – suas vidas valem pouco, podem ser repostas facilmente na atual moldura de produção capitalista. O cobrador só tinha três meses de empresa e vinha do Estado vizinho de Alagoas em busca de um trabalho cujo salário ultrapassava um pouco o salário mínimo de R\$ 880,00¹¹⁶. O Assalto que culmina com sua morte se dá num bairro periférico, como a maioria dos assaltos a ônibus na capital sergipana¹¹⁷ e que além da renda do

116) Valor Referente ao ano de 2016.

117) É relativamente fácil encontrar notícias na imprensa aracajuana que informam as linhas de ônibus assaltadas e a renda surrupiada. Nas ações, os infratores geralmente arriscam a vida pela renda do ônibus (que ao longo de várias notícias não atinge o valor R\$ 200,00) e os pertences de passageiros, motoristas e cobradores. (FRANÇA, 2017; ÔNIBUS, 2017)

transporte público, leva os pertences dos únicos dois passageiros do ônibus. Neste contexto de produção, a miséria (que não é só a material) tende ao crescimento sem nenhum esforço concreto de aboli-la, mas sim administrá-la com filantropias privadas ou públicas. Por exemplo, é bastante comum advogados da área criminal em início de carreira montarem escritórios próximos a áreas periféricas e/ou delegacias atendendo a “preços populares”. Há um mercado de prender e julgar aqueles que saem da curva. Pais, professores, policiais, advogados, militantes dos direitos humanos, profissionais do CREAS, etc. participam ativamente ou involuntariamente deste fluxo que se propõe a dizer o que corpos como Torto devem fazer, ignorando muitas vezes o limite de que talvez não haja nada a oferecer para alguns deles.

Entre passagens pelo CENAM, as possibilidades de engajamento de Torto nos processos que intentavam sua segurança ia gradativamente diminuindo. Diante dos acontecimentos que não se planejam em fluxos já protocolados e/ou projetos alicerçados na identificação de alguma falta a ser sanada, jovens como Tortos excedem as intervenções possíveis num espaço legalista e se tornam perigosos. Contudo, em acordo com Optiz (2012, p. 31):

[...] sob o domínio do governo, esse processo de subjetivação inclui também uma dimensão economicamente codificada. Uma vez que o tema do liberalismo tem que seguir os seus interesses, assumindo riscos razoáveis, o indivíduo perigoso é retratado como um assunto profundamente rentável. É um sujeito dominado por um excesso de interesse que não pode ser normalizado. Confrontada com o indivíduo perigoso, a governamentalidade encontra um interesse que consome o sujeito racional inteiramente e transforma-o em um agente destrutivo, irracional, ininteligível e fora dos limites da humanidade. Por conseguinte, o sujeito marcado como “abjeto” não pode ser governado se lhe for concedida a liberdade. Encontra-se colocado em uma relação governamental além da “conduta da conduta”.

Como ele e vários outros diziam, em algum momento era óbvio que o lugar que lhes cabia era o de “bicho”. Num excesso de direitos que se tornava insuportável para aqueles que não se modulavam de maneira moderada na continuidade dos processos de produção, muita pouca coisa podia ser feita.

Nas tentativas de contato com o jovem após o abandono de qualquer pactuação proposta, nunca o encontrávamos. Torto aprendera que não precisava nem nos cumprimentar. Nessas vezes, Dona Maria, mesmo sem aparentemente acreditar muito nas apostas dos profissionais, sempre nos relatava histórias de desespero diante das ações de seu filho; de como ela mesma já fora atrás do filho e se interpunha entre ele e os que ameaçavam sua vida. Ante a ineficácia das ações de psicólogos e assistentes sociais do CREAS, a intervenção do judiciário já havia sido solicitada¹¹⁸. Restava esperar. Esse era o conforto oferecido àquela mãe: era melhor ele ser preso do que morrer em algum dos seus corres cada vez mais arriscados. Ou ele ia preso ou morria. Eram essas claramente as opções asseguradas para aquela vida torta...

Aproximadamente quinze dias depois da última conversa com Dona Maria, recebemos a notícia que Torto fora emboscado. Em meios aos bichos que atualizam o sentimento de insegurança/impunidade em Aracaju, ele foi assassinado a noite no centro da cidade. Na praça que abriga a catedral metropolitana da capital da qualidade de vida fora atacado por trás por outro bicho cuja história também inflacionava papéis do sistema de garantias de direitos.

No velório, profissionais e Dona Maria se entreolhavam numa tensão sem gramática.

Sua filha, irmã de Torto chorava um choro silencioso abraçada com a mãe. Em meio às lágrimas, se direcionou para aqueles que acompanharam o jovem na promessa de sua recuperação. Falando baixo, querendo confirmar a resposta que se dera a pergunta que provavelmente devia estar se fazendo a um bom tempo, indaga:

A gente fez tudo o que pôde, né?

118) Quando as equipes dos CREAS não conseguem estabelecer com os socioeducandos pactuações eficazes para o cumprimento de suas medidas, os casos são encaminhados para a vara especializada a fim de que tome as providências cabíveis que podem ir desde a advertência até mesmo uma medida mais austera, como a privação de liberdade, por exemplo.

9

Solidariedade Mineira

Seis e meia da manhã. Acordei com minha prole pulando na cama e tendo que estar no trabalho às sete. Meia-hora. Neste tempo tenho que dar banho e café da manhã pra cria, me arrumar e a deixar na escola. Isso não seria tão difícil em uma cidade como Aracaju, mas tenho que cruzar ainda cinco bairros inteiros, passando por aquele trânsito desgraçado desse horário. Meia-hora não vai dar nem que eu jogue água na cara e me arrume no carro como fiz anteontem. Erro de cálculo...

Pretendia dormir cedo ontem, tinha trabalhado das sete às treze no CREAS e ido direto pro hospital. Entrei às treze e trinta, com meia hora de atraso. Às dezenove já tinha perdido a conta do número de gente que tinha morrido enquanto os médicos que viviam reclamando das condições de trabalho atualizavam seus *status* nas redes sociais no esquema de revezamento da sala que compartilhavam num dos “becos” do hospital. Tinha sido um dia de merda.

A Ritalina¹¹⁹ não dava mais conta de manter o corpo atento. Só queria pegar a cria na casa dos avós, chegar em casa, tomar um banho, engolir o Rivotril¹²⁰ e cair

119) Medicamento utilizado como estimulante leve do sistema nervoso central, com mecanismo de ação ainda não bem elucidado, estruturalmente relacionado com as anfetaminas.^[3] É grandemente utilizado no tratamento dos casos de transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e como mecanismo farmacológico para aumentar a concentração e driblar o cansaço. Tem como principais efeitos colaterais falta de apetite, dor de cabeça, aperto no peito, taquicardias, insônia, aumento da pressão arterial, tremores, sudorese excessiva, surgimento de crises de ansiedade, pânico ou surtos psicóticos.

na cama. Amanhã teria um dia cheio, faria a intervenção com os adolescentes sobre a preparação para o mercado de trabalho.

A criança não quis dormir, inventara estripulias noite adentro, ligava e desligava a TV, me convocava para as brincadeiras e se irritava fácil com o meu cansaço acumulado entre tentativas cada vez mais vãs de melhor gerir o nosso tempo. Eu tentava finalizar o planejamento da intervenção do dia seguinte enquanto distraía a criança e ainda tentava entender a notificação da escola sobre as mordidas que dava nos colegas quando as coisas não saíam como queria.

Era difícil pra mim entender. Calculei a idade que teria filhos; sabia que precisaria de uma estabilidade (pelo menos a financeira) para sustentar a criança; pactuei junto a minha família como a educação da prole deveria ser feita, com quem ela ficaria enquanto eu trabalhava, etc. Eu, que tinha planejado tudo, que tinha feito um bom projeto de vida, realmente não conseguia entender o motivo da criança não querer dormir.

Tinha visto na TV, num desses jornais de madrugada, que isso podia ter a ver com alimentação. A um mês pagava caro numa “marmitta mais saudável” indicada por uma amiga vegetariana para melhorar a saúde. O restaurante garantia que utilizava alimentos orgânicos e que o preparo era bem cuidadoso para que as principais propriedades dos ingredientes não fosse perdida.

Ontem a comida atrasou e tive que comer as pressas para não atrasar mais ainda a entrada no hospital. Engolia o almoço tentando planejar a intervenção com os adolescentes sobre o mundo do trabalho. Constantemente a elaboração do plano era atravessada pela vontade de calcular o custo total dessa comida sem muito gosto,

120) Medicamento que possui como principais propriedades a inibição leve das funções do sistema nervoso central permitindo assim uma ação anticonvulsivante, alguma sedação, relaxamento muscular e efeito tranquilizante. Indicado para tratamento de crises epilépticas, espasmos infantis, transtornos de ansiedade e de humor, síndromes psicóticas, dentre outros, o rivotril apresenta dentre os seus principais efeitos colaterais sonolência, lentidão de pensamento, dor de cabeça, infecções respiratórias, cansaço, gripe, depressão, vertigem, irritabilidade, insônia, perda do equilíbrio, náusea, falta de concentração, alterações na visão, palpitações, perda do apetite, fraqueza muscular, fadiga, cólicas menstruais, diminuição de interesse sexual, amnésia ou alucinações.

mas que prometia uma maior qualidade de vida, que prometia diminuir o risco de câncer, aumentar a disposição, etc. Tudo isso era embaralhado pela vontade de saber o que a cria poderia ter aprontado na escola pela manhã e como ela se comportaria na casa dos avós no turno da tarde.

A noite, ainda sem conseguir fazer minha prole pegar no sono, percebi que a saudável comida que reaproveitei no jantar não saciara a fome. Me senti com vontade de comer porcaria e constatei que não estava com nem um pingão de sono. Além da criança, entendi que eu também seria um problema pra dormir...

Já era meia noite e meia quando a cria finalmente dormiu no sofá. Apesar do cansaço, ainda precisava me ninar. Busquei ajuda na TV, que teve a alternância de canais interrompida quando uma personagem de um filme que não consegui terminar de ver afirmava repetidamente ao longo da projeção:

O mineiro só é solidário no Câncer!

Não entendia o que a frase queria dizer, mas, de alguma forma, sentia que ela parecia me dizer alguma coisa. Acompanhei o filme o máximo que pude até ser vencida pela cansaço e pegar no sono.

Seis e meia da manhã. Merda! Percebo que vou atrasar. A cria não ajuda muito na correria que preciso impor às nossas vidas. Os adolescentes vão começar a chegar para a atividade e eu ainda vou estar a caminho. Pelo menos espero que hoje o trânsito esteja menos engarrafado.

Não estava. Por que diabos toda essa gente precisa sair de carro na mesma hora? Parece que todos eles estão sozinhos. Um carro por pessoa e todo mundo preso no meio deles. Nessa vagarosa “detenção” invejo a criança que dorme profundamente no caminho da escola.

Às sete e cinquenta da manhã finalmente consigo chegar no trabalho. Alguns garotos já estão na recepção do serviço enquanto, ainda com cara de ontem, passo correndo na busca do café-arrebite. No mesmo tempo em que finalizava os detalhes da intervenção e engolia a bebida, a frase do filme que não consegui terminar de ver ruminava entre os pensamentos e, a contragosto, me forçava a tentar entendê-la:

O mineiro só é solidário no câncer!

Simplemente não tinha tempo pra isso.

Às oito e vinte finalmente consegui começar a atividade. Como planejado, discutia com os garotos os seus interesses e como eles podiam se articular com uma futura profissão; como, ao aticar a ideia de que com um bom planejamento de vida eles poderiam conseguir fazer de suas habilidades um emprego rentável. Era só uma questão de cálculo.

A atividade ia tendo uma boa adesão – aqueles meninos gostavam de conversar e vários deles não tinham uma defasagem escolar tão grande, o que facilitava a elaboração de um pensamento prospectivo a médio e longo prazo ligado a escolarização sem obstáculos quase que intransponíveis. Enquanto alguns conseguiam se imaginar trabalhando como pedreiros, pintores, marceneiros, porteiros, policiais e até mesmo advogados, um dos garotos que havia ficado calado durante a maior parte do tempo interrompe a cadência da atividade e vocifera:

Profissão? Pra que? Quero trabalhar não! Prefiro continuar como estou: fico na boca, parado, fumando um, só esperando o playboy aparecer pra comprar a maconha. Trabalhar pra que?

Enquanto os outros garotos riam, eu invocava a esperança na cafeína e engolindo mais uma dose do café-arrebite já quase frio, respondi:

Mas ali você se arrisca de ser preso, de tomar tiro. Ali você pode se meter em confusão. Mas vamos pensar um pouco melhor no que você falou. Você fica lá parado, esperando o playboy aparecer, mas não é só isso é? Você tem que saber onde ficar, como ficar, saber identificar quem pode ser bom comprador, quem pode ser cagueta, né não? Tudo isso você precisa saber pra fazer bem seu trabalho. Sim, o que você faz é trabalho também. Tudo isso que você precisa saber te torna um bom ou um mau vendedor. E esse tipo de conhecimento você pode usar numa situação onde você não se arrisque tanto. Onde possa ter o trabalho legalmente reconhecido, quem sabe até uma carteira assinada...

Definitivamente não estava nos meus melhores dias. O café demorava a fazer efeito, a fala manca tentava articular a afirmação do risco da ilegalidade com a identificação de potencialidades. Era esse um dos caminhos dos manuais socioeducativos para uma inclusão cidadã. Enquanto me arrastava em meio às diretrizes de “reconfiguração de um projeto de vida alicerçado em valores socialmente aceitos” e insistia numa dinâmica mais propositiva e esperançosa, o adolescente arrematara:

“Pra quê

Pra quê isso tudo?

Pra ficar que nem você?”

Filha da puta!

Subitamente acordei e me senti com os olhos cada vez mais injetados a medida que me percebia sem resposta. Não eram nem nove horas da manhã e o garoto havia me encurralado. A voz embargara. Não havia resposta.

No dia anterior, como vinha fazendo a meses, me esforçava para suportar as doze horas de trabalho ininterruptas. Precisava trabalhar dobrado para manter as prestações do carro e da dívida de 30 anos que eu gostava de chamar de casa. Daqui a três décadas, aquele apartamento de 68m² seria de fato meu. Os remédios e o café-arrebite, em doses cada vez maiores raramente cumpriam sua função em meio a obstinados planejamentos trôpegos de vidas sempre em atraso. Era mesmo tudo uma questão de cálculo?

Despertava na justa proporção da sensação do emudecimento enquanto o adolescente garantia que conseguia se sustentar “[...] *fumando um sentado na pedra, à espera do playboy.*” Se antes já não me restara muito a não ser apelar ao governo das potencialidades para afirmar o “tino” comercial do garoto, agora eu simplesmente não tinha o que dizer. Algo havia se passado. Eu, ele, todos perceberam. Sem saber muito bem como, a atividade continuou e no horário previsto a cronologia do relógio encerrou a discussão.

Sem resposta, a inquietação gerava marcas no corpo. Antes das dez horas da manhã já sabia que seria difícil dormir a noite mesmo que aumentasse a dose do Rivotril. Ainda neste desassossego, recebo uma ligação convocando para uma reunião pedagógica na escola da cria: as mordidas da criança continuavam a vitimar seus desafetos. Onde ela aprendeu isso? Por que ela mordida? Será que vou precisar começar a dar remédios pra ela também? Talvez funcione melhor nela do que em mim. Questões que eram interrompidas por uma frase que parecia fazer cada vez mais sentido:

O Mineiro só é solidário no câncer!

Noutra oportunidade, um amigo, conhecedor do teatro de Nelson Rodrigues, explicara a frase que martelara o fazer profissional. Segundo ele, a fala presente no filme de 1963 e na peça teatral “Bonitinha, mas ordinária” é atribuída pelo próprio Nelson Rodrigues ao escritor mineiro Otto Lara Resende e insinua a solidariedade somente no sofrimento, numa situação extremada, na qual, ao nos considerarmos em melhor condição que o outro, lhe oferecemos algum apoio. Apoio este que não encontramos com facilidade dentre aqueles que ocupam posições no jogo social que são semelhantes às nossas. Aos “iguais”, Nelson atribui um cotidiano de luta selvagem pela salvação individual, um verdadeiro salve-se quem puder.

Neste sentido, a tese de Rosanne Neves da Silva (2004) sobre a invenção do “social” tal qual o entendemos hoje encontra importantes ressonâncias. Segundo esta autora, ao contrário do que comumente pensamos, é a produção deste objeto de conhecimento que garante as condições necessárias para a formatação de um saber psicológico. É pela crescente organização e formatação de redes de solidariedade em meio à organização dos modos de governar a vida e o seu princípio de verificabilidade econômico que se articula um sem número de saberes a fim de definir todo um ordenamento discursivo das posições factuais que aproximam ou distanciam cidadãos juridicamente iguais. É aqui que o humano, por direito, passa a adquirir seus contornos, sua “natureza”.

A frase que martelava, constata repetidamente¹²¹, dentre outras coisas, um jogo cruel de solidariedades que se faz contingencialmente, pelo posicionamento de cada sujeito em relação no tecido social. Posicionamento este que não visa, ao contrário do que ingenuamente podemos pensar, aplacar diferenças, dirimir desigualdades, mas ao contrário, parte da sua afirmação, da dissimetria, de uma diferença adjetivada

121) Repetida dezessete vezes ao longo da película por umas principais personagens.

em relação a um substantivo construído historicamente em relações de saber-poder: o homem, a dignidade, a bondade, o direito.

Aos iguais, a luta, a esgrima, o esforço. Ao diferente, entendido enquanto variação frágil de um gradiente de forças previamente equacionado numa norma, o apoio, a ajuda. Assistência que, ao mesmo tempo em que visa um resgate, um “empoderamento”, gera como (re)verso, a partir do substantivo que a mensura, um lugar de despoticização, de falta, de vulnerabilidade. É nesse “resgate” que o ordenamento discursivo, no seu regime de verdades, violenta tudo aquilo que não comporta e que precisará silenciar. Em nome da bondade, da solidariedade, corre-se sempre o risco de enfraquecer as forças que desconhecemos num outro em sua irredutibilidade. Há sempre um risco naqueles cujas marcas nos distanciam de nós mesmos para além dos medos, das culpas, das contingências, das faltas...

Para a política pública de assistência social, uma falta importante seria a da cidadania. Palavra-chave dos discursos que reivindicam a democracia. É a “ausência” de um *quantum* de cidadania que coloca o adolescente no lugar da vítima, do excluído de um determinado exercício democrático. Que modo seria esse?

A psicanalista Suely Rolnik, já em 1992, nos colocava importantes elementos para analisar esta questão:

[...] a ideia de cidadania está imediatamente associada a reconhecimento e respeito pelo outro, pelo menos no que se refere a direitos civis. A democracia se define exatamente como um regime no qual a soberania pertence ao conjunto dos cidadãos – que, em princípio, são todos os membros de uma sociedade: todos considerados indivíduos, iguais em seus direitos perante a lei, independentemente de classe, cor, sexo ou religião. (Rolnik, 1992, p.1)

Ainda para esta autora, este binômio cidadania-democracia se constitui o alvo por excelência de uma vontade política de melhorar a qualidade da existência individual e coletiva. A política de assistência, com seus bem aventurados profissionais se pensa na busca desse alvo em relação com os preceitos constitucionais que definem e devem garantir a propagada ordem social. Sua função, como delimitada anteriormente, é esboçada aqui num fazer profissional engajado que remete a

intervenções cujo objetivo gravitam em torno da inclusão cidadã e do fortalecimento da frágil democracia brasileira. Todavia, o que significa essa melhoria no “reconhecimento” e “respeito” pelo outro supostamente garantidos por um regime democrático? Para que direções ela aponta a medida que o outro é tomado como “[...] *uma unidade (um indivíduo) juridicamente circunscrito, composto por um conjunto de direitos e deveres definidos por lei*” (Rolnik, 1992, p. 2) em meio a uma governamentalidade neoliberal? Como se “reconhece” e “respeita” este outro nas práticas de uma política de Estado cuja função deve adequar corpos a fim de terem suas posições legitimadas? Que vida se quer regular?

O conto de Rubem Fonseca, “O outro”, nos auxilia nestas questões de reconhecimento e respeito por unidades pensadas como exteriores e independentes de nós. Como, no encontro inusitado entre duas unidades aparentemente opostas e com direitos e deveres perante a lei, uma vida cidadã, constantemente em trânsito e gravitando em torno de performances úteis, se depara com um outro:

[...] eu passava as manhãs dando telefonemas, lendo memorandos, ditando cartas à minha secretária e me exasperando com problemas. Quando chegava a hora do almoço, eu havia trabalhado duramente. Mas sempre tinha a impressão de que não havia feito nada de útil.

Almoçava em uma hora, às vezes uma hora e meia, num dos restaurantes das proximidades, e voltava para o escritório. Havia dias em que eu falava mais de cinquenta vezes ao telefone. As cartas eram tantas que a minha secretária, ou um dos assistentes, assinava por mim. E, sempre, no fim do dia, eu tinha a impressão de que não havia feito tudo o que precisava ser feito. Corria contra o tempo. Quando havia um feriado, no meio da semana, eu me irritava, pois era menos tempo que eu tinha. Levava diariamente trabalho para casa, em casa podia produzir melhor, o telefone não me chamava tanto. (Fonseca)

Utilidade interrompida por uma taquicardia cuja prescrição médica indicava a necessidade de diminuir de peso, mudar de vida, prescrevendo para tanto um regime alimentar mais saudável e duas caminhadas diárias. A taquicardia interrompe a rotina.

Em acordo com Rolnik (1992), ao se entender nossa natureza como essencialmente produção de diferença, como processualidade que tende a ganhar

consistência em meio ao esgarçamento das unidades provisórias em que nos reconhecemos, é do viver o desassossego¹²². A doença que interrompe o ritmo frenético de trabalho, a cria que morde os desafetos, o adolescente que produz gagueiras; todos estes dobram uma lógica e expõem algumas ilusões acerca da causalidade de um planejamento e sua posterior efetivação. Todos eles atualizam esse desassossego constituinte da experiência do viver em sua alteridade radical.

Em paralelo à prescrição médica, essa vida útil desarranjada também passa a ser perturbada por um sujeito pedindo ajuda/dinheiro. A vida, que buscava resgatar sua produtiva saúde, provê repulsivamente finanças para o “necessitado” que constantemente afirmara não conhecer ninguém bom no mundo. A ajuda intentava, sem sucesso, esconjurar o incômodo pedinte com o atendimento àquelas contingências que o colocavam em relação com a vida útil:

Vi que o sujeito que me pedia dinheiro estava em pé, meio escondido na esquina, me espreitando, esperando eu passar. Dei a volta e caminhei em sentido contrario. Pouco depois ouvi o barulho de saltos de sapatos batendo na calçada como se alguém estivesse correndo atrás de mim. Apressei o passo, sentindo um aperto no coração, era como se eu estivesse sendo perseguido por alguém, um sentimento infantil de medo contra o qual tentei lutar, mas neste instante ele chegou ao meu lado, dizendo, “doutor, doutor”. Sem parar, eu perguntei, “agora o quê?” Mantendo-se ao meu lado, ele disse, “doutor, o senhor tem que me ajudar, não tenho ninguém no mundo”. Respondi com toda autoridade que pude colocar na voz, “arranje um emprego”. Ele disse, “eu não sei fazer nada, o senhor tem que me ajudar”. Corríamos pela rua. Eu tinha a impressão de que as pessoas nos observavam com estranheza. “Não tenho que ajudá-lo coisa alguma”, respondi. “Tem sim, senão o senhor não sabe o que pode acontecer”, e ele me segurou pelo braço e me olhou, e pela primeira vez vi bem como era o seu rosto, cínico e vingativo. Meu coração batia, de nervoso e cansaço. “É a última vez”, eu disse, parando e dando dinheiro para ele, não sei quanto.

Mas não foi a última vez. Todos os dias ele surgia, repentinamente, súplice e ameaçador, caminhando ao meu lado, arruinando a minha saúde, dizendo é a última vez doutor, mas nunca era. Minha pressão

122) Entendimento este bem próximo do proposto na consagrada tese de Georges Canguilhem (2007) que nos indica que a vida se afirma pela sua potência de criar normas, normatividade, e não por um assujeitamento a normas. Nesse sentido a verdadeira saúde consiste em poder adoecer e, a partir daí, produzir uma normatividade que não se confunde com o estado anterior, mas sim com a invenção de uma outra saúde.

subiu ainda mais, meu coração explodia só de pensar nele. Eu não queria mais ver aquele sujeito, **que culpa eu tinha de ele ser pobre?** (Fonseca)

A ajuda angustiada assumia posições. Ligada a bondade, a prática caridosa espiava culpas e medos em meio à sua busca de (re)equilíbrio no contato com o infortúnio de sua doença e da incômoda pobreza do necessitado. As “vicissitudes da vida” necessitavam ser geridas na busca consciente por uma “melhor qualidade de vida” em meio às desestabilizações que o viver carrega. Nesta direção, a vida útil consegue uma licença de trabalho de dois meses e, a despeito de sentir-se perdido ao parar de trabalhar, passa gradativamente a dormir melhor, fumar menos e aumentar o apetite. A vida se otimizava, tornava-se gradativamente tranquila e refletia sobre o seu ritmo. Até que:

Um dia saí para o meu passeio habitual quando ele, o pedinte, surgiu inesperadamente. Inferno, como foi que ele descobriu o meu endereço? “Doutor, não me abandone!” Sua voz era de mágoa e ressentimento. “Só tenho o senhor no mundo, não faça isso de novo comigo, estou precisando de um dinheiro, esta é a última vez, eu juro!” – e ele encostou o seu corpo bem junto ao meu, enquanto caminhávamos, e eu podia sentir o seu hálito azedo e podre de faminto. Ele era mais alto do que eu, forte e ameaçador.

Fui na direção da minha casa, ele me acompanhando, o rosto fixo virado para o meu, me vigiando curioso, desconfiado, implacável, até que chegamos na minha casa. Eu disse, “espere aqui.”

Fechei a porta, fui ao meu quarto. Voltei, abri a porta e ele ao me ver disse “não faça isso, doutor, só tenho o senhor no mundo.” Não acabou de falar ou se falou eu não ouvi, com o barulho do tiro. Ele caiu no chão, então vi que era um menino franzino, de espinhas no rosto e de uma palidez tão grande que nem mesmo o sangue, que foi cobrindo a sua face, conseguia esconder. (Fonseca)

Uma violência ganha contornos limítrofes na tentativa de manter a ordem totalizadora ante um processo de produção da diferença que lhe expõe fragilidades. A partir de uma série de códigos, de um conjunto de valores e regras de ação que delimitam um viver cidadão, escolhas se produzem a fim de evitar os efeitos do estranhamento que o “outro” produz.

A ideia de efeito aqui é fundamental, posto que o embate não consegue alcançar as causas das turbulências provocadas pelas diferenças que se produzem no encontro. O tiro toma o “outro” (que poderia ser facilmente substituído pelo “pobre”), pensado enquanto uma unidade exterior e problemática, como causa e não como efeito de um processo que distancia e pré-figura unidades a quais nos vinculamos e nos reconhecemos. É na aniquilação de um corpo estranho que se pretende produzir alguma resolução para tudo aquilo que os encontros insistem em gestar de sem-sentido.

A vida-útil assume um modo de funcionar, como nos aponta Rolnik (1992), tal qual o de uma subjetividade-sentinela, tutelada pelo medo de qualquer tremor a sua configuração. Modo este de viver que se assusta e reage quando qualquer sinal de diferença insiste em reverberar e fazer pressão ante as normas que balizam suas esperanças de um mundo no qual seus modos de habitar os verbos da vida sejam estáveis.

Medo e esperança como duas faces da mesma moeda que almeja na segurança a resolução de seus impasses. Segurança que, como bem nos apontou Foucault (2008b), se torna o princípio de fabricação da liberdade (facilmente entendida como individual) e da dignidade humana - valores centrais para o modelo de governamentalidade neoliberal.

Segurança que deve prioritariamente manter a ordem social via políticas de Estado que almejam garantir molduras institucionais através das quais o reconhecimento e respeito às diferenças se dão em relação à um outro com contornos e lugares bem delimitados. Empresas em concorrência e/ou “parcerias” contratualmente estabelecidas decalam esses contornos... Dessa feita, vale frisar o que Rolnik nos aponta (1992, p. 15): “ [...] *tanto faz que se espere obter essa segurança através de uma assistência garantida pelo Estado ou através da formação de um patrimônio e da acumulação de capital.*”

Há sempre um risco neste “outro” cujas marcas nos distanciam de uma vida adjetivada que impõe diferenças “em relação a...” e que “em nome de...” merecem

ser sanadas, restituídas. Diferenças postas em relação a um regime de forças que esconjura a diferença substantiva de toda composição de forças em sua potência sem governo e a subsume ao registro da desigualdade.

Na contramão, talvez possamos encontrar alguns elementos diversos do mencionado conto no perigoso poema do francês Charles Baudelaire “Espanquemos os pobres”:

[...] Quando ia entrar num bar, um mendigo estendeu-me o chapéu com um desses inesquecíveis olhares que derrubariam tronos, se é que o espírito removesse a matéria e se o olho de um hipnotizador fizesse as uvas amadurecerem. Ouvi, ao mesmo tempo, uma voz que me cochichava ao ouvido, uma voz que eu me reconheci bem; era a voz de um bom Anjo ou um bom Demônio, que me acompanha por todos os lugares. Se Sócrates tinha seu bom Demônio, por que eu não havia de ter o meu bom Anjo, e por que não teria eu a honra, como Sócrates, de obter um brevê de loucura, assinado pelo sutil Lélut e pelo bem informado Baillarger?

Existe essa diferença entre o Demônio de Sócrates e o meu, pois o de Sócrates só se manifestava a ele para proibir, advertir, impedir, e que o meu dignava-se a aconselhar, sugerir, persuadir; o meu é um grande afirmador, o meu é um Demônio de ação, um Demônio de combate.

Ora, sua voz cochichava isso: “Quem for igual ao outro que o prove e só é digno de liberdade quem a sabe conquistar.”

Imediatamente saltei sobre meu mendigo. Com um único soco fechei-lhe um olho, que, em um segundo, tornou-se inchado como uma bola. Quebrei uma unha ao partir-lhe dois dentes, e como eu não me sentisse bastante forte, tendo nascido de compleição delicada e tivesse pouca prática de boxe, para desancar aquele velho, peguei-o com uma das mãos pela gola de seu casaco e com a outra lhe agarrei a garganta e me pus a sacudi-lo, vigorosamente, cabeça contra a parede. Devo confessar que já havia previamente inspecionado os arredores com uma olhada e havia verificado que naquele subúrbio deserto eu me achava, por algum tempo, fora do alcance de qualquer policial.

Tendo, em seguida, com um pontapé, dado em suas costas, bastante enérgico para lhe quebrar as omoplatas, botei por terra aquele sexagenário enfraquecido; peguei, então, um grosso galho de árvore, que

estava jogado no chão, e bati nele com a energia obstinada dos cozinheiros que querem amolecer um bife.

De repente – ó milagre! Ó alegria do filósofo que verifica a excelência de sua teoria – vi esta antiga carcaça se virar, se levantar com uma energia que eu jamais suspeitaria que houvesse numa máquina de tal modo danificada, e, com um olhar de raiva que me pareceu de bom augúrio, o malandro decrépito jogou-se sobre mim, socou-me os dois olhos, quebrou-me quatro dentes e, com o mesmo galho de árvore, bateu-me fortemente. Pela minha enérgica medicação, eu lhe havia restituído o orgulho e a vida.

Então, eu lhe fiz sinais enérgicos para que compreendesse que eu considerava nossa discussão terminada e, levantando-me com a satisfação de um sofista de Pórtico, lhe disse: “Meu senhor, o senhor é meu igual! Queira dar-me a honra de aceitar que eu divida minha bolsa consigo, e lembre-se: se você é realmente filantropo, que é preciso aplicar, em todos os seus confrades, quando eles lhe pedirem esmolas, a mesma teoria que eu tive o sofrimento de experimentar sobre suas costas.”

Ele me jurou que havia compreendido a minha teoria e que obedeceria aos meus conselhos. (Baudelaire)

Perigoso poema porque talvez enseje, em tempos de medo do que difere, justificações acerca de violências que se pautam numa igualdade jurídica nunca alcançada factualmente no Brasil. Perigoso porque, em busca desse ideal se produza um ressentimento que beira ao fascismo de anulação da diferença substantiva, da alteridade que não se permite mensurar em escalas padronizadas. Isto não só não nos interessa como é exatamente contra o que lutamos. É fundamental que isto fique claro.

Neste sentido, enfatizamos a potência do poema para o que nos interessa afirmar: a assunção da violência como primeira em toda e qualquer noção de igualdade. É pela constante atualização dos jogos de forças (quando não pensado como já determinado de uma vez por todas), que se põe a prova as possibilidades concretas do quanto o ideal da solidariedade filantropa, ao contrário de enfraquecer desigualdades, as afirma por um golpe de forças que adjetiva modos de vida. Tal qual o feito no conto “O Outro”, que no processo de adjetivação da vida formula um caminho de transformação – “arranje um emprego!” – que retirará o outro da condição de necessitado. Vida útil que amola facas ao esbravejar, com a autoridade

de um planejamento competente, a principal saída possível. Tratando o existir como passível de cálculo, o obstinado profissional em sua agonia espaço-temporal também prescreve violentamente futuros; articula projetos de vida trespassado por instituições como a escolarização, o emprego, o risco social, etc.; e, tal qual o demônio de Sócrates, insiste em advertir os caminhos aos quais não se deve seguir. A solidariedade mineira que sustenta a prática do profissional do CREAS e suas persistentes estimativas de um futuro que talvez nunca se efetive, se angustia com a vida que irrompe nas mordidas intempestivas de temporalidades outras.

Mordidas que se fazem aqui e agora, que se sentem no imediato da pele e atendem mais aos desígnios de corpos não tão humanizados. Ante aos latidos de um processo de conscientização que intenta gestar vidas que se produzem e se esfumam ao longe, perdidas no vento, ensejando temores em corpos dóceis e esperançosos por segurança, um demônio de ação se faz presente e, em meio as facas que se amolam, esmordaça uma consistência agonizante.

A angústia que pouco mobiliza, que pouco conecta é convocada a transmutar-se no seio daquilo mesmo que se pretende ignorar. É em meio a tensão da mordida, da gagueira de uma pausa tensa que talvez se possa (re)começar um exercício político de primeira grandeza.

Ação que implica um vagar, um habitar o desassossego e sua violência no contato com experiências que permanecem díspares. Atividade que implica uma espreita delicada na brutalidade dos fatos, das histórias e seus índices intensivos de movimentos e desvios que insistem em não se deixar vulnerabilizar com o que a nomeia em adjetivações faltosas e/ou deficientes.

O poema “Espanquemos os pobres” nos interessa ao colocar em cheque a pobreza que não se resume às aquisições materiais, mas sim a de uma pobreza de um certo modo de experienciar a existência que evita se por à prova nas relações nas quais se produz.

Uma pobreza que afirma potencialidades no mundo do trabalho, do planejamento da vida saudável, no futuro normatizado, no cálculo prescritivo de

vida, mas que facilmente pode se ressentir quando colocada a prova em sua opacidade à medida que se vê acuada pelos próprios lugares aos quais funciona como efeito e instrumento de atualização e propagação. Acuada a partir do momento em que se vê apartada por potências que se recusam a ser potencializadas em caminhos que diferem da sua busca por tranquilidade dentro dos parâmetros de bem-estar consolidados.

Face a uma política de Estado que intenta promover a cidadania em destinos pré-moldados em acordo com formas de governo da vida transcendentalizados, as possibilidades de ação e/ou planejamento emergem em meio ao cansaço e a sobreimplicação de um fazer técnico afeito aos manuais e bem-aventurado.

Sobreimplicação que, segundo Lourau (2004), pode ser definida como a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática que constantemente reduz todo um possível campo de análise a um objeto certo e único – o fazer engajado. Prática esta que exige um suplemento do espírito garantido pela identificação com uma encomenda instituída – promoção de cidadania via inclusão social. O profissional sobreimplicado ocupa o lugar que lhe foi designado trespassado pela ilusão participacionista, pela esperança depositada em seus ombros. É, por fim, algo que Lourau (2004) define como a “*autogestão da alienação*”...

Coimbra e Nascimento (2004) apontam ainda para dois dispositivos que contribuem para práticas de sobreimplicação: o acúmulo de tarefas e a produção de urgências. Ambos impõem e naturalizam a necessidade de respostas rápidas, flexíveis e competentes tecnicamente. Neste funcionamento, que atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea, em inúmeros momentos, em meio às “urgências” que pululam no cotidiano laboral e que costumam promover uma forte individualização das ações, os profissionais dificilmente vislumbram uma disposição temporal que amplie a capacidade de pensar e colocar em análise os regimes de

visibilidade e dizibilidade de algumas das forças que os atravessam, os afetam, e os constituem hodiernamente em suas práticas¹²³.

Aos profissionais engajados em “fazer o possível”, que pretendem proteger e cuidar dos vitimados de uma situação caótica e emergencial, o governo das vulnerabilidades se efetiva facilmente como o fundamento de sua prática no SUAS. Governo que atua sobre os fatores de risco buscando sua minimização e, em paralelo, estimula fatores de proteção da segurança.

Esperanças, medos, violências, vulnerabilidades, riscos, direitos, deveres, etc. usados a favor da produção de uma vida segura. Produção que utiliza como meios primordiais a educação e a profissionalização dos indivíduos para produzir todo um conjunto de controles e decisões que tem por objetivo integrar a atividade humana como constitutiva de relações efetivamente úteis à ordem social. É preciso investir – via equipes multidisciplinares e transferências de renda – no fomento de conhecimentos, habilidades e atitudes como “ativos” para a responsabilidade diante dos riscos sociais. Utilidade esta afinada com um Estado regulado de ponta de ponta por uma economia de mercado que oferta o empreendedorismo como possibilidade de saída de condições socioeconômicas desfavoráveis.

É neste sentido que podemos entender como se torna relativamente comum o reconhecimento de populações empobrecidas como “oportunidades de investimentos” dentro da racionalidade neoliberal de produção de capital humano. Como exemplo, podemos citar o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2011 *apud* Moreira 2013) que garante que para cada R\$ 1,00 gasto no Programa Bolsa Família há, por efeito multiplicador do aumento da renda dos beneficiários, um acréscimo de R\$ 1,44 no PIB.

123) Indo ao encontro deste conceito, Abbês, durante uma aula da pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 30/10/2013, lança a seguinte provocação: “*É possível estar em política pública sem sobreimplicação?*” Questão-problema que intentava rachar fazeres e saberes de inúmeros militantes e operadores de políticas públicas ali presentes e cuja ruminância entendemos se fazer necessária ao apostar numa análise de implicações dos fazeres cotidianos de operadores das políticas públicas.

Engajamento em segurança que se faz primordialmente pela participação na “melhoria de governos do vivo em estado de conservação”, pois como nos fala Oliveira (2011, p. 95): “*Nossa entrega aos governos dos possíveis produz Vida tornada sobrevivência, de miséria ou abastada. É a mesma miséria.*” É a delegação de poder de tutela sobre a vida, que “em nome do cuidado”, “em nome da justiça” e “em nome de minimizar riscos e vulnerabilidades” acaba por desqualificar ou desconsiderar modos autônomos de soluções para expressões do ser denominando-as de doenças, desequilíbrios, síndromes e vulnerabilidade/risco.

O socioeducando, que inter-fere na intervenção profissional afeita aos manuais, se recusa ao mero lugar de vítima de violação de direitos e, reagindo a um regime que o afaga violentamente, espanca o discurso do projeto de vida. Se insurge na busca de um porvir que, na sua articulação de uma temporalidade espacializada prospectivamente, se esquiva de lidar com as agonias que perduram em temporalidades que não permitem futuros noutra lugar. Agonias que insistem e se formulam em durações que experimentam no aqui e agora dores e delícias sem jurisprudência.

Como as mordidas da cria, o adolescente tritura a continuidade da violência de um plano que não lhe apetece e nos faz antever a opacidade de um mundo que nos iguala somente para escamotear a violência primeira da norma e assim apaziguar a derrota dos vencidos sob o signo de uma suposta incompetência formatada em projeções pré-moldadas. Ao fazer uma intervenção¹²⁴ na atividade proposta, numa atitude tida como impensada, o socioeducando pôs em análise uma série de implicações¹²⁵ que produziam não só aquele espaço como também aquela

109) Intervenção aqui significa ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções, ou seja, estranhar e mesmo questionar a homogeneidade, a coerência, a naturalidade dos objetos e dos sujeitos que estão no mundo. (Lourau, 1975:15 *apud* COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L., 2004)

110) Implicação aqui é utilizado no sentido da análise institucional francesa, a saber: como um nó de relações que sempre estabelecemos com as diferentes instituições que nos constituem e nos atravessam e que se desdobram em nossas adesões e rechaços, referências e não referências, participações e não participações, sobremotivações e desmotivações, investimentos e desinvestimentos libidinais. Dessa feita, implicado sempre se está, marcando por fim uma diferença

linearidade temporal preenhe de expectativas. Com sua fala, produz-se uma brecha onde, talvez, o cheiro de uma aposta, datada do século XVI por outro poeta francês, possa impregnar o ambiente:

Esquece o futuro... ele não te pertence!

O presente te basta!

Mas é preciso ser rápido, quando ele é mau presente
E andar devagar quando se trata de saboreá-lo.
Expressões como: “passar o tempo” espelham bem a maneira de viver dessa gente prudente... que imagina não haver coisa melhor para fazer da vida.

Deixam passar o presente, esquivam-se, ignoram o presente...

Como se estar vivo fosse uma coisa desprezível...
Porque a natureza nos deu a vida em condições tão favoráveis que só mesmo por nossa culpa ela poderia se tornar pesada e inútil.
(Montaigne *apud* Provoações, 2011)

Com sua intervenção na intervenção, o adolescente distendeu o tempo da norma e, no “presente que te basta” impôs a colocação em análise dos modos de existência, a colocação no regime de visibilidade e dizibilidade de algumas das forças que nos atravessam, nos afetam e nos constituem cotidianamente.

Sendo assim, podemos, pelo conto de Rubem Fonseca e pelo poema de Baudelaire, antever duas atitudes éticas limítrofes de assunção da violência de um encontro com a diferença. A primeira, a do conto “O outro” assume a morte como o apaziguamento da diferença, e numa recursividade extremada promove sua medrosa e frágil tranquilidade. Combate aquilo que difere em nome de uma segurança.

Já o poema de Baudelaire, tal qual a fala do adolescente, mesmo ao afirmar uma diferença, potencializa uma esgrima das forças em embate, abre brechas para a

vital entre este sentido o de “implicar-se” enquanto uma interação voluntarista, produtivista e utilitarista sob a égide do compromisso, já que implicado sempre se está. (Lourau, 2004)

emergência de um outro arranjo para além da “solidariedade mineira” retinida ao longo do fazer profissional engajado.

Enfrentamento que em lugar da agonia assevera uma agonística. Uma arte da luta em meio as perenes batalhas que insistentemente travamos no exercício de produção de liberdade. Agonística que proclama que não há descanso possível; não há vitória final ou representação possível na insistência de gestação da liberdade. Nesse sentido, sustentar o combate entre díspares seria então uma necessidade de primeira ordem, uma vitória a ser conquistada sobre a tristeza, o ressentimento, a fraqueza e os apaziguamentos que se quer imprimir.

A retórica do trabalho como dignificante do humano, como fundamento da cidadania, como dever daquele que deseja ter direito a segurança não se sustenta na relação que embaralha os papéis de educador e socioeducando. Quem educa e quem é educado, quem detém e transmite o saber a um outro ignorante após a jovem indagação? Ambos se produzem atravessados por essa lógica que os violenta de distintas maneiras. O disparate juvenil lembra ao profissional engajado da violência que o mesmo sofre e impõe e; talvez provocando uma passageira suspensão repetitiva dos gestos instituídos, retome a potência sem governo que deseja modalidades de relações que sejam

[...] ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se menos de uma oposição termo a termo que os bloqueia um em face do outro, e mais de uma provocação permanente. A agonística entre liberdade e poder não é uma questão simples. A liberdade é tanto condição para o exercício do poder quanto da resistência a ele.” (Foucault, 1995a, p. 244–245)

É talvez na aposta dessa transmutação da agonia para a agonística que uma outra habitação do exercício dessa política de Estado pode ganhar outra densidade nos modos nos quais a integralidade da vida se dá em suas mais variadas formas e intensidades. Nesse exercício político por definição, a capacidade de afirmação da diferença como absoluta se vê fortalecida na justa medida em que os parâmetros de aproximação, generalização e enfraquecimento da disparidade são esboroados.

Exercício atento à convocação de forças de afetação e dos problemas gestados nesses inúmeros encontros que nos afetam e nos forçam a pensar. Em consonância com a filosofia Nietzscheana, reverte-se aqui uma imagem moral do pensamento, que o define como a busca do verdadeiro e propõe-se uma nova imagem ao introduzir as noções de sentido e valor no exercício do pensar. Pensar não é o exercício natural de uma faculdade. O pensamento não pensa sozinho e por si mesmo, como também não é perturbado por forças que lhe permaneceriam exteriores. Pensar depende necessariamente das forças que se apoderam do pensamento. Pensar é, além disso, interpretar, desenvolver e traduzir signos. Oposto ao alinhamento com o que já se conhece, pensar é arriscar-se. Não o risco tal qual pensado pelas lógicas biopolíticas de gestão do vivo; não o risco adjetivado a partir das formas as quais se pensa que a vida mereça ser vivida, mas o risco do que não tem sossego e nem nunca terá. O risco que, mesmo sem porquê o saibamos, nos faz calar, nos faz perder o sono e, paradoxalmente, nos instiga a continuar em meio a e para além dos modelos pré-moldados.

Risco que ao intensificar-se, pode promover como efeito a constituição de um plano de consistência dessas forças que nos assediam, dos gritos do intolerável e suas múltiplas vozes que o habitam por entre ruelas, cheiros, encruzilhadas e cacos de estórias. Cacos que servem para cortar, irromper outros fluxos que existencializem nos corpos as marcas de encontros intensivos.

Consistência que se afirma em meio as dores e delícias de habitar uma política de Estado e atizar o que pode haver de público nos encontros que esboçam essa experimentação ética. Experimentação que no seu exercício insiste em ativar o caráter público em nossos fazeres. Caráter este entendido como aquilo que produz desvios nos constrangimentos já instituídos e inclui a usinagem da diferença substantiva do/no território. Talvez em nosso presente, essa seja a possibilidade mais digna nos encontros com o outro – a da invenção de outros modos de estar nos verbos da vida que expandam os índices de liberdades e indiquem a produção de uma outra estética da existência.

É preciso portanto estar a espreita das desestabilizações que se gestam na repetição de falatórios intermináveis de prescrições de como viver cheias de certezas e insolências individualizadoras. Atento aos desassossegos que nos invadem e atualizam os limites estreitos dos nossos saberes e que, por muitas vezes, nos obrigam a falar o menos possível para que algo de diferente possa ser efetivamente dito e escutado. E, nos intervalos deste exercício de produção de público numa política de Estado, mesmo quando tomados de cansaço, apostemos no esforço de arriscar-se sem garantia de recomeço e tal como Clarice Lispector (1977)¹²⁶, talvez (re)afirmar potências tumulares:

Bom, agora eu morri. Mas vamos ver se eu renasço de novo. Por enquanto eu estou morta. Estou falando do meu túmulo.

Aposta esta que se esquia do peso da utilidade fria de uma vida calculada entre direitos e deveres, e se põe a prova nos embates que mais do que pastorear existências, talvez como nos aponte Ferreira (2015), entende a política como não se restringindo à conquista de direitos, mas a atravessando. Aposta que almeja promover conquistas afeitas ao cuidado no desassossego e atualizam a pergunta sempre pertinente do que estamos fazendo com nós mesmos.

126) Em entrevista concedida em 1977 ao repórter Júlio Lerner, da TV Cultura. Depois de gravada, Clarice pediu que a entrevista só fosse divulgada após sua morte. Foi ao ar dez meses depois. Clarice morreu em dezembro de 1977, aos 57 anos.

10

Duas Marias

A volta para Aracaju trouxe muitas mudanças.

Como sugerido na banca de qualificação, em meio a muitas frentes de trabalho abertas e uma discussão um tanto quanto ampla, foi sugerido que se ficasse atento às questões que a volta para o campo de trabalho traria junto ao meu retorno. Que talvez nesse (re)encontro as questões fossem se delimitando com maior clareza.

Proposta cirúrgica e que entre idas e vindas Aracaju/Rio de Janeiro reformulavam o trabalho no CREAS da capital sergipana como também indagavam a pesquisa de outros modos.

Pouco antes de me ausentar para a licença bienal de estudos, a prefeitura de Aracaju estava no processo de reordenamento dos serviços de média complexidade. Se até então os CREAS funcionavam por temáticas de violação de direitos, em 2016, como preconizava a PNAS, já funcionava por cobertura territorial. Assim, cada um dos quatro CREAS da cidade deveria cobrir uma área dentre as subdivisões distritais do município e desenvolver trabalhos de superação dos direitos violados dentro desse mesmo território. Proposta que ampliava a matriz territorial dos equipamentos de assistência social, diminuía o estigma presente nos equipamentos como locais de manejo de violações específicas – “Aquele é o CREAS que trabalha com os menores infratores”, “aquele outro é o CREAS que trabalha com mulheres vítimas de violência”, “já aquele trabalha com os deficientes e os idosos” – e

aprofundava o entendimento das equipes técnicas das violações como produzidas na relação imanente nos territórios e suas especificidades.

Se antes da licença, trabalhava com os adolescentes em cumprimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSEMA) de toda Aracaju, agora me deparava com o único CREAS cuja principal violação no ano de 2016 era contra a população idosa. Encomenda inteiramente nova, com fluxos diferenciados e uma relação bem próxima com as cobranças do Ministério Público (MP) . Para além dessa principal violação, o CREAS atendia ainda crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência e/ou transtorno mental com algum direito violado, crianças e adolescentes em cumprimento das MSEMA bem como outras possíveis violações previstas para aquele equipamento.

Neste mesmo ano – 2016 – nos deparávamos com as eleições municipais, tendo a coligação ganhadora, encabeçada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), utilizado como uma de suas principais plataformas eleitorais a reestruturação das políticas de assistência no município, consideradas abandonadas pela gestão da coligação encabeçada pelo Partido Democratas (DEM) no quadriênio anterior. O novo prefeito eleito, Edvaldo Nogueira, prometia uma gestão mais técnica da maquinaria social alinhada aos pressupostos do SUAS.

Promessa esta que animava boa parte dos trabalhadores do município que constantemente avaliavam a gestão anterior como grande responsável pelo retrocesso na execução da políticas de assistência municipal, resgatando ao longo de sua administração o caráter de benemerência do chefe do executivo junto a população vulnerável. O histórico assistencialista retornara com força durante esse período, tendo a pasta sido assumida pela primeira dama e vários dos principais cargos de gestão assumidos por trabalhadores que executaram políticas assistenciais anteriores a formulação do SUAS.

Como o biênio do afastamento coincide com os dois anos intermediários da administração do DEM, me parece irresponsável discorrer muito sobre o mesmo.

Por isso, me limito a apresentar um breve sobrevoo dos discursos de “desmonte” amplamente repetidos no ano do meu retorno. Discursos que se propagam ao longo de 2017, tanto entre os trabalhadores quanto entre o poder executivo e que mobilizam, sob diferentes matizes e bandeiras, a “necessidade de arrumar a bagunça deixada pela gestão anterior.” Inflexão interessante que serve desde como justificativa para a diminuição sistemática das considerações sobre a gestão que o próprio trabalhador faz de suas atividades, a até mesmo as políticas de arrocho salarial impostas pela atual administração em nome da retomada da responsabilidade fiscal do município. A partir daí uma série de práticas que gravitam no cotidiano do serviço atualizam a importante distinção entre política de governo e política de Estado¹²⁷.

De fato, uma nova relação com o trabalho na proteção social especial se configurava. Se anteriormente o trabalho com os adolescentes e as questões referentes à formulação de um projeto de vida alicerçado em valores sociais amplamente aceitos davam a tônica do serviço ao longo do processo de execução das MSEMA previsto junto a todo o sistema de garantias de direitos, agora lidávamos com um equipamento que praticamente não tinha nenhum adolescente com este perfil de violação. Ademais, o território coberto pelo CREAS contava ainda com vários dos principais bairros de classe média e classe média alta da cidade, o que por vezes nos colocava diante de um público que adentrava ao CREAS com todos os preconceitos ligados ao entendimento do serviço público como pobre e feito para pobres. Tornava-se cada vez mais comum as famílias envolvidas comparecerem com seus respectivos advogados (quando não tinham essa formação educacional em seu próprio currículo) que questionavam com propriedade o nosso trabalho e a atuação dos demais órgãos de garantia de direitos.

Entre essas mudanças, o trabalho com os idosos ganhava amplo destaque seja pelo número de ocorrências, seja pelas cobranças do Ministério Público do

127) Sucintamente, enquanto que a primeira se alinha aos interesses do grupo político a frente do executivo, a segunda, devido ao arcabouço legal que lhe serve de sustentáculo, supostamente produziria mecanismos para limitar o exercício arbitrário deste mesmo grupo.

acompanhamento dos casos. Se o trabalho com populações com direitos violados se faz com boa parte de seu público com acesso prioritário às políticas de Estado, um outro critério de prioridade se institucionaliza na rotina do serviço – o da cobrança do órgão competente. Como a promotoria específica do MP de acompanhamento dos idosos e pessoas com deficiência e/ou transtorno mental tinha um fluxo melhor estabelecido de cobrança junto aos equipamentos socioassistenciais tornava-se comum se estabelecer prioridades de acompanhamento e/ou encaminhamento de relatórios não necessariamente por uma urgência construída na avaliação da equipe técnica, mas sim pela cronologia dos prazos de envios de relatórios, fortalecendo por diversas vezes a função cartorial da assistência social. A sobreimplicação se pautava em novas práticas, novas urgências.

Em paralelo a elas, lidávamos com um público que por vezes ensejava outros tempos, dilapidavam urgências com seus ritmos de vida, suas relações familiares açambarcadas de memórias. Vidas que só recentemente recebiam um estatuto que as normalizava e protegia a partir da lei 10.741 de Outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. É a partir deste que o Estado Brasileiro passa a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Em seu artigo 2º, afirma-se que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 2003)

Estatuto que deve garantir uma especificidade ante as vicissitudes da vida atreladas à idade avançada daqueles que envelhecem. E, mais do que isso, vidas que cujo desenvolvimento do capital humano – objeto ao qual discorreremos ao longo desse escrito – encontrava possibilidades de desenvolvimento de outra forma. Quais os projetos de vida para aqueles que não mais se submetem primordialmente a ordem social do trabalho? Se com os adolescentes que cometeram atos infracionais ou com as famílias beneficiárias do bolsa família tratava-se sempre de pensar e articular esforços no sentido de uma possível profissionalização, com os idosos o

estatuto das intervenções era outro. A recente institucionalização da lei que cobriria os corpos envelhecidos deveria abarcar e proteger uma vida sob normas até então estranhas a muitos deles e sua famílias. A atuação entre a letra fria de uma nova lei e vidas que não necessariamente pediam a intervenção do Estado se fazia talvez mais precisa do que nunca.

Uma delas, Maria das Dores, morava numa vila de um antigo bairro da capital. Beneficiária do BPC¹²⁸, pagava o aluguel do cômodo, comprava sua alimentação e, por vezes, remédios e exames demandados por sua situação de saúde.

Queixava-se de dores.

Sua demanda chegara ao CREAS porque numa dessas queixas fora parar no hospital e ficara internada por uns dias. Na tentativa de acionar a sua família, o setor social do hospital ficara surpreso com a informação da idosa de que apesar da família de 4 irmãos, Dona Maria levava a vida inteiramente só. Não podia contar com ninguém.

Como Maria tinha 68 anos configurava-se assim um quadro de possível abandono e negligência daquela vida pautada pelo Estatuto do Idoso. Acionada a promotoria do MP através de notificação compulsória do hospital, o CREAS toma conhecimento do caso e passa a propor suas intervenções.

À época do meu retorno, Maria já era acompanhada havia mais de um ano. As tentativas da equipe se concentravam em duas estratégias. A primeira consistia em articular ações junto a Unidade de Saúde da Família (USF) responsável: acompanhar suas proposições, fortalecer suas estratégias e, se necessário, notificar aos órgãos

128) O Benefício de Prestação Continuada (BPC) contempla idosos com mais de 65 anos e portadores de deficiência, vivendo em famílias com renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. Ao contrário do bolsa família, o BPC é incondicional para aqueles que atendem aos seus critérios de elegibilidade. Em 2013 beneficiava cerca de 4 milhões de pessoas pobres com uma transferência de renda no valor de um salário mínimo. (Lavinias, 2015a)

competentes possíveis desmandos. Já a segunda, se pautava na busca de alguma referência de cuidado familiar para aquela vida, resgatando a pressuposta função orgânica da família de responsabilidade com seus membros. Era preciso diagnosticar os vínculos dessa Maria com seus parentes, identificar pontos frágeis e possíveis caminhos para aproximar e fortalecer a responsabilização daquele núcleo entre eles. Nesse processo urge diferenciar se ainda há algum tipo de vínculo que possa ser resgatado ou reconstituído ou se já ocorreu um rompimento aparentemente irreversível dos mesmos.

As visitas da equipe a Dona Maria eram sempre marcadas por reiteradas queixas de dores. Constantemente novos sintomas e encomendas para saúde ganhavam formas e eram avaliadas por aquela vida como não contempladas devidamente pela equipe da USF. Sobre seus parentes, reiterava que nenhum deles a auxiliaria; “*não tinham amor no coração*”, mesmo ela tendo cuidado de todos eles durante a infância e alguns deles tendo boas condições financeiras. Descrente desde o início da segunda estratégia proposta pelo CREAS, suas assertivas junto a nossa equipe podiam se resumir a uma espécie de ouvidoria das investigações dos equipamentos de saúde que não conseguiam definir um diagnóstico de suas dores. Por vezes era o estômago, noutras o intestino, noutra o pulmão... vários exames feitos, nenhum auxiliava em algum diagnóstico definitivo. Os remédios prescritos e as ações propostas eram cada vez mais considerados sem o menor efeito.

Junto a unidade o seu prontuário de intervenções era extenso. Várias tentativas de investigações médicas tinham sido feitas ao longos dos anos. Nenhuma delas encontrava uma possível justificativa para a intensidade das queixas daquela vida. Ainda assim, como costumeiramente as dores tomavam novos contornos, novos exames eram solicitados e do ponto de vista legal, a USF se protegia por documentar a solicitação dos mesmos e alegava como limite de sua ação a necessidade de esperar sua execução dentro de um sistema cuja demora poderia levar meses. Nesse contexto, mesmo avaliando que possivelmente os novos exames

não encontrariam nada de significativo, a principal suspeita da equipe era de que dona Maria das Dores apresentava um quadro clássico de paciente poliqueixosa¹²⁹.

Morando na mesma rua da USF, praticamente aquele espaço era o local mais frequentado em sua rotina. Com o passar do tempo, tornava-se cada vez mais comum Dona Maria ocupar a recepção do posto com alguma de suas queixas com frequência semanal. Em seus contatos com os vizinhos da vila, bem como os profissionais de saúde, alinhava-se um discurso de tratar-se de uma pessoa solitária, difícil, teimosa e que provavelmente não teria nenhuma grande enfermidade. A desconfiança sobre o seu estado de saúde era geral. Inúmeras vezes ouvíamos que ela fingia ou ampliava suas dores a fim de obter atenção.

Mesmo tendo um longo prontuário junto a USF, os equipamentos públicos pouco sabiam de sua história. O principal contato telefônico familiar era de uma irmã moradora em outro Estado – que segundo ela, era a única que por vezes a acionava via telefone. Enquanto a assistência tentava junto a saúde garantir sua prioridade na marcação de exames e possível identificação das demandas de saúde daquela vida que se apresentavam sempre como urgentes, o contato com o núcleo familiar acontecia a passos lentos. Os parentes, quando encontrados, faltavam aos nossos convites, tentavam diluir qualquer assunção de responsabilidade entre os demais e garantiam que sua parente era realmente uma pessoa difícil. Garantiam que todos já tentaram em algum momento prover alguma estratégia de cuidado, seja experimentando convidá-la para morar junto ou encontrando alguma pessoa que pudesse auxiliá-la em seus cuidados, mas que Dona Maria sempre criava problemas e brigava com todos.

129) Poliqueixa é um jargão médico usado para definir o comportamento do paciente que percorre diversas especialidades apresentando múltiplos sintomas, mas cujos exames não revelam nada. Para o psiquiatra José Atílio Bombana, coordenador do Programa de Atendimento à Somatização da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o termo poliqueixoso tem um “quê” de pejorativo. “É como se fosse apenas um ‘piripaque’, quando, na verdade, esse comportamento pode estar relacionado a um distúrbio psiquiátrico”, diz. O diagnóstico exato seria de uma doença chamada transtorno multisomatoforme, na qual o indivíduo “desconta” no corpo uma série de problemas emocionais. (MACEDO, Lúlie; OLIVEIRA, Roberto de., 2003)

A própria idosa nunca nos forneceu nenhum relato contínuo de sua história, pescávamos pequenas informações ao longo de seus padecimentos. Fragmentos de uma vida anterior as dores. Ante a sua suspeita de paciente poliqueixosa, a USF pouco conseguira avançar em qualquer acompanhamento pelos profissionais de referência daquela unidade. Como as possibilidades de adoecimento de origem orgânica eram minimizadas de antemão, os saberes da saúde mental eram obviamente os próximos da checagem. Todavia, nossa Maria refutava psiquiatras e psicólogos.

“querem dizer que eu invento tudo isso, mas ninguém sabe o que eu passo não; as dores que eu sinto.”

Do ponto de vista estatal, aparentemente o cuidado com aquela vida estava coberto. Tanto a saúde – com seus exames porvir e os encaminhamentos *a posteriori* –, quanto a assistência – e suas ações para produção de estratégias de enfrentamento a violação via responsabilização familiar –, se justificavam ante as encomendas legais.

Ao longo do acompanhamento, diante dos posicionamentos tanto da família quanto de Dona Maria, parecia importante pensar um plano alternativo junto às instituições de acolhimento. Os populares asilos que por vezes acolhiam essa demanda das vidas descartadas.

Sucederam-se então várias tentativas de aproximação desta vida junto a instituições com este caráter. Dona Maria sempre se recusava, dizia que o que precisava mesmo era de médico, que ainda tinha condições de se cuidar e não queria perder os móveis que comprara com tanto esforço e sua casinha, mesmo que alugada, para viver no meio de pessoas que não escolheu. Ademais, o BPC passaria a ser inteiramente administrado pela equipe do asilo conveniado à prefeitura como entidade assistencial. Além dos horários e rotinas impostos pelo novo equipamento, o controle das possibilidades de consumo era praticamente total.

Vocês vão ficar com o meu dinheiro?

Sim, a gente administra e todo mês passa um “recibo” pra você de tudo o que foi gasto e, se sobrar alguma coisa, a gente guarda caso precise fazer algum exame, comprar algum remédio; alguma emergência, sabe dona Maria? - Garantia a assistente social do asilo.

Mas eu não vou ficar com nada? E se eu quiser comprar alguma coisa? Uma roupa, um sapato, uma sandália, um doce?

Aí a senhora fala com a gente o que quer e a nossa equipe, na medida do possível, providencia. A gente vai lá e compra.

Eu vou junto?

As vezes, mas geralmente como a gente não tem carro sempre, não tem como garantir, mas a senhora fala direitinho o que quer e como quer a gente tenta conseguir daquele jeitinho!

Então eu não posso nem escolher? Ah, não! Eu gosto de ir, de provar, poder escolher!

Dona Maria impunha dificuldades para a lógica do abrigo ao afirmar demandas que não se põe no lugar pleno destinado ao vulnerável. A assistente social nos afirmara que o controle total da renda do idoso era uma forma de evitar possíveis problemas e furtos. A equipe daquela instituição, assim como várias outras do tipo, adotava essa estratégia devido ao histórico de que muitas vezes seu público-alvo era bastante desconfiado e por vezes perdia o controle dos seus recursos e suas prioridades. Quando administravam o dinheiro, reiteradamente os idosos acusavam os integrantes do asilo de roubarem seus proventos, de sumir com o dinheiro que deixavam na carteira e quando se investigava a situação, não era incomum perceber que na verdade o acusado havia posto o dinheiro noutra lugar e, por esquecimento comum àquela faixa etária, não recordavam onde tinham deixado. A teimosa e o esquecimento por vezes coléricos eram submetidos a fria gestão técnica e racional dos custos e justificados por características inerentes ao encontrar-se idoso.

As soluções estavam dadas; as opções legais estavam postas. Acompanhamento da Saúde, família, instituição asilar. As alternativas já traçadas de responsabilização familiar e do poder público pareciam óbvias, mas Dona Maria insistia que tudo aquilo era perda de tempo enquanto sua saúde ia se deteriorando.

Eu só queria descobrir porque dói tanto! Ficam pra lá e pra cá e ninguém descobre nada e ainda dizem que eu tô fingindo.

Em meio as alternativas, sua história permanecia uma incógnita. Qualquer tentativa de acioná-la era rapidamente recusada posto que a urgência das dores gritava em seu corpo em velhos e novos lugares.

Mesmo sem um lugar que pudesse chamar de seu, Maria das Dores, cuja história pouco sabíamos, estava coberta pela rede. Para ela, faltava amor no mundo. Afligia-se com a simples menção a seus irmãos, não acredita em nada que possa vir deles.

Na única audiência no Ministério Público que o caso teve ao longo de dois anos, Maria usara sua fala para afirmar, entre lágrimas, que o problema é que falta amor no mundo, nas pessoas. Como resposta, o promotor – anteriormente alertado pela saúde da capacidade da reclamar da idosa – afirmara categoricamente:

Infelizmente isso a gente não tem como te dar!

Sem amor para dar, a audiência do MP deliberou para que a saúde realizasse uma avaliação de saúde mental da idosa, já que a leitura de tratar-se de uma paciente poliqueixosa não apresentava formalmente nenhum CID ou DSM que o equivalesse. Quanto à assistência, solicitava ainda que insistisse nas possibilidades de que a família de Maria das Dores fosse sensibilizada em paralelo com novas tentativas de convencimento da idosa sobre sua possível institucionalização. Ante as opções já desenhadas, o promotor entendia que todas as saídas possíveis fossem

melhor amarradas e que caso a idosa não topasse nenhuma delas, assumiria sozinha sua escolha de vida.

Com o passar do tempo, a cronificação de seu quadro foi aumentando. Se antes Dona Maria já não frequentava o CREAS por garantir não ter condições financeiras e físicas de chegar ao equipamento até mesmo devido a distância, a cada vez a encontrávamos andando mais curvada pela sua residência. Em situações de muita dor, ligava desesperada para o CREAS, dizendo que estava se acabando enquanto ninguém fazia nada. Sempre com novos exames a se fazer, nenhum prognóstico era definido com precisão.

A outra Maria enfrentava outros problemas.

Já próxima aos noventa anos, morava sozinha num antigo casarão no centro da cidade. Sua extrema lucidez impressionava a equipe, bem como a organização da sua casa e a conservação do mobiliário antigo. Numa situação um tanto quanto rara, fora ela quem tinha acionado o MP queixando-se de alguns familiares e sua postura invasiva¹³⁰. Já havia registrado alguns boletins de ocorrência na delegacia especializada de atendimento a grupos vulneráveis, mas não vira nenhum resultado. Alguns documentos de sua casa haviam sumido e a nossa Maria tinha medo do que esses parentes, a quem imputava o furto dos papéis, pudessem utilizá-los para se apropriar de seus bens.

130) Dificilmente o público idoso acionava os órgãos competentes. Seja por desconhecimento, por naturalização da violência sofrida ou ainda por não quererem expor suas famílias e/ou acusar seus parentes com quem ainda mantém algum contato. Junto a isso, havia por vezes as narrativas daqueles que tiveram uma vida que consideravam muito correta, sem nunca ter pisado numa delegacia ou passado na frente de um juiz.

Ao longo da vida havia construído junto ao seu falecido marido um patrimônio considerável. Segundo ela, precisara trabalhar muito e aguentar muita coisa do companheiro para adquirir aquele padrão. O casamento se estendeu ao longo de quase cinco décadas. Não gostava nem de falar. Na sua época a mulher era pro homem e, sem a outra Maria – a da penha –, aprendera rápido a carregar “[...] *qualquer coisa de triste, qualquer coisa que chora, qualquer coisa que sente saudade; um molejo de amor machucado, uma beleza que vem da tristeza de se saber mulher, feita apenas para amar, para sofrer pelo seu amor e pra ser só perdão.*”¹³¹

Seu grande amor na vida eram os filhos. Sobre eles se dispunha a falar com desenvoltura – tivera três, todos homens. Dona Maria sempre carregava consigo algumas fotos dos seus meninos. Lembrava de suas infâncias, as viagens que fizeram, dos seus primeiros namoros, seus netos, etc. Infelizmente já enterrara todas as suas crias e, com o falecimento do último deles, o do meio, há aproximadamente duas décadas, passara a tomar remédios para conseguir dormir. Era o único medicamento que tomava diariamente desde então.

Muito querida na vizinhança, essa Maria resolvia praticamente tudo sozinha. Frequentava a igreja assiduamente, organizava toda a sua rotina de médicos e exames, controlava todas as questões referentes a sua morada e as outras casas que alugava e, mesmo tendo deixado de dirigir a pouco tempo devido ao sumiço do documento do carro, se deslocava com facilidade pela cidade com um taxista de confiança.

Em nosso primeiro contato, desconfiada não quis abrir o portão. Com o assédio familiar, se negava a permitir a entrada de estranhos na sua casa, a assinar qualquer documento e trocara os cadeados e fechaduras de todos os acessos à residência. Nessa oportunidade, da calçada mesmo explicamos resumidamente o papel do CREAS, deixamos os nossos contatos telefônicos na caixa do correio e solicitamos que nos procurasse o mais rápido possível. No mesmo dia, o seu advogado

131) Trecho da música “Samba da Benção” de autoria de Baden Powell (melodia) e Vinícius de Moraes (letra).

retornara a ligação e, ciente do que se tratava, agendou conosco um atendimento para sua cliente.

Após apropriar-se do que se tratava o CREAS e sua relação com MP, um tanto quanto envergonhada, nossa Maria pedia reiteradamente desculpas por não ter nos recebido como fora educada, mas em tempos como os de hoje avaliava como difícil confiar nas pessoas. Sua queixa se restringia aos sobrinhos, que a assediavam por conta dos bens acumulados. Demonstrava espanto, pois considerava que eles não queriam esperar nem que ela morresse pra disputar pelo que sobrava do patrimônio já um tanto quanto dilapidado pelas intempéries de seu falecido companheiro. Mesmo com o seu advogado garantindo que já tivera tomado todas as providências legais possíveis, mensalmente comparecia ao cartório para averiguar se algum de seus bens tinha sido vendido ou transferido para outra pessoa.

Se a nossa Maria anterior, se queixava de dificuldades de acesso a políticas públicas de saúde efetivas, esta, muito bem acompanhada e assessorada no que dizia respeito tanto aos seus direitos quanto a sua saúde, só fazia menção a uma gastrite já companheira de anos.

Bem ou mal, sua vida se tornara também alvo de assistência. Esta Maria teria agora a sua vida cuidada pela política de Estado.

Se até então os fazeres na política de assistência se faziam no manejo da pobreza, casos como da última Maria tornavam-se mais frequentes. Pessoas que nunca se utilizaram das políticas de Estado de assistência social, chegavam com suas encomendas em meio a gestão de suas vidas. Além de idosos com alto poder aquisitivo e que por anos sustentavam parte de seus familiares e sofriam de violência

patrimonial¹³², mulheres de classe média, classe média alta acionavam o equipamento via delegacia especializada tornando-se alvo de nossas intervenções. Capitais Humanos que se lançaram no investimento de si mesmo durante boa parte de suas vidas, ainda assim se enquadravam agora como necessitados das intervenções socioassistenciais. Faltara algo...

Engenheiros, médicos, advogados passavam então a fazer parte da rotina dos nossos serviços e, como as nossas duas Marias, se viam em contato com pessoas com as mesmas violações de direitos e oriundas de distintos estratos sociais.

Se outrora a tônica dos serviços se fazia ante o abandono ou negligência de demais políticas estatais – saúde, educação, segurança alimentar, etc. –, agora nos deparávamos com uma população que durante boa parte de sua vida conseguira produzir suas existências vinculadas prioritariamente a privatização desses mesmos direitos. Como uma arquiteta que durante toda a sua existência sustentara sua família e a poucos meses havia perdido o emprego devido as situações de violência ocasionadas por conta de seu relacionamento abusivo com o companheiro. Sua renda que beirava aos R\$ 10.000,00 a menos de um ano rapidamente fora ceifada. Como se não bastasse, seu ex-companheiro se apropriara recentemente de todas as suas economias. Suas filhas, que passaram toda a vida frequentando *shopping centers*, viajado pelo país, estudado em escolas particulares se viam agora num padrão de vida muito diferente. Salvo a renda de seus ascendentes diretos, nossa usuária poderia facilmente se enquadrar nos critérios do programa bolsa família.

Vicissitudes da vida. Entre a agressão sofrida e a crise financeira que atingia em cheio o mercado imobiliário – meio no qual produzira sua carreira – violências outras se gestavam, produzindo por lei novas encomendas de cuidado relacionadas ao fomento alucinante de seu capital humano.

132) Como exemplo dessa violência, o estatuto do idoso prevê: "*Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade.*" (Art. 102), bem como a retenção do cartão magnético de conta bancária e qualquer tipo de coação para que o idoso doe, contrate, teste ou outorgue procuração. Todos crimes passíveis de punição. (Brasil, 2003)

Quais cursos de inclusão produtiva as políticas de assistência poderia fornecer para esse novo público? De que forma se poderia alucinar a veiculação entre empregabilidade e formação profissionalizante nesses casos? Suas filhas cuja convivência e vínculos se faziam em espaços prioritariamente privados, agora se viam morando na casa dos avós sem acessar possibilidades de consumo que lhes eram tão naturais.

Como pensar, para esse novo público, considerado facilmente como “vencedor” dentro da lógica de produção capitalista, o manejo de suas questões?

Os vencedores “caídos” de uma modelização da existência também precisavam de suporte assistencial. A fórmula para o desenvolvimento dos pobres – fortalecimentos de vínculos mais saudáveis, possíveis (re)inserções no mercado de trabalho, intervenções junto às famílias para a assunção da sua propalada função protetiva ganhavam novas matizes entre eles. Era como se no caminho que trilharam em suas trajetórias bem sucedidas, algumas habilidades ainda precisassem ser melhor desenvolvidas para a produção de uma vida mais segura.

Segurança.

De uma forma ou de outra, as encomendas das duas Marias e desse novo público poderiam ser resumidas nessa palavra-dispositivo.

A primeira, cada vez mais curvada, com dores que agora se concentravam na coluna e ainda sem diagnóstico fechado, rapidamente percebera que a manutenção da sua vida no ambiente doméstico fragilmente sustentado se tornava cada mais impossível. Suas chamadas aos serviços de atendimento móvel de urgência (SAMU) aumentavam sua frequência em inversa proporção ao crédito dado as suas queixas. Como seu caso não se enquadrava nas prescrições de uma internação hospitalar,

rápida e repetidamente era mandada de volta para casa. As intervenções junto a sua família continuavam a não produzir efeito, e gradualmente, como a nossa Maria previa, a equipe responsável começava a acreditar que junto aos parentes nenhuma intervenção seria eficaz. Caberia ao Ministério Público a possibilidade de acionar judicialmente os componentes daquele núcleo familiar diante do quadro de abandono e negligência.

Se antes Maria das Dores recusara com veemência a possibilidade de institucionalização, agora nos solicitava com vigor. Infelizmente, a vaga anteriormente disponível já fora ocupada. Maria entraria numa fila e suas questões de como sobreviver e produzir seu dia a dia se secundarizavam entre suas idas e vindas nos hospitais locais.

A solução viável para si, fora o abrigo numa das casas de passagem da capital. A estas cabe a função de estabelecer novas estratégias para aqueles cujo nível de vulnerabilidade e risco social já não mais permite o manejo de suas questões no núcleo familiar. Em caráter temporário, as equipes destes equipamentos devem criar estratégias de aproximação familiar ou passagem para instituições de acolhimento de longa permanência conforme as demandas de cada caso. Ante a urgência de assegurar a sobrevivência desta Maria, as soluções porvir de suas necessidades por assistência deveriam agora ser trabalhadas entre as questões que emergiam no seio daquela instituição. Nesse período em que ainda não se sabe muito bem qual o destino daquela vida, seu lar na pequena vila deveria permanecer fechado.

Agora sua existência seria amplamente tutelada no novo espaço.

Diferentemente dos asilos, a administração do seu BPC continuaria sob sua responsabilidade. A casa lar tinha os custos tanto da casa quanto da alimentação cobertos pela prefeitura, todavia Maria precisava manter o aluguel do pequeno cômodo posto que sua situação era temporária.

Nas nossas últimas visitas, a mesma se queixava da rotina e das regras do novo espaço. Reiterava que não gostaria que sua família ficasse ciente de sua nova situação, afinal, nenhum deles de quem tanto cuidou produziria nenhuma mudança.

Só informava que quando morresse, seu tio –que a visitara esporadicamente no seu quarto de vila e pagava o plano funeral – fosse o único a ser avisado.

Acompanhada pelo Estado, queixosa em todos os espaços e/ou intervenções que visavam açambarcar sua existência, nossa Maria insistia numa vida que pouco conhecíamos. Sua demanda por cuidados que se afirmava inúmeras vezes como uma *pólis-queixosa* nos mostrava as fragilidades dos mecanismos de seguranças citadinos. Unidade de Saúde, CREAS, hospitais, igrejas, casa de passagem. Nenhum desses ambientes com suas diferenciadas propostas parece, de fato, contemplá-la. Enquanto lhe parecia “*faltar amor no mundo*”, insistia em viver na “*única companhia de Deus, mesmo. Porque é ele quem sabe da verdade do que eu passo*”. As propostas da “capital da qualidade de vida” não a contemplavam e, em meio a sua persistência em afirmar-se *pólis-queixosa*, sua história permanece um mistério.

A cada dez minutos uma pessoa idosa é agredida no Brasil segundo os dados apontados pelo disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos. De acordo com os dados da coordenadoria da Proteção Social Especial (PSE) de Aracaju, a violência contra a pessoa idosa se manifesta de diversas formas – física, psicológica, sexual, econômica, além de desamparo e/ou descaso. Mesmo sendo considerado um direito individual e social garantido pela constituição, a maior parte das violações contra a pessoa idosa são cometidas dentro de casa e pela própria família. A presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Aracaju considera que esta é uma problemática cultural que precisa de mais informação e compreensão. Para ela:

As pessoas consideram o idoso como algo velho e descartável, por isso tanto abandono e tanta negligência. É como se, a partir do momento em que não mais se produz renda para a sociedade, não há mais serventia.

Nossos direitos básicos estão sendo tirados, desde o nosso poder aquisitivo e de escolha sobre nossas ações, até mesmo na questão sexual, onde nos invisibilizam e nos colocam em uma posição de assexuados. Vivemos uma vida de trabalho, de cuidados com a família e, quando

podemos aproveitar de maneira plena o que aprendemos e adquirimos durante a jornada, nos colocam para cuidar dos netos sem se preocupar com a nossa rotina, com as nossas vontades. Nos tornam arrimo de família e chegam até a tirar de nós a autonomia sobre nossas aposentadorias. (Assistência, 2017)

Somente no mês de julho de 2017, o número de atendidos nos equipamentos de proteção social especial de média e alta complexidade atingiu 101 homens e mulheres idosos. Além destes, nos 16 CRAS da capital, cerca de 770 idosos são acompanhados em atividades preventivas nos vinte grupos de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos por estes equipamentos, sem contar os demais idosos que são alcançados por outras formas de intervenção. Para o coordenador da PSE:

Alguns casos chegam até nós por denúncias, mas também há idosos que pedem a nossa ajuda para que a família seja chamada e haja o entendimento. Assim, dentro dos Creas fazemos um trabalho que envolve diálogo e atividades, além do acompanhamento dessas pessoas, com o fortalecendo da função protetiva da família e da comunidade.

Para as situações mais graves, em que todos os direitos foram desrespeitados e não restam alternativas, os abrigos e casas lares têm se tornado o único lugar de afeto e cuidados. Nós recebemos pais e mães que foram largados pelos filhos, netos que deixam os seus avós, entre outros parentes que acabam ficando com a função de cuidadores, mas não estão preparados para cuidar de seus idosos. Nos são entregues pessoas que são totalmente dependentes e que não recebem nem a visita desses entes. (Assistência, 2017)

Na mesma casa lar que a nossa Maria estava, outros usuários se sentiam gratos pela oportunidade de atenção, carinho, alimento, banho, acompanhamento médico e psicológico. Neste equipamento, tentavam resgatar um sentido para suas vidas. Um deles com 66 anos, natural do interior baiano afirma:

Tenho consciência de que perdi o amor dos meus filhos e da família que eu tinha por conta do alcoolismo. Fui parar na rua há muitos anos, hoje sou sozinho. Sou fruto das minhas próprias ações e agora escolhi ficar sóbrio com a ajuda do pessoal aqui [...]. Quero envelhecer com dignidade e agradeço pela oportunidade. (Assistência, 2017)

Já outro, com 64 anos, carioca, após a perda trágica da última esposa se viu sozinho no mundo. Sem contato com os filhos passou a morar na rua, peregrinar pelo mundo e nas ruas aracajuanas fora abordado pelo Serviço de Abordagem Social da prefeitura e convidado para o abrigo. Lá recebeu o suporte que precisava e fazia planos:

Fui roubado, parei na rua. Passei frio, fome e sede. Nunca pensei que ia chegar nessa idade sem nada, porque eu tinha tudo. Ainda sou muito ativo e sei que o problema da humanidade é achar que gente velha não serve para nada. Agora que tenho assistência, minha luta é para conseguir voltar para o mercado de trabalho, para sair daqui e poder reconstruir minha vida. (Assistência, 2017)

Encontravam ali um lugar no qual talvez pudessem se refazer, se reinventar. Era essa a expectativa possível para a nossa Maria e suas dores.

Enquanto nossa primeira Maria se enquadrara nos casos mais graves, com nossa segunda parece possível buscar um entendimento junto a sua família. A estratégia da equipe dos CREAS permanece muito semelhante – encontrar dentre seu núcleo familiar de origem alguma referência possível de cuidado. Quanto aos parentes que a importunavam, uma orientação legal sobre suas ações nem parecia necessária, posto dentre os supostos agressores havia advogados conhecidos na cidade. Em discussão sobre o caso junto à assessoria jurídica, se desenhava como melhor proposta a audiência no MP – que tinha efetivamente o poder de judicializar a questão, caso julgasse necessário. Maria, cuja morte parecia desejada para a apropriação da herança, queixava-se de que eles não queriam nem “*esperar que eu morra*” e não almejava uma convivência harmoniosa com esses membros. Nos apontava como

única referência possível de cuidados uma de suas netas a quem passara a ter uma proximidade a alguns anos, posto que nunca compôs o seu núcleo familiar mais próximo.

Junto a neta indicada, novas surpresa. Sentia-se convocada a cuidar daquela avó muito pouco presente ao longo de sua vida. Indignava-se com os demais parentes e se mostrava sempre solícita a qualquer contato e proposta de intervenção. Dizia não saber exatamente porque se importava tanto com alguém que mal conhecia, mãe de um pai que pouco convivera e que tão pouco assistência lhe prestara ao longo da vida. Invocava por vezes o sangue e o desejo de justiça como justificativas para o zelo com sua Maria. Entendia que o mundo dava voltas e aceitara a convocação da vida de acompanhar uma avó, uma vida.

Ciente de que o fim talvez esteja próximo, Maria desejava simplesmente sossego para o resto de seus dias e, esbanjando lucidez e simpatia, se mostrava cada vez mais disposta a nos contar sobre sua vida, suas dores e delícias entre as lembranças dos falecidos filhos. As visitas domiciliares que geralmente eram feitas no menor tempo possível, não suportavam a densidade de tanta história. Durante o tempo planejado ao longo de uma série de visitas¹³³, o acompanhamento domiciliar aquela vida deveria se estender no máximo por uma hora. Roteiro que nossa Maria sempre furava, ao nos receber com alegria, ao mostrar as fotos de um passado bem presente, os móveis antigos bem cuidados e os relatos dos (des)caminhos da vida e suas memórias. Em meio as visitas, sempre pedia que nós avisássemos com antecedência, pois gostaria de poder nos receber da melhor forma possível, preparar um lanche, servir um refresco. A conversa fluía fácil até demais, dificultando a partida entre as lembranças que convocavam também a uma leveza.

133) Tínhamos carro disponível para visitas uma vez por semana. Estas deveriam abarcar não só visitas domiciliares como também visitas a outras instituições num território relativamente amplo. Num quadro onde cada equipe acompanhava um número próximo aos quarenta casos - limite previsto pela NOB-RH - pode-se imaginar as dificuldades inerentes ao planejamento da utilização deste recurso em quatro horas de recurso automotivo. No nosso caso, das 08h às 12h.

Os filhos falecidos sempre retornavam, as marcas no rosto ficavam mais nítidas, a voz, por vezes embargava e os olhos marejavam. Independente dos rumos da conversa, a morte do último filho, assassinado em circunstâncias não muito claras, sempre (re)aparecia. Acontecimento tão intenso que parecia ter sido capaz de “[...] *destruir os caminhos outrora conhecidos sobre como contar o que se passava em nossas vidas.*” (Monteiro, 2015, p. 70). Evento incompreensível cujas palavras não davam conta da sua chaga e velavam os seus sonhos à noite.

Vínculos, violações, vulnerabilidades, velhice. Tudo se embaralhava por entre as visitas.

Constantemente saíamos de sua casa tomados de lembranças de como Maria vivera as transformações do tempo, como encontrara sentidos para insistir em viver, resistindo à tristeza, ao ressentimento e a amargura. Através de palavras, gentilezas, sorrisos, fotografias e silêncios nos narrava sua habitação do presente entre lentidões e escapes de uma vida que poderia ser pesada demais, que poderia tornar-se uma quase morte. Por que os sobrinhos não poderiam esperar pela sua morte para brigarem pelas sobras dos bens?

Ao narrar o que vivera, nossa Maria parecia esquecer um pouco de si entre lembranças que transversalizavam o tempo das horas, encurtando as distâncias dos ponteiros dos relógios e, se agarrando ao nosso presente, às urgências das visitas cronometradas, nos convocava a outras possibilidades de experimentar o nosso tempo ao entrecruzar temporalidades na rememoração dos acontecimentos vividos. Se permitir ouvi-la era também esquecer de nós mesmos, era entender que manejar o passado e suas marcas do vivido ultrapassa a mera biografia, a repetição de uma história que suportamos numa temporalidade linear, que cronologicamente estabelece cadeias de eventos que nivelam e colocam os fatos em ordem de prioridades, importâncias e raridades. Nos encontros com Maria, tal qual sinaliza Monteiro, as lembranças eram contadas de tal maneira que:

[...] o resgate de um acontecimento do passado se emaranhava a algo que se passou há mais de vinte anos, há mais de cem, quando da época de seus pais, na construção de uma avenida, na compra da primeira vitrola. E chegavam até os dias de hoje, com os eventos que os cercam, as notícias dos jornais, a dificuldade de se locomover, além das respostas às perguntas que eu lhes propunha. O passado se intrincava ao presente, que está repleto dos estilhaços dessas histórias. E podíamos ver que lembrar era misturar o presente e o passado, vendo as trajetórias por estes compostas, vendo hoje sobreviver vestígios e possibilidades dos caminhos de outrora. Pistas para se caminhar diferentemente. Uma cadeia de sentido se estabelecia no momento em que me contavam uma lembrança, e esta cadeia não se fechava em si; como papo de velho que fala, fala, fala... ligando um conto em outro, em uma longa conversa. (2015, p. 21)

É Monteiro (2015) quem nesse percurso nos ajuda a entender o envelhecer para além das prescrições aos idosos e seu estatuto. Ao historicizar a palavra envelhecer, destaca o seu caráter móvel em relação a passagem do tempo em nós. Atenta para as práticas e saberes biopolíticos que normatizam as políticas de saúde, mobilidade urbana e assistência social para as nossas Marias, nos mostra como especialidades médicas, prevenção de doenças, estratégias de cuidado, experimentação do corpo, modos de habitar a cidade e o manejo dos vínculos familiares intergeracionais passam a ser atravessados por regimes de como viver a partir dos sessenta e cinco anos. Todavia, envelhecer não diz respeito somente a esse público determinado cronopoliticamente, mas afeta a todos nós para além do que se espera em cada idade. A todo instante envelhecemos a despeito das etapas demarcadas por uma noção de desenvolvimento humano alicerçada no saber biológico que naturaliza e achata a experiência da passagem do tempo. É preciso desnaturalizar a velhice como sucessão natural de etapas como a infância, adolescência, idade adulta e terceira idade e entendê-la como originária do cruzamento entre o surgimento da medicina moderna e os processos de modernização do trabalho advindos da industrialização. É com o envelhecimento dos primeiros trabalhadores das grandes fábricas que se lançam questões como o que fazer com essa parcela da mão de obra que com o passar dos anos perde a produtividade. Para Monteiro (2015, p. 14):

[...] dois fatores se destacam como condição do surgimento do conceito de velhice: a institucionalização das aposentadorias e a formação de novos saberes médicos, como a geriatria e a gerontologia. Ambas especialidades às voltas com esta pergunta, porém tendo como

carro chefe o avanço do capitalismo e a produção de soluções não exatamente comprometidas com as vidas que perdiam sua função, anteriormente encontradas no trabalho; de fato ambas comprometidas em responder as questões dos trabalhadores, porém com a manutenção deste crescimento alucinado das maneiras capitalistas de viver, que tem sempre no lucro e na diminuição da potência do sujeito a sua vitória.

Diante das especificidades supostas para os sexagenários, a saúde continua a preconizar um corpo em pleno funcionamento, com o máximo de aproveitamento ante suas limitações. Mesmo sem preocupar-se em estabelecer uma terapêutica em conjunto com aqueles que envelhecem, como a nossa primeira Maria, se torna possível ditar parâmetros ideais de saúde, normatizações de comportamentos para a população da qual faz parte a fim de alongar a vida tanto quanto possível. Tecnologias de bem-estar que nos dizem o que comer, como andar, para onde ir, como e onde sentar de forma regrada. Aos idosos e suas vidas vulnerabilizadas é preciso prever os passos, monitorá-los para que não corram riscos, se acidentem. Como exemplo podemos citar a frequente pergunta que emergia nos casos de idosos que moravam sós. Entre as equipes esse sempre era um ponto de discussão. Se se fosse rápido demais facilmente buscávamos alguém que pudesse acompanhar aquela vida e, em meio as indagações do porquê fazê-lo, o terror se afirmava em questões como:

mas e se ele cair ou passar mal e não conseguir pedir ajuda?

A solidão na velhice se constituía então em uma quase violação já que a preocupação com os velhos invertia o regime mesmo da existência a imanência de seus “acidentes”. Era como se a morte não fizesse parte do viver quando se tomava o existir imerso em preocupações de prevenção frente a possíveis percalços que poderiam (re)introduzir a morte no inerente ao vivo. A medicina, a higienização pública, a centralização das formas ditas eficazes de prevenção e promoção de saúde – baseadas em parâmetros comprovados estatisticamente – prescreviam formas corretas, seguras e verdadeiras de gerir as vidas a partir de modelos que esconjuram

a morte. É como se a tutela da vida tivesse a capacidade de impossibilitar eventuais quedas, engasgos, mal-estares...

Em nome da saúde, facilmente instauram-se relações insípidas com a experiência do viver e seus modos singulares de fabricação de mundos. Assalta-se a vida ao afastá-la da morte. Ao iludir-se com a possibilidade de torná-la forte, longa e eficaz perde-se de vista a força de sua fragilidade.

A estes corpos com estatuto próprio é necessário mantê-los saudáveis por mais tempo para que possam manter a circulação do capital em acordo com o seu novo nicho de mercado. Aos idosos cabe tanto os grupos de terceira idade – com suas viagens com roteiros específicos, clubes, bailes, etc. –, como a função de cuidar dos netos para que os filhos possam se dedicar ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo e precário. É relativamente comum vermos nesse público a função de distribuição de renda independente da classe social. Os proventos dos idosos, seja oriundos do BPC¹³⁴, seja de polpudas aposentarias que por muitas vezes não só ajuda, como provê o sustento de seus descendentes. Sua vida, vulnerável pela passagem do tempo, pelas marcas das rugas, pela lentidão diante dos ponteiros do relógio encontra facilmente uma nova função na circulação do mercado consumidor.

As Marias, cada um a seu modo, demandavam outros modos de intervir. O resgate de uma história “tal qual aconteceu” seria de pouca serventia. A história de suas vidas, tomadas como sucessão temporal de fatos que explicariam como foram exatamente parar onde estavam, como progressivamente alguns eventos foram se encadeando noutros, produzindo relações da causa e consequência, era

134) Lavinias (2015a) é categórica ao afirmar que o Brasil estabeleceu um cobertura previdenciária que tende à universalização na faixa etária de 65 anos ou mais. Ao longo dos anos 2000, aposentadorias e pensões tiveram impacto maior na redução dos índices de pobreza do que os programas de transferência de renda. Em 2011, o percentual de brasileiros com 65 anos ou mais dentre os pobres era inferior a 2% (PNAD 2011) enquanto a taxa de cobertura previdenciária contempla mais de 85% da população idosa. Destes, dois terços recebem o valor de um salário mínimo. O BPC equaliza o direito à segurança socioeconômica na inatividade ao superar o modelo de seguro social cujo acesso limitar-se-ia aos que puderam contribuir. Além disso, estabelece um piso muito acima do patamar de pobreza, incomum ao enfoque da garantia de renda mínima.

constantemente esfumaçada. Dificultavam o estabelecimento de quais eventos deveriam ser registrados e quais deveriam ser descartados.

As Marias e suas existências versavam sobre vidas que atravessam a história monumental dos direitos gradualmente garantidos por um Estado violador. Não era de órgãos competentes noutros lugares que se preocupavam. Em seus corpos desgastados pelo tempo, insistiam em suas histórias, afirmavam suas vidas com suas dores e delícias que ainda pulsavam. Não recusavam a companhia da morte, mas a inscreviam nos embates imanentes ao viver com e para além dos estatutos. Afirmavam rastros, vestígios que sobreviviam as tentativas de silenciá-los em naturalizações sobre o que tem valor de humano. A lógica do capital humano a ser desenvolvido ao longo do existir apresentava com elas suas rachaduras. Ricas ou pobres, as Marias contavam outras histórias do tempo e como este marcara suas peles diferentemente através das repelidas “vicissitudes” de nossa cronopolítica que tensiona vulnerabilizá-las. Causa e efeito não se aplicam a bela confusão do viver. As Marias sabiam disso. Na encomenda das políticas de estado, talvez demandassem um público, mesmo que porvir, que pudesse testemunhar e compor com suas diferenças. Desafiavam os estatutos, os direitos, as políticas estáticas com seus fluxos e protocolos que contornavam suas vidas e titubeavam nas tentativas de estagnar o que insiste em interrogar a história que temos contado e acumulado sobre nós mesmos. Como nos alerta Monteiro (2015, p. 72):

O passado nunca reencarna assim como se sucedeu, há tempos atrás, no presente. Não estamos falando em resgate. De fato, há apenas virtualidade a se atualizar no agora. Uma memória épica que vive no entre, precha do que talvez nem tenha sido mas poderia ter sido, ou do que talvez tenha mesmo acontecido, mas – exatamente por assim ter assim ocorrido – dele não já não se possa falar: simulacros de lembranças. Isto posto, o principal não é o ocorrido de fato, nem o estatuto de verdade das lembranças que escutamos. Pois se sacralizarmos a memória com o objetivo de fazer perdurar o evento exatamente como ocorreu, impossibilitando-o de ser esquecido, transformado, reeditado, arrancaríamos da memória sua força; [...]

O peso do tempo do relógio de um lado e, a leveza entre o lembrar de outro, demandavam de nós, ao longo das intervenções, uma suspensão das encomendas, uma necessidade de esquecer o prescrito pelos direitos e seus estatutos historicamente situados. Requeriam pausas para além dos encaminhamentos cartoriais tão presentes em nossas rotinas de trabalho a garantir direitos noutra lugar. Convocavam a paradas, a aprender sobre o tempo e suas pausas; a permanecer ouvindo suas narrativas, suas lembranças organizadas ou em cacos. Em consonância com Monteiro (2015, p. 22):

Lembranças são como estrelas. Estão tão distantes de nós que, por vezes, os pontos luminosos que vemos ao céu nem existem mais. Explodiram a milhares de anos, e só nos resta a sua luz. Um pequeno foco de luz que sobrevive, viajando por milhares de quilômetros a fim de contar um pouco sobre como foi existir. Existir, que é como explodir em mil pedaços. É estar aqui por um instante e ser pura força, que transpassada por outras existências, ao se esbarrar em outros seres, espedaça-se, restando de suas histórias restos e fragmentos. Porém, se nos dispormos a conectar, montar, tal qual em uma colagem os fragmentos destas explosões, faremos surgir aos olhos uma imagem. Esta imagem se faz outra, dependendo de quem a monta, dependendo do nome que dermos na escuridão.

As Marias e suas demandas escapavam as encomendas previstas nas políticas de assistência. A luta pelos seus direitos, assim como a de várias outras vidas tocadas pelas políticas de assistência, se faz atravessada de ponta a ponta por aquilo que não tem governo e nunca terá e, portanto, numa franja cujas legalidades e normas não pode ir muito longe. É talvez nessa zona que algo de público possa se gestar e vingar em meio as políticas de Estado. Essa talvez seja a mais importante lição a que as nossas Marias nos convocam...

*demais
tão pouco*

*tão gordo
tão magro
ou ninguém.*

*risos ou
lágrimas*

*odiosos
amantes*

*estranhos com faces como
cabeças de
tachinhas*

*exércitos correndo através
de ruas de sangue
brandindo garrafas de vinho
baionetando e fodendo
virgens.*

*ou um velho num quarto barato
com uma fotografia de M. Monroe.*

*há tamanha solidão no mundo
que você pode vê-la no movimento lento dos
braços de um relógio.*

*pessoas tão cansadas
mutiladas
tanto pelo amor como pelo desamor.*

*as pessoas simplesmente não são boas umas com as outras
cara a cara.*

*os ricos não são bons para os ricos
os pobres não são bons para os pobres.*

estamos com medo.

*nosso sistema educacional nos diz que
podemos ser todos
grandes vencedores.*

*eles não nos contaram
a respeito das misérias
ou dos suicídios.*

*ou do terror de uma pessoa
sofrendo sozinha
num lugar qualquer*

*intocada
incomunicável*

regando uma planta.

*as pessoas não são boas umas com as outras.
as pessoas não são boas umas com as outras.
as pessoas não são boas umas com as outras.*

*suponho que nunca serão.
não peço para que sejam.*

*mas às vezes eu penso sobre
isso.*

*as contas dos rosários balançarão
as nuvens nublarão
e o assassino degolará a criança
como se desse uma mordida numa casquinha de sorvete.*

*demais
tão pouco*

*tão gordo
tão magro
ou ninguém*

mais odiosos que amantes.

*as pessoas não são boas umas com as outras.
talvez se elas fossem
nossas mortes não seriam tão tristes.*

*enquanto isso eu olbo para as jovens garotas
talos
flores do acaso.*

tem que haver um caminho.

*com certeza deve haver um caminho sobre o qual ainda
não pensamos.*

quem colocou este cérebro dentro de mim?

*ele chora
ele demanda
ele diz que há uma chance.*

*ele não dirá
"não".*

O Estouro - Charles Bukowski (2007)

Regando uma planta ou para não dizer que não falei das Flores.

Findo o percurso entre as dores e delícias de ensaiar fazeres na política de assistência, fazemos aqui alguns apontamentos em meio ao governo da vida; ou como nos apropriamos de Bukowski - *regando plantas*.

Intentamos afirmar ao longo da confecção de todo esse escrito, relações possíveis entre vidas vulneráveis, ou melhor, vulnerabilizadas e seus supostos encaminhamentos. Aos que o SUAS elenca como vulneráveis se prefigura rapidamente lugares vencedores aos quais se toma como norte numa lógica de governamentalidade neoliberal. Seja ao nível preventivo, seja diante de um risco social já instaurado, há modos de fazer que se afirmam fortalecendo vínculos, diminuindo exposições ao risco ou aprimorando respostas “qualificadas” a manejá-los como socialmente se espera. Regando uma planta.

Em tempos Temerosos, talvez o melhor (e prometo que último) exemplo que podemos acionar seja justamente o programa Criança Feliz. Principal iniciativa do campo assistencial no governo golpista de Michel Temer, o programa tem como finalidade a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância (de 0 a 6 anos), considerando sua família e o seu contexto de vida. Promovendo estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento infantil integral, o programa de governo rega plantas, planeja vidas e seus desenvolvimentos a partir do fornecimento do estímulo adequado a esta fase de vida.

Alicerçado em estudos científicos, o programa federal entende que “[...] o olho no olho, o carinho e a conversa dos pais com o bebê são atitudes simples que fortalecem todas as estruturas neurais da criança. Essas ações são importantes para formar capacidades como falar, andar, aprender e até mesmo o pensar.” (Criança, 2017a)

Apresentando como principal novidade o cuidado com o “lado intelectual” do público-alvo, o objetivo do programa se mostra aparentemente simples – ensinar aos pais a promover a estimulação certa para essa fase crítica do desenvolvimento humano. Fase onde os estudos apontam que os sistemas nervoso e imunológico se desenvolvem com maior densidade. Em entrevista ao próprio MDSA, um dos cientistas e médico epidemiologista que integra a equipe que acompanhará o desenvolvimento do projeto até 2020, caracteriza a importância do programa para a nossa atual realidade:

[...] tivemos uma enorme mudança no Brasil. A mortalidade infantil é relativamente baixa, caiu muito. A subnutrição já foi praticamente erradicada na maior parte do país. **Nós passamos agora a nos preocupar com o que a gente chama de capital humano, que é a inteligência, a produtividade, o desempenho intelectual de um adulto. Também descobrimos que esse capital também é influenciado a partir dos primeiros mil dias.** (Criança, 2017b. Grifo nosso)

Proposto pela primeira dama Marcela Temer, o programa – que engloba ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, justiça e cultura – tem como ponto central visitas domiciliares promovidas por assistentes sociais a famílias com crianças de 0 a 3 anos beneficiárias do PBF e famílias com crianças de 0 até 06 anos que sejam beneficiárias do BPC. Aos profissionais envolvidos nas visitas caberiam orientações sobre como cuidar melhor das crianças, seja através de como a amamentação deve acontecer, “dicas” de nutrição infantil, bem como a melhor maneira de estimular os filhos. Pautado em pesquisas de amplo reconhecimento, o programa aponta que os primeiros mil dias de vida da criança são fundamentais para o desenvolvimento da maior parte das competências. O Criança feliz, trata de seguir “[...] o que a ciência vem apontando: crianças bem estimuladas crescem mais preparadas, são

adultos menos violentos e com mais chances de vencer a pobreza.” (Criança, 2017b. Grifo nosso)

Prometendo contratar mais assistentes sociais para a sua execução, ao longo desse acompanhamento mais próximo que aceleraria o desenvolvimento humano através de suas orientações, o programa se orgulha de, simultaneamente, aumentar a fiscalização e combater fraudes no PBF ou no BPC. O bem-aventurado programa se regozija ao servir como “[...] *amparo para as próprias famílias, que não sabem o que fazer para garantir uma educação melhor para os seus filhos e um desenvolvimento adequado.*” (Jackson, 2017. Grifo nosso)

Ao se efetivar, o programa almeja criar adultos saudáveis física e psicologicamente posto que entende que a partir das orientações dos pais sobre os estímulos adequados na primeira infância, a intenção é [...] *fazer com que as crianças tenham uma vida melhor no futuro, quebrando o ciclo da pobreza.* (Criança, 2017a)

Apresentando-se como uma novidade, o Criança Feliz resgata o primeiro damismo e a sobreposição de ações, ambos tão combatidos nos anos anteriores de fortalecimento do SUAS. Sentimos ainda o cheiro do combate ao pobre e não a pobreza, tão característicos do nosso modo de subjetividade apontado ao longo deste trabalho, em especial com as contribuições históricas de Lília Lobo. Em nome do cuidado, do desenvolvimento saudável facilmente se alia a individualização do combate à pobreza e seus ciclos, bem como as possibilidades de fiscalização e enfrentamento das fraudes. A felicidade da criança tem lá seu preço. O desenvolvimento social, agora junto com o desenvolvimento agrário num ministério inflacionado de demandas, apresenta de maneira cirúrgica os embates que viemos tramando ao longo desse escrito. Os temerosos pacotes e as inovações prometidas no âmbito do cuidado com a vida e a modernização do país, promovem uma ponte com um futuro que não precisa ser negociado com aqueles que o pressentem no hoje¹³⁵.

135) Para maiores informações sobre o referido programa sugerimos Brasil (2017a; 2017b)

Num CRAS, nos idos de 2012, uma criança foge de casa.

Com nome de flor, a pré-adolescente afirmava que não aguentava mais ser maltratada por sua mãe. Desde o ano passado, na passagem dos doze para os treze anos, além das agressões físicas, vinha sendo constante e verbalmente agredida pela sua responsável. “Putá”, “vagabunda”, “piranha”, “vadia”, tornavam-se parte do repertório materno em sua criação. Acostumada com as surras desde que se entendia por gente, a criança com nome de flor dizia que os palavrões doíam mais.

O corpo, ao se desenvolver, impunha novas questões. A proximidade com o feminino em detrimento do infantil trazia novas matizes na relação. A diminuta criança atravessava questionamentos enquanto o entorno passava a enxergar uma mulher. As roupas, o como e com quem andar deveriam ser melhor regulados.

Quanto a sua mãe: o esforço cotidiano para criar sozinha seis filhos era frequentemente embebido em cerveja e cachaça. Conseguia juntar alguns trocados com reciclagem que complementavam o bolsa-família no sustento de sua prole e aprendera a não contar muito com a pouca e inconstante “ajuda” financeira do pai das crianças. Quando vinha, era comemorada e representava um luxo na hora de comprar a “mistura” da comida. Fugida de casa no interior de Alagoas também aos treze anos, caíra no mundo porque considerara que talvez fora de casa tivesse mais opções. Achava que conseguiria fugir daquela vida besta de interior. Da pequena cidade de onde viera e que da qual nem gostava de lembrar, falava sempre muito pouco. A aposta na produção de uma vida diferente noutra lugar trouxera como um de seus resultados uma penca de filhos numa casa pequena, erguida com muita luta após a invasão naquele loteamento. Aprendera a beber entre e durante uma gravidez e outra. Quando não tinha muito o que comer, a cachaça servia pra tapear a fome. Com o passar do anos, quando bebia costumava ficar agressiva; especialmente com as filhas que alcançavam a idade de parecer mulher. Nunca lhe fora fácil ser mulher.

A criança com nome de flor, frequentava o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS, onde a equipe vinha trabalhando questões junto ao seu desenvolvimento biopsicosocial, bem como prestando as orientações à genitora quando a mesma comparecia ao CRAS ou nas visitas domiciliares. Orientações sobre o ECA faziam parte da rotina da criança naquele serviço e, quando soube que poderia buscar direitos e ser amparada noutro lugar, saturada da agressividade a que era submetida, fugiu de casa e se negava a voltar. Aos treze, numa altivez que assustava até o mais seguro profissional, dizia em alto e bom som que se fosse obrigada a voltar se jogaria na frente do primeiro carro que visse. Não tinha orientação, conselho ou pedido que desse jeito.

Ao adentrar num dos abrigos locais, percebera que a cartilha dos seus direitos não se sustentava tão bem, mas ia produzindo uma vida naquele espaço enquanto era preparada para retornar ao convívio familiar.

A equipe do CRAS a visitava de vez em quando e discutia com os profissionais dessa instituição formas de reinserção familiar. Mecanismos que abreviassem aquela passagem na instituição de acolhimento, bem como estratégias mais saudáveis de manejo daqueles conflitos. Nas inconstantes visitas era fácil ver como a experiência de sossego pelo exílio rapidamente se transmutava em pavor por sentir-se presa e controlada, mesmo quando este se dava por “bondosos” estranhos.

Em paralelo, preconizava-se todo um trabalho naquele ambiente do qual a criança se exilara. Sua mãe deveria fazer um tratamento para reduzir o consumo de álcool a níveis não-abusivos junto a rede de saúde, a política de assistência social deveria promover orientações mais próximas e efetivas sobre como cuidar e educar seus filhos. O pai, sempre ausente, deveria ser encontrado e responsabilizado, bem como qualquer parente que pudesse assumir a função protetiva atribuída naturalmente à família deveria ser sensibilizado.

Tudo para garantir um ambiente saudável, um solo preparado que seria acompanhado e bem regado para que a criança com nome de flor pudesse se desenvolver e quem sabe até “quebrar o ciclo da pobreza”. As soluções vindas de

outro lugar, tinham seu ritmo próprio que por vezes deveriam contar com licitações, férias de profissionais, recessos judiciários, calendário escolar, greves dos servidores do município, agendamento de exames e consultas médicas, etc.

Nesse ritmo, os assistentes sociais e psicólogos do judiciário intuíaam que a criança com nome de flor precisava finalmente ter um quarto próprio. Na pequena casa cujos poucos cômodos eram geralmente separados por lençóis, se fazia importante garantir-lhe um quarto, a privacidade necessária àquela fase da vida. Alinhados com os profissionais do abrigo, pautavam a necessidade do desenvolvimento da criança num ambiente onde sua intimidade pudesse ser respeitada e sua individualidade desenvolvida. Como “manda quem pode e obedece quem tem juízo”, a secretária de assistência social, fora devidamente acionada para garantir o benefício eventual de Kit-construção¹³⁶ para fazer o reparo na casa.

Um quarto.

A criança com nome de flor voltaria para casa se a família conseguisse garantir um quarto só para si.

Em nome de seu desenvolvimento saudável, de sua puberdade em ebulição, esta se tornara uma das exigências de reinserção. Havia um modo de regar a planta...

Entre discussões sobre o modo de regá-la e encaminhamentos a serem feitos, nossa flor passa a fugir também do abrigo. Geralmente voltava para casa, onde encontrava sua mãe cada vez mais transtornada com o tanto de gente que viera se meter nas suas vidas. O desejo da ter a filha de volta se misturava com a revolta pela

136) À época o mesmo funcionava da seguinte forma: a família deveria fazer um orçamento dos materiais necessários a obra inferior ou igual a mil reais, justificar sua necessidade e a impossibilidade de arcar com o custo dos mesmos frente aos assistentes sociais – únicos capazes de avaliar e encaminhar o benefício – e a prefeitura após ser devidamente informada, autorizava que a família recebesse o material numa das lojas de material de construção ganhadora de licitação. Já os custos da execução ficariam todos sob a responsabilidade familiar.

fuga da cria. Passara a intensificar o abuso de álcool, dificultando qualquer pactuação junto aos órgãos (in)competentes, e preocupava nossa flor e seus irmãos que a viam se deteriorar rapidamente.

Numa dessas fugas, à época de natal, enquanto a família ainda era alvo das intervenções pré-reinserção familiar, sua mãe se reunira com a criança com nome de flor em segredo. Preparou uma bebida para si e sua filha e insistiu para que a criança a tomasse. Estava virando mulher, era hora de aprender a lidar com bebida.

No copo havia chumbinho.

Na véspera de Natal, a criança com nome de flor e sua mãe morreram sozinhas no local no qual seria o futuro quarto ainda a se fazer. Os corpos foram encontrados em meio a tijolos, ripas de madeira, sacos de cimento, areia e uma porta recentemente liberados pela secretaria de assistência. A obra só não começara porque não tinham como pagar pela mão de obra...

*Valei-me, Deus
É o fim do nosso amor
Perdoa, por favor
Eu sei que o erro aconteceu
Mas não sei o que fez
Tudo mudar de vez
Onde foi que eu errei?*

*Eu só sei que amei
Que amei, que amei, que amei
Será talvez
Que minha ilusão
Foi dar meu coração
Com toda força
Pra essa moça
Me fazer feliz
E o destino não quis
Me ver como raiz
De uma flor de lis
E foi assim que eu vi
Nosso amor na poeira, poeira
Morto na beleza fria de Maria
E o meu jardim da vida
Ressecou, morreu
Do pé que brotou Maria
Nem margarida nasceu
E o meu jardim da vida
Ressecou, morreu
Do pé que brotou Maria
Nem margarida nasceu*
Flor de Lis – Djavam (1976)

A casa, com mais lençóis do que portas, ficara mais vazia e a flor a quem se pretendia encontrar a melhor forma de regá-la, agora murchara para sempre.

Em nome da vida, em nome do cuidado, toda crueldade pode encontrar guarita.

Ao longo desse percurso de pesquisa, talvez tenhamos gastado tempo demais apontando os efeitos perversos de tais lógicas embriagados pela prescrição Foucaultiana (1995b, p. 256) de que “[...] *nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não*

significa o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista.”

Em nosso pessimismo, que queremos que seja ativo, capaz de colocar o pensamento em marcha no diagnóstico do nosso tempo, esperamos que no exercício a que nos propomos tenhamos conseguido propor um deslocamento do olhar, que num exercício de paciência, faça aparecer o que está intimamente ligado aos fazeres nas políticas assistenciais brasileiras. Ensaçando narrativas que tecem estórias que seriam facilmente esquecidas apostamos na agonística que coloca em movimento a própria vida e que possibilita transmutar o cansaço e apatia de tempos tão Temerosos em força; em ativação do caráter público das políticas de Estado.

O resgate da poeira das lutas, de outros modos de acessar a história para além da vitória que o SUAS representaria se torna fundamental para que não acreditemos demais nos monumentos a que demandamos. O que é possível garantir quando se restringe somente a fazer cumprir o que é preconizado nos balizadores legais? Acessar e reativar o ronco surdo das batalhas que gesta todo prescrito, em sua força e perigo, se torna vital no questionamento do que estamos a fazer de nós mesmos.

Em termos legais, justificativas são sempre possíveis. Na letra fria da lei e nas normas que sub-repticiamente se impõem, monumentos são erguidos “em nome de...” e passam a regular a existência nos jogos com a vida. Jogos que majoritariamente esconjuram o desassossego, que apaziguam a agonística da existência e facilmente a transformam em angústias e frustrações pessoais. Em ciclos de pobreza a serem combatidos nos mil primeiros dias de vida. Faltas a serem sanadas na obsolescência programada de criativas soluções dos especialistas da vez. Ao invés da invenção, o consumo de saberes vindos de outros lugares.

Entre vulneráveis e vencedores, Margaridas, Marias, Tortos, cobradores de ônibus, psicólogos, assistentes sociais, etc. algo se passa para além desses prescritos. Algo que pode precariamente abrir veios, vales e rugas. Veredas em vidas que se entendem ser-tão faltosas e vulneráveis.

Entre vidas que pulsam e deixam rastros de suas forças mesmo na morte, ainda apostamos nas dores e delícias possíveis na habitação destas políticas de governo do vivo em sua possibilidade de gestação do público. Algo se passa nas vidas que insistem. Algo que nos lembra que suas “derrotas” não podem e devem ser esquecidas e que as misérias de nosso tempo não se limitam àqueles corpos. Como inventar possíveis ali?

A raiz comum entre “invenção” e “inventário” nos dá uma pista. Fazer um inventário, inventariar é relacionar detalhadamente, catalogar, listar com inclusão de pormenores que acumulam estórias e trazem os seus pertencimentos. Segundo Kastrup (2007) a invenção se faz com a memória, com o encontro com as relíquias, através da composição e recomposição permanente com os cacos de histórias, com as raridades, as singularidades das vidas. O resultado da invenção é sempre imprevisível e demanda um vagar, uma paciência, posto que não opera sob o signo da iluminação súbita, da instantaneidade que preconiza soluções rápidas e criativas para os problemas que nos acometem. Resgatando a etimologia da palavra latina *invenire*, Kastrup (2007, p. 27) afirma que a invenção implica “[...] *um trabalho com restos, uma preparação que ocorre no avesso dos planos das formas visíveis. Ela é uma prática de tateio, de experimentação, e é nessa experimentação que se dá o choque, mais ou menos inesperado, com a matéria.*”

Em nosso tempo, onde por vezes nos perguntamos o que ainda nos faz lutar por políticas públicas, talvez encontremos nessa aposta da invenção de público possíveis caminhos para a nossa militante insistência. Militância que não se ressentem com o fato de que as coisas não são como propunha o passado para o futuro, mas que em meio aos prescritos “em nome de...” os atravessa e, ao promover distanciamentos estratégicos, desloca olhares e fazeres em meio a problematizações acerca dos perigos aos quais emergimos em nosso contemporâneo. Este último, nos embates com o tempo de nossa atualidade, nos convoca a problematizar as variações, as discontinuidades que pululam no cotidiano e possibilitam a produção de processos de diferenciação que engendrem possíveis formas de habitar os verbos da vida de outros modos.

Se a psicologia ainda se sente como uma convidada para uma festa que não sabe o que vestir, talvez seja oportuno transversalizar as prescrições da etiqueta e tal como Noel Rosa, como nos foi sugerido durante a qualificação, em meio a uma festa estranha com gente esquisita, mudar a conduta e ir a luta, se aprumando com os trapos que temos.

*Agora vou mudar minha conduta
Eu vou pra luta pois eu quero me aprumar
Vou tratar você com a força bruta
Pra poder me reabilitar
Pois esta vida não está soça
E eu pergunto: com que roupa?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?
Agora eu não ando mais fagueiro
Pois o dinheiro não é fácil de ganhar
Mesmo eu sendo um cabra trapaceiro
Não consigo ter nem pra gastar
Eu já corri de vento em popa
Mas agora com que roupa?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?
Eu hoje estou pulando como sapo
Pra ver se escapo desta praga de urubu
Já estou coberto de farrapo
Eu vou acabar ficando nu
Meu terno já virou estopa
E eu nem sei mais com que roupa
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?
Com que roupa que eu vou
Pro samba que você me convidou?*

Com que roupa? – Noel Rosa (1930)

Apostar na força dos farrapos, ocupar a festa clandestinamente e promover zonas autônomas temporárias (TAZ) que evoquem bandos¹³⁷, povos por vir, alheios a leis e normas e sempre dispostos a se dissolverem e se refazerem noutros lugares. A invenção de tais zonas intenta, na interseção de muitas forças, promover uma intensificação da vida, a penetração do maravilhoso na vida. Se concordamos com o pessimismo hiperativo Foucaultiano, a possibilidade de não nos trarmos pela apatia e pelo cansaço envolve, na festa estranha do qual fomos convidados, cientes da precariedade de nossos farrapos e com risco de ficarmos nus, mudar a música. Dançar e se aprumar talvez com Caetano Veloso, pois se tudo é perigoso, é preciso estar atento e forte.

Atenção ao dobrar uma esquina
Uma alegria, atenção menina
Você vem, quantos anos você tem?
Atenção, precisa ter olhos firmes
Pra este sol, para esta escuridão
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção para a estrofe e pro refrão
Pro palavrão, para a palavra de ordem
Atenção para o samba exaltação
Atenção
Tudo é perigoso
Tudo é divino maravilhoso
Atenção para o refrão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte
Atenção para as janelas no alto
Atenção ao pisar o asfalto, o mangue

137) Bey (2001) afirma o bando como parte de um padrão horizontalizado de costumes, parentescos, contratos e alianças, afinidades espirituais etc. não pertencentes a uma hierarquia maior e aberto para aqueles que dividem as afinidades que os une.

Atenção para o sangue sobre o chão

Atenção

Tudo é perigoso

Tudo é divino maravilhoso

Atenção para o refrão

É preciso estar atento e forte

Divino Maravilhoso – Caetano Veloso e Gilberto Gil (1968)

Atentos e fortes, com risco de ficarmos nus em meio ao cansaço que nos assola, é que práticas de libertação talvez possam emergir durante o seu próprio esforço de afastar-se do falso moralismo analgésico de nossa atualidade que impregna a tudo e a todos entre vulneráveis e vencedores. É preciso ensaiar algo entre, inventar outros ares para não sufocar e morrer embriagados de nós mesmos.

Numa dessas rotinas de trabalho, com crianças partícipes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), fomos todos a praia. Na litorânea capital da qualidade de vida, muitas daquelas crianças, nunca tinham tido essa experiência. Mesmo sendo possível cruzar Aracaju de uma ponta a outra em aproximadamente 40 minutos¹³⁸, havia caminhos difíceis demais de fazer quando se é jovem, negro e periférico. O ordenamento da cidade, a propalada qualidade de vida produzia também esse afastamento, a segregação dos espaços da cidade. O planejamento do passeio envolvia receios, pactuações com o corpo de bombeiros local e outras técnicas de segurança a fim de que nada fora do previsto acontecesse. Afinal de contas, garotos daquela idade costumam não ser tão obedientes.

Na praia, no esforço quase inútil de organizar a bagunça algo de inesperado ocorre.

138) Em carro particular, fora dos horários de pico.

Um dos garotos mais agitados do serviço, aquele que por inúmeras vezes era chamado a atenção, submetido a suspeitas sob um possível transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), ao contrário de seus colegas mais disciplinados, paralisa. Mudo, sozinho, fica em pé olhando a imensidão do mar.

Quieto como nunca.

Sua serenidade espanta. Atiça o psicólogo muitas vezes chamado a intervir em sua “desestruturada” família e a confirmar suspeitas sob um diagnóstico porvir através da rede de saúde. Contaminado, se aproxima da criança. Para ao seu lado e, tentando atrapalhar o mínimo possível, percebe uma lágrima naquele negro rosto. Sem precisar abrir a boca, o som do mar é interrompido.

Minha mãe sempre me disse que um dia ia me trazer aqui, mas nunca pôde. Diz que falta dinheiro.

A força da grana que ergue e destrói coisas belas era trespassada pela maresia. Tomado de tanto terror, o psicólogo sofria sozinho, intocado, sem saber falar sobre os maltratos com a vida que ia experimentando enquanto regava plantas. Silenciado, tomado pela triste serenidade do infante, enquanto ainda pensava o que talvez ainda pudesse ser dito, o psicólogo é novamente acossado:

É lindo demais, Tio! Muito lindo!

A lágrima se misturara rapidamente ao riso e o garoto correu na direção do mar.

Atônito, o psicólogo cansado de tanta dureza, tanta violência, tanta coisa, olhou pro mar e se rendeu. Sequestrado pelo menino, lembrou da beleza do mar que a tempos também não enxergava. Percebeu-se feliz pelo sequestro e, enquanto rapidamente podia ser tomado pelo ressentimento de que aquela experiência tão bonita o menino não pudera ter com sua mãe, lembrou-se de uma de suas aulas de faculdade. De uma história acontecida do outro lado daquele mar, na França. O ano 1968, a cidade Paris e a frase que agora o revigorava sem saber bem porquê era:

Sob os paralelepípedos, a praia!

Até então, aquela frase nunca fizera tanto sentido. Algo se passou. Uma diferença se fez com tal intensidade que tornara irreversível permanecer no mesmo lugar de tristeza. Lugar que serve como um berço para quando estamos pequenos. Algo se passa quando nos permitimos estar junto às vidas que insistem para além e aquém das prescrições.

O que se passa quando nos contaminamos com elas?

Por seu desassossego?

O que em nós mata e morre quando se silenciam as insistências?

Referências Bibliográficas

AGENTES do Cenam são detidos por suspeita de tortura. **G1 SE**. Sergipe, 09 de Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/01/agentes-do-cenam-sao-detidos-por-suspeita-de-tortura.html>. Acesso em 10 de Setembro de 2016.

ALMEIDA FILHO, Namoar de. **Educação superior em LULA x FHC: a prova dos números**. Publicado no site Carta Maior em 22/10/2010. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Educacao-superior-em-Lula-x-FHC-a-prova-dos-numeros/13/16291>>. Acesso em 10 de Outubro de 2016.

ANDRÉ diz que população clama pela redução da maioria penal. **Jornal do Dia**. Sergipe, 16 de Julho de 2016. Disponível em: <http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=20901 > Acesso em 10 de Setembro de 2016.

AQUINO, Yara. André Moura é o novo líder do governo na Câmara. **Agência Brasil**. Brasília, 18 de Maio de 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/andre-moura-e-novo-lider-do-governo-na-camara>>. Acesso: 15 de Julho de 2016.

ARACAJU. Secretaria Municipal de Administração. **Edital nº 001/2009, de 16 de Novembro de 2009**. Torna pública a realização de concurso público para provimento de 210 vagas e formação de cadastro reserva em cargos de nível superior e médio, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. 2009a. Disponível em: <http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/concursos/edital01_assistencia_social.pdf>. Acesso em 20 de Março de 2015.

ARACAJU. **Lei Municipal nº 3748, de 09 de Novembro de 2009**. Dispõe sobre a criação dos cargos efetivos de psicólogos e Educador Social e amplia o quantitativo de cargos de assistente social no quadro de pessoal Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Aracaju, e dá outras providências. 2009b. Disponível em: < <https://www.leismunicipais.com.br/a/se/a/aracaju/lei-ordinaria/2009/375/3748/lei-ordinaria-n-3748-2009-dispoe-sobre-a-criacao-dos-cargos-efetivos-de-psicologo-e-educador-social-e-amplia-o-quantitativo-de-cargos-de-assistente-social-no-quadro-de-pessoal-da-secretaria-municipal-de-assistencia-social-e-cidadania-do-municipio-de-aracaju-e-da-outras-providencias> >. Acesso em 20 de Julho de 2015.

ARAÚJO, Fabiana Itaci Correia de. **“...Mas a gente não sabe que roupa deve usar”**. Um estudo sobre a prática do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP –, São Paulo, SP, 2010.

ASSISTÊNCIA social assegura direitos da pessoa idosa em Aracaju. **Prefeitura de Aracaju**. Aracaju-SE, 06 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=72293>>. Acesso em 08 de Julho de 2017.

AZEVEDO, Renato. **Por que o número de beneficiários do bolsa-família só cresce**. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/por-que-o-numero-de-beneficiarios-do-bolsa-familia-so-cresce/>> Acesso em 20 de Agosto de 2014.

BALZA, Guilherme. Deputado defende que beneficiário do Bolsa Família seja proibido de votar. **UOI eleições 2014**. Publicado em 29/10/2014. Disponível em: < <https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/29/deputado-defende-que-beneficiario-do-bolsa-familia-seja-proibido-de-votar.htm>>. Acesso em 20 Março de 2015.

BAPTISTA, Luís Antônio. **A Atriz, o Padre e a Psicanalista - os Amoladores de Facas**. IN:_____. **A Cidade dos Sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BARROS, Regina B de.; PASSOS, Eduardo. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulima, 2009, p. 17-31.

BAUDELAIRE, Charles. **Espanquemos os Pobres**. Disponível em: <<http://pequenospoemasemprosa.blogspot.com.br/search?q=espanquemos+os+pobres>> Acessado em: 20 de Maio de 2015.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Obras Escolhidas, v. I.

BEY, Hakin. **TAZ - Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad Editora. 2001. 88p. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/fabiopedrazzi/bey-hakim-taz-zona-autnoma-temporria>>. Acesso em: 30 de Abril de 2017.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOLSA FAMÍLIA: crianças devem estar matriculadas para garantir benefício. Publicado em 18/01/2017. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/bolsa-familia-criancas-devem-estar-matriculadas-para-garantir-beneficio>>. Acesso em 20 de Maio de 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em: 20 de Janeiro de 2015

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 20 de Maio de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do idoso e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 10 de Julho de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** BRASIL. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Publicada no Diário Oficial da União em 15 de outubro de 2004. 2004a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 5209, de 17 de Setembro de 2004. **Regulamenta a Lei nº10.836, de 09 de Janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.** 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em 15 de Abril de 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).** Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes>. Acesso em: 15 out. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Texto da Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Pulcada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2009. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 17 de 20 de Junho de 2011**. Ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS. IN: FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm >. Acesso em: 21 de Maio de 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE**. Brasília. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar**. 2ª versão. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017. 2017a. Disponível em: <

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_no_CriancaFeliz.>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Participação do SUAS no Programa Criança Feliz**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017. 2017b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20-%20Programa%20Crian%20A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. 7ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRUN, Elaine. O morto que denunciou o repórter. **El País**. Brasil, 08 de Junho de 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/08/opinion/1433772930_534514.html . > Acesso em: 10 de maio de 2016.

BUKOWSKI, Charles. O Estouro. In: Bukowski, Charles. **O Amor é um cão dos diabos**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007, p. 159–161.

CANGUILHEM, Georges. **O Normal e o Patológico**. 6ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CARVALHO, Daniel. 13 mil famílias deixam lista da miséria após extra de R\$ 2. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 de Fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1225000-13-mil-familias-deixam-lista-da-miseria-apos-extra-de-r-2.shtml>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2013.

CAVA, Bruno. Lugar Comum. Devir-índio, devir-pobre. IN: **Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ – Rio de Janeiro: UFRJ, n. 35-36. Setembro de 2011 – Abril de 2012. P. 45–48. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110210120130LUGAR%20COMUM%2035_36.pdf>. Acesso em 10 de Outubro de 2016.

CERQUEIRA, Daniel. COELHO, Danilo Santa Cruz. Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade. IN: **IPEA. Nota Técnica – 2015 – Setembro, nº 15.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150921_nt_diest_14_imputabilidade_penal.pdf> Acesso em: 10 de Fevereiro de 2016.

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 67/2011: um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes.** Brasília: CNMP, 2015. Disponível em: <http://www.cnmp.gov.br/portal/images/Um_Olhar_mais_Atento_09.06_WEB.pdf>. Acesso em 15 de Agosto de 2016.

COBRADOR de ônibus morre após ser baleado durante tentativa de assalto. **G1 SE.** Sergipe, 13 de Julho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/setv-2edicao/videos/v/cobrador-de-onibus-morre-apos-ser-baleado-durante-tentativa-de-assalto/5162369/>>. Acesso em: 20 de Agosto de 2016.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Livia do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. IN: **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de Janeiro de 2017.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L., 2004. **Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?** Disponível em <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto22.pdf>. Acesso em 03 de Janeiro de 2014.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Banco Social de Serviços em Psicologia.** Relatório Final. Brasília: CFP, 2005.

CFESS/CFP – Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.** Brasília, CFESS/CFP, 2007. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>>. Acesso em 20 de Janeiro de 2015.

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Conselho Federal de Psicologia (CFP). - Brasília, CFP, 2007.

CRIANÇA feliz: a importância dos primeiros mil dias de vida. **Ministério do Desenvolvimento Social – Área de Imprensa.** Brasília, 04 de Agosto de 2017. 2017a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/agosto/crianca-feliz-a-importancia-dos-primeiros-mil-dias-de-vida/view>>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

CRIANÇA feliz: acompanhamento faz diferença para a vida toda. **Ministério do Desenvolvimento Social – Área de Imprensa.** Brasília, 02 de Agosto de 2017. 2017b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/agosto/crianca-feliz-a-importancia-dos-primeiros-mil-dias-de-vida/view>>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Articulações entre a Psicologia Social e as políticas públicas na Assistência Social. In: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Orgs.) **O Psicólogo e as políticas públicas de assistência social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Conversações: 1972-1990.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido.** 4ª Ed, 3ª reimpressão . São Paulo: Perspectiva, 2007.

DJAVAM. **Flor de Lis.** In: Djavam. A Voz, o Violão, a Música de Djavam, 1976. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=peR8eOcGA3M>>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

DUARTE, Andre de Macedo. Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno." IN: VEIGA-NETO, Alfredo; CASTELO BRANCO, Guilherme (orgs.). **Foucault, Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011, p. 25-45. Disponível em: <http://works.bepress.com/andre_duarte/33> Acessado em: 20 de Maio de 2015.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo-SP. Ano 10. Novembro de 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Anuario_Site_27-01-2017-RETIFICADO.pdf>. Acesso em 20 de Abril de 2017.

FERREIRA, Marcelo Santana. **A intolerância se manifesta de muitas formas e mata**. Entrevista concedida a Eliane Araujo e editada por Sílvia Souza, 2015. Disponível em: < <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/a-intolerancia-se-manifesta-de-muitas-formas-e-mata/> > Acesso em: 25 de Julho de 2015.

FERREIRA, Marcelo Santana. Walter Benjamim e a Questão das Narratividades. In: **Revista Mnemosine**. Vol.7, nº 2, p. 121-133, 2011a. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/233/pdf_218> Acesso em 10 de Dezembro de 2013.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011b.

FONSECA, Denise Farias da. **Avessos da Cidadania: Um exercício analítico**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC-SP –, São Paulo, SP, 1997.

FONSECA, Rubem. **O Outro**. Disponível em: <http://www.releituras.com/rfonseca_outro.asp> Acessado em: 20 de Maio de 2015.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: Michel Foucault. O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992, p. 89-127.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1955a.

FOUCAULT, M. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

FOUCAULT, MICHEL. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

FOUCAULT, Michel. É inútil revoltar-se? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 23. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007c.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, MICHEL. **Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **As Malhas do Poder**. In: FOUCAULT, Michel. Ditos & Escritos VIII: Segurança, Penalidade e Prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 167-188.

FRANÇA, Jessica. Bandidos levam renda do ônibus e R\$ 3 do motorista. **Infonet**. Sergipe, 14 de Abril de 2017. Disponível em: < <http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=198612>>. Acesso em 15 de Abril de 2017.

FRANÇA, Rafael Rodrigues da; RIBEIRO, Alyson Fernando Alves. Estudo de caso sobre o evento pluvial intenso e a desordem do espaço urbano de Aracaju em 24/05/2011. **Trabalho apresentado no IV SIC - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CLIMATOLOGIA, 16 a 19 de Outubro de 2011**. Disponível em: < <http://sic2011.com/sic/arq/73256109841877325610984.pdf>> Acesso em 03 de Dezembro de 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2ª Edição, 5ª reimpressão. São Paulo: Perpesctiva, 2013.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 5ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HECKERT, Ana Lucia C. Escuta como cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: PINHEIRO, Roseny; MATTOS, Ruben Araújo de. (Org.). **Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor**. 1 ed. Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC, 2007, v. 1, p. 199-212.

JACKSON Barreto e ministro Osmar Terra lançam Programa Criança Feliz na SEIDH. **Governo do Estado de Sergipe – Notícias Portal SEIDH**. Sergipe, 21 de Março de 2017. Disponível em: < <http://www.seidh.se.gov.br/porta/leitura/2/5768/jackson-barreto-e-ministro->

osmar-terra-lancam-programa-crianca-feliz-na-seidh>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

KAFKA, Franz. **Um médico rural: pequenas narrativas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KASTRUP, Virgínia. **A Invenção de Si e do mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

KEHL, Maria Rita. Dois pesos.... **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 02 de Outubro de 2010. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,dois-pesos-imp-,618576>>. Acesso em 18 de Maio de 2015.

LARROSA, Jorge. O Ensaio e a Escrita Acadêmica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.28, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643/14981>>. Acesso em 30 de Janeiro de 2015.

LAVINAS, Lena.; Ferraz, C. **Inclusão financeira, crédito e desenvolvimento: que papel uma renda básica pode jogar nesse processo?** Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1º de julho 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/InclusaoFinanceiraCreditoedDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em 10 de Novembro de 2017.

LAVINAS, Lena. Notas sobre os desafios da redistribuição no Brasil. IN: FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo (orgs.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Tomo 1, p. 99-143. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2014/04/PolíticasSociais-Vol01.pdf>>. Acesso em 15 de Novembro de 2016.

LAVINAS, LENA. A Financeirização da Política social: o caso brasileiro. IN: **Forthcoming at Politika**, n. 2, Julho de 2015. Rio de Janeiro, Fundação João

Mangabeira em colaboração com Humboldt-Viadrina Governance Platform, p. 35-51, 2015a. Disponível em: <<http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2015/09/Lena-Lavinas-colet%C3%A2nea-Cesinha-Politika-2015.pdf>>. Acesso em 15 de Outubro de 2016.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina. **É possível enfrentar o déficit fiscal combatendo a desigualdade? Recuperando o papel da política tributária.** 2015b. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/e-possivel-enfrentar-o-deficit-fiscal-combatendo-a-desigualdade-Recuperando-o-papel-da-politica-tributaria/7/33441>>. Acesso em 20 de Dezembro de 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **O Governo das Desigualdades: crítica da insegurança neoliberal.** São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LEÃO, Frederico; OLIVEIRA, SANDRA. Ensaio sobre Psicologia Jurídica e Governamentalização do Estado. IN: MENDONÇA FILHO, Manoel; FERRERI, Marcelo de Almeida. **Instituições e Cotidiano: formas e intensidades no enfrentamento do comum.** São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Sujeitos e objetos do sucesso: antropologia do Brasil emergente.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2008.

LISPECTOR, Clarice. A última entrevista de Clarice Lispector. 1977. São Paulo: **TV Cultura**- Programa “Panorama”. Entrevista concedida ao jornalista Júlio Lerner, em 1 de fevereiro de 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_aP4qgyu2o0>. Acesso em 10 de março de 2017.

LOBO, Lilia. **Os Infames da História: pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista institucional em tempo integral.** São Paulo: HUCITEC, 2004.

MACEDO, Lúcie; OLIVEIRA, Roberto de., 2003. Oh vida, oh dor: “poliqueixoso” tem sintomas sem doença. IN: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 de Agosto de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0308200322.htm>>. Acesso em 20 de Junho de 2017.

MACIEL JÚNIOR, Auteríves. O problema da escolha e os impasses da clínica na era do biopoder. In: Maciel JÚNIOR, Auteríves; KUPERMANN, Daniel; TEDESCO, Silvia (orgs.). **Polifonias: clínica, política e criação**. Contra Capa Livraria/Mestrado em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ, 2005.

MARIZ, Renata. Temer vai mudar regras de acesso ao Bolsa Família. **Agência O Globo**. Publicação On Line feita em 01/08/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/temer-vai-mudar-regras-de-acesso-ao-bolsa-familia-20038298>>. Acesso em 20 de Maio de 2017.

MÁXIMO, Wellton. Banco Mundial: crise pode levar 3,6 milhões de brasileiros de volta à pobreza. **Agência Brasil**. Publicação on line feita em 13/02/2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-02/banco-mundial-crise-pode-levar-36-milhoes-de-brasileiros-de-volta-pobreza>>. Acesso em 20/05/2017.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; MENDONÇA FILHO, Manoel. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público?. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 7-12, Agosto de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de Outubro de 2015

MONTEIRO, Taynah de Marillac Maia. **Aqueles que envelhecem, o tempo e as rugas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense – UFF – Niterói–RJ, 2015.

MOREIRA, Rafael de Farias Costa. Empreendedorismo e Inclusão Produtiva: Uma análise do perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família. In: **Radar : tecnologia, produção e comércio**. Brasília, nº 25, p. 19-31, Abril de 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130507_radar25.pdf> Acesso em 02 de Maio de 2013.

MOTORISTAS e cobradores realizam manifestação. **G1 SE**. Sergipe, 13 de Julho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/07/motoristas-e-cobradores-realizam-manifestacao.html>>. Acesso em 15 de Setembro de 2016.

NEVES, Cláudia E. Abbês Baeta. **Interferir entre Desejo e Capital**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP –, São Paulo, SP, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda Consideração Intenpestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

OLIVEIRA, Salete. Política e fissuras sobre crianças e jovens: psiquiatria, neurociência e educação. In: **Revista Ecopolítica**. Nº 01, p. 77-103, 2011. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7657/5605>> Acesso em 20 de Novembro de 2013.

OLIVEIRA, Salete. Política e Resiliência - Apaziguamentos distendidos. IN: **Revista Ecopolítica, nº 04**. P. 105-129. Setembro-Dezembro de 2012.

OLIVEIRA, Kelly. Proteção aos superendividados pode virar lei. **Agência Brasil**, Brasília, 2014, sexta-feira, 18 de Abril de 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-04/protecao-aos-superendividados-pode- virar-lei>> . Acesso em 20 de Agosto de 2014.

ÔNIBUS é assaltado no Santa Maria. **Infonet**. Sergipe, 06 de Maio de 2017. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=199570>>. Acesso em 07 de Maio de 2017.

OPTIZ, Sven. Governo não ilimitado – o dispositivo de segurança da governamentalidade não-liberal. Tradução de Talita Vinagre. IN: **Revista Ecológica**, n^a 02. P. 3-36. Janeiro-Abril de 2012.

ORLANDI, Luiz B. L. **Um gosto pelos encontros**. São Paulo, março de 2014. Disponível em: <<http://deleuze.tausendplateaus.de/wp-content/uploads/2014/10/Um-gosto-pelos-encontros-Artigo-de-Luiz-Orlandi1.pdf>>. Acesso em 15 de Dezembro de 2016.

PASSETTI, Edson. O Carcereiro que há em nós. In: CRP/RS – Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. **Entre garantias de Direitos e Práticas Libertárias**. p. 147-181. Porto Alegre: [s.ed.], 2013.

PROVOCAÇÕES. Montaigne, Michel Eyquem de. **Esquece o Futuro**. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/provocacoes/programa-528-poemas>>. Acessado em: 20 de Maio de 2015.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RODRIGUES, Helmir Oliveira. **A Insurgência do mangue: rio e lama embrenhando-se nas fissuras do tabuleiro de xadrez**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense – UFF –, Niterói, RJ, 2015.

ROLNIK, Suely. **À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia**. 1992.

ROSA, NOEL. Intérprete: Noel Rosa. **Com que Roupa eu vou?**, 1930. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=rETSGoLBjjk>>; Acesso em 0–4 de Agosto de 2017.

SALGADO, Julia. Corpo Miserável, espírito empreendedor: empreendedorismo, pobreza e desemprego no Brasil. In: **EM PAUTA. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2º Semestre de 2012 - nº 30, v.10, p. 129-147.

SILVA, Dalva Eliá da. **A Construção do Sistema Único de Assistência Social: Análise do Processo Decisório em torno da elaboração da PNAS de 2004 e da NOBSUAS 2005**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense – UFF –, Niterói, RJ, 2013.

SILVA, Rosane Neves da. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. IN: **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre , v. 16, n. 2, p. 12-19, Aug. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de Maio de 2015.

SOUZA, Carolina Rodrigues Alves de. **Política Pública de Assistência Social em Análise: História, Valores e Práticas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe – UFS –, São Cristóvão, SE, 2012.

SPÍNOLA, A. **Cartilha do Empreendedor Individual e o Programa Bolsa Família: uma oportunidade para crescer**. Brasília: SEBRAE, 2012.

SSP vai usar enquete da TV Sergipe para auxiliar trabalhos. **G1 SE**. Sergipe, 07 de Fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2017/02/ssp-vai-usar-enquete-da-tv-sergipe-para-auxiliar-trabalhos.html>>. Acesso em 15 de Março de 2017.

SZASZ, Thomas. **Cruel Compaixão**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Poemas**. Seleção, tradução e prefácio de Regina Przybycien. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 05-34, Outubro de 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de Maio de 2017.

VELOSO, Caetano; Gil, Gilberto. Intérprete: Gal Gosta. Divino Maravilhoso. In: COSTA, GAL. **Gal Costa**, 1969. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w7sbZkhdsFc>>. Acesso em 04 de Agosto de 2017.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, vol. 26, nº especial, p. 9-24, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002>. Acesso em 10 de Abril de 2014.